



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEG

FACULDADE DE LETRAS E ARTES – FALA

DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS – DLE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS – LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA) NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Mossoró/RN

2018

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação – PROEG

BR 110 - KM 46, Av. Prof. Antonio Campos, s/n, Campus Universitário, Costa e Silva,
Mossoró, RN - CEP: 59633-010
(84)3315-2163
Homepage: www.uern.br

Reitor:

Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto.

Vice-Reitora:

Profa. Dra. Fátima Raquel Rosado Moraes.

Pró-Reitora de Ensino de Graduação:

Profa. Dra. Francisca Maria de Souza Ramos Lopes.

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti.

Pró-Reitor de Extensão:

Prof. Dr. Emanuel Márcio Nunes.

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Prof. Dr. David de Medeiros Leite.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

TNS Erison Natécio da Costa Torres

Pró-Reitor de Administração:

Prof. Ms. Tarcísio da Silveira Barra.

Chefe de Gabinete:

Prof. Dr. Zezineto Mendes Oliveira.

Diretoria de Educação a Distância – DEaD

Diretor: Prof. Dr. Giann Mendes Ribeiro

E-mail: dead@uern.br

Telefone: (84) 3315-2204

Coordenador UAB: Prof. Dr. Giann Mendes Ribeiro

Secretária Geral / Coordenadora Financeira: Edymara Sinthia Rocha de Moura

Secretárias Acadêmicas: Meire Selma Crescêncio e Zaíra Nakala da Silva Câmara

Coordenador de Multimídia: Prof. Dr. Marco Lunardi Escobar

Coordenador de TI: Alysson Mendes de Oliveira

Coordenadora do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) Modalidade a

Distância: Profa. Dra. Adriana Morais Jales

FACULDADE DE LETRAS E ARTES - FALA**Diretora:**

Profa. Dra. Hubeônia Morais de Alencar

Vice-Diretor:

Prof. Dr. Gilson Chicon Alves

Chefe do Departamento de Letras Vernáculas:

Prof. Ms. Aluísio Barros de Oliveira

Chefe do Departamento de Letras Estrangeiras:

Profa. Ma. Iara Maria Carneiro de Freitas

Chefe do Departamento de Artes:

Prof. Ms. Isac Rufino de Araújo

COMISSÃO ELABORADORA DO PROJETO

Profa. Dra. Adriana Morais Jales

Profa. Ma. Adriana AlmeidaFernandes

Prof. Dr. Clerton Luiz Felix Barbosa

Prof. Dr. Emílio Soares Ribeiro

Prof. Me. Jorge Luis Queiroz Carvalho

Prof. Me. Marcus Rodney Portela Cysne

Prof. Dr. Nilson Roberto Barros da Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Prof. Dr. Nilson Roberto Barros da Silva

Profa. Dra. Adriana Moraes Jales

Profa. Ma. Iara Maria Carneiro de Freitas

Prof. Dr. Emílio Soares Ribeiro

Prof. Me. José Mariano Tavares

JuniorProf. Esp. Wanderley daSilva

Prof. Me. Paulo CaetanoDavi

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Caracterização das Disciplinas Obrigatórias	33
Tabela 2 – Caracterização das Disciplinas Optativas	37
Tabela 3 – Componentes curriculares que possuem carga horária de PCCC	39
Tabela 4 - Atividades complementares	42
Tabela 5 – Etapas e Carga Horária de Estágio Supervisionado	46
Tabela 6 – Caracterização do Estágio Supervisionado	47
Tabela 7 – Distribuição das UCE por período	49
Tabela 8 – Caracterização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	50
Tabela 9 – Currículo pleno do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância	51
Tabela 10 – Distribuição de carga horária e créditos	57
Quadro 1 - Equivalência Curricular entre componentes de matrizes curriculares (MC) nas modalidades EAD e presencial da UERN	58
Tabela 11 – Corpo docente efetivo	106

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	8
1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	8
1.2. INSTITUIÇÃO MANTIDA	8
1.3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO PROPOSTO	8
1.4. VAGAS OFERTADAS	9
2. APRESENTAÇÃO	9
3. JUSTIFICATIVA DO CURSO	10
4. HISTÓRICOS	12
4.1. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	12
4.2. FACULDADE DE LETRAS E ARTES (FALA)	13
4.3. CURSO DE LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA	13
4.4. O ENSINO A DISTÂNCIA NA UERN	14
4.4.1. Órgãos suplementares de amparo à EaD na UERN	15
5. CURSO DE LETRAS – LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA) NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	15
5.1. OBJETIVOS	15
5.1.1. Objetivo geral	15
5.1.2. Objetivos específicos	16
5.2. PÚBLICO-ALVO	16
5.3. PROCESSO SELETIVO	17
5.4. NÚMERO DE VAGAS, REGIME DE MATRÍCULA E DIPLOMA	17
5.5. PERFIL DO FORMANDO	17
5.5.1. Política de acompanhamento dos egressos	17
5.5.2. Resultados esperados	18
5.6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS	18
5.7. ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA	19
5.8. DURAÇÃO DO CURSO	20
5.9. EQUIPE DE PROFISSIONAIS	21
5.9.1. Professor Coordenador	21
5.9.2. Professor Conteudista	22
5.9.3. Professor Revisor	22
5.9.4. Professor Formador	22
5.9.5. Professor Tutor	23
5.10. ATRIBUIÇÕES DO ALUNO DO CURSO	24
5.11. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO DE LETRAS – LÍNGUA INGLESA	24
5.11.1. Relação teoria e prática	26
5.11.2. Contextualização	27
5.11.3. Interdisciplinaridade	27
5.11.4. Democratização	28
5.11.5. Flexibilização	29
5.11.6. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão	30
5.12. CONEXÃO DA PROPOSTA DO CURSO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	31
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
6.1. COMPONENTES CURRICULARES	33
6.1.1. Disciplinas obrigatórias	33
6.1.2. Disciplinas optativas	37
6.1.3. Prática Como Componente Curricular (PCCC)	39
6.1.4. Atividades Complementares (Acadêmico-Científico-Culturais)	41

6.1.5. Estágio Curricular Supervisionado	45	
6.1.5.1 Redução de carga horária do Estágio Supervisionado	47	
6.1.6. Curricularização da extensão	48	
6.1.7. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	49	
6.2. MATRIZ CURRICULAR	51	
6.3. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	56	
6.4. QUADRO DE EQUIVALÊNCIA	57	
6.5. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OFERTADOS NO CURSO		
61		
6.5.1 Ementário dos componentes curriculares obrigatórios	61	
6.5.2 Ementário dos componentes curriculares optativos	90	
7. METODOLOGIA	102	
7.1. PROPOSTA METODOLÓGICA DO CURSO A DISTÂNCIA		102
7.4.1. Material didático: impresso e on-line	103	
7.4.2. Webconferências	104	
7.4.3. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA)	104	
7.4.4. Estratégias de aprendizagem	105	
8. CORPO DOCENTE	106	
9. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO	107	
9.1. AVALIAÇÃO DO CURSO	108	
9.2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	110	
9.3. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)		111
9.4. NÚCLEO DE AVALIAÇÃO	112	
9.4.1 Avaliação da aprendizagem	112	
9.4.2. Recuperação	113	
9.4.3. Avaliação Institucional	113	
10. IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO	113	
10.1. INFRAESTRUTURA DE APOIO	114	
10.2. GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DE CADA IES		115
10.2.1. Produção, edição e distribuição de material didático	115	
10.2.2. Recursos para os momentos presenciais	115	
10.2.3. Financiamento	115	
REFERÊNCIAS	116	
ANEXOS		
ANEXO 1 – Decreto nº 6755/2009 - Presidência da República	118	
ANEXO 2 – Resolução CNE/CP nº 01/2002	124	
ANEXO 3 – Resolução CNE/CP nº 02/2002	131	
ANEXO 4 – Resolução CNE/CES nº 18/2002	132	
ANEXO 5 – Resolução CNE/CP nº 02/2015	133	
ANEXO 6 – Parecer CNE/CES nº 49/2001	149	
ANEXO 7 – Parecer CNE/CES nº 583/2001	187	
ANEXO 8 – Parecer CNE/CP nº 28/2001	190	
ANEXO 9 – Resolução CONSEP/UERN nº 06/2015	206	
ANEXO 10 – Resolução CONSEP/UERN nº 28/2018	222	
ANEXO 11 – Currículo Lattes da Coordenadora do Curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura) Modalidade a distância: Professora Doutora Adriana Moraes Jales		230
APÊNDICE	249	

**REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA) NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

1.1. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Rua Almino Afonso, 478 - Centro. CEP: 59610-210. Mossoró-RN.

Fone: (84)33152148. Homepage: www.uern.br E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Espécie Sociedade: não lucrativa

Dependência Administrativa: estadual

1.2. INSTITUIÇÃO MANTIDA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

CNPJ : 08.258.295/0001-02

Campus Universitário Central

BR 110, Km 46, Av. Prof. Antônio Campos, S/N, Bairro Costa e Silva

Fone: (84) 3315-2148 Fax: (84) 3315-2108

CEP: 59633-010. Mossoró-RN

Home Page: www.uern.br e-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Ato de Credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17/06/1993

Ato de Credenciamento para oferta de cursos a distância: Portaria nº 1.396/MEC, de 7/12/2001

Faculdade de Letras e Artes - FALA:

Departamentos: Letras Vernáculas – DLV; Letras Estrangeiras – DLE; Artes – DART.

1.3. CARACTERÍSTICAS DO CURSO PROPOSTO

Curso: Letras – Língua Inglesa (licenciatura)

Denominação do curso: Curso de Graduação em Letras - Língua Inglesa (Licenciatura)

Modalidade: Ensino a Distância

Área geral: Humanidades

Área específica: Língua Estrangeiras Modernas

Área detalhada: Língua Inglesa e Literaturas

Área do curso: Linguística, Letras e Artes

Departamento: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE

Unidade: Faculdade de Letras e Artes – FALA

Regime do Curso: Por crédito/aula, sendo que 15 horas-aula configuram 1 crédito

Regime Acadêmico: Semestral

Coordenadora do Curso de Língua Inglesa a Distância: Profa. Dra. Adriana Moraes Jales

Diretor da DeaD/UERN: Prof. Dr. Giann Mendes Ribeiro

Financiamento: MEC / CAPES / FNDE

Convênio: UERN/ UAB/CAPES/Polos

Carga Horária Total do Curso: 3.485 horas (1.980 horas de Disciplinas Obrigatórias, 60 horas de Disciplinas optativas, 480 horas de Prática Como Componente Curricular, 405 horas de Estágio Supervisionado, 360 horas de extensão e 200 horas de Atividades Complementares)

Tempo de Integralização: Mínimo de 04 anos (08 semestres) e máximo de 05 anos e meio (11 semestres) letivos.

1.4. VAGAS OFERTADAS

As vagas serão ofertadas a partir de aprovação no edital de ofertas de vagas da UAB, e da articulação entre a DEaD e os polos credenciados.

2. APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância.

O planejamento deste curso na modalidade a distância levou em consideração, além da necessidade de capacitar o professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a inquietação em acolher um público formado principalmente por professores em exercício, com dificuldades para frequentar cursos presenciais convencionais.

A modalidade a distância enseja objetivos análogos àqueles do ensino presencial, contudo com alguns aspectos distintos no tocante à dinâmica, à filosofia e às concepções daquela modalidade de ensino. Todavia, pretende-se manter na modalidade a distância, dentro das possibilidades, as concepções historicamente construídas ao longo da consolidação do curso

de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade presencial do DLE/FALA/UERN.

Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade pautada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

O curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância considera a importância de investimentos na educação e toma como referência o Decreto nº 6755/2009 (Anexo 1), que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação e das Diretorias de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED) do Conselho Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Assim sendo, o curso atende a essas políticas que visam a organizar e a fomentar a formação inicial e continuada de professores das redes públicas de educação básica mediante a ação conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Este projeto está elaborado em consonância com as especificações legais relativas à oferta do curso de Letras - Língua Inglesa, como primeira licenciatura, para professores da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CP nº 01/2002 – anexo 2; Decreto nº 6755/2009; Resolução CNE/CP 02/2002 – anexo 3; Resolução CNE/CES 18/2002 – anexo 4; RESOLUÇÃO Nº 2, de 1º de Julho de 2015 – anexo 5 e Parecer CNE/CES 492/2001 – anexo 6)

OPPC está organizado de modo a contemplar os critérios indispensáveis à formação de um licenciado dotado das competências essenciais para o exercício profissional frente ao contexto sócio-econômico-cultural e político da região e do país.

3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

A modalidade de educação a distância surge como uma tendência que veio para ficar, abraçando o ensino superior no mundo. Assim sendo, negar essa realidade no âmbito nacional e/ou local é negar possibilidades de acesso amplo aos milhares de brasileiros que pretendem ingressar no ensino superior, mas que, por exemplo, não residem nos grandes centros urbanos. Afinal, o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, preceitua: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Em 2007, o Ministério da Educação apresentou o Plano de Desenvolvimento da

Educação (PDE) e colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. A intenção foi oferecer cursos de graduação para professores que atuam na educação básica e que ainda não são graduados.

Nesse sentido, a Universidade Aberta do Brasil ou sistema UAB funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades. É um sistema integrado por universidades públicas que nasce justamente com o objetivo de oferecer cursos de níveis superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância, haja vista que há uma parcela considerável do público alvo interessado no curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura), por exemplo, mas que não reside em Mossoró, e sim em cidades circunvizinhas do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Assim, um curso a distância poderá abranger não apenas as cidades já contempladas, mas várias outras cidades da região, cujos possíveis alunos não reúnem as condições financeiras para estarem em um curso presencial em Mossoró. Um dos desafios para suprir a demanda necessária de profissionais habilitados para o ensino de inglês nas escolas da educação básica é precisamente a dificuldade de acesso, para muitos interessados, à modalidade presencial.

A oferta do curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância possibilitará a ampliação do acesso ao ensino superior e à formação de professores, atendendo necessidades nacionais, regionais e locais. A modalidade a distância pode proporcionar aos alunos, além dos conhecimentos da língua inglesa e sua pedagogia, as competências e habilidades para trabalhar com novos dispositivos, tecnologias, mídias e linguagens, que estão cada vez mais presentes na educação e no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

Do ponto de vista legal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) complementam as diretrizes da LDB de 1996, legitimando a relevância do ensino de língua estrangeira no país, no sentido de permitir ao educando o acesso ao conhecimento e integrar-se ao mundo globalizado.

O curso ora proposto contribui para expandir a oferta de curso superior, de caráter público, a professores de língua inglesa no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Sendo assim, a iniciativa é de extrema importância para o Estado e para o país.

Este projeto foi estruturado com base na legislação e orientações curriculares mencionadas, especialmente nas diretrizes comuns às Instituições de Ensino Superior, que

foram expressas no Parecer N°. CNE/CES 583/2001 – anexo 7, aprovado em 04/04/2001, intitulado ‘Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação’.

Ademais, é o resultado de um trabalho conjunto entre o Departamento de Letras Estrangeiras (DLE), do *Campus* Central, e o Núcleo de Educação a Distância da UERN, em parceria com a CAPES e a UAB. Esse projeto atende às metas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica do Ministério da Educação – MEC e reforça o compromisso como ‘Todos pela Educação’ do Governo Federal, a partir do que está proposto na Portaria N° 802, de 18 de agosto de 2009.

4. HISTÓRICOS

4.1. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)

A Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN) foi criada pela Lei Municipal n.º 20/68, de 28 de setembro de 1968, autorizada a funcionar como instituição superior, por meio do Decreto Estadual n.º 5.025/1968, de 14 de novembro de 1968. Estadualizada em 8 de janeiro de 1987 por meio da Lei n.º 5.546, contava como *Campus* Central e os *Campi* Avançados de Assu, Paudos Ferros e Patu. O reconhecimento da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN) pelo Conselho Federal de Educação deu-se em sessão realizada em 04 de maio de 1993, conforme a Portaria Ministerial n.º 874, de 17 de junho de 1993 e o Decreto n.º 83.857, de 15 de agosto de 1993. Mediante a Lei n.º 7.063, de 29 de setembro de 1997 foi denominada Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). No entanto, sua sigla permaneceu URRN até a publicação da Lei n.º 7.761, de 15 de dezembro de 1999, que alterou a denominação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte para Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Com o Decreto n.º 14.831, de 28 de março de 2000, alterou-se a denominação da Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (FURRN) para Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN). A UERN está hoje presente com seus *campi* avançados e Núcleos de Educação Superior em 17 cidades do estado do Rio Grande do Norte. São 6 *campi*: o *campus* central localiza-se em Mossoró, e os *campi* avançados localizam-se em Assu, Paudos Ferros, Patu, Natal e Caicó. Os núcleos estão sediados nas cidades de Areia Branca, Apodi, Caraúbas, Umarizal, São Miguel, Alexandria, João Câmara, Touros, Macau, Nova Cruz e Santa Cruz.

Atualmente, a UERN oferta 69 cursos de graduação (67 cursos presenciais e 2 a distância), nos quais estão matriculados mais de 12 mil alunos, admitindo, a cada ano, cerca de

2500 alunos, com 90 opções de entradas distribuídas no *Campus* Central e *Campi* Avançados. Atualmente oferece também 20 cursos de mestrado e 2 de doutorado, além de diversos Programas, Projetos, Cursos e Eventos de Extensão.

Nessa trajetória histórica, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), objetivando consolidar-se como Instituição de Ensino Superior, tem concentrado esforços no sentido de estruturar-se administrativa e academicamente. Sensível às demandas advindas do acelerado avanço tecnológico e das transformações econômico-sociais em curso na sociedade contemporânea, possa viabilizar sua missão institucional, comprometendo-se com o desenvolvimento humano, da ciência, da tecnologia e do Estado do Rio Grande do Norte, através do fortalecimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.2. FACULDADE DE LETRAS E ARTES(FALA)

O Curso de Graduação em Letras da Faculdade de Letras e Artes (FALA) da UERN foi instalado em 11 de novembro de 1966, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró (RN), criada no ano anterior, através do Decreto nº 47/65, sendo reconhecido em 21 de novembro de 1972 pelo decreto nº 71.406/72-CFE. Em 1968, através do portaria nº 01/68, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mossoró foi desmembrada, dando origem a três unidades de ensino, dentre as quais o Instituto de Letras e Artes (ILA), que manteve este nome até o ano de 1993, quando, em virtude do reconhecimento da UERN, passou a ter a denominação Faculdade de Letras e Artes (FALA).

No dia 06 de março de 1977, o Curso de Letras da FALA passou a funcionar também no *Campus* Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia, na cidade de Pau dos Ferros (RN); e, em 15 de março de 1995, no *Campus* avançado Prefeito Walter de Sá Leitão, na cidade de Assu (RN).

Por meio da Resolução nº 15/94 – CONSEPE, instituíram-se as habilitações Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas e Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas. Essa referida Resolução também aprovou a reformulação do currículo dessas três habilitações. No ano de 2003, por meio do Ato de Autorização/Criação: Resolução Nº 040/2003-CONSEPE, de 28 de novembro de 2003, criou-se o Curso de Licenciatura em Música, consolidado com o Concurso Público para Docentes, em julho de 2004.

4.3. CURSO DE LETRAS - HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

A necessidade de oferta da habilitação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas deu-se em função das exigências solicitadas pelo mercado de trabalho, influenciado diretamente pela manifesta e crescente globalização responsável pelo estreitamento das relações entre os povos. Dada a realidade socioeconômica que se apresentava, a referida habilitação era considerada imprescindível para o desenvolvimento e acompanhamento das mudanças sociais que ocorriam.

O atual currículo do Curso de Letras foi aprovado pela Resolução nº 032/2004–CONSEPE, que instituiu as habilitações (1) em Língua Portuguesa e respectivas literaturas, (2) em Língua Inglesa e respectivas literaturas e (3) em Língua Espanhola e respectivas literaturas, em funcionamento no *campus* central, em atendimento à Política de Expansão da UERN.

Desde a criação desses cursos, várias foram as alterações ocorridas nas propostas curriculares. Foram provocadas, sempre, pelas necessidades advindas, ora de normas e preceitos estabelecidos no nível nacional, ora pelas imposições do mercado de trabalho local.

4.4. O ENSINO A DISTÂNCIA NA UERN

As primeiras experiências com a EaD na UERN foram iniciadas sob a coordenação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), órgão criado através da Portaria nº 1896/2001-GR/UERN. Entre as funções desse núcleo estavam a de “propor a política de educação a distância da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN”, realizar estudos, pesquisas e oferecer cursos de extensão, graduação e pós-graduação, além de “gerenciar e supervisionar programas, projetos e cursos de educação a distância na UERN”.

Desde 2001, a UERN vem ofertando Programas de Capacitação a Distância para gestores escolares, como o curso de extensão *TV na Escola e os Desafios de Hoje*, ofertado em parceria com a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC), com as instituições integrantes da UniRede e com as Secretarias Estaduais de Educação, representadas pelas coordenações Estaduais da TV Escola (GONÇALO; MARTINS, 2010). Desde 2006, a UERN oferta o *Programa de Formação Continuada Mídias na Educação*, curso de extensão universitária oferecido pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), as Secretarias de Educação Estaduais e as universidades públicas brasileiras. Direcionado para a formação continuada de professores da rede pública de ensino, o curso foi oferecido no Rio Grande do Norte através da UERN e da UFRN, tendo como

objetivo propiciar uma visão integrada do uso de diferentes mídias (material impresso, rádio, TV, vídeo e informática) nas práticas pedagógicas.

Nos dias atuais, a UERN tem desenvolvido ações de educação a distância, em consonância com a implementação nacional de políticas públicas e diretrizes educacionais que contemplam essa modalidade. Atualmente, a Instituição oferece duas turmas do curso de Língua Portuguesa e a especialização em Mídias na Educação. No semestre atual, a DEaD tem recebido um significativo número de propostas para serem submetidas aos editais de fomento à EaD no país.

4.4.1. Órgãos suplementares de amparo à EaD na UERN

A UERN vem desenvolvendo ações educativas na modalidade a distância desde 2001, participando ativamente de processos de capacitação de profissionais. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) tem como diretrizes avaliar a possibilidade de implantação de um programa institucional de educação a distância pela Diretoria de Educação a Distância; definir a estrutura organizacional e de gestão para a modalidade a distância; estruturar uma comissão permanente para avaliação das ações a distância; integrar as ações de educação a distância nos sistemas acadêmico-administrativos da instituição; e realizar parcerias com instituições públicas com experiência consolidada em educação a distância.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD/UERN) tem como objetivo básico assessorar os Departamentos Acadêmicos e as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Pós-Graduação na elaboração, desenvolvimento e execução de cursos ofertados na modalidade de ensino a distância. A diretoria atua em doze polos de apoio presencial, são eles: Caraúbas, Currais Novos, Grossos, Guamaré, Lages, Luís Gomes, Marcelino Vieira, Martins, Natal, Parnamirim, Pau dos Ferros e São Gonçalo do Amarante.

5. CURSO DE LETRAS - LÍNGUA INGLESA (LICENCIATURA) NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

5.1. OBJETIVOS

5.1.1. Objetivo geral

Formar professores para o ensino da língua inglesa, habilitando-os principalmente para a

atuação em escolas de Educação Básica e demais contextos de ensino e aprendizagem da língua inglesa, de forma que atenda amplamente às demandas e às necessidades profissionais relacionadas ao ensino dessa língua na região.

5.1.2. Objetivos específicos

- Proporcionar um conhecimento amplo da área, possibilitando aos alunos formação abrangente que contemple universos distintos do ensino da língua inglesa;
- Desenvolver a capacidade reflexiva na área do ensino da língua inglesa com base em projetos que inter-relacionem ensino, pesquisa e extensão;
- Possibilitar vivências em situações de ensino e aprendizagem nos diferentes contextos da área do ensino da língua inglesa;
- Ampliar as perspectivas de atuação docente, de forma que o aluno possa pensar e atuar no ensino da língua inglesa a partir do conhecimento interdisciplinar;
- Proporcionar ao estudante a possibilidade de lidar com as diferenças culturais de cada sociedade e dos distintos contextos de ensino e aprendizagem da língua inglesa;
- Incentivar a aprendizagem colaborativa por meio do uso de novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas de ensino e aprendizagem da língua inglesa, atividades científicas e profissionais;
- Capacitar docentes para atuar na sociedade, com base em valores da humanidade, da natureza, da ciência e da ética;
- Atender às demandas e às necessidades profissionais relacionadas ao ensino da língua inglesa.

5.2. PÚBLICO-ALVO

O curso é destinado a cidadãos com formação integral na Educação Básica (demanda social), a professores da língua inglesa, a pessoas dos diferentes municípios que procuram formação nessa área e a profissionais já em exercício que, por motivos diversos, não puderam cursar uma licenciatura presencial.

As vagas previstas para cada polo serão destinadas à demanda social, e preenchidas pelos candidatos que se submeterem ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), sendo 50% (cinquenta por cento) para alunos da rede pública de ensino e 50% para alunos da rede privada.

5.3. PROCESSO SELETIVO

A Diretoria de Ensino a Distância (DEaD/UERN), junto à Coordenação do Curso, será responsável pela elaboração, publicação do edital e seleção dos candidatos, considerando o RCG da UERN, através do convênio entre UERN, UAB, CAPES, Polos e ENEM. O ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) será o instrumento responsável pela seleção dos alunos.

5.4. NÚMERO DE VAGAS, REGIME DE MATRÍCULA E DIPLOMA

As vagas serão ofertadas a partir de aprovação no edital de ofertas de vagas da UAB e da articulação entre a DEaD e os polos credenciados.

O regime de matrícula será semestral e em conformidade com o Calendário Universitário, instituído e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UERN). O formado no Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura), modalidade a distância, receberá o título de Licenciado em Língua Inglesa, cujo diploma será emitido pela Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRCA).

5.5. PERFIL DO FORMANDO

O egresso do Curso de Letras-Língua Inglesa (Licenciatura) modalidade a distância da UERN será um professor de língua inglesa apto a atuar em escolas de Educação Básica, em diversos contextos de ensino e aprendizagem da língua inglesa e espaços culturais com atividades de ensino informais e não-formais. Esse profissional será dotado de formação intelectual e cultural, crítica e competente em sua área de atuação, com capacidade criativa, reflexiva e transformadora, nas ações educacionais e culturais inerentes ao seu mercado de trabalho e ao mundo contemporâneo.

5.5.1. Política de acompanhamento dos egressos

A política de acompanhamento dos egressos do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) modalidade a distância, tem por base o compromisso social da universidade, em especial a sua responsabilidade para com o envio de profissionais qualificados ao mercado de trabalho. De fato, o curso tem contribuído não só para a formação inicial daqueles que letêm buscado uma consolidação profissional, mas também como veículo de viabilização para o

aprofundamento e/ou aperfeiçoamento dos estudos nesse campo de conhecimento. Assim, a política é voltada para a inserção desses egressos em contextos de ensino e aprendizagem da língua inglesa, sobretudo na área da docência, focando principalmente na sua atuação como professor da referida língua. Dessa forma, o referido curso tem disponibilizado para a sociedade brasileira, sobretudo para a cidade de Mossoró e regiões circunvizinhas, profissionais para o trabalho com o ensino e aprendizagem na área do ensino da língua inglesa.

Para promover um acompanhamento dos egressos, o curso dispõe de um canal de comunicação virtual, o grupo Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) UERN, fechado numa rede social da internet, que possibilita o contato constante com os alunos egressos, facilitando assim o acesso a informações sobre suas atuações e perspectivas profissionais. Além disso, o curso dispõe, ainda, de endereços eletrônicos, institucionais e grupos interativos, através dos quais mantém contato permanente com esses alunos, desde a inserção dos mesmos na graduação.

5.5.2. Resultados esperados

A partir dos argumentos apresentados para a construção deste PPC é que se pretende proporcionar, aos alunos do Curso de Letras - Língua Inglesa da UERN, a possibilidade de participarem de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área do ensino-aprendizagem da língua inglesa. O resultado que se espera é que os estudantes mantenham-se atuantes na docência de maneira reflexiva, nos múltiplos espaços pedagógicos.

5.6. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS

Conforme os princípios gerais e objetivos do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura), na modalidade a distância, o professor licenciado em língua inglesa deverá possuir competências e habilidades profissionais, com vistas a:

- Desenvolver atividades capazes de propiciar a aprendizagem da língua inglesa, conforme a necessidade do contexto de atuação;
- Promover a aprendizagem colaborativa, por meio da utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) inerentes ao ensino-aprendizagem de língua inglesa;
- Utilizar metodologias de ensino de línguas estrangeiras que promovam o desenvolvimento das habilidades pedagógicas dos educandos em múltiplos contextos e

espaços culturais;

- Ser capaz de promover a interdisciplinaridade, de forma a contemplar o conhecimento aplicado às temáticas sociais transversais do currículo escolar;
- Articular os conhecimentos e práticas das atividades de pesquisa, ensino e extensão, integrando-os à linguagem do ensino-aprendizagem da língua inglesa;
- Ter consciência crítica do seu papel social e político, sendo capaz de intervir efetivamente nas práticas metodológicas de ensino e aprendizagem da língua inglesa contemporâneas, interagindo com as novas tecnologias da informação;
- Conhecer e compreender a realidade em que está inserido, apontar e conhecer as causas dos problemas por ele(a) vividos, sendo capaz de interferir decisivamente no processo de transformação social;
- Promover a integração entre a prática pedagógica e as práticas crítico-reflexivas;
- Elaborar roteiros e instruções para realização de projetos pedagógicos;
- Estar preparado para a atividade docente, atuando em diferentes espaços culturais.

5.7. ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA

Em sua maioria, os alunos dos cursos presenciais desenvolvidos no *Campus* Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Mossoró/RN) residem nas mesorregiões potiguares Central e Oeste, e também em municípios dos estados vizinhos da Paraíba e do Ceará.

Um curso a distância, que exige a participação presencial em apenas momentos específicos, deverá abranger uma quantidade maior de alunos, uma área mais ampla e, dessa forma, uma maior quantidade de municípios, tanto do estado do Rio Grande do Norte quanto dos estados vizinhos já mencionados. Nesse sentido, podemos citar, entre as mesorregiões que deverão ser atendidas, também as do Leste e do Agreste Potiguar.

Nos estados vizinhos, consideramos, com maior possibilidade de participação do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade EaD, as regiões da Borborema e do Sertão paraibano, além das regiões Sul, Centro Sul e do Jaguaribe, pertencentes ao estado do Ceará. A seguir, apresentamos algumas regiões atendidas nos estados vizinhos, bem como os possíveis municípios que poderão vir a ser atendidos:

- Estado da Paraíba – centros urbanos da Mesorregião do Sertão (Patos, Piancó, Cajazeira e Souza), Mesorregião da Borborema (Monteiro, Picuí, Juazeirinho e Santa Luzia);
- Estado do Ceará – Mesorregião do Jaguaribe (Microrregiões do Baixo Jaguaribe, Litoral

de Aracati, Médio Jaguaribe e Serra do Pereiro), Mesorregião do Centro-Sul Cearense (Microrregiões de Iguatu, Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre), Mesorregião do Sul Cearense (Microrregiões da Chapada do Araripe, Cariri-açu, Cariri, Brejo Santo e Barro) No estado do Rio Grande do Norte, seguem cidades que podem ser atendidas por alguns dos possíveis polos do Curso:

- O Polo de Caraúbas poderá atender, entre outros, aos municípios de Caraúbas, Apodi, Campo Grande, Felipe Guerra, Governador Dix-sept Rosado, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho d'água do Borges, Patu, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Umarizal e Upanema;
- O Polo de Currais Novos poderá atender, entre outros, aos municípios de Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas, Caicó, Cruzeta, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana de Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas;
- O Polo de Grossos poderá atender, entre outros, aos municípios de Grossos, Areia Branca, Baraúna, Mossoró, Serra do Mel e Tibau;
- O Polo de Guamaré poderá atender, entre outros, aos municípios de Guamaré, Caiçara do Norte, Galinhos, Macau e São Bento do Norte;
- O Polo de Luís Gomes poderá atender, entre outros, aos municípios de Luís Gomes, Água Nova, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Major Sales, Riacho de Santana, São Miguel e Venha-Ver;
- O Polo de Marcelino Vieira poderá atender, entre outros, aos municípios de Marcelino Vieira, Alexandria, Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias e Viçosa;
- O Polo de Martins poderá atender, entre outros, aos municípios de Martins, Almino Afonso, Antônio Martins, Frutuoso Gomes, João Dias, Lucrécia, Olho-d'Água do Borges, Patu, Rafael Godeiro, Serrinha dos Pintos e Umarizal;
- O Polo de São Gonçalo do Amarante poderá atender, entre outros, aos municípios de São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Parnamirim, São José de Mipibu, Nísia Floresta e Vera Cruz.

5.8. DURAÇÃO DO CURSO

O curso terá carga horária de 3.485 (três mil, quatrocentos e oitenta e cinco) horas, com

duração mínima de 04 anos (08 semestres) e máximo de 05 anos e meio (11 semestres) letivos.

5.9. EQUIPE DE PROFISSIONAIS

A equipe do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância envolverá os seguintes profissionais:

a) Professor Coordenador, cuja função é coordenar todos os trâmites acadêmicos e administrativos do Curso, estando subordinado ao chefe do departamento ao qual o Curso é vinculado. Cada curso disporá de 01 (um) Professor Coordenador;

b) Professor Conteudista, cuja função é produzir o material didático de determinado componente curricular do curso. Cada curso poderá dispor, segundo sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Conteudista(s);

c) Professor Revisor, cuja função é revisar o material produzido para cada componente curricular. Cada curso poderá dispor, segundo sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Revisor(es);

d) Professor Formador, cuja função é planejar e gerenciar as aulas a distância, bem como dar suporte pedagógico aos tutores. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Formador(es);

e) Tutor, cuja função é dar suporte a distância em relação ao conteúdo ministrado aos discentes. Cada curso poderá dispor, segundo sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Tutor(es). A seguir, estão descritas as responsabilidades de cada um desses profissionais, assim como de outros que atuarão no curso.

5.9.1. Professor Coordenador

As atribuições do Professor Coordenador são

I - Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;

II - Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na IES;

III - Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância, e do sistema de avaliação do aluno;

IV - Realizar planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos profissionais envolvidos no curso;

V – Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, a avaliação da aprendizagem

do aluno;

VI - Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;

VII - Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, quando necessário;

VIII - Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;

IX - Verificar “in loco” o bom andamento do curso;

X - Acompanhar e supervisionar as atividades dos professores formadores, conteudistas, revisores e tutores.

5.9.2. Professor Conteudista

As atribuições do Professor Conteudista são:

I - Apresentar os conteúdos da disciplina atendendo à ementa e à carga horária desta;

II - Elaborar as unidades da disciplina, conforme as orientações da equipe da DEaD;

III - Apresentar os conteúdos de acordo com calendário de produção a ser especificado pela equipe da DEaD;

IV - Orientar a elaboração de conteúdos multimídia (vídeo-aulas, slides, áudios, hipertextos etc.) e de atividades para auxiliar no processo de aprendizagem;

V - Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias utilizados;

VI - Participar e/ou atuar nas atividades de formação desenvolvidas na UERN ou outras IES;

VII - Fazer a revisão final dos conteúdos após a adaptação metodológica realizada pela equipe da DEaD.

5.9.3. Professor Revisor

O Professor Revisor terá como atribuição revisar, alterar e/ou adaptar os conteúdos e as atividades produzidas pelo Professor Conteudista para um componente curricular, considerando opiniões emitidas pelos colaboradores do processo.

5.9.4. Professor Formador

As atribuições do Professor Formador são:

I - Planejar, de acordo com o PGCC, as ações de formação, viabilizando metodologias

que atendam às necessidades formativas dos discentes;

II - Orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos ProfessoresTutores;

III - Acompanhar e executar ações formativas em consonância com o Projeto Pedagógico doCurso;

IV - Avaliar junto com a Coordenação do Curso o processo de formação dos discentes no decorrer do períodoletivo;

V - Adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho dos discentes nos componentescurriculares;

VI - Desenvolver, em colaboração com os demais agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sistemas e metodologias de avaliação de alunos, mediante uso dos recursos previstos nosPGCCs;

VII -Participardeatividadesformativasquevisemodesenvolvimentodemetodologias e de materiais didáticos para a modalidade adistância;

VIII - Produzir relatórios de acompanhamento das respectivas atividades, sempre que solicitado pela Coordenação deCurso;

IX - Organizar atividades e encontros com os Professores Tutores para acompanhamento e avaliação docurso;

X - Encaminhar ao Coordenador de Curso informações pertinentes a participação e o desempenho dos discentes nas atividadesacadêmicas.

5.9.5. Tutor

As atribuições do Tutor são:

I - Mediar a comunicação de conteúdos entre o Professor Formador e os discentes;

II - Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;

III - Apoiar o Professor Formador da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;

IV - Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;

V - Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dosestudantes;

VI - Participar das atividades de capacitação eatualização;

VII - Elaborar relatórios bimestrais de acompanhamento dos alunos e encaminhar ao ProfessorFormador;

VIII - Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do Professor Formador;

IX - Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) e responder às solicitações dos discentes no prazo máximo de 24 horas;

X - Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na realização de avaliações e de atividades práticas.

5.10. ATRIBUIÇÕES DO ALUNO DO CURSO

Serão atribuições do aluno neste curso:

- a) participação nos encontros presenciais obrigatórios organizados pelos tutores do polo regional; nesses encontros, os alunos discutirão suas dúvidas, apresentarão sua produção realizada individualmente e/ou em grupo e terão suas atividades discutidas e avaliadas;
- b) participação nos seminários integradores presenciais realizados no seu polo de inscrição;
- c) deslocamento até o polo para orientações sobre os conteúdos das disciplinas com o tutor, participação no trabalho em grupos, utilização da mídia e do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, quando considerar necessário e não tiver o equipamento no seu local de trabalho ou em casa;
- d) demonstração de um bom desempenho acadêmico dentro das especificações do regulamento do curso;
- e) participação nos encontros, conferências e reuniões virtuais;
- f) participação nos fóruns e atividades no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem;
- g) criação de uma representação discente por polo.

5.11. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO DE LETRAS - LÍNGUA INGLESA

A promulgação da LDB 9394/96 tem impelido os cursos de formação docente em Letras - Língua Inglesa das universidades brasileiras a uma reestruturação, no sentido de incorporar as exigências da legislação educacional, de forma a contemplar as especificidades, características e perspectivas atuais do campo do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. A instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental e Médio e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEMs), elaborados para estimular e apoiar as equipes escolares na reflexão sobre a prática diária, o planejamento de aulas e, sobretudo, o desenvolvimento do currículo da escola, contribuem para a atualização profissional e a construção da formação do indivíduo como cidadão. Neste sentido, a organização

curricular dos cursos de graduação em Letras - Língua Inglesa implica a redefinição de propostas educativas que contemplem os espaços emergentes na área, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que convergem para uma fundamentação contextualizada, de forma a atender as demandas sociais atuais. Sendo assim, o Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura), na modalidade a distância, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no que se refere a sua organização curricular, fundamenta-se nos princípios formativos definidos no Regulamento dos Cursos de Graduação (RCG), os quais enfatizam a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática, a flexibilidade, a contextualização, a democratização, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) estabelece que o ensino de línguas estrangeiras, além de ensinar um idioma estrangeiro, colabora para o desenvolvimento integral do indivíduo, devendo seu ensino proporcionar ao aluno uma abertura para o mundo, tanto o mundo próximo, fora de si mesmo, quanto o mundo distante, em outras culturas. Assim, contribui-se para a construção, e para o aperfeiçoamento pelo aluno, de uma competência não só no uso de línguas estrangeiras, mas também na compreensão de outras culturas. Nesse mesmo enfoque, as OCEMs preconizam que a contribuição de uma aprendizagem de língua estrangeira, além de qualquer instrumentalização linguística, está em:

- I. Estender o horizonte de comunicação do aprendiz para além de sua comunidade linguística restrita própria, ou seja, fazer com que ele entenda que há uma heterogeneidade no uso de qualquer linguagem, heterogeneidade esta contextual, social, cultural e histórica;
- II. Há diversas maneiras de organizar, categorizar e expressar a experiência humana e de realizar interações sociais por meio da linguagem;
- III. Aguçar, assim, o nível de sensibilidade linguística do aprendiz quanto às características das Línguas Estrangeiras em relação à sua língua materna e em relação aos usos variados de uma língua na comunicação cotidiana;
- IV. Desenvolver, com isso, a confiança do aprendiz, por meio de experiências bem-sucedidas no uso de uma língua estrangeira, enfrentar os desafios cotidianos e sociais de viver, adaptando-se, conforme necessário, a usos diversos da linguagem em ambientes diversos (sejam esses em sua própria comunidade, cidade, estado, país ou fora desses).

5.11.1. Relação teoria e prática

Esta proposta curricular assume a concepção da relação entre teoria e prática, rompendo com a clássica proposição de que a teoria precede à prática, tendo como pressuposto e fundamento principal a práxis. Compreendendo nessa perspectiva, a prática é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e de chegada do trabalho intelectual, mediada pela ação educativa.

Nessa perspectiva, a atividade docente é apreendida não só na formação inicial, mas desde que se entra na escola pela primeira vez, através da observação do comportamento dos professores. Assim, o aluno de graduação traz consigo seus conhecimentos prévios sobre a prática docente, dos quais irá utilizar-se para construir seus conhecimentos sobre a sua profissão.

Nesse sentido, é importante, nessa discussão, conceber a graduação em Letras -Língua Inglesa como espaço legítimo de socialização de conhecimentos, no sentido de possibilitar, ao futuro profissional do ensino, a reflexão crítica de sua práxis docente enquanto um dos mecanismos para garantir seu desenvolvimento profissional. Bernardi et al (2006) ressaltam que a teoria e a prática devem ser entendidas numa relação dialética, para promover a ação e a reflexão do professor, num movimento permanente e de recursividade, de interação e independência relativa.

Assim sendo, as estratégias pedagógicas para articular teoria e prática surgem de momentos relativos à construção de conhecimentos interdependentes, num verdadeiro processo dialético, ou seja, a partir da alternância de espaços dedicados ao tratamento teórico dos temas, como outros em que a análise da realidade e a prática sobre ela também geram reflexões, indagações e questionamentos teóricos. Isso implica considerar espaços e situações de ensino e aprendizagem que promovam a reflexão na ação, em que o aluno estagiário possa aprender e entender, a partir de situações diversificadas, como pensam os profissionais quando atuam.

Nessa perspectiva, a articulação entre teoria e prática na formação inicial do professor de Língua Inglesa aponta para formas alternativas da didática. Esses pontos em comum, que estabelecem a relação entre teoria e prática relativa ao ensinar e ao aprender na universidade, constituem-se enquanto essência deste Curso, uma vez que envolve não só o conhecimento específico da área do ensino e aprendizagem de Língua Inglesa, mas, sobretudo, os processos didático-pedagógicos essenciais para a prática educativa.

5.11.2. Contextualização

A formação do professor de língua inglesa, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, está alicerçada no envolvimento desse profissional do ensino em um processo de reflexão sobre sua prática pedagógica, requerendo dele o desenvolvimento de competências e habilidades capazes de atuar como agentes reflexivos e decisórios na formação de seus aprendizes como cidadãos atuantes em contextos reais de suas comunidades de prática (BRASIL, 1998). Nesse sentido, o currículo do Curso e sua organização precisam ser repensados de modo a integrar componentes curriculares, situar saberes e abrir inúmeras possibilidades para a construção efetiva do conhecimento na área.

Assim sendo, o princípio da contextualização é o responsável por orientar a organização do currículo na devida adequação dos conteúdos às características regionais e locais onde se desenvolve. Essas características são importantes na medida em que se relacionam significativamente com a vida dos licenciandos e permitem, no currículo, um confronto saudável entre os saberes advindos, tanto dos estudos básicos, como do aprofundamento e diversificação destes. É a contextualização que nos permitirá pensar o currículo na perspectiva de espaços distintos e diversificados, pois todos são importantes e significativos no que se refere ao ensino e aprendizagem de língua inglesa.

Compreendendo o Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância na sua amplitude, a docência se perfaz como uma possibilidade para ampliar o desenvolvimento profissional do professor de língua inglesa, explicando-se no fato de que a aprendizagem de seus sujeitos é situada. Nesse sentido, o campo de atuação profissional torna-se, para o licenciando, não somente um espaço físico, mas se constituirá em um contexto social no qual circulam metas, memórias, valores e intencionalidades múltiplas.

Assim sendo, quanto mais relações forem estabelecidas, através do currículo, entre os espaços educativos e os futuros educadores, melhores poderão ser vislumbradas as possibilidades de desenvolvimento profissional desses sujeitos.

5.11.3. Interdisciplinaridade

O enfoque interdisciplinar, compreendido como uma busca da construção de uma visão dialética da realidade, é manifestado, no contexto da educação, como uma contribuição para a

reflexão e o encaminhamento de soluções às dificuldades relacionadas ao ensino e à pesquisa.

No campo da produção do conhecimento científico, a interdisciplinaridade é posta como uma alternativa de superar a dissociação do conhecimento produzido para orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento, a partir de uma perspectiva da totalidade. No ensino, a interdisciplinaridade constitui uma das condições para a melhoria da sua qualidade, por orientar-se na perspectiva da formação integral do sujeito, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre o conhecimento acumulado e as situações do cotidiano.

Nesta perspectiva, educar é mais do que ensinar o que se sabe. É também descobrir o que não se sabe, o que informa o professor e o aluno enquanto aprendizes permanentes. Aqui, professor e aluno partilham da mesma experiência: descobrem e criam o que aprendem.

Há uma necessidade de preparar os alunos para serem produtores e criadores de conhecimentos, o que implica uma formação e aceitação da pesquisa educacional que promova o desenvolvimento da capacidade crítica, a qual possibilita que o aluno, ao encontrar um problema, seja capaz de formular e avaliar as hipóteses com vistas à sua solução.

A pesquisa, a fundamentação teórica e as informações que daí emergem, junto ao compromisso e interesse do professor pesquisador, evidenciam um processo formal e sistemático de desenvolvimento da prática investigativa, importante para o aluno na sua iniciação científica na graduação.

5.11.4. Democratização

O graduado em Letras - Língua Inglesa, na sua atuação profissional, estará pautado em um repertório de saberes e habilidades, fundamentado em princípios que possibilitem o exercício de sua profissão, sobretudo na democratização. Na perspectiva desse princípio, pretende-se oferecer ao formando as condições adequadas para o exercício de sua cidadania, manifestada na sua participação na gestão do processo educativo, considerando-se a compreensão de seu papel como sujeito que se insere numa dada realidade de maneira crítica, participativa e transformadora.

Democratizar o ensino no Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância não significa apenas ofertar um número determinado de vagas, mas, principalmente, proporcionar uma formação que habilite o licenciando em Língua Inglesa conhecer e compreender a escola como uma instituição complexa, cuja função é promover a educação para e na cidadania, bem como para a participação na gestão e organização de processos educativos.

O princípio da democratização, no âmbito do Curso de Letras - Língua Inglesa, permite ao graduando compreender os limites e possibilidades da educação em sua dimensão formadora e transformadora, articulando, através da escola, a preparação do sujeito que a sociedade tecnológica requer, ou seja, um cidadão crítico, reflexivo e capaz de transformar a realidade. Nessa perspectiva, a competência do professor de Língua Inglesa que se pretende formar deve pautar-se na dignidade humana, na justiça, no respeito mútuo, na participação, na responsabilidade, no diálogo e na solidariedade que permitam ao indivíduo atuar tanto como profissional quanto como cidadão.

Essa compreensão evidencia que os cursos de formação de professores só têm sentido se tiverem, concretamente, uma prática social firmada no compromisso de transformá-la. Considera-se, então, que a formação do professor de Língua Inglesa deve estar articulada com os objetivos básicos da escola e da educação, os quais dizem respeito à construção do conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, éticas e afetivas.

5.11.5. Flexibilização

O mundo contemporâneo coloca às universidades questões fundamentais em relação à formação de profissionais no século XXI, ou seja, profissionais que atendam às exigências do trabalho e da produção, aptos a intervir e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso implica orientar-se conforme o princípio da flexibilização, enquanto mecanismo para acompanhar as mudanças vigentes e as demandas advindas da sociedade, por uma formação de profissionais críticos e cidadãos.

Nesse sentido, compreende-se que a flexibilização curricular deve proporcionar ao aluno uma participação mais ativa na sua formação, ou seja, envolve uma proposta de ensino e aprendizagem que ultrapasse os espaços da sala de aula, evidenciando novas formas de interação e de atuação e projete-se para outras possibilidades geradoras além de sua aptidão específica. Assim sendo, a flexibilização curricular aponta para duas perspectivas principais: a flexibilização vertical e a flexibilização horizontal.

A flexibilização curricular vertical é expressada através da organização dos componentes curriculares em campos de conhecimentos, os quais possibilitam, gradativamente, a apropriação de saberes e competências inerentes à atuação do professor de língua inglesa, seja em espaços escolares ou não-escolares. O caráter da flexibilização vertical manifesta-se também na oportunidade de o aluno optar por aprofundar conhecimentos específicos de uma determinada área de atuação.

A flexibilização horizontal é expressada através do ensino, da pesquisa e da extensão, em atividades acadêmicas diversas, que vão além daquelas desenvolvidas no espaço da sala de aula, tais como a participação e atuação em eventos científicos e culturais, seminários, monitorias, oficinas pedagógicas, palestras, grupos de estudos, entre outros.

A universidade precisa, portanto, estar mais atenta às mudanças ocorridas na sociedade, visando contribuir para a construção de alternativas, bem como para a formação de novos profissionais, competentes e habilitados, capazes de intervir nos problemas relativos à sociedade contemporânea e, particularmente, à sociedade local.

5.11.6. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

As instituições de ensino superior trazem no cerne de suas discussões o consenso de que a formação de indivíduos em uma perspectiva acadêmica, profissional e cidadã deve estar alicerçada em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa, enquanto mecanismo fundamental à produção de conhecimentos, articulada como ensino e práticas intervencionistas, promove a integração entre conhecimentos teóricos e atividades práticas, contribuindo com o processo de transformação da sociedade.

Na sociedade contemporânea, a formação acadêmica precisa articular uma competência científica, fundamentada em conhecimentos que dão sustentação a uma dada ciência, processo este que requer o domínio da conformação histórica dessa ciência, domínio dos métodos e linguagens, em cuja base de fundamentos pode-se construir o *aprender a aprender*.

O processo de construção do conhecimento no espaço acadêmico deve proporcionar, através da articulação entre práticas investigativas, disciplinas e projetos de intervenção, a percepção da realidade concreta, o que conduz a uma formação de múltiplas abordagens, uma vez que a complexidade do processo educacional não é específica de uma disciplina, nem de momentos dicotômicos entre teoria e prática, no processo de formação.

No contexto atual, portanto, é preciso que no Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância da UERN supere-se uma estrutura curricular rígida, disciplinada e fragmentada, manifestada na sequência hierarquizada de conteúdos desarticulados. Nesse enfoque, prima-se por uma estruturação curricular que proporcione a articulação permanente do tripé ensino-pesquisa-extensão, permitindo a incorporação de formas diversificadas de aprender.

5.12 CONEXÃO DA PROPOSTA DO CURSO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Como apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do ponto de vista contextual, a sociedade brasileira se encontra mais aberta, democrática e plural. Uma sociedade menos desigual, que enxerga como necessidade a inclusão de novas demandas à universidade. Tal fato exige, por parte dos cursos de graduação, uma adequação nos equipamentos e na produção de todo um saber-fazer necessário à atuação eficaz junto a esses grupos.

Nesta perspectiva, um curso na modalidade a distância possibilitará que um número maior de pessoas, que por suas razões não podem estar presentes durante a semana em um curso presencial, tenha acesso à sua formação em nível superior através de novas formas de aprendizagem formuladas e apresentadas nesse curso.

Apesar da modernização e dos novos recursos a serviço da aprendizagem, como apresentado no PDI, especificamente no caráter público da Universidade, o fortalecimento da Educação Básica ainda se apresenta como um dos desafios à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Sendo este um curso de licenciatura, faz-se necessária a formação inicial e continuada dos professores de modo diferente do que se pensou até agora. A possibilidade de formar professores licenciados para atuar nesse nível de ensino, bem como o desenvolvimento da pesquisa e formação didática propostos neste Curso, visa melhorar a qualidade do ensino básico, melhor atendendo, dessa forma, ao público alvo desse nível de ensino.

No que se refere à expansão geográfica e à expansão dos cursos, esse Curso corresponde ao que é apresentado no PDI:

a o desafio de aumentar a oferta de vagas de cursos já existentes, a educação a distância poderá ser uma ferramenta útil. Para as demais situações, a resposta está na diversificação das fontes de financiamento e no aumento da capacidade institucional de captação de recursos (PDI, p.32).

Vemos que a proposição de um curso de Letras - Língua Inglesa na modalidade a distância coaduna com as formas de expansão de atendimento dos cursos de licenciatura da UERN, e seu financiamento, através do Ministério da Educação, apresenta a necessidade de atrair a esta instituição recursos de agências de cooperação nacionais e internacionais.

Tal como o curso presencial, a graduação aqui ofertada tem como um de seus objetivos realizar uma formação integral de qualidade, visando contribuir, cada vez mais, para a formação do licenciando enquanto sujeito capaz de desenvolver práticas pedagógicas que atendam às necessidades do contexto educacional ao qual está imerso, através da formação interdisciplinar,

integral e de qualidade.

Atentos ao compromisso social desta instituição, nosso maior engajamento será na qualidade da formação dos egressos e no desenvolvimento de projetos extensivos que possam atender à sociedade do Estado do Rio Grande do Norte em suas carências e perspectivas futuras, relacionadas à área de formação desse curso.

De acordo com a dimensão acadêmica apresentada no PDI, consideramos indissociáveis as atividades de pesquisa, ensino e extensão. Dessa forma, vemos que o ensino superior pode proporcionar, aos seus discentes, o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, de acordo com essa dimensão de planejamento da UERN.

Esse curso também se afina ao PDI pois, através da modalidade semipresencial, busca a democratização do acesso e permanência de alunos nos cursos. A possibilidade do estudante do curso definir seus horários e a ampliação de vagas ofertadas contribuirá sensivelmente para essa democratização e efetivação do ensino.

Por último, e não menos importante, considerando o compromisso com a qualidade do ensino ofertado pela UERN, o presente Curso se compromete com as avaliações realizadas, tanto internamente, nas reuniões administrativas e pedagógicas departamentais, como também respondendo às avaliações periódicas realizadas pelo Governo do Estado e pela própria instituição, a qual preza pela qualidade dos cursos ofertados.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Quadro Geral da carga horária total do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na Modalidade a Distância foi estruturado de acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essa resolução determina que a carga horária será efetivada mediante integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duascentas horas), nas quais a articulação teoria-prática garanta 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso. Além dessas, contabilizam ainda 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica; 2.200 (duas mil e duascentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, cujas atividades formativas estruturam-se nos núcleos a seguir: 1) estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; 2) aprofundamento e

diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos; 3) estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros e 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.

Desse modo, o quadro abaixo demonstra a integralização total da carga horária do curso com 3.485 (três mil quatrocentos e oitenta e cinco) horas.

6.1. COMPONENTES CURRICULARES

6.1.1. Disciplinas obrigatórias

Tabela 1 – Caracterização das Disciplinas Obrigatórias

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Produção Textual	-	60/04	-	04	60/04
Metodologia do Trabalho Científico	-	60/04	-	04	60/04
Introdução à Linguística	-	60/04	-	04	60/04
Introdução à EaD	-	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa I	-	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa II	Língua Inglesa I	60/04	-	04	60/04

Fonética e Fonologia I (Inglês)	-	60/04	-	04	60/04
Texto e discurso	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
Teoria da Literatura I	-	60/04	-	04	60/04
Psicologia da Educação	-	30/02	30/02	04	60/04
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	-	60/04	-	04	60/04
Psicolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
Filosofia da Linguagem	-	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa III	Língua Inglesa II	60/04	-	04	60/04
Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I	60/04	-	04	60/04
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	Língua Inglesa II	60/04	30/02	06	90/06
Didática Geral	-	30/02	30/02	04	60/04

Língua Inglesa IV	Língua Inglesa III	60/04	-	04	60/04
Sociolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	60/04	30/02	06	90/06
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa II	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	60/04	30/02	06	90/06
Leitura e Produção de Textos em Língua Inglesa	Língua Inglesa III	60/04	30/02	06	90/06
Estágio Supervisionado I (Inglês)	Psicologia da Educação / Didática Geral / Língua Inglesa III / Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	30/02	75/05	07	105/07
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	-	30/02	30/02	04	60/04
Língua Inglesa V	Língua Inglesa IV	60/04	-	04	60/04
Ensino de Leitura e Produção escrita em Língua Inglesa	Língua Inglesa IV	60/04	30/02	06	90/06
Literatura Inglesa I	Teoria da Literatura II / Língua Inglesa III	60/04	-	04	60/04

Estágio Supervisionado II (Inglês)	Estágio Supervisionado I (Inglês)	30/02	120/08	10	150/10
Literatura Norte-Americana I	Teoria da Literatura II / Língua Inglesa III	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa VI	Língua Inglesa V	60/04	-	04	60/04
Literatura Inglesa II	Literatura Inglesa I	60/04	-	04	60/04
Literatura Norte-Americana II	Literatura Norte-Americana I	60/04	-	04	60/04
Estágio Supervisionado III (Inglês)	Estágio Supervisionado II (Inglês)	30/02	120/08	10	150/10
Ensino de Compreensão Auditiva e de Produção Oral em Língua Inglesa	Língua Inglesa V	60/04	30/02	06	90/06
Língua Inglesa VII	Língua Inglesa VI	60/04	-	04	60/04
Literatura Inglesa III	Literatura Inglesa II	60/04	-	04	60/04
Seminário de Monografia I(Inglês)	Estágio Supervisionado III (Inglês)	60/04	60/04	08	120/08

Literatura Norte-Americana III	Literatura Norte-Americana II	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa VIII	Língua Inglesa VII	60/04	-	04	60/04
Seminário de Monografia II(Inglês)	Seminário de Monografia I (Inglês)	30/02	90/06	08	120/08
TOTAL		2.070/138	795/53	191	2.865/191

6.1.2. Disciplinas optativas

As disciplinas optativas serão oferecidas no sétimo e oitavo períodos, devendo o aluno cursar um total de 60 horas. Segue a tabela com a caracterização das disciplinas optativas, que configuram componentes curriculares necessários à integralização curricular do discente:

Tabela 2 – Caracterização das Disciplinas Optativas

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Tradução I	-	30/02	-	02	30/02
Tradução II	-	30/02	-	02	30/02
Análise do Discurso	-	60/04	-	04	60/04
Argumentação	-	30/02	-	02	30/02

Fonética e Fonologia II (Inglês)		30/02	-	02	30/02
Ensino de Línguas e Imperialismo Cultural	-	30/02	-	02	30/02
Estudos do Letramento I	-	30/02	-	02	30/02
Estudos do Letramento II	-	30/02	-	02	30/02
Literatura e Cinema	-	60/04	-	04	60/04
Literatura Inglesa IV	-	30/02	-	02	30/02
Literatura Norte- Americana IV	-	30/02	-	02	30/02
Música e Ensino de Línguas	-	30/02	-	02	30/02
Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas Estrangeiras	-	60/04	-	04	60/04
Ensino de Gramática em Língua Inglesa	-	60/04	-	04	60/04
Gêneros textuais e ensino de línguas	-	60/04	-	04	60/04
TOTAL	-	600/40	-	40	600/40

6.1.3. Prática Como Componente Curricular(PCCC)

A Prática Como Componente Curricular (PCCC), com carga horária de 480 horas, tem como objetivo promover atividades didático/pedagógicas relacionadas à formação do professor de língua inglesa, primordialmente, em escolas da Educação Básica (Parecer CNE/CPn.28/02 – anexo 8 e Resolução CNE/CP nº 2, de 19/2/02), mas que também podem ser desenvolvidas em outros espaços de ensino e aprendizagem.

A PCCC constitui-se de atividades que visam a viabilizar e articular espaços para a pesquisa e aprendizagem prática dos licenciandos em Letras-Língua Inglesa, como objetivo de possibilitar elementos concretos para a reflexão sobre a educação, em especial a educação linguística, na sua totalidade.

As atividades relativas à PCCC ocorrerão mediante o contato com instituições e profissionais que atuam em diferentes espaços educacionais formais e não formais, nos quais o ensino da língua inglesa é desenvolvido, e onde o aluno/licenciando é concebido como colaborador aprendiz.

As áreas de atuação do professor de língua inglesa que devem servir de referência para o desenvolvimento da PCCC são os distintos espaços educativos onde acontece o ensino e aprendizagem da língua inglesa. A Prática Como Componente Curricular (PCCC) será integralizada como parte das disciplinas, e se desenvolve conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 – Componentes curriculares que possuem carga horária de PCCC

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Texto e discurso	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
Psicologia da Educação	-	30/02	30/02	04	60/04
Psicolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04

Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	Língua Inglesa II	60/04	30/02	06	90/06
Didática Geral	-	30/02	30/02	04	60/04
Sociolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	60/04	30/02	06	90/06
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa II	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	60/04	30/02	06	90/06
Leitura e Produção de Textos em Língua Inglesa	Língua Inglesa III	60/04	30/02	06	90/06
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	-	30/02	30/02	04	60/04
Ensino de Leitura e Produção escrita em Língua Inglesa	Língua Inglesa IV	60/04	30/02	06	90/06
Ensino de Compreensão Auditiva e de Produção Oral em Língua Inglesa	Língua Inglesa V	60/04	30/02	06	90/06
Seminário de Monografia I (Inglês)	Estágio Supervisionado III (Inglês)	60/04	60/04	08	120/08

Seminário de Monografia (Inglês) de II	Seminário de Monografia I (Inglês)	30/02	90/06	08	120/08
TOTAL		600/40	480/32	72	1080/72

As atividades de Prática Como Componente Curricular (PCCC) integram as disciplinas que estão mais diretamente relacionadas à formação de competências e habilidades para o ofício docente. Compreendem trabalhos de pesquisa, elaboração de relatórios, realização de atividades educativo-linguísticas (*workshops*, por exemplo), entre outros.

6.1.4. Atividades Complementares (Acadêmico-Científico-Culturais)

As Atividades Complementares correspondem aos fazeres que integram o ensino, a pesquisa e a extensão, que visam a contribuir para a formação geral do docente. Essas atividades, fundamentadas nas orientações estabelecidas pelas Resoluções CNE/CPNº01/2002 e Nº02/2002 e Nº02/2015, devem somar o total de 200 horas, que serão integralizadas durante o transcorrer de seu percurso de formação acadêmica, supervisionadas por um orientador, que deverá sugerir aos alunos a integralização média de 25 horas por semestre, de maneira a promover uma distribuição proporcional em cada período. Caberá ao colegiado constituir um orientador acadêmico, que deverá planejar, acompanhar, assessorar, avaliar e fazer o registro da documentação comprobatória das atividades realizadas pelos discentes. Tais atividades deverão ser orientadas de forma a contemplar a fluidez da matriz curricular, prevendo-se também exequibilidade nos períodos onde acontecerão os Estágios Supervisionados e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para efeito de registro, o aluno deverá requerer a validação das horas cumpridas, em formulário apropriado, anexar a documentação comprobatória, e entregar ao orientador, que emitirá parecer e encaminhará à pasta dos respectivos alunos.

Serão consideradas atividades complementares de natureza acadêmico-científico-culturais, aquelas inseridas na Tabela de Validação a seguir:

Tabela 4 - Atividades complementares

Atividade	Quantidade de horas atribuídas poratividade	CH máxima semestral	Tipo de registro e documentação
Publicações físicas de trabalhos em revistas técnicas/científicas.	20	40	Cópia da capa, sumário e página inicial da respectivaprodução.
Publicações virtuais de trabalhos em revistas técnicas/científicas.	15	30	Cópia da capa, sumário e página inicial da respectivaprodução.
Publicação de artigos em revistas e jornais.	10	20	Cópia do artigo.
Publicação de livro	40	40	Cópia da capa e sumário da respectiva produção
Publicação de capítulo em livro	25	25	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectivaprodução
Publicação de trabalho em anais de evento científico (local/regional)	15	30	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectivaprodução
Publicação de resumo em anais de evento científico (local/regional)	10	20	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectivaprodução
Publicação de trabalho em anais de evento científico (nacional)	20	40	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectivaprodução

Publicação de resumo em anais de evento científico (nacional)	15	30	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de trabalho em anais de evento científico (internacional)	30	60	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de resumo em anais de evento científico (internacional)	20	40	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Bolsista de iniciação científica ou voluntário	40	40	Registro no projeto
Bolsista em projetos de pesquisa credenciado por órgão de fomento vinculado a outras instituições, desde que tenha relação com a área de Letras.	40	40	Registro no projeto
Apresentação de trabalho em evento local/regional	10	20	Certificado de apresentação
Apresentação de trabalho em evento nacional/internacional	15	30	Certificado de apresentação
Participação sem apresentação de trabalhos em eventos (seminários, congressos, simpósios etc)	De acordo com certificado emitido.	40	Certificado de participação
Membro de base de pesquisa e/ou grupo de estudos institucionais.	De acordo com certificado emitido.	40	Certificado de participação

Participação em conferências/palestras isoladas	5	20	Certificado de participação
Curso ou projeto de extensão	De acordo com certificado emitido	40	Certificado de participação
Bolsista voluntário de projeto de extensão	De acordo com certificado emitido	40	Certificado de participação
Bolsa de monitoria ou monitoria voluntária em área específica (Letras)	De acordo com certificado emitido	40	Certificado de participação
Bolsa de monitoria ou monitoria voluntária em outras áreas	De acordo com certificado emitido	30	Certificado de participação
Participação como ministrante em projetos de natureza educativo-linguística.	De acordo com certificado emitido	30	Certificado de participação
Organização de eventos acadêmico-científicos do curso	10	20	Declaração da coordenação
Representação em órgãos deliberativos da UERN	2	10	Cópia da ata da sessão
Participação no CA do curso e no DCE	4	10	Ata da reunião

Participação em cursos, minicursos e capacitações	De acordo com certificado emitido	40	Certificado
Participação como ouvinte em defesa de trabalhos acadêmicos (monografias, teses e dissertações)	2	10	Declaração ou cópia da ata de frequência

6.1.5. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) é concebido como um campo de conhecimento teórico-prático e interdisciplinar, que possibilita ao educando a aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto social, ético, político, tecnológico, cultural e educacional no qual o trabalho docente está inserido. Configura-se, assim, como espaço de convergência dos conhecimentos científicos pertinentes a cada área e das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso, sendo essencial para a formação de competências docentes do futuro profissional licenciado.

A realização do Estágio Curricular Supervisionado está fundamentada nas Resoluções Nº 01/2002, Nº 02/2002 e Nº 02/2015 do Conselho Nacional de Educação. Esta última institui a carga horária total de 400 horas para o estágio de estudantes de graduação de Cursos de Formação de Professores para o Ensino Básico, Licenciatura Plena.

O Estágio Curricular Supervisionado configura-se como um componente curricular de caráter obrigatório, com o desenvolvimento de atividades de orientação teórico-metodológica, planejamento, observação, coparticipação e regência, exercidas pelos alunos do Curso de Letras - Língua Inglesa em espaços educacionais.

O Estágio Supervisionado é ofertado nos 4º, 5º e 6º períodos, perfazendo uma carga horária total de 405 horas, assim distribuídas: 90 horas teóricas (30h no 4º período, 30h no 5º período e 30h no 6º período) e 315 de atividade práticas (75h no 4º período, em turmas de Ensino Fundamental e Médio, 120h no 5º período, em turmas de Ensino Fundamental e 120h no 6º período em turmas de Ensino Médio) que compreendem as fases de diagnóstico,

participação e regência. Nesse sentido, dividimos o estágio nas seguintes etapas:

Tabela 5 – Etapas e Carga Horária de Estágio Supervisionado

Disciplina	Orientação	Diagnóstico / participação	Regência	Seminário de avaliação (presencial)	Relatório de estágio	CH total (Semestre)
Estágio Supervisionado I	30	40 ¹	-	15	20	105
Estágio Supervisionado II	30	30 ²	40	20	30	150
Estágio Supervisionado III	30	30 ³	40	20	30	150

As atividades desenvolvidas nesse componente curricular, especialmente aquelas destinadas à orientação, devem: contemplar a discussão dos princípios básicos do Estágio Supervisionado, no que diz respeito à sua importância para a formação profissional, bem como oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática docente em diferentes contextos de ensino e aprendizagem; orientar o aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, conforme o Programa Geral do Componente Curricular (PGCC), aprovado pelo Departamento de Letras Estrangeiras (DLE); e fornecer os instrumentos a serem utilizados no estágio, como fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico.

No campo de estágio, as atividades de observação destinam-se ao conhecimento da realidade do campo de estágio, por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino e pesquisa; as atividades de intervenção destinam-se à intencionalidade de colaboração e co-atuação do trabalho pedagógico, junto ao Supervisor de Campo; e as atividades do exercício profissional destinam-se às ações pedagógicas.

Os instrumentos de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado são os relatórios finais, que se constituem como atividade de caráter obrigatório, devendo ser apresentados a cada etapa, conforme plano de ação aprovado em plenária departamental, observando normas estabelecidas no PPC.

Os trabalhos finais do Estágio Curricular Supervisionado correspondem à etapa de sistematização escrita do conhecimento produzido a partir do contato com a prática social, na qual o aluno vivencia, investiga e interpreta a realidade, formula e executa propostas de atuação

¹ A carga horária destinada para esta fase do estágio será dividida entre o ensino fundamental e médio (20h em cada nível, respectivamente).

² Esta fase inclui o planejamento para a fase de regência.

³ Esta fase inclui o planejamento para a fase de regência.

em situações contextualizadas, mediante a (re)elaboração dos elementos teórico-práticos obtidos no decorrer do curso.

Para a avaliação do aluno estagiário, é imprescindível observar os seguintes critérios: cumprimento das etapas previstas; comprovação de cumprimento da carga horária; participação e contribuição nos projetos educativos da escola; avaliação pelo Supervisor de Campo de Estágio; avaliação pelo Supervisor Acadêmico de Estágio; domínio do conteúdo ministrado e habilidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre sua ação docente.

O Estágio Curricular Supervisionado é acompanhado por um professor do curso de Graduação em Letras – Língua Inglesa, a quem compete esclarecer aos alunos sobre o significado e os objetivos do estágio, orientando sua proposta de execução.

Tabela 6 – Caracterização do Estágio Supervisionado

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Estágio Supervisionado I	Didática Geral Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Língua Inglesa III Psicologia da Educação	105/07	-	07	105/07
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado I	150/10	-	10	150/10
Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado II	150/10	-	10	150/10
TOTAL		405/27	-	27	405/27

6.1.5.1 Redução de carga horária do Estágio Supervisionado

O graduando do Curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância poderá solicitar redução de carga horária do Estágio Supervisionado, de acordo com

o artigo 35 da Resolução do CONSEPE 06/2015 – anexo 9, de 25 de fevereiro de 2015:

Os alunos que exercem o magistério na educação básica como professores efetivos, na área objeto de formação, poderão ter redução de até 50% (cinquenta por cento) da carga horária de estágio, observando-se o que dispõe a legislação específica e os critérios estabelecidos no PPC de cada curso, analisando-se cada caso concreto”.

§ 1º A redução da carga horária de estágio será efetivada mediante apresentação, pelo estagiário interessado, de requerimento instruído com documento comprobatório da experiência igual ou superior a seis meses;

§ 2º O pedido de redução será apreciado pelo coordenador de estágio do curso, que poderá solicitar parecer ao departamento acadêmico responsável, caso julgue necessário;

§ 3º Compete ao [sic] DIRCA/PROEG a implantação da redução de carga horária de Estágio Curricular Supervisionado no sistema de registro e controle acadêmico.

6.1.6. Curricularização da Extensão

A universidade é estruturada na dinâmica constituída pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa dinâmica busca referendar a possibilidade de pautar o projeto formativo para atender às finalidades da educação, contempladas nas proposições de sua regulação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho.

Essas proposições, por sua vez, podem ser concretizadas por distintas maneiras, mas a aprendizagem por meio de projetos tem-se revelado de fundamental importância nos contextos universitários, principalmente quando são considerados os projetos de pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, a extensão universitária, entre a diversidade de entendimentos, pode ser considerada uma diretriz institucional, um processo mediador de construção do conhecimento e uma atividade que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem, qualificando o valor epistemológico, ético e político da instituição, que deve ser vivenciado, cotidianamente, pelos sujeitos acadêmicos e comunitários, pelos processos constituídos e constituintes, e pelos resultados individuais e coletivos. Esse princípio está vinculado, também, ao seu projeto social, que se torna a razão do acolhimento de milhares de jovens, formando-os intelectual e profissionalmente, com o objetivo de atuar de modo profissional e competente e de maneira cidadã. Para que tal procedimento seja significativo, é oportuno que, na relação da academia com a sociedade, por meio de seus projetos pedagógicos, constituam-se um tempo e um espaço favoráveis ao processo de aprendizagem. Tempo esse garantido a partir da curricularização da extensão, por meio das Unidades Curriculares de Extensão (UCE).

Como apresentado na resolução 25/2017 – CONSEPE/UERN, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão no capítulo 2 artigo 4º,

Uma UCE é ofertada a partir, obrigatoriamente, de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente (CONSEPE, 2017).

Considerando que as UCE devem responder a 10% da carga horária do curso (Resolução 25/2017 – CONSEPE/UERN), temos especificamente no curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância 360 horas distribuídas em três semestres, efetivadas no 5º, 6º e 7º períodos. Vale ressaltar que, por sua natureza interdisciplinar, os alunos podem matricular-se em UCE de outros cursos, de acordo com as vagas oferecidas. Em contrapartida, poderemos receber alunos de outros cursos, contribuindo para nossas ações extensionistas. Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição das UCE por período:

Tabela 7 – Distribuição das UCE por período

Componente	Período	Carga horária
UCE	5º	120 horas
UCE	6º	120 horas
UCE	7º	120 horas

As UCE serão cadastradas de acordo com o calendário universitário e seguirão os trâmites propostos na instrução normativa da PROEX/PROEG/UERN que regulamenta a curricularização da extensão.

6.1.7. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) consiste em um trabalho monográfico que visa à iniciação científica, por meio de uma pesquisa teórico-empírica. Esse componente curricular possui uma carga horária total de 240 horas, sendo 120h destinadas à disciplina Seminário de Monografia I, ofertado no sétimo período, e 120h destinadas à disciplina Seminário de Monografia II, ofertado no oitavo período. O TCC é entendido como um instrumento de iniciação científica para o licenciando em

Letras. Esse componente é finalizado com um trabalho monográfico individual do aluno, sob orientação de um professor, com titulação mínima de especialista. Esse trabalho deverá ser apresentado publicamente (presencialmente ou por meio de webconferência) ao final do 8º período, sob a avaliação de uma banca examinadora composta de professores (o orientador, presidente da banca, e mais dois membros) de língua inglesa do Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) e convidados de outros departamentos e/ou de outras Instituições de Ensino Superior (IES), com titulação mínima de especialista. O objetivo desse componente é de iniciar o estudante nos caminhos da pesquisa na área de Letras–Língua Inglesa, prevendo a formação necessária para o estudante ascender rumo à pós-graduação.

O componente proporcionará aos alunos a revisão de elementos básicos das metodologias de pesquisa, o que ocorrerá concomitantemente à elaboração do projeto de pesquisa na área do curso, quando da oferta da disciplina Seminário de Monografia I, no 7º período. Na disciplina Seminário de Monografia II, por sua vez, o aluno terá a oportunidade de executar o projeto de pesquisa elaborado na disciplina Seminário de Monografia I, produzindo, dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação de um professor.

Tabela 8 – Caracterização do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Metodologia do Trabalho Científico	-	60/04	-	04	60/04
Seminário de Monografia I	Estágio Supervisionado III (Inglês)	60/04	60/04	08	120/08
Seminário de Monografia II	Seminário de Monografia I	30/02	90/06	08	120/08
TOTAL		150/10	150/10	20	300/20

6.2. MATRIZCURRICULAR

Tabela 9 – Currículo pleno do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância.

Currículo pleno do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância Aprovado pela Resolução 000/000-CONSEPE, de XXX, para ingressantes a partir de 2019.1	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 1.980h	CRÉDITOS TEÓRICOS: 132
DISCIPLINAS OPTATIVAS: 60h	CRÉDITOS DE DISCIPLINAS OPTATIVAS: 04
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR: 480h	CRÉDITOS DE PCCC: 32
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: 405h	CRÉDITOS DE ECS: 27
ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 200h	UCE: 24 CH TOTAL PARA UCE: 360h
TEMPO MÉDIO DE CONCLUSÃO: 04 anos	SUBTOTAL: 2.925 (mais 360h de UCE e 200h de Atividades Complementares)
TEMPO MÁXIMO DE CONCLUSÃO: 05 anos e meio (11 semestres)	CRÉDITOS TOTAL: 219
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.485 h	

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS - LÍNGUA
INGLESA (LICENCIATURA) NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

1º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Produção Textual	60	04	-	-	60	04	-
	Metodologia do Trabalho Científico	60	04	-	-	60	04	-
	Introdução à Linguística	60	04	-	-	60	04	-
	Introdução à EaD	60	04	-	-	60	04	-
	Língua Inglesa I	60	04	-	-	60	04	
TOTAL		300	20	-	-	300	20	-
2º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Língua Inglesa II	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa I
	Fonética e Fonologia I (Inglês)	60	04	-	-	60	04	-
	Texto e discurso	30	02	30	02	60	04	Introdução à Linguística
	Teoria da Literatura I	60	04	-	-	60	04	-
	Psicologia da Educação	30	02	30	02	60	04	-
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	04	-	-	60	04	-

TOTAL		300	20	60	04	360	24	-
3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Psicolinguística (Inglês)	30	02	30	02	60	04	Introdução à Linguística
	Filosofia da Linguagem	60	04	-	-	60	04	-
	Língua Inglesa III	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa II
	Teoria da Literatura II	60	04	-	-	60	04	Teoria da Literatura I
	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	60	04	30	02	90	06	Língua Inglesa II
	Didática Geral	30	02	30	02	60	04	
TOTAL		300	20	90	06	390	26	
4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Língua Inglesa IV	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa III
	Sociolinguística (Inglês)	60	04	30	02	90	06	Introdução à Linguística
	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa II	60	04	30	02	90	06	Metodologia do Ensino da Língua Inglesa I

	Leitura e Produção de Textos em Língua Inglesa	60	04	30	02	90	06	Língua Inglesa III
	Estágio Supervisionado I (Inglês)	30	02	75	05	105	07	Psicologia da Educação/ Didática Geral /Língua Inglesa III/ Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30	02	30	02	60	04	
TOTAL		300	20	195	13	495	33	

5º PERÍODO

Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Língua Inglesa V	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa IV
	Ensino de Leitura e Produção escrita em Língua Inglesa	60	04	30	02	90	06	Língua Inglesa IV
	Literatura Inglesa I	60	04	-	-	60	04	Teoria da Literatura II / Língua Inglesa III
	Estágio Supervisionado II (Inglês)	30	02	120	08	150	10	Estágio Supervisionado I (Inglês)
	Literatura Norteamericana I	60	04	-	-	60	04	Teoria da Literatura II / Língua Inglesa III
	UCE	-	-	120	08	120	08	

TOTAL		270	18	270	18	540	36	-
6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Língua Inglesa VI	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa V
	Literatura Inglesa II	60	04	-	-	60	04	Literatura Inglesa I
	Literatura Norte-Americana II	60	04	-	-	60	04	Literatura Norte-Americana I
	Estágio Supervisionado III (Inglês)	30	02	120	08	150	10	Estágio Supervisionado II (Inglês)
	Ensino de Compreensão Auditiva e de Produção Oral em Língua Inglesa	60	04	30	02	90	06	Língua Inglesa V
	UCE	-	-	120	08	120	08	
TOTAL		270	18	270	18	540	36	-
7º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Língua Inglesa VII	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa VI
	Literatura Inglesa III	60	04	-	-	60	04	Literatura Inglesa II

	Seminário de Monografia I (Inglês)	60	04	60	04	120	08	Estágio Supervisionado III (Inglês)
	Literatura Norte-Americana III	60	04	-	-	60	04	Literatura Norte-Americana II
	Optativa I	30	02	-	-	30	02	-
	UCE			120	08	120	08	
TOTAL		270	18	180	12	450	30	-
8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	CH Teórica	Crédito Teórico	CH Prática	Crédito Prático	CH Total	Crédito total	Pré-Requisitos
	Língua Inglesa VIII	60	04	-	-	60	04	Língua Inglesa VII
	Seminário de Monografia II (Inglês)	30	02	90	06	120	08	Seminário de Monografia I
	Optativa II	30	02	-	-	30	02	-
TOTAL		120	08	90	06	210	14	-

6.3. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

A integralização curricular é o cumprimento, pelo aluno, da carga horária e dos componentes curriculares mínimos exigidos. Este PPC estabelece que a integralização deve ocorrer dentro do limite mínimo de 08 semestres e limite máximo de 11 semestres. O regime do curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância será por crédito, em que cada 15 horas de atividades acadêmicas cursadas pelo aluno corresponde a 01 crédito, de acordo com o RCG/UERN(2017).

Nesse sentido, o aluno cuja integralização curricular não ocorrer dentro do limite

máximo estabelecido terá seu programa de estudo cancelado compulsoriamente. Vale lembrar que os semestres correspondentes ao trancamento de programa de estudo não serão computados para efeito de contagem do limite máximo para integralização curricular.

Para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras - Língua Inglesa na modalidade a distância, o aluno deve integralizar 219 créditos, correspondentes a 3.285 horas, além de 200 horas de Atividades Complementares (ATC) distribuídos da seguinte forma:

Tabela 10 – Distribuição de carga horária e créditos

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias (incluindo TCC)	1.980	132
Disciplinas Optativas	60	04
Prática Como Componente Curricular (PCCC)	480	32
Estágio Supervisionado	405	27
Extensão	360	24
Atividades Complementares (ATC)	200	-
TOTAL	3.485	219

6.4 QUADRO DE EQUIVALÊNCIA

O Curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura) na Modalidade a Distância procura possibilitar aos alunos o aproveitamento de disciplinas cursadas no Curso de Letras Língua Inglesa e Respectivas Literaturas (Licenciatura), modalidade presencial, na UERN. Para tanto, disponibiliza um quadro de equivalência entre disciplinas entre as modalidades EaD e presencial.

Quadro 1: Equivalência Curricular entre componentes de matrizes curriculares (MC) nas modalidades EAD e presencial da UERN.

ITEM	CÓDIGO DA MC DE ORIGEM DO COMPONENTE _____			CÓDIGO DA MC DO COMPONENTE EQUIVALENTE _____			(*)			
	COMPONENTE CURRICULAR DA MC DE ORIGEM			COMPONENTE CURRICULAR EQUIVALENTE						
	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH/CR	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH/CR	SIM	NÃO		
1		Produção Textual	60/04	0401033-1	Produção Textual	60/04	X			
2		Introdução à Linguística	60/04	0402010-1	Linguística I	60/04	X			
3		Metodologia do Trabalho Científico	60/04	04001059-1	Metodologia do Trabalho Científico	60/04	X			
4		Língua Inglesa I	60/04	04002020-1	Fundamentos de Língua Inglesa	60/04	X			
5		Língua Inglesa II	60/04	0402116-1	Língua Inglesa I	60/04	X			
6		Língua Inglesa III	60/04	0402002-1	Língua Inglesa II	60/04	X			
7		Língua Inglesa IV	60/04	0402003-1	Língua Inglesa III	60/04	X			
8		Língua Inglesa V	60/04	0402004-1	Língua Inglesa IV	90/06	X			

9		Língua Inglesa VI	60/04	0402005-1	Língua Inglesa V	90/06	X	
10		Língua Inglesa VII	60/04	0402006-1	Língua Inglesa VI	60/04	X	
11		Língua Inglesa VIII	60/04	0402007-1	Língua Inglesa VII	60/04	X	
12		Fonética e Fonologia I (inglês)	60/04	0402118-1	Fonética e Fonologia I (inglês)	60/04	X	
13		Texto e Discurso	60/04	0402002-1	Linguística II	60/04	X	
14		Teoria da Literatura I	60/04	0402012-1	Teoria da Literatura I	60/04	X	
15		Psicologia da Educação	60/04	0301017-1	Psicologia da Educação	90/06	X	
16		Língua Brasileira de Sinais	60/04	0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	60/40	X	

17		Psicolinguística (inglês)	60/04	0402065-1	Psicolinguística	60/04	X	
18		Filosofia da Linguagem	60/04	0702018-1	Filosofia da Linguagem	60/04	X	
19		Teoria da Literatura II	60/04	0402013-1	Teoria da Literatura II	90/06	X	
20		Metodologia de Ensino da Língua Inglesa I	90/06	0402068-1	Metodologia I (inglês)	90/06	X	
21		Didática Geral	60/04	0301038-1	Didática Geral	60/04	X	
22		Sociolinguística (inglês)	90/06	0402127-1	Sociolinguística	90/06	X	
23		Metodologia de Ensino de Língua Inglesa II	90/06	0402069-1	Metodologia II (inglês)	90/06	X	
24		Leitura e Produção de Textos em Língua em Língua Inglesa	90/06	0402062-1	Leitura e Produção de Textos (inglês)	90/06	X	
25		Estágio Supervisionado I (inglês)	105/07	0402014-1 0402139-1	Prática de Ensino I (inglês) Prática de Ensino II (inglês)	210/14 210/14	X	
26		Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	60/04	0301014-1	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	60/04	X	
27		Literatura Inglesa I	60/04	0402050-1	Literatura Inglesa I	60/04	X	
28		Estágio Supervisionado II (inglês)	150/10	0402014-1	Prática de Ensino I (inglês)	210/14	X	
29		Literatura Norte-Americana I	60/04	0402120-1	Literatura Norte-Americana I	30/02	X	
30		Literatura Inglesa II	60/04	0402051-1	Literatura Inglesa II	60/04	X	

31		Literatura Norte-Americana II	60/04	0402122-1	Literatura Norte-Americana II	60/04	X	
32		Estágio Supervisionado III (inglês)	150/10	0402139-1	Prática de Ensino II (inglês)	210/14	X	
33		Literatura Inglesa III	60/04	0402052-1	Literatura Inglesa III	30/02	X	
34		Seminário de Monografia I (inglês)	120/08	0402123-1	Seminário de Monografia I (inglês)	120/08	X	
35		Literatura Norte-Americana III	60/04	0402017-1	Literatura Norte-Americana III	30/02	X	
36		Seminário de Monografia II (inglês)	120/08	0402082-1	Seminário de Monografia II (inglês)	120/08	X	

(*) Caso em que a equivalência é recíproca entre as disciplinas.

6.5. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES OFERTADOS NO CURSO

O ementário, organizado por semestre letivo, traz informações básicas sobre todos os componentes, obrigatórios e optativos, ofertados no Curso de Letras Língua inglesa e Respectivas Literaturas.

6.5.1. Ementário dos componentes curriculares obrigatórios

1º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular: Produção Textual	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Vernáculas – DLV			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA:Leitura,escritaeanálisedegênerostextuaisacadêmicos(resumo,resenhaeseminário). Elementos responsáveis pela textualidade. Atividades e estratégias de processamento da escrita acadêmica.			
Bibliografia Básica: KOCH,I.V.&ELIAS,V.M. Lereescrever :Estratégiasdeproduçãotextual.SãoPaulo:Contexto, 2010. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MOTTA-ROTH, D.& HENDGES, G. R. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010.			
Bibliografia Complementar: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org). Gêneros Textuais e Ensino . 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. A Coesão Textual . 10 ed. São Paulo: Contexto, 1998. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A Coerência Textual . São Paulo: Contexto, 1999. MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resumo : leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos 1. São Paulo: Parábola, 2004. _____. Resenha : leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos 2. São Paulo: Parábola,2004.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Introdução à Linguística	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	

EMENTA: Visão histórica dos estudos da linguagem verbal. Princípios epistemológicos da linguística como ciência. Teorias da ciência da linguagem verbal: Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo. Propriedades da língua humana.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, C. de. **Paracompreender Saussure**: fundamentos e visão crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. M. **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. V. 3. São Paulo: Pontes, 2004.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

Bibliografia Complementar:

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística**. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

LOPES, E. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2004.

LYONS, J. **Lingua(gem) e Linguística**: uma introdução. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARTELOTTA, M. E. (Org.) **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

Código:	Nome do Componente Curricular: Metodologia do Trabalho Científico	Grupo:	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Vernáculas – DLE		Disciplina	
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Natureza do conhecimento científico. Método científico. Pesquisa Científica. Tipos de pesquisa. Abordagens do método na ciência da linguagem. Estudo dos gêneros acadêmicos artigo científico, projeto de pesquisa e monografia.			

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZOTI, Alda J. A.; GEWANDSZNAJDER F. **O Método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Bibliografia Complementar:

ABNT/**NBR 10520** – Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: citações em documentos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. São Paulo: Atlas, 1995.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**: Diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. Ampliada. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: Propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

Código:	Nome do Componente Curricular: Língua Inglesa I	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA:Estudodasestruturasléxico-gramaticaisdalínguainglesaemnível elementarpormeio de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas. Estudo de aspectos históricos e socioculturais de países de língua inglesa.			
Bibliografia Básica: MURPHY, R. Essential Grammar in Use: A self-study reference and practice book for elementary students of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. SASLOW, J.; ASCHER, A. Top Notch 1A. New York: Pearson Education, 2007. SWAN, M. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 2005. Bibliografia Complementar: BADALAMENTI, V. et al. Grammar Dimensions: form, meaning and use. Boston: Heinle, 2000. MCCARTHY, M. O'DELL, F. Basic Vocabulary in use. New York: Cambridge University Press, 2000. PASSWORD: English dictionary for speakers of Portuguese. São Paulo: Martins Fontes, 2007. RICHARDS, J. New Interchange. Oxford: Oxford University Press, 2000. SOARS, J.; SOARS L. American Headway: Starter A. New York: Oxford University Press, 2002.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Introdução à EaD	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Introdução de questões metodológicas, pedagógicas e políticas da educação a distância. A história da educação a distância. O tema da autonomia do estudante na educação a distância. Políticas de educação a distância no Brasil.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas, SP: Autores Associados. 1999.</p> <p>MARTINS, Guilherme; AMARAL, Marcela; GONÇALO, Tibúrcio. Tendências do Ensino Superior no Século XXI: a Educação a Distância em Discussão. Mossoró, RN: Edições UERN, 2010.</p> <p>MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. Educação a Distância: uma visão integrada. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>PETERS, Otto. A educação a distância em transição: Tendências e desafios. Trad. Leila Ferreira de S. Mendes. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.</p>			

2º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular: Língua Inglesa II	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Aprofundamentodoestudodasestruturasléxico-gramaticaisdalínguainglesaemnível elementarpormeio deatividadesenvolvendoasquatrohabilidadeslinguísticas.Estudodeaspectos históricos e sócio-culturais de países de línguainglesa.			

Bibliografia Básica:

MURPHY, R. **Essential Grammar in Use**: A self-study reference and practice book for elementary students of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SASLOW, J.; ASCHER, A. **Top Notch 1A**. New York: Pearson Education, 2007.

SWAN, M. **Practical English Usage**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

Bibliografia Complementar:

BADALAMENTI, V. et al. **Grammar Dimensions**: form, meaning and use. Boston: Heinle, 2000.

MCCARTHY, M.O'DELL, F. **Basic Vocabulary in use**. New York: Cambridge University Press, 2000.

PASSWORD: **English dictionary for speakers of Portuguese**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RICHARDS, J. **New Interchange**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SOARS, J.; SOARS L. **American Headway**: Starter A. New York: Oxford University Press, 2002.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Fonética e Fonologia I (Inglês)	Disciplina	60h / 04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo dos aspectos segmentais e suprasegmentais da fonologia da língua inglesa.			
Bibliografia Básica: GODOY, S. M.; GONTOW, C.; MARCELINO, M. English Pronunciation for Brazilians: the sounds of American English. São Paulo: Disal, 2006. GRANT, L. Well Said: pronunciation for clear communication. 2nd ed. Boston: Thomson Heinle, 2000. CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Pronúncia do inglês: para falantes do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.			
Bibliografia Complementar: BROWN,H.D. TeachingbyPrinciples: AnInteractiveApproachtoLanguagePedagogy.2nded. New York: Longman, 2001. HANCOCK, M. Pronunciation Games. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. KENYON, J.S.; KNOTT, T.A. A Pronunciation Dictionary of American English. 2nd ed. Springfield: Merriam-Webster, 1953. WELLS, J. C. Longman pronunciation dictionary. London: Longman, 2000. UR, P. A Course in Language Teaching: theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.			

Código:	Nome do	Grupo:	Carga
----------------	----------------	---------------	--------------

Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Componente Curricular: Texto e discurso	Disciplina	Horária/Crédito: 60h / 04 (30+30)
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudos da linguagem em perspectiva pós-formal. O círculo de Bakhtin. Os princípios básicos da Linguística de Texto: fatores de textualidade, referenciação, sequências e gêneros textuais. As vertentes epistemológicas da Análise do Discurso: as tradições francesa e britânica, discurso como prática social, discurso e relações de poder.			
Bibliografia Básica: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. CAVALCANTE, M. M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013. RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. Análise de Discurso Crítica. Contexto, 2006.			
Bibliografia Complementar: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012. KOCH, I. G. V. Introdução à Linguística Textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004. KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Teoria da Literatura I	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras -DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Conceito de literatura. Periodização literária. Gênero literário. Estudo do poema: espécies e elementos estruturais. A linguagem poética. Métodos e técnicas de análise e interpretação de poemas.			

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES, LONGINO, HORÁCIO. **A poética clássica**. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 1990.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SAMUEL, Rogeli. **Novo manual de Teoria Literária**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOSI, Alfredo (org.). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 2007.

CADEMARTORI, Lígia. **Períodos literários**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

EAGLETON, T. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

ZOLIN, Lúcia Osana; BONICCI, Thomas. **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EDUEM, 2003.

Código:	Nome do Componente Curricular: Psicologia da Educação	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04 (30+30)
Dep. De Origem: Departamento de Educação – DE			
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A contribuição da psicologia educacional para o processo de ensino-aprendizagem. Análise das principais teorias da aprendizagem e suas implicações no ato educativo: comportamentalista, humanista, psicogenética e sociocultural. A relação professor/aluno nas perspectivas inatista, empirista e interacionista. A avaliação como terminalidade e como mediação da aprendizagem.			
Bibliografia Básica: BOCK,A.M.B.; FURTADO,O.;TEIXEIRA,M.deL.T. Psicologias:uma introdução ao estudo de psicologia . 13. ed. São Paulo: Saraiva,1999. CARPIGIANI, B. Psicologia : das raízes aos movimentos contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002. COLL, C.; PALACIOS, J; MARCHESI, Á. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.			
Bibliografia Complementar: FONTANA,R.A.C.;CRUZ,M.N.da. Psicologia e trabalho pedagógico .São Paulo:Atual,1997. ONRUBIA, J. Ensinar : criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir. In: COLL, C. et al. O construtivismo na sala de aula . São Paulo: Ática,1996.			

Código:	Nome do	Grupo:	Carga
---------	---------	--------	-------

Dep. De Origem: Departamento de Letras Vernáculas – DLV	Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais	Disciplina	Horária/Crédito: 60h / 04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
<p>EMENTA: Libras em contexto. Estudo das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.</p> <p>Bibliografia Básica: FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC: SEESP, 2001. QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. RAPHAEL, Walkíria Duarte; CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1 São Paulo: EDUSP, 2004.</p> <p>Bibliografia Complementar: RAPHAEL, Walkíria Duarte; CAPOVILLA, Fernando César. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 2, São Paulo: EDUSP, 2004. _____. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 3, São Paulo: EDUSP, 2005. _____. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 4, São Paulo: EDUSP, 2005. _____. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 8, São Paulo: EDUSP, 2006.</p>			

3º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular: Psicolinguística (Inglês)	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04 (30+30)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras -DLE			
Aplicação: Teórica / prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Introdução à Psicolinguística. Teorias de aquisição da linguagem. Processamento da produção e da compreensão da linguagem. Aspectos da dissolução da linguagem.			

Bibliografia Básica:

DELRE, A. **ApesquisaemAquisiçãodaLinguagem: teoriaeprática**. In: _____. (Org.). **Aquisiçãodalinguagem: umaabordagempsicolinguística**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 13-44.
 MARTELLOTA, M. E.; CEZARIO, M. M. Aquisição da linguagem. In: MARTELLOTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-216.
 ROSA, M. C. **Introdução à (Bio) Linguística: linguagem e mente**. São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

BALIEIRO Jr., A. P. Psicolinguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002. 2 v.
 KLEIMAN, A. O ensino da leitura: a relação entre o modelo e a aprendizagem. In: _____. **Oficina de leitura: teoria & prática**. 10. ed. Campinas/SP: Pontes, 2004. p. 49-64.
 MORATO, E. M. **Linguagem e cognição: as reflexões de L. S. Vygotsky sobre a ação reguladora da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Plexis, 1996.
 POERSH, J. M. Como pode a psicolinguística tornar-se arte? **Letras Hoje**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 35. nº 4, p. 9-22, dezembro de 2000.
 SANTOS, R. Aquisição da linguagem. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à linguística: I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.

Código:	Nome do Componente Curricular: Filosofia da Linguagem	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Filosofia – DFI			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A linguagem e suas dimensões de signo, proposição, discurso e hermenêutica. As principais vertentes da filosofia da linguagem. Os problemas fundamentais da linguagem. Linguagem e realidade. Linguagem e conhecimento. Linguagem e ação.			

Bibliografia Básica:

GARCIA - ROZA, Luiz Alfredo. **Palavra e verdade na filosofia antiga e na psicanálise**. 4. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

GUERREIRO, Mário A. L. **O dizível e o indizível: filosofia da linguagem**. Campinas: Papirus, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

Bibliografia Complementar:

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa à filosofia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 2. ed., São Paulo: Loyola, 2001.

PLATÃO. **Crátilo**: diálogo sobre a justeza dos nomes. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Ensaio sobre a origem das línguas. In: ARBOUSSE-BASTIDE, Paul.

Bibliotecadosséculos: Obras de Jean-Jacques Rousseau, V.2. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus lógico-philosophicus**. 2. ed., São Paulo: EDUSP, 1994.

Código:	Nome do Componente Curricular: Língua Inglesa III	Grupo:	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE		Disciplina	
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa em nível pré-intermediário por meio de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas. Estudo de aspectos históricos e sócio-culturais de países de língua inglesa.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>SASLOW, J.; ASCHER, A. Top Notch 2A. New York: Pearson Education, 2007.</p> <p>SWAN, M. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 2005.</p> <p>MURPHY, R. Essential Grammar in Use: A self-study reference and practice book for elementary students of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BADALAMENTI, V. et al. Grammar Dimensions: form, meaning and use. Boston: Heinle, 2000.</p> <p>MCCARTHY, M.; O'DELL, F. Basic Vocabulary in use. New York: Cambridge University Press, 2000.</p> <p>RICHARDS, J. New Interchange. Oxford: Oxford University Press, 2000.</p> <p>SOARS, J.; SOARS, L. American Headway: Starter A. New York: Oxford University Press, 2002.</p> <p>PASSWORD: English dictionary for speakers of Portuguese. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular: Teoria da Literatura II	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras- DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A narrativa de ficção. O romance. Teoria do romance e do conto. Questões da verossimilhança. Métodos e técnicas de análise e interpretação de obras de ficção em prosa.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>GANCHO, C. V. Como analisar narrativas. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. Básica.</p> <p>LUKÁCS, G. A teoria do romance. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Duas Cidades: Editora 34, 2009.</p> <p>SCHULER, D. Teoria do romance. São Paulo: Ática, 1989.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRAIT, B. A personagem. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>EAGLETON, T. Teoria da Literatura: uma introdução. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.</p> <p>GOTLIB, N. B. Teoria do conto. São Paulo: Ática, 1985.</p> <p>LEITE, L. C. M. O foco narrativo. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.</p> <p>LODGE, D. A arte da ficção. Porto Alegre: LPM, 2009.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular: Metodologia de Ensino de Língua Inglesa I	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 90h / 06 (60+30)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Linguística aplicada ao ensino de língua inglesa. Estudo das abordagens e teorias de ensino e aprendizagem de inglês como língua estrangeira.			

Bibliografia Básica:

BROWN, H. D. **Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy**. 2nd ed. New York: Longman, 2001.

RICHARDS, J. RODGERS, T. **Approaches and Methods in Language Teaching**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UR, P. **A Course in Language Teaching: theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Bibliografia Complementar:

BROWN, H. D. **Principles of Language Learning and Teaching**. 5th ed. New York: Longman, 2006.

HALL, G. **Exploring English Language Teaching: language in action**. London: Routledge, 2011.

LIMA, D. C. **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo: Parábola, 2009.

RICHARD-AMATO, P. A. **Making it happen: from interactive to participatory language teaching**. 4th ed. New York: Longman, 2010.

WIDDOWSON, H. G. **Teaching English as Communication**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

Código:	Nome do Componente Curricular: Didática Geral	Grupo:	Carga Horária/Crédito: 60h / 04 (30+30)
Dep. De Origem: Departamento de Educação – DE		Disciplina	
Aplicação: Teórica / prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: O papel social e educacional da didática. Fundamentos teóricos do processo ensino-aprendizagem e prática pedagógica. Planejamento de ensino, organização, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem.			
Bibliografia Básica: CANDAU, V. M. A didática em questão . Petrópolis: Vozes, 2003. PIMENTA, S.G. O pedagogo na escola pública . São Paulo: Loyola, 1988. SAVIANE, D. Escola e democracia . São Paulo: Cortez, 1986.			
Bibliografia Complementar: LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. PADILHA, P. R. Planejamento dialógico : como construir o projeto político da escola. São Paulo: Cortez, 2003. VIANNA, I. O. de. Planejamento participativo na escola : um desafio ao educador. 2. ed. São Paulo: EPU, 2000.			

4º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular: Língua Inglesa IV	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa em nível intermediário por meio de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas. Estudo de aspectos históricos e sócio-culturais de países de língua inglesa.			
Bibliografia Básica: MURPHY, R. Essential Grammar in Use : A self-study reference and practice book for intermediate students of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. SASLOW, J.; ASCHER, A. Top Notch 2B . New York: Pearson Education, 2007. SWAN, M. Practical English Usage . Oxford: Oxford University Press, 2005.			
Bibliografia Complementar: BADALAMENTI, V.etal. GrammarDimensions :form,meaninganduse.Boston:Heinle,2000. GODOY, S. M.; GONTOW, C.; MARCELINO, M. English Pronunciation for Brazilians : the sounds of American English. São Paulo: Editora Disal,2006. HORNBY, A. S. (org.) Oxford Advanced Learner’s Dictionary . 8 th . ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. MCCARTHY, M.; O’DELL, F. Basic Vocabulary in use . New York: Cambridge University Press, 2000. RICHARDS, J. New Interchange . Oxford: Oxford University Press, 2000.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Sociolinguística (Inglês)	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 90h / 06 (60+30)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica/prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Relação entre língua e sociedade. Sociolinguística variacional: objeto de estudo e pressupostos. Variedades geográficas e socioculturais. Variação linguística e ensino de línguas. A sociolinguística interacional.			

Bibliografia Básica:

CALVET, J. L. **Sociolinguística**: uma introdução à crítica. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2002.

CEZARIO, M. M & VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, M. **A língua de Eulália**: Novela Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

FARACO, C. A. e ZILLES, A. M. (orgs.). **Para conhecer a normal linguística**. São Paulo: contexto, 2017.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2002.

Código:	Nome do Componente Curricular: Metodologia de Ensino de Língua Inglesa II	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 90h / 06 (60+30)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica/Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Análise de livros-texto de língua inglesa. Seleção, adaptação e produção de material para o ensino de língua inglesa.			

Bibliografia Básica:

BROWN, H. Douglas. **Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy**. 2nd ed. New York: Longman, 2001.

RICHARDS, J.; RODGERS, T. **Approaches and Methods in Language Teaching**. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DUBIN, F.; OLSHTAIN, E. **Course Design**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Bibliografia Complementar:

HARWOOD, N. **English Language Teaching Materials: Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RICHARDS, J. **Curriculum Development in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UR, P. **A Course in Language Teaching: theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WOODWARD, T. **Planning Lessons and Courses: designing sequences of work for the language classroom**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TICKS, Luciane Kirchhof. O livro didático sob a ótica do gênero. **Revista Linguagem & Ensino**, vol. 8, n. 1, 2005, p. 15-49.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Leitura e Produção de Textos em Língua Inglesa	Disciplina	90h / 06 (60+30)
Aplicação: Teórica/Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Concepções teóricas acerca da leitura e escrita. Desenvolvimento de estratégias de leitura em língua inglesa. Introdução à prática da escrita processual. Prática de redação de textos narrativos, descritivos e argumentativos.			

Bibliografia Básica:

GRELLET, F. **Developing Reading Skills**. Cambridge: Cambridge, 2009.
 HOGUE, A.; OSHIMA, A. **Writing Academic English**. 4. ed. New York: Pearson Education, 2005.
 JEFFRIES, L. **Reading Power**. 2. ed. S.L.: Addison-Wesley Publishing Company, 1998.

Bibliografia Complementar:

HARRIS, J. **Introducing Writing**. London: Penguin, 1993.
 HORNBY, A.S.(ed.) **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.
 MCINTOSH, C. **Oxford Phrasal Verbs Dictionary**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.
 MCINTOSH, C et al. **Oxford Collocations Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
 SWALES, John Malcolm. **Genre Analysis. English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Estágio Supervisionado (Inglês) I	Disciplina	105h / 07 (30+75)
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Introdução do(a) aluno(a) ao contexto escolar nos níveis Fundamental e Médio. Vivência de atividades escolares no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, compreendendo as fases de diagnóstico, observação de práticas político-pedagógicas e avaliação do processo ensino-aprendizagem.			
Bibliografia Básica: BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998. _____. Secretaria de Educação Nacional. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica,1999. VIANNA, I. O. de. Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador. 2. ed. São Paulo: EPU, 2000			
Bibliografia Complementar: HARMER, Jeremy. How to teach English. Pearson: Longman, 2007. GERALDI, J. W. (org.). O Texto na Sala de Aula. 3. ed. São Paulo: Ática,2002. KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. 6. ed. Campinas: Pontes, 1998. MATÊNCIO, M. de L. Leitura, Produção de Texto e a Escola: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado Aberto, 1994. SOLÉ, I. Estratégias de Leitura. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.			

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Educação-DE	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	Disciplina	60h / 04 (30+30)
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Análise do sistema educacional brasileiro do ponto de vista legal, político e econômico numa dimensão histórico-social, objetivando subsidiar a compreensão da organização e funcionamento do ensino básico.			
Bibliografia Básica: CNTE. Plano nacional da educação: A proposta da sociedade brasileira. Belo Horizonte, 1997. KUENZER, A. Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. SILVA, E. B. A educação básica Pós-LDB. São Paulo: Pioneira, 1998.			
Bibliografia Complementar: BRASIL. Educação Profissional. Legislação Básica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2001. LIBÂNEO, J. C. et al. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003 ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973). 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991. BÁRBARA, F. Educação, estado e sociedade. 4. ed., São Paulo: Moraes, 1980.			

5º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular: Língua Inglesa V	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Aprofundamento do estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa em nível intermediário através de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas. Estudo de aspectos históricos e sócio-culturais de países de língua inglesa.			

Bibliografia Básica:

ASCHER, A.; SASLOW, J. **Top Notch 3a**. New York: Pearson Education, 2006.
 MCCARTHY, M.; O'DELL, F. **Vocabulary in use**: Upper Intermediate. New York: Cambridge University Press, 2001.
 MURPHY, R. **Essential Grammar in Use**: A self-study reference and practice book for intermediate students of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Bibliografia Complementar:

HORNBY, A. S. (ed.) **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.
 GODOY, S. M.; GONTOW, C.; MARCELINO, M. **English Pronunciation for Brazilians**: the sounds of American English. São Paulo: Disal, 2006.
 MCINTOSH, C. (ed.). **Oxford Phrasal Verbs Dictionary**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.
 MCINTOSH, C et al. **Oxford Collocations Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
 WELLS, John C. **Longman pronunciation dictionary**. London: Longman, 2000.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 90h / 06 (60+30)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras -DLE	Ensino de Leitura e Produção Escrita em Língua Inglesa		
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: O ensino de leitura e de escrita: método e planejamento. As dificuldades no ensino da leitura e da escrita de textos em língua Inglesa. O uso de gêneros textuais e de materiais didáticos em atividades de leitura e de escrita. O processo de avaliação da habilidade de leitura e de escrita em Língua Inglesa.			
Bibliografia Básica: AEBERSOLD, J. A. From reader to reading teacher: issues and strategies for second language classrooms. U.K.: Cambridge University Press, 1997. NATION, I. S. P. Teaching ESL/EFL reading and writing. Routledge: New York, 2009. WILLIAMS, James D. Preparing To Teach Writing: Research, Theory, and Practice. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2003.			
Bibliografia Complementar: HARMER, J. The practice of English Language teaching. 4th ed. England: Longman, 2007. KESS, G. Learning to write. London: Routledge, 1994. LEMS, K. Et Al. Teaching reading to English Language learners. The Guilford Press: New York, 2010. RAIMES, A. Techniques in teaching writing. Oxford: Oxford University Press 1995. SILBERSTEIN, S. Techniques and resources in teaching reading. England; Oxford University Press, 1993.			

Código:	Nome do	Grupo:	Carga
----------------	----------------	---------------	--------------

Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE	Componente Curricular: Literatura Inglesa I	Disciplina	Horária/Crédito: 60h / 04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A literatura inglesa, das origens ao Renascimento. A literatura antiga, a literatura medieval e o renascimento inglês. Do século VIII ao século XVI.			
Bibliografia Básica: BLAMIRE, Harry. A Short History of English Literature . London: Routledge, 1984. GODDEN, Malcolm; LAPIDGE, Michael. The Cambridge Companion to Old English Literature . Cambridge: Cambridge University Press, 1991. SANDERS, Andrew. The Short Oxford History of English Literature . Oxford: Oxford University Press, 2000.			
Bibliografia Complementar: BLOOM, Harold. Shakespeare: a invenção do humano . São Paulo: Objetiva, 2004. DILLON, Janet. The Cambridge Introduction to Shakespeare’s Tragedies . Cambridge: Cambridge University Press, 2007. LOEWENSTEIN, David; MUELLER, Janel (Ed.). The Cambridge History of Early Modern English Literature . Cambridge: Cambridge University Press, 2002. MICHAEL, Alexander. A History of English Literature . London: Macmillan, 2000. RAMALHO, Erick. Beowulf . Tradução de Erick Ramalho. 2. ed rev. e amp. Belo horizonte: Tessitura, 2011.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Estágio Supervisionado II (Inglês)	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 150h / 10 (30+120)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Vivência de atividades docentes no nível de Ensino Fundamental, compreendendo as fases de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.			

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Nacional. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999.

LITTLEWOOD, William T. **Foreign and Second Language Learning**: language acquisition research and its implications for the classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. LDB 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/02. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2011.

CHIAPPINI, L.; GERALDI, J. W. **Aprender e ensinar com textos dos alunos**. São Paulo: Cortez, 1997.

CHIAPPINI, L.; CITELLI, A. **Aprender e ensinar com textos escolares**. São Paulo: Cortez, 1997.

CHIAPPINI, L.; NAGAMINE, H.; MICHELETTI, G. **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Literatura Norte-AmericanaI	Disciplina	60h/04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Os primórdios da literatura Norte-Americana: do período colonial ao século XIX. A formação puritana. A literatura da revolução americana. A literatura romântica.			

Bibliografia Básica:

GRAY, Richard. **A History of American Literature**. Oxford: Blackwell, 2004.

LAUTER, Paul (Ed.). **A Companion to American Literature and Culture**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

SPILLER, Robert E. **The Cycle of American Literature: An Essay in Historical Criticism**. New York: Free Press, 1967.

Bibliografia Complementar:

FORD, Boris. **American Literature: The New Pelican Guide to English Literature**. London: Penguin Books, 1988.

HAYES, Kevin. **The Cambridge Companion to Edgar Allan Poe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HIGH, Peter B. **An Outline of American Literature**. Essex: Longman, 1986.

MORSE, David. **American Romanticism: from Melville to James**. London: Macmillan, 1987.

SCOFIELD, Martin. **The Cambridge Introduction to the American Short Story**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

6º PERÍODO

Código: 0402005-1	Nome do Componente Curricular: Língua Inglesa VI	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa por meio de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas em nível avançado. 1. Estudo de aspectos históricos e sócio-culturais de países de língua inglesa.			

Bibliografia Básica:

HEWINGS, Martin. **Advanced Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MCCARTHY, M.; O'DELL, F. **Vocabulary in use: Advanced**. New York: Cambridge University Press, 2002.

SASLOW, J.; ASCHER, A.; TIBERIO, S. C. **Top Notch 3B**. White Plains, NY: Pearson Longman, 2006.

Bibliografia Complementar:

GODOY, S. M.; GONTOW, C.; MARCELINO, M. **English Pronunciation for Brazilians: the sounds of American English**. São Paulo: Disal, 2006.

HORNBY, A. S. (ed.) **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 8th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MCINTOSH, Collin (ed.). **Oxford Phrasal Verbs Dictionary**. 2nd Ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MCINTOSH et al. **Oxford Collocations Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

WELLS, J. C. **Longman pronunciation dictionary**. London: Longman, 2000.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE	Literatura Inglesa II	Disciplina	60h/04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Os poemas da Restauração. O desenvolvimento do romance inglês no século XVIII. O romantismo Inglês. A era vitoriana.			
Bibliografia Básica: BLAMIRES, H. A Short History of English Literature . London: Routledge, 1984. FLINT, K. The Cambridge History of Victorian Literature . Cambridge: Cambridge university Press, 2012. SANDERS, A. The Short Oxford History of English Literature . Oxford: Oxford University Press, 2000.			
Bibliografia Complementar: BURGESS, A. A Literatura Inglesa . São Paulo: Ática, 2004. CHANDLER, J. The Cambridge Companion to British Romantic Poetry . Cambridge: Cambridge University Press, 2008. GREENBLATT, S. (et al). The Norton Anthology of English Literature . London: WW Norton, 2012. MICHAEL, A. A History of English Literature . London: Macmillan, 2000. VASCONCELOS, S. Dez Lições Sobre o Romance Inglês do Século XVIII . São Paulo: Boitempo, 2007.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Literatura NorteamericanaII	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h/04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Aliteratura Norteamericana nos séculos XIX e XX. Walt Whitman. Emily Dickinson. O realismo-naturalismo norte americano. Origens da literatura de autoria feminina. A Geração Perdida. O modernismo norte-americano. A poesia modernista norte-americana. O conto modernista norte-americano.			
Bibliografia Básica: GRAY, Richard. A History of American Literature . Oxford: Blackwell, 2004. LAUTER, Paul (Ed.). A Companion to American Literature and Culture . West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010. SPILLER, Robert E. The Cyle of American Literature: An Essay in Historical Criticism . New York: Free Press, 1967.			
Bibliografia Complementar: BEACH, Christopher. The Cambridge Introduction to Twentieth-Century American Poetry . Cambridge: Cambridge University Press, 2003. DICKINSON, Emily. Alguns Poemas . Tradução de José Lira. São Paulo: Iluminuras, 2006. KALAJIDIAN, Walter. The Cambridge Companion to American modernism . Cambridge: Cambridge University Press, 2005. SCOFIELD, Martin. The Cambridge Introduction to the American Short Story . Cambridge: Cambridge University Press, 2006. WHITMAN, Walt. Folhas de Relva . Tradução de Rodrigo Garcia Lopes. São Paulo: Iluminuras, 2008.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Estágio Supervisionado III (Inglês)	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 150h / 10 (30+120)
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras -DLE			
Aplicação: Teórica / Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Vivência de atividades docentes no nível de Ensino Médio, compreendendo as fases de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.			

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Nacional. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999.

LITTLEWOOD, W. T. **Foreign and Second Language Learning**: language acquisition research and its implications for the classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Bibliografia Complementar:

CHIAPPINI, L.; GERALDI, J. W.; CITELLI, B. **Aprender e Ensinar com Textos de Alunos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GERALDI, J. W. (Org.). **O Texto na Sala de Aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 6. ed. Campinas: Pontes, 1998.

MATÊNCIO, M. de L. **Leitura, Produção de Texto e a Escola**: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado Aberto, 1994.

SOLE, I. **Estratégias de Leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Ensino de compreensão auditiva e de produção oral em língua inglesa	Disciplina	90h /06 (60+30)
Aplicação: Teórica/Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Concepções acerca da oralidade e compreensão auditiva em Língua Inglesa. O ensino de oralidade e compreensão auditiva. As dificuldades dos alunos na oralidade e compreensão auditiva em Língua Inglesa. O processo de avaliação da compreensão oral e auditiva em inglês.			

Bibliografia Básica:

HARMER, J. **How to teach English**. Essex: Pearson, 2001.
 THORNBURY, Scott. **How to teach speaking**. Essex: Pearson, 2005.
 WILSON, J. J. **How to teach listening**. Essex: Pearson, 2008.

Bibliografia Complementar:

BROWN, H. D. **Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy**. 2nd ed. New York: Longman, 2001.
 GONDIM, M. L. de S. F. **Um novo olhar sobre a compreensão oral: os mecanismos subjacentes ao ensino da compreensão oral segundo o enfoque da Abordagem comunicativa**. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – UNB, Brasília, 2008.
 LOMBARDI, R. S.; SILVA, M. C. da. As atividades de produção oral no livro didático de língua inglesa sob a perspectiva das teorias de gêneros textuais e dos estudos do letramento. **Pesquisas em Discurso Pedagógico**, 2013.
 TONETTI, A. C. S. **A compreensão oral em inglês por meio de filmes em DVD: a percepção de alunos sobre uma unidade temática**. 160f (Mestrado em Linguística Aplicada) – PUC-SP, São Paulo, 2007.
 UR, P. **A Course in Language Teaching: theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

7º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE	Língua Inglesa VII	Disciplina	60h/04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa por meio de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas em nível avançado 2. Estudo de aspectos históricos e sócio-culturais de países de língua inglesa.			

Bibliografia Básica:

ASCHER, A.; SASLOW, J. **Summit**: English for Today's World 1A. New York: Pearson Education, 2006.

HEWINGS, M. **Advanced Grammar in Use**. Cambridge: CUP, 1999.

MCCARTHY, M. O'DELL, F. **Vocabulary in use**: Advanced. New York: Cambridge University Press, 2002.

Bibliografia Complementar:

GODOY, S. M.; GONTOW, C.; MARCELINO, M. **English Pronunciation for Brazilians**: the sounds of American English. São Paulo: Disal, 2006.

HORNBY, A. S. (ed.) **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. 8th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MCINTOSH, C. (ed.). **Oxford Phrasal Verbs Dictionary**. 2nd Ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MCINTOSH et al. **Oxford Collocations Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

WELLS, John C. **Longman pronunciation dictionary**. London: Longman, 2000.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem:Departamentode Letras Estrangeiras -DLE	Literatura InglesaIII		60h/04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: O modernismo inglês. A prosa inglesa do século XX. A poesia do século XX. O teatro inglês do século XX. A literatura inglesa contemporânea.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BLAMIRE, Harry. A Short History of English Literature. London: Routledge, 1984.</p> <p>CORCORAN, Neil. The Cambridge Companion to Twentieth Century English Poetry. Cambridge: Cambridge University Press,2007.</p> <p>MARCUS, Laura. The Cambridge History of Twentieth-Century English Literature. Cambridge: Cambridge University Press,2005.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ATTRIDGE, Derek. The Cambridge Companion to James Joyce. Cambridge: Cambridge University, 2004.</p> <p>BLOOM, Harold (Ed). Twentieth-century British Poets: Bloom’s Modern Critical Views. Newbloo York: Chelsea House, 2011.</p> <p>INNES, Christopher. Modern British Drama: The Twentieth-Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.</p> <p>MICHAEL, Alexander. A History of English Literature. London: Macmillan, 2000.</p> <p>PILLING, John. The Cambridge Companion to Becket. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo: TCC	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem:Departamentode Letras Estrangeiras -DLE	Seminário de Monografia I(Inglês)		120h/08 (60+60)
Aplicação:Teórica/Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA:Elaboração de anteprojeto de pesquisa abordando, de preferência, algum(ns) aspecto(s) relevante(s) nas áreas de Estudos da Linguagem e Literatura, em Língua Inglesa.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BAUER, M. W.; GASKELL, G (Ed.) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>MACHADO, A. R. et al. Planejar Gêneros Acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>MAZZOTTI, A. A.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementares:</p> <p>UERN. Manual de trabalho de conclusão de curso. Mossoró: Biblioteca central da UERN, 2008.</p> <p>BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>GIL, B. D. [et al] (Org.). Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto, 2009</p> <p>PEREIRA, H. (Org.) Pesquisa em literatura. Campina Grande: Bagagem,2003.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez,2007.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras –DLE	Literatura Norte-Americana III	Disciplina	60h/04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: O teatro norte-americano do século XX. Poesia norte-americana do século XX. A prosa norte-americana do século XX. A literatura norte-americana contemporânea.			

Bibliografia Básica:

BLOOM, Harold. **Short Story Writers and Short Stories**. (Bloom's 20th anniversary collection). New York: Chelsea House, 2005.

STRINGER, Jenny (Ed.) **The Oxford Companion to Twentieth-Century Literature in English**. New York: Oxford University Press, 1996.

WERLOCK, Abby H. P. **The Facts On File Companion to the American Short Story**. Second Edition. New York: Facts on File, 2010.

Bibliografia Complementar:

BLOOM, Harold. **Bloom's Modern Critical Views: Ernest Hemingway**. New Edition. New York: Infobase Publishing, 2011.

DONALDSON, Scott (Ed.) **The Cambridge Companion to Hemingway**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GELFANT, Blanche H. (Ed.). **The Columbia Companion to the Twentieth Century American Short Story**. New York: Columbia University Press, 2000.

MONK, Craig. **Writing the Lost Generation: expatriate autobiography and American modernism**. Iowa City: University of Iowa Press, 2008.

SCOFIELD, Martin. **The Cambridge Introduction to The American Short Story**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

8º PERÍODO

Código:	Nome do Componente Curricular: Língua InglesaVIII	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h/04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo das estruturas léxico-gramaticais da língua inglesa em nível proficiente por meio de atividades envolvendo as quatro habilidades linguísticas, com ênfase na conversação. Estudo de aspectos históricos e sócio-culturais de países de língua inglesa.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ASCHER, A.; SASLOW, J. Summit: English for Today’s World 1A. New York: Pearson Education, 2006.</p> <p>HEWINGS, M. Advanced Grammar in Use. Cambridge: CUP, 1999.</p> <p>MCCARTHY, M. O’DELL, F. Vocabulary in use: Advanced. New York: Cambridge University Press, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>GODOY, S. M.; GONTOW, C.; MARCELINO, M. English Pronunciation for Brazilians: the sounds of American English. São Paulo: Disal, 2006.</p> <p>HORNBY, A. S. (ed.) Oxford Advanced Learner’s Dictionary. 8th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.</p> <p>MCINTOSH, C. (ed.). Oxford Phrasal Verbs Dictionary. 2nd Ed. Oxford: Oxford University Press, 2006.</p> <p>MCINTOSH et al. Oxford Collocations Dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2009.</p> <p>WELLS, John C. Longman pronunciation dictionary. London: Longman, 2000.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Seminário de Monografia II(Inglês)	TCC	120h/08 (30+90)
Aplicação: Teórica/Prática		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Fundamentação teórica e metodológica para embasar o processo de elaboração de monografia nas áreas de estudos da linguagem e literatura, em língua inglesa. Normas para elaboração de trabalhos científicos.			
Bibliografia Básica: BAUER, M. W; GASKELL, George (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008. MENDES FILHO, G. A.; TACHIZAWA, E. T. Como fazer monografia na prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2010.			
Bibliografia Complementar: UERN. Manual de trabalho de conclusão de curso. Mossoró: Biblioteca central da UERN, 2008. GIL, B. D. [et al] (Orgs.). Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto, 2009. MAZZOTTI, A. A.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 2009. MOISES, M. A análise literária. São Paulo: Cultrix, 2008. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.			

6.5.2. Ementário dos componentes curriculares optativos

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/ Crédito:
Dep. De Origem: Departamentode Letras Estrangeiras -DLE	Tradução I (Inglês/Português)	Disciplina	30h/02
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Introdução � tradução. Níveis de registro em português e em inglês.			

Bibliografia básica:

ALVES, F. *et al.* **Traduzir com autonomia para o tradutor em formação**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BASSNETT, S. **Estudos de tradução**. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MILTON, J. **Tradução: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, O. B. **Abordagens teóricas da tradução**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

ARROJO, R. **Oficina de Tradução**. São Paulo: Ática, 1997.

BARBOSA, H. G. **Procedimentos Técnicos da Tradução**: uma nova proposta. São Paulo: Pontes, 2004.

COULTHARD, M; CALDAS-COULTHARD, C. R. **Tradução: teoria e prática**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

ROBINSON, D. **Becoming a translator**. London/New York: Routledge, 2003.

Código:	Nome do Componente Curricular: Tradução II	Grupo: Disciplina	Carga Horária/ Crédito: 30h/02
Dep. De Origem:Departamento de Letras Estrangeiras -DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Prática da tradução de textos nas áreas de ciências humanas e sociais.			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALVES, F. <i>et al.</i> Traduzir com autonomia para o tradutor em formação. 2. ed.São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>ARROJO, R. (org.). O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas, SP: Pontes, 1992.</p> <p>RODRIGUÊS, C. C. Tradução e diferença. São Paulo UNESP, 2000.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>AGUIAR, O. B. Abordagens teóricas da tradução. Goiânia: Editora da UFG, 2000.</p> <p>ARROJO, R. Oficina de Tradução. São Paulo: Ática, 1997.</p> <p>BARBOSA, H. G. Procedimentos Técnicos da Tradução: uma nova proposta. São Paulo: Pontes, 2004.</p> <p>COULTHARD, M; CALDAS-COULTHARD, C. R. Tradução: teoria e prática. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.</p> <p>ROBINSON, D. Becoming a translator. London/New York: Routledge, 2003.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular: Análise do Discurso	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Vernáculas - DLV			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Contexto epistemológico da Análise de Discurso de tradição francesa. Dispositivos teórico-analíticos da Análise do Discurso. Análise de discursos institucionais e não-institucionais (político, midiático, religioso jurídico e do cotidiano). Relações saber/poder e produção de subjetividades.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>FERNANDES, C. A. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.</p> <p>FOUCAULT, M. A. Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>ORLANDI, E. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COELHO, C.N.P.; CASTRO, V.J.(Org).Comunicação e sociedade do espetáculo. São Paulo: Paulus, 2006.</p> <p>COURTINE, J.-J. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.</p> <p>GREGOLIN, M. R. Pêcheux e Foucault na análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2005.</p> <p>MILANEZ, N.; GASPAR, N. (Org.). A (des)ordem do discurso. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>SILVA, A.M.M. et.al.Dememória e identidade: estudos interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular: Argumentação	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Vernáculas - DLV		Disciplina	30h / 02
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A argumentação no discurso e na língua. Da retórica aristotélica aos estudos contemporâneos. Processos pragmáticos da argumentação.			

Bibliografia Básica:

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: Gerenciando razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. 16. ed. (revista e ampliada). São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez editora, 1987.

Bibliografia Complementar:

AUSTIN, Jhon Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: Um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

ZANDWAIS, Ana. **Estratégias de leitura**: Como decodificar sentidos não-literais na linguagem verbal. Porto Alegre: Sagra, 1990.

Código:0402093-1	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/ Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras –DLE	Fonética e Fonologia II(Inglês)	Disciplina	30h/02
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Aprofundamento dos estudos iniciados em Fonética e Fonologia I.			
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CRYSTAL, D. The Cambridge Encyclopedia of Language. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.</p> <p>JENKINS, J. The Phonology of English as an International Language. Oxford: Oxford University Press, 2001.</p> <p>O’ CONNOR, J. D. Better English Pronunciation. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>AVERY, P.; EHRLICH, S. Teaching American Pronunciation. Oxford, 1995.</p> <p>CHOMSKY, N.; HALLE, M. The Sound Pattern of English. New York: Harper, 1968.</p> <p>CRYSTAL, D. The Cambridge Encyclopedia of Language. Cambridge: Cambridge: University Press, 1997.</p> <p>FLEGE, J. E. The Phonological Basis of Foreign Accent: A Hypothesis. TESOL Quarterly 15 (1981), p. 443-455.</p> <p>HEWINGS, Martin. Pronunciation in Use: Advanced. Cambridge: CUP, 2007.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/
---------	--------------------------------	--------	----------------

Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE	Ensino de Línguas e Imperialismo Cultural	Disciplina	Crédito: 30h/02
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Conceito de cultura. Língua, ideologia e identidade cultural. Alienação e aculturação.			
<p>Bibliografia Básica: HAMM, B.; RUSSELL, C. S. Cultural imperialism: essays on the political economy of cultural domination. Reference, Information and Interdisciplinary Subjects Series. University of Toronto Press, 2005. LEE, S. L. Communication imperialism and dependency: A conceptual clarification. International Communication Gazette, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1988. SAID, E. Culture and Imperialism. New York: Pantheon Books, 1993</p> <p>Bibliografia Complementar: CERROLAZA, O. La confluencia de diferentes culturas: cómo conocerlas e integrarlas en la clase. In MIQUEL, L. y SANS, N. (Eds.). Didáctica del español como lengua extranjera, III, Cuadernos Tiempo Libre. Madrid: Colección Expolingua, pp. 19-32, 1996. FERNÁNDEZ, I. B. Vivir en España. El componente cultural en las clases de E/LE: cuatro destrezas integradas. Memoria de Máster. Universidad de Alcalá de Henares, 1997. HUSEN, T. y OPPER, S. Educación multicultural y multilingüe. Madrid: Narcea, 1984. JULIANO, D. Educación Intercultural. Escuela y minorías étnicas. Madrid: Endema, 1993. SANTOS, C. B. Cultura y comunicación en la enseñanza del español como lengua extranjera. Memoria de Máster. Universidad de Alcalá de Henares, 1996.</p>			

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 30h/02
Dep. de Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Estudos de Letramento I		
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Concepções de letramento. Letramento e gêneros discursivos. Letramento e multimodalidade discursiva. Noções sobre os múltiplos letramentos.			

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, Mikail. Gêneros do discurso: problemática e definição. In: BAKHTIN, Mikhail.

Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DIONÍSIO, A. Gêneros Multimodais e Multiletramentos. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.

KLEIMAN, Ângela (Org.). **Os Significados do Letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

Bibliografia Complementar:

GOODMAN, Yetta. **The Development of Initial Literacy.** In: CUHMAN, Ellen, KINTGEN, E. R., KROLL, B. M. and ROSE, M. (eds). **Literacy: a critical sourcebook.** Boston; Bedford/St. Martin's, 2001. p. 224-260.

KLEIMAN, Ângela (Org.). Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola. In: KLEIMAN, Ângela (Org.). **Os Significados do Letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade), 1995.

REGO, Lúcia B. Descobrindo a língua escrita antes de aprender a ler: algumas implicações pedagógicas. In: KATO, Mary A. (Org.). **A Concepção da Escrita pela Criança.** 3. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

TAVARES, Lúcia Helena M. C. **Reflexos do Letramento Familiar na Produção Textual Infantil:** dos desenhos e rabiscos aos signos alfabéticos. UFPB, 2008. (Dissertação de Mestrado).

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 30h/02
Dep. de Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Estudos de Letramento II		
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Os letramentos múltiplos. Práticas e eventos de letramento. Letramento multimodal e digital e suas implicações para o ensino de línguas.			

Bibliografia Básica:

AMARAL, Sérgio F. do. Internet: novos valores e novos comportamentos. In: SILVA, Ezequiel T. da; FREIRE, Fernanda, ALMEIDA, R. Q. de e AMARAL, S. F. do. **A Leitura nos Oceanos da Internet**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAÚJO, Júlio César (Org.). **Internet e Ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DIONÍSIO, A. P. Multimodalidade Discursiva na Atividade Oral e Escrita. In: MARCUSCHI, L. A. e DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Bibliografia Complementar:

FERRARI, Pollyanna (Org.). **Hipertexto, Hipermídia**: as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007.

BAYNHAM, Mike. Defining Literacy: models, myths and metaphors. In: BAYNHAM, M. (Org.). **Literacy Practices**: investigating literacy in social contexts. London: Longman, 1995.

DESCARDECI, Maria Alice A. de S. (2002). **Lero Mundo**: um olhar através da semiótica social. Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 3, n.2, p. 19-26, jun. 2002.

HEATH, Shirley B. **What no bedtime story means: narrative skills at home and school**. Language in Society, 11, 1982.

FARIAS, I. R. Letramento e Linguagem: reflexões a partir da semiótica francesa para uma prática de ensino. In: MATTE, Ana C. F. (org.) **Linguagem, Texto, Discurso**: entre a reflexão e a prática. (vol II). Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FAE/UFMG, 2007.

Código:	Nome do Componente Curricular: Literatura e Cinema	Grupo: Disciplina	Carga Horária/ Crédito: 60h/04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Teorias de adaptação. Estudo dos recursos cinematográficos. Análises de adaptações cinematográficas.			

Bibliografia básica:

PELLEGRINI, T. et al. **Literatura, cinema e televisão**. São Paulo: Senac, 2003.

MARTIN, M. **A linguagem cinematográfica**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Brasiliense, 2003.

XAVIER, I. (Org.) **O discurso cinematográfico**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Bibliografia complementares:

AUMONT, J. et al. **A estética do filme**. 2. ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995.

BAZIN, A. **O cinema: ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COUTINHO, A. **Interseções: cinema e literatura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

DICK, B. F. **Anatomy of film**. 2. ed. New York: St. Martin's Press, 1990.

SOUSA, S. P. G. **Literatura e cinema**. Portugal: Ângelus Novus, 2003.

Código:	Nome do Componente Curricular: Literatura Inglesa IV	Grupo: Disciplina	Carga Horária/ Crédito: 30h/02
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: AprosadoséculoXX.Oteatrodoabsurdo:origensecaracterísticas.Estudodeobras representativas doperíodo.			
Bibliografia básica: CORCONAN, N. The Cambridge Companion to Twentieth: Century English Poetry . New York: Cambridge University Press, 2007. BLOOM, H. Twentieth Century English Poetry . New York: Chelsea House, 2005. DOWSON, J. A History of Twentieth-Century British Women's Poetry . Cambridge: Cambridge University Press,2007.			
Bibliografia complementar: PILLING, J. The Cambridge Companion to Beckett . Cambridge: Cambridge University Press, 1994. BECKETT, S. Waiting for Godot . London: Penguin Books, 1994. HOWARTH, P. The Cambridge Introduction to Modernist Poetry . Cambridge: Cambridge University Press, 2011. INNES, C. Modern British Drama: The Twentieth Century . Cambridge: Cambridge University Press, 2002. BOWRA, C M. Poetry and Politics 1900-1945 . Cambridge: Cambridge University Press, 2011.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Literatura Norteamericana IV	Grupo: Disciplina	Carga Horária/ Crédito: 30h/02
Dep. DeOrigem: Departamento de Letras Estrangeiras -DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Estudo de aspectos específicos da literatura norte-americana.			
Bibliografia Básica: BLOOM, Harold. Short Story Writers and Short Stories. (Bloom’s 20th anniversary collection) . New York: Chelsea House, 2005. STRINGER, Jenny (Ed.) The Oxford Companion to Twentieth-Century Literature in English . New York: Oxford University Press,1996. WERLOCK, Abby H. P. The Facts On File Companion to the American Short Story . 2. ed. New York: Facts on File, 2010.			
Bibliografia complementar: BLOOM, Harold. Bloom’s Modern Critical Views: Ernest Hemingway . New York: Infobase Publishing, 2011. DONALDSON, Scott (ed.) The Cambridge Companion to Hemingway . Cambridge: Cambridge University Press, 1996. GELFANT, Blanche H.(Ed.). The Columbia Companion to the Twentieth Century American Short Story . New York: Columbia University Press, 2000. MONK, Craig. Writing the Lost Generation: expatriate autobiography and American modernism. Iowa City: University of Iowa Press, 2008. SCOFIELD, Martin. The Cambridge Introduction to The American Short Story . Cambridge: Cambridge University Press, 2006.			

Código:	Nome do Componente Curricular: Música e Ensino de Línguas	Grupo: Disciplina	Carga Horária/ Crédito: 30h/02
Dep.DeOrigem: Departamentode Letras Estrangeiras -DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A música como instrumento facilitador da aprendizagem de línguas estrangeiras. Música Clássica e música folclórica.			

Bibliografia básica:

BREWER, C. **Music and learning**: Seven ways to use music in the classroom. Tequesta: Life Sounds, 1995.

CULLEN, B. & SATO, K. **Practical techniques for teaching culture in the EFL classroom**. Japão: The internet TESL journal. Vol. VI nº 12, dezembro de 2000.

FERREIRA, M. **Como usar a música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

Bibliografia complementar:

CHAO SANMARTIN, M. **El componente sociocultural en la enseñanza de ELE: Diseño de actividades lúdicas**. Memoria MEELE. Madrid: Univ. Antonio de Nebrija, 2000.

CORONADO, M.L.; GARCÍA, J. **Decómo usar canciones en el aula**. (págs. 227-234), Málaga: Boletín de ASELE II, 1994.

CORPÁS, J. **Gente que canta**. Barcelona: Difusión, 1999.

GIL TORESANO, M. **El uso de las canciones y la música en el desarrollo de la destreza de comprensión auditiva en el aula ELE**. Carabela nº 49, pp. 39-54. Madrid: SGEL, 2000.

LINDSTROMBERG, S. **110 Actividades para la clase de idiomas**. Madrid: CUP, 2001.

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE	Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas Estrangeiras	Disciplina	60h/04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Perspectivas acerca dos processos de implementação, desenvolvimento e avaliação das novas tecnologias da informação e da comunicação na aprendizagem de línguas estrangeiras. Exploração do uso de ferramentas tecnológicas nas áreas de interação, avaliação, compreensão e produção da linguagem. Discussões sobre os pressupostos metodológicos da pesquisa em Linguística Aplicada sobre ensino de línguas estrangeiras na Web.			

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, J. C. e DIEB, M. (Org.). **Letramentos na web: gêneros, interação e ensino**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

ARAÚJO, J. C.; LIMA, S. C.; DIEB, M. (Org.). **Línguas na Web: links entre ensinos e aprendizagem**. Ijuí: Unijui, 2010.

MARCUSCHI, L. A. & XAVIER, A. C. (Org.) **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, J. C. (Org.). **Internet & ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BUZATO, M. K. **O letramento eletrônico e o uso do computador no ensino de língua estrangeira: contribuições para a formação de professores**. Dissertação (mestrado em linguística aplicada). Campinas: IEL-UNICAMP, 2001.

COSCARELI, V. C.; RIBEIRO, A. E. (Org.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, F. ET AL. Leitura e escrita via internet: formação de professores nas áreas de alfabetização e linguagem. In: **Trabalho em linguística aplicada**. Campinas-SP: IEL-UNICAMP, V. 46 (1), jan/jun 2007, p.93-111.

MATEUS, E. F. Os professores na era digital e os (des)usos do computador na fase de formação inicial. In: **The Specialist**. São Paulo: PUC-SP, vl.25 (2)

Código:	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE	Ensino de Gramática da Língua Inglesa	Disciplina	60h / 04
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: A gramática da língua inglesa: sentidos e funções. As dificuldades dos alunos ao estudar gramática em língua inglesa. Gramática falada e gramática escrita. O processo de ensino de gramática em língua inglesa. Gramática e métodos. Abordagem indutiva no ensino de gramática (gramática reflexiva). O uso de textos e de materiais autênticos no ensino de gramática. O processo de avaliação de gramática em língua inglesa.			

Bibliografia Básica:

DYKES, Barbara. **Grammar for Everyone: Practical Tools for Learning and Teaching Grammar**. Camberwell: Acer Press, 2007.

HAGEMANN, Julie Ann. **Teaching Grammar: A Reader and Workbook**. Boston: Allyn & Bacon, 2002.

THORNBURY, Scott. **How to Teach Grammar**. London: Pearson, 2000.

Bibliografia Complementar:

BOWEN, T. & MARKS, J. **Inside teaching**. Oxford: Macmillan Heineman, 1994.

BROWN, D. **Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy**. New York: Pearson Education, 2001.

CELCE-MURCIA, Marianne; HILLES, Sharon. **Techniques and resources in teaching grammar**. New York: Oxford University Press, 1988.

HARMER, J. **The practice of English Language teaching**. 4th ed. England: Longman, 2007.

MCCARTHY, Michael; CARTER, Ronald. **Spoken grammar: what is it and how can we teach it?** ELT Journal Volume 49/3, Oxford University Press 1995.

Código:	Nome do Componente Curricular: Gêneros textuais e ensino de línguas	Grupo: Disciplina	Carga Horária/Crédito: 60h / 04
Dep. De Origem: Departamento de Letras Estrangeiras - DLE			
Aplicação: Teórica		Avaliado por: Nota	
EMENTA: Os gêneros discursivos/textuais nos estudos contemporâneos da linguagem; tipologia textual; tratamento de questões teórico-metodológicas relativas ao ensino de gêneros textuais na escola; os gêneros no ensino e aprendizagem da escrita, da leitura e da produção de textos no ensino de línguas estrangeiras.			

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, Mikhail [1951-1953]. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail [1979]. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.261-306.

MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEURER, J.L.; BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros** – teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Maria Irandé Costa Moraes. Textualidade e gêneros textuais: referência para o ensino de línguas. In.: ANTUNES, Maria Irandé Costa Moraes. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna. (2002).

KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B. & BRITO, K. S. (orgs.). **Gêneros textuais**: reflexão e ensino. União da Vitória, Kaygangue. (2005)

SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

7. METODOLOGIA

Neste Projeto Pedagógico de Curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos da graduação em Licenciatura em Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, assegurando uma formação integral dos estudantes. Portanto, essa proposta admite que, no processo de ensino e aprendizagem, há diferentes maneiras de ajudar os alunos na construção do conhecimento. Assim, consideram-se as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de considerar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos acadêmicos, bem como na especificidade do curso.

7.1. PROPOSTA METODOLÓGICA DO CURSO A DISTÂNCIA

O curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância irá desenvolver material didático próprio para essa modalidade de ensino e utilizará materiais didáticos disponibilizados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil, com vistas à autonomia de seus alunos, que receberão também guias explicativos sobre o funcionamento e as normas do curso. As disciplinas serão desenvolvidas através de materiais elaborados para o estudo e

para interação on-line. Os conteúdos das disciplinas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, espaço no qual se realizarão atividades de avaliação da aprendizagem, através de fóruns e trabalhos em grupo.

Para o curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância será utilizada a plataforma Moodle, um *software* livre, licenciado pela GNU (General Public Licence), considerado como um dos mais bem sucedidos ambientes de aprendizagem, e utilizado por várias universidades brasileiras. Uma vez que é oferecido gratuitamente, o Moodle pode ser copiado, utilizado e alterado por seus usuários, de acordo com as normas da Licença Moodle de seu fornecedor, desde que se mantenham protegidos os direitos autorais.

Cada disciplina contará ainda com pelo menos duas web conferências interativas. O sistema de webconferência é disponibilizado pela Universidade Aberta do Brasil e permite a realização de seminários, aulas, conferências e reuniões com a participação dos palestrantes e dos ouvintes. Os alunos terão ainda o apoio de *chats*, nos quais o professor e os tutores a distância fornecem suporte ao processo de ensino-aprendizagem. Os tutores presenciais também se envolverão nesse projeto pedagógico, acompanhando as disciplinas ofertadas no semestre.

7.1.1. Material didático: impresso e on-line

O material impresso será um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno, sendo construído a partir dessa ideia. Desse modo, a linguagem utilizada será dinâmica e motivadora, contemplando a área de abrangência do presente projeto e a diversidade cultural dos alunos, para que, apesar da distância física, estes não se sintam sozinhos e possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimentos. O conteúdo básico da disciplina será apresentado em texto impresso e disponibilizado no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

A elaboração desse material será antecedida por reuniões com todos os membros da equipe interdisciplinar, que inclui especialistas em ensino a distância e técnicos em plataformas virtuais. Uma primeira versão do material será analisada por especialistas em ensino a distância, externos ao curso, sendo submetido também à avaliação por especialistas em ambiente virtual. Finalmente, o material será avaliado pelos alunos e tutores ao final de cada curso, com o intuito de aperfeiçoá-lo. Os professores que elaborarem o material didático cederão seus direitos autorais.

7.1.2. Webconferências

A webconferência é utilizada com alguns objetivos pedagógicos principais. Na organização de aulas magnas ou palestras, o professor fala em tempo real para um número ilimitado de alunos, que preparam perguntas e questões com antecedência e enviam pelo próprio sistema de webconferência, propiciando a realização de aulas interativas, sendo priorizado o debate, a discussão e a reflexão sobre os conteúdos da disciplina, com participação de estudantes em um ou mais pontos. O sistema ainda permite a disponibilização de arquivos em formatos variados, como Word, PDF, vídeos e áudio. As aulas, palestras e conferências ministradas no sistema de webconferência podem ser gravadas e permanecem disponíveis para os alunos.

Por meio da web conferência, efetiva-se o diálogo imediato, com interação de áudio e vídeo em tempo real, entre professores e alunos, característica esta da telepresença.

7.1.3. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem(AVEA)

Na atualidade, os ambientes de ensino e aprendizagem virtuais oferecem várias possibilidades de interação, potencializando o ensino e a aprendizagem a distância e expandindo os limites do material impresso, proporcionando uma leitura hipertextual e multimidiática dos conteúdos curriculares que podem ter, como ponto de partida, um pequeno texto que se vale de animações, links diretos, vídeos, simulações, bibliotecas e laboratórios virtuais.

O AVEA viabiliza a comunicação assíncrona entre professores ou colegas, sendo permitido comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento em fóruns, enviar certa produção ao professor, compartilhar trabalhos desenvolvidos com os demais colegas, acessar mentes e programas de disciplinas, bibliografias de referência, artigos on-line e outras informações importantes para um bom desempenho no curso. Mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo também estão presentes no ambiente, através, por exemplo, de fóruns especializados por área de conhecimento.

Os AVEAs proporcionam as seguintes funcionalidades:

- a) Ferramentas de criação de conteúdo on-line, através das quais os designers e professores colocam textos, animações, áudios, vídeos, simulações, avaliação de aprendizagem, etc.;
- b) Ferramentas de avaliação de aprendizagem; as atividades podem ter resposta

automática (questões de múltipla escolha, certo/errado, etc.) e resposta descritiva, em que os professores e/ou tutores comentam os trabalhos dos alunos. Em qualquer caso, as atividades devem ficar registradas na plataforma;

c) Portal de informação por curso;

d) Link com o portal da UERN;

e) Ferramenta de registro acadêmico;

f) Ferramentas de colaboração: chats, listas de discussão, fóruns, etc. A interação com os demais colegas do curso, com os tutores e professores será facilitada por essas ferramentas;

g) Ferramentas de apoio: lista de contatos, “Fale com o professor”, “Fale com a monitoria”, “Fale com a tutoria”, webmail, entre outros. Por meio dessas ferramentas o aluno terá diversas possibilidades de resolver suas dúvidas;

h) Ferramentas de pesquisa: bibliotecas, eventos, busca no ambiente de aprendizagem e na internet. As ferramentas de pesquisa expandem e conferem autonomia e independência ao aluno na busca de fontes alternativas de informação;

i) Ferramentas de secretaria: conceitos, agenda, cronograma e informações.

Este grupo de ferramentas foi criado para que o aluno possa organizar sua agenda, receber os feedbacks ou ainda para tirar suas dúvidas sobre seu desempenho no curso.

Para esse curso de Letras-Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, será utilizada a plataforma Moodle como Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, conforme indicação da UAB.

7.1.4. Estratégias de aprendizagem

O curso proposto será oferecido na modalidade a distância. As atividades presenciais serão desenvolvidas em polos de apoio presencial. Isso ocorrerá na sala de aula, na sala de webconferência e/ou no laboratório, dependendo da natureza da disciplina e da atividade em questão. Os alunos se concentrarão no polo e participarão das atividades diretamente com os professores e/ou tutores das respectivas disciplinas. Esses momentos englobarão parte da carga horária, estabelecida na proposta pedagógica do curso. As atividades serão pré-determinadas pela coordenação do curso. Além dessas atividades, serão realizadas nos polos as avaliações de acordo com a carga horária de cada disciplina.

As atividades a distância representam a maior parte da carga horária do curso e se constituirão de tarefas definidas pelos docentes através de contatos via Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e outros recursos tecnológicos, com o acompanhamento dos professores

e da equipe de tutores. Os professores das disciplinas oferecerão aos estudantes acompanhamento didático-pedagógico em horários pré-determinados via Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e/ou via webconferência.

8. CORPODOCENTE

Atualmente, o corpo docente do curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa na modalidade a distância da UERN é constituído por 17 (dezesete) professores efetivos vinculados ao Departamento de Letras Estrangeiras – DLE.

Tabela 11 – Corpo docente efetivo

DOCENTE	FORMAÇÃO		REGIME DE TRABALHO
	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	
Adriana Almeida Fernandes	Mestra	Mestrado em Lingüística Aplicada/UECE	ADJUNTO III/DE
Adriana Moraes Jales	Doutora	Doutorado em Estudos da Linguagem/UFRN	ADJUNTO IV/DE
Clerton Luiz Félix Barboza	Doutor	Doutorado em Linguística/UFC	ADJUNTO IV/DE
Emílio Soares Ribeiro	Doutor	Doutorado em Estudos Linguísticos/UNESP	ADJUNTO III/DE
Gilmar Henrique da Silva	Especialista	Especialização em Ensino de Língua Inglesa/UERN	ADJUNTO IV/DE
Jorge Luis Queiroz Carvalho	Mestre	Mestrado em Linguística/UFC	ASSISTENTE I/DE
José Mariano Tavares Júnior	Mestre	Mestrado em Estudos da Linguagem/UFRN	ADJUNTO I/DE

Keyla Maria Frota Lemos	Mestra/Liberada para cursar doutorado	Mestrado em Linguística Aplicada/UECE	ADJUNTO I/DE
Marcelo Melo da Costa	Especialista	Especialização em Ensino de Língua Inglesa/UERN	ADJUNTO I/DE
Marcus Rodney Portela Cysne	Mestre	Mestrado em Linguística Aplicada/UECE	ASSISTENTE I/DE
Margarete Solange P. C. Moraes	Mestra	Mestrado em Letras/UERN	ADJUNTO I/DE
Maria Eliza Freitas do Nascimento	Doutora	Doutorado em Linguística/UFPB	ADJUNTO IV/DE
Mariane Raquel de Lima Dantas	Especialista	Especialização em Ensino de Língua Inglesa/UERN	ASSISTENTE III/DE
Nilson Roberto Barros da Silva	Doutor	Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês/USP	ADJUNTO IV/DE
Paulo Caetano Davi	Mestre	Mestrado em Educação/UFPB	ADJUNTO IV/DE
Sebastião Marques Cardoso	Doutor	Doutorado em Teoria e História Literária/UNICAMP	ADJUNTO IV/DE
Wanderley da Silva	Especialista	Especialização em Ensino de Língua Inglesa/UERN	ADJUNTO IV/DE

Fonte: Departamento de Letras Estrangeiras – DLE/2018

9. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

A avaliação no Curso de Letras – Língua Inglesa na modalidade a distância da UERN

deve constituir um processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo dos alunos. Portanto, suas políticas serão de natureza construtiva e pautadas no que está disposto ao longo desta seção.

9.1. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso seguirá as orientações prescritas no Manual Geral de Avaliação das Condições de Ensino, elaborado pela Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DAES), de fevereiro de 2002. O Manual será apreciado para a avaliação anual, devendo ser observado o que foi executado, seu impacto na unidade e o que não foi executado, bem como os motivos pelos quais determinadas ações não foram concretizadas.

O Manual estabelece que os atuais procedimentos de avaliação e supervisão têm fundamento legal no inciso 9º da Lei de Diretrizes e Bases-LDB, Lei Nº 9.394/96, que alista como atribuições da União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior”. Para cumprir essas obrigações legais, mecanismos de avaliação foram implantados e operacionalizados pelo Ministério da Educação (MEC).

Diante da preocupação com a qualidade na expansão da Educação Superior, o MEC estimulou uma cultura de avaliação que tem como marco a transferência da Secretaria de Educação Superior (SESu) para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) – da Avaliação Institucional e das Avaliações das Condições de Ensino. Esse sistema reúne todos os procedimentos que exigem a necessidade de avaliação da educação superior. Tais procedimentos se organizam em: Avaliação Institucional (AI), Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e Exame Nacional de Cursos (ENC). Tais avaliações se agregam às coletas sistemáticas e anuais de dados sobre as Instituições de Educação Superior (IES) e seus cursos: Cadastro da Educação Superior e o Censo da Educação Superior.

Seguindo as orientações gerais do Manual, a comissão avaliadora deverá:

- Analisar o projeto do Curso e a coerência entre concepção, currículo e sistema de avaliação, e sua adequação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigor na IES;
- Verificar o processo de autoavaliação do Curso, observando:
 - 1) se este contempla o ensino, a pesquisa e a extensão;
 - 2) se realiza a análise crítica de todo o processo, dos seus resultados e do envolvimento dos alunos e professores;

3) se descreve todas as ações já empreendidas;

4) se reflete a capacidade de realizar um diagnóstico amplo e uma análise crítica dos múltiplos aspectos que envolvam a organização curricular, os pontos de estrangulamento e as dificuldades enfrentadas;

5) se descreve os progressos e os aperfeiçoamentos efetuados e os pontos de convergência e divergência entre as questões observadas e as avaliações realizadas.

O Curso passará por avaliações semestrais, realizadas por uma Comissão interna para avaliação do Curso. Essa comissão tem como meta analisar o desenvolvimento e o conteúdo das disciplinas, o desempenho docente e discente, bem como as condições estruturais e as bases pedagógicas do Curso. A partir dessas avaliações, o direcionamento do Curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura) modalidade a distância da UERN será periodicamente acompanhado, repensado e redefinido, proporcionando um processo contínuo de construção, tanto nas suas ações como nos encaminhamentos definidores do perfil profissional do seu egresso.

Quanto aos aspectos que devem ser examinados antes da verificação *in loco*, destacam-se:

- Projeto de autoavaliação do curso;
- Projeto do curso, com destaque para:
 - a) Currículo do Curso;
 - b) Plano de ensino das disciplinas, no qual devem constar: ementa, conteúdo e carga

horária, metodologia de ensino, atividades discentes, procedimentos de avaliação e bibliografia básica e complementar.

As categorias de análise, indicadores e aspectos de avaliação fornecem uma metodologia para autoavaliação, o que é imprescindível para a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso. Os conceitos de avaliação descritos no Manual Geral poderão variar de insuficiente a ótimo, e o foco deve ser direcionado à maneira normativa de como se podem reestruturar as dimensões que dizem respeito à Organização Didático-Pedagógica, ao Corpo Docente e às Instalações do Curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância a ser implantado.

Os itens a serem examinados são:

- Ambiente acadêmico (envolvimento nas atividades e inter-relações na comunidade);
- Instalações administrativas e acadêmicas, laboratórios, oficinas e demais instalações do curso, condições físicas, equipamentos, materiais didáticos, manutenção, limpeza;
- Formas do processo seletivo adotado pelo curso e existência de mecanismos de

levantamento do perfil do ingressante e da superação das deficiências evidenciadas no processo seletivo;

- Situações do cotidiano acadêmico, como aulas teóricas, práticas ou de laboratório, defesa/apresentação de trabalhos, atividades de pesquisa e/ou extensão;
- Documentos de registro das atividades desenvolvidas de frequência dos alunos (diários de classe, cadernetas de chamada, etc.);
- Atividades realizadas pelos alunos sob a orientação de um professor, como: monitoria, participação em projetos de pesquisa e/ou extensão, estágios (supervisionados ou não), trabalhos de conclusão de curso, visitas a empresas, participação em eventos (palestras, conferências, cursos, seminários, encontros de iniciação científica, etc.);
- Atividades de iniciativa dos alunos (culturais e esportivas);
- Medidas permanentes de atendimento aos alunos, incluindo orientação acadêmica, pedagógica e profissional;
- Comprovação da qualificação de docentes;
- Assistência pedagógica e/ou didática aos docentes;
- Plano de carreira docente: admissão, progressão, apoio à participação em eventos, etc.;
- Produção científica, técnica, pedagógica, cultural e artística dos docentes;
- Outros documentos apresentados pelo curso.

A função gerencial do processo de acompanhamento e avaliação se insere na política institucional da UERN, e é necessário o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, de modo que se possa assegurar uma permanente atualização das informações, incorporando ao Projeto novos elementos que se fizerem necessários para reorientar as ações a serem mantidas, ampliadas, reformuladas ou canceladas.

9.2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do Curso prevê avaliações contínuas e cumulativas, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades, e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nessa perspectiva, a avaliação terá significado ao trabalho dos estudantes e docentes e à relação social transformadora, em que todos devem ter direito a aprender, refletindo sua concepção de mediação pedagógica como fator regulador e imprescindível no

processo de ensino e aprendizagem.

O número de avaliações do processo de ensino e aprendizagem ocorre conforme o disposto nas resoluções instituídas pela UERN, que regulam a matéria. A avaliação tem como função priorizar a qualidade do processo de aprendizagem, do desempenho do estudante ao longo do período letivo, não se restringindo apenas a provas ou trabalhos ao final do período letivo. Assim, será desenvolvida em uma perspectiva processual e contínua, buscando a construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de professores cidadãos. Assim sendo, a proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o estudante;
- Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- Observação das características dos estudantes e seus conhecimentos prévios;
- Assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Leinº.9.394/96.

9.3. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa na modalidade a distância serão aferidos mediante uma avaliação sistêmica, tendo por referência a autoavaliação institucional, a avaliação das condições de ensino, e a avaliação pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Cabe ao Colegiado do Curso organizar espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes, através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de projetos de extensão e pesquisa em diferentes espaços da comunidade. Para a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa na modalidade a distância da UERN serão realizadas algumas ações contínuas, tais como:

- Debates avaliativos abertos, envolvendo docentes e discentes do curso;
- Avaliação interna do curso sobre o desempenho acadêmico semestral, por meios de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e alunos, como apoio do

centro acadêmico;

- Realização de reuniões periódicas, com o objetivo de atualizar concepções vigentes no Projeto Pedagógico do Curso.

9.4. NÚCLEO DE AVALIAÇÃO

De acordo com as diretrizes da UAB, os cursos a distância deverão ser acompanhados por um projeto de pesquisa de avaliação. Nesse projeto, a avaliação do curso será desenvolvida por um Núcleo de Avaliação, ligado tanto à coordenação do curso quanto à coordenação pedagógica, o qual deverá contar com quatro professores pesquisadores ligados ao DLE e dois tutores, que acompanharão as atividades. A equipe irá avaliar todo o desenrolar do curso, levando em conta fatores indicadores, como evasão escolar, desempenho dos alunos, entre outros. A equipe terá, como objetivo, avaliar:

- O material produzido, tanto impresso quanto on-line;
- O ambiente virtual de ensino e aprendizagem;
- As webconferências;
- As relações entre os diferentes agentes do processo;
- Os efeitos do curso no polo (índice de evasão).

9.4.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação ocorrerá durante o desenvolvimento do curso e procurará considerar a participação e o desenvolvimento nas atividades propostas no polo, a participação nas atividades no ambiente de aprendizagem e o desempenho geral durante o curso. Os critérios da avaliação, por parte do professor, serão discriminados nos respectivos planos de ensino de cada disciplina, respeitando as normas da UERN, e em conformidade com os critérios aprovados pelo Colegiado do Curso. A esta avaliação, somar-se-ão as avaliações presenciais sobre conteúdos específicos das disciplinas. Das avaliações presenciais, podem constar questões discursivas e objetivas. Todas as avaliações serão elaboradas e corrigidas pelo docente da disciplina. Cabe ao tutor presencial, com a supervisão do professor interativo (docente da disciplina), a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade pelo controle das frequências dos alunos.

A frequência é registrada on-line no Portal pelo tutor presencial, logo após a realização da aula interativa e das atividades presenciais. O acadêmico é aprovado mediante 75% de

presença em relação ao total de horas das aulas interativas e das horas das atividades presenciais de cada disciplina.

O professor deverá divulgar a nota obtida na avaliação até, no máximo, dez dias úteis após a avaliação, sendo garantido ao aluno o acesso à sua prova, podendo solicitar cópia dela ao Departamento de Ensino, arcando com os respectivos custos.

9.4.2. Recuperação

O aluno que não alcançar o rendimento mínimo no final de cada período poderá realizar uma quarta prova presencial. Para realizar a quarta prova o aluno deverá ter média igual ou superior a 4,0 (quatro). A quarta prova (ou exame final) deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do resultado parcial. A nota mínima de aprovação, no exame final, é 6,0 (seis).

9.4.3. Avaliação Institucional

Com base nas ações avaliativas consolidadas na UERN, a avaliação institucional será dada através de:

- Avaliação dos professores docentes, quanto à metodologia de ensino, ao material didático, à tutoria e à infraestrutura, incluindo suporte técnico;
- Avaliação dos tutores quanto à orientação dos docentes, ao material didático, ao funcionamento do curso e à infraestrutura, incluindo suporte técnico;
- Avaliação dos alunos quanto ao material didático, aos momentos presenciais, à tutoria, ao funcionamento do curso e à infraestrutura, incluindo suporte técnico;
- Formação de comissões para elaborar o questionário de avaliação e apreciar os seus resultados.

A avaliação será feita em forma de questionário e os resultados devem fornecer subsídios para novas propostas do curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa na modalidade a distância.

10. IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

Neste curso, caracterizado como a distância, os conteúdos das disciplinas serão trabalhados com o auxílio dos seguintes meios de comunicação: Ambiente Virtual de Ensino e

Aprendizagem, webconferência, correio eletrônico, em caso de necessidade, meios analógicos como o fax e correio postal poderão ser utilizados. A carga horária presencial do curso, em torno de 65% do total, será cumprida de acordo com as disponibilidades dos professores e tutores, nas seguintes atividades:

- Encontros obrigatórios entre alunos e tutores nos polos regionais;
- Avaliações: cada disciplina terá, obrigatoriamente, três avaliações. No caso das disciplinas com carga horária prática, no mínimo 1 (uma) avaliação adicional será associada ao trabalho de crédito. As atividades avaliativas serão elaboradas pelo professor e aplicadas pelo tutor presencial, nos polos regionais;
- Webconferências;
- Chats obrigatórios.

10.1. INFRAESTRUTURA DE APOIO

Nos polos, os alunos terão acesso à midiateca, computadores conectados à rede eletrônica, equipamentos para a realização de web conferências e salas de estudo, assim como suporte técnico e administrativo. Em cada um desses polos, serão oferecidas um total de vagas a ser aprovado no edital de ofertas de vagas da UAB e da articulação entre a DEaD e os polos credenciados. Os inscritos deverão comprometer-se a ir até o polo regional para as atividades didáticas obrigatórias, para orientação junto à tutoria e para obtenção de material bibliográfico para seus estudos, quando não disponibilizados on-line.

O funcionamento do polo será organizado levando em conta que os alunos do curso necessitam horários compatíveis com a necessidade da clientela, o que implica no atendimento aos finais de semana e em períodos noturnos.

Notando o aspecto da acessibilidade, os polos oferecem condições razoáveis, porém, passíveis de aperfeiçoamento, o que está sendo monitorado pela UERN, no sentido de sanar qualquer deficiência.

A organização dos espaços definidos para os polos está em conformidade com as normas da UAB, conforme segue:

- Sala para Secretaria Acadêmica;
- Sala da Coordenação do Polo;
- Sala para Tutores Presenciais;
- Sala de Professores e Reuniões;
- Sala de Aula Presencial Típica;

- Laboratório de Informática;
- Sala de webconferência;
- Biblioteca.

O DLE/FALA/UERN será a sede, em cujo espaço há uma secretaria com móveis, computador, fax, telefone; uma sala de tutoria munida com mesas de trabalho, computadores e sistema de webconferência; uma sala de reunião para professores e tutores; e uma biblioteca.

10.2. GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DE CADAIES

O gerenciamento administrativo-financeiro será de responsabilidade do coordenador e do vice coordenador do curso, com o apoio da gestão financeira e da Coordenação da Universidade Aberta do Brasil da UERN. As prestações de contas e outras questões pertinentes ao exercício financeiro do projeto serão de responsabilidade direta do coordenador e do vice coordenador.

10.2.1. Produção, edição e distribuição de material didático

A produção, edição e distribuição do material didático são de responsabilidade da UERN, através de uma equipe constituída por professores do Departamento de Artes e de outros departamentos, sempre assessorados pela Diretoria de Educação a Distância (DEaD) da UERN.

10.2.2. Recursos para os momentos presenciais

O projeto prevê momentos presenciais para cada disciplina, que ocorrerão nos polos regionais. Os recursos necessários para o deslocamento dos professores e tutores da UERN às cidades onde estão localizados os polos e suas estadas serão definidos pela coordenação do curso a distância, juntamente com a DEaD e o setor financeiro da UERN.

10.2.3. Financiamento

Este projeto será financiado com recursos do Governo Federal, para:

- Capacitação e remuneração de coordenadores, professores e tutores;
- Produção de material;
- Oferta dos cursos.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, A.P.; SILVA, M.S. da; CRISTINO, A.P. da R.; KRUG, H.N. *A relação de saberes docentes na prática pedagógica da Educação Física Escolar*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR, VII, 2006, Santa Maria. Anais, Santa Maria: MOBREC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Média. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEM, 1999.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Linguagens códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002. (Língua Estrangeira Moderna, p. 93-137).

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias – volume 1**. Brasília: Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Educação Básica (SEB), 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 2/2004: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Brasília, 2004.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1/2002: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 2/2002: Duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002b.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 11.769, de 18 de Agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm>. Acesso em: 16 abr. 2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 9/2001. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1997. v. 6:Arte.

GONÇALO, E.; MARTINS, G. Tendências do Ensino Superior no Século XXI: a educação a distância em discussão. In: Martins, G; Gonçalves, E; Amaral, M. (Orgs). A experiência da UERN na EAD. 1ª edição. Mossoró – RN: Edições UERN, 2010, P.24-28.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensionen und Funktionen musikpädagogischen Wissens. In: MAAS, George (arg.) Musikpädagogische Forschung. Vol. 16. Essen, Verlag Die Blaue Eule, pp. 146-172, 1995.

Regimento Geral. *Site oficial da UERN*. Disponível em: <<http://www.uern.br/>>. Acesso em: 22 de nov. 2013.

UERN EM NÚMEROS. *Site oficial da UERN*. Disponível em: <<http://www.uern.br/>>. Acesso em: 22 de nov. 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 040/2003. Mossoró, 2003.*

_____. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução nº 040/2003. Mossoró, 2003.*

ANEXO 1



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009.

Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 211, **caput** e § 1º, ambos da Constituição, nos arts. 3º, incisos VII e IX, e 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e no art. 2º da Lei nº 8.405 de 9 de janeiro de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Parágrafo único. O disposto no caput será realizado na forma dos [arts. 61 a 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e abrangerá as diferentes modalidades da educação básica.

Art. 2º São princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;

II - a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento da escola e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério;

VII - a importância do projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

VIII - a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

IX - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais;

X - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;

XI - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente; e

XII - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - promover a melhoria da qualidade da educação básica pública;

II - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior;

III - promover a equalização nacional das oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério em instituições públicas de educação superior;

IV - identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério;

V - promover a valorização do docente, mediante ações de formação inicial e continuada que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira;

VI - ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial;

VII - ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social;

VIII - promover a formação de professores na perspectiva da educação integral, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental e das relações étnico-raciais, com vistas à construção de ambiente escolar inclusivo e cooperativo;

IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais do magistério, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; e

X - promover a integração da educação básica com a formação inicial docente, assim como reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais regionais.

Art. 4º A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação.

§ 1º O regime de colaboração será concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, a serem instituídos em cada Estado e no Distrito Federal, e neles terão assento garantido:

I - o Secretário de Educação do Estado ou do Distrito Federal e mais um membro indicado pelo Governo do Estado ou do Distrito Federal;

II - um representante do Ministério da Educação;

III - dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

IV - o dirigente máximo de cada instituição pública de educação superior com sede no Estado ou no Distrito Federal, ou seu representante;

V - um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

VI - um representante do Conselho Estadual de Educação;

VII - um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; e

VIII - um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas, quando houver.

§ 2º A participação nos Fóruns dar-se-á por adesão dos órgãos, instituições ou entidades referidos no § 1º.

§ 3º A falta da adesão a que refere o § 2º não impede o funcionamento dos fóruns.

§ 4º Poderão integrar os fóruns representantes de outros órgãos, instituições ou entidades locais que solicitarem formalmente sua adesão.

§ 5º Os Fóruns serão presididos pelos Secretários de Educação dos Estados ou do Distrito Federal, cabendo ao plenário dos colegiados indicar substitutos, no caso de ausência ou na falta de adesão de ente da federação.

§ 6º O Fórum acompanhará a execução do plano estratégico e promoverá sua revisão periódica.

§ 7º O Fórum deverá elaborar suas normas internas de funcionamento, conforme diretrizes nacionais a serem fixados pelo Ministério da Educação, e reunir-se-á, no mínimo semestralmente, em sessões ordinárias, e sempre que necessário, em sessões extraordinárias, mediante convocação do presidente.

Art. 5º O plano estratégico a que se refere o § 1º do art. 4º deverá contemplar:

I - diagnóstico e identificação das necessidades de formação de profissionais do magistério e da capacidade de atendimento das instituições públicas de educação superior envolvidas;

II - definição de ações a serem desenvolvidas para o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada, nos diferentes níveis e modalidades de ensino; e

III - atribuições e responsabilidades de cada partícipe, com especificação dos compromissos assumidos, inclusive financeiros.

§ 1º O diagnóstico das necessidades de profissionais do magistério basear-se-á nos dados do censo escolar da educação básica, de que trata o [art. 2º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008](#), e discriminará:

I - os cursos de formação inicial;

II - os cursos e atividades de formação continuada;

III - a quantidade, o regime de trabalho, o campo ou a área de atuação dos profissionais do magistério a serem atendidos; e

IV - outros dados relevantes que complementem a demanda formulada.

§ 2º O planejamento e a organização do atendimento das necessidades de formação de profissionais do magistério deverão considerar os dados do censo da educação superior, de que trata o [art. 3º do Decreto nº 6.425, de 2008](#), de forma a promover a plena utilização da capacidade instalada das instituições públicas de educação superior.

Art. 6º O Ministério da Educação analisará e aprovará os planos estratégicos apresentados e atuará na forma do art. 9º, considerando as etapas, modalidades, tipo de estabelecimento de ensino, bem como a distribuição regional e demográfica do contingente de profissionais do magistério a ser atendido.

Art. 7º O atendimento à necessidade por formação inicial de profissionais do magistério, na forma do art. 9º, dar-se-á:

I - pela ampliação das matrículas oferecidas em cursos de licenciatura e pedagogia pelas instituições públicas de educação superior; e

II - por meio de apoio técnico ou financeiro para atendimento das necessidades específicas, identificadas na forma dos art. 5º.

Parágrafo único. A formação inicial de profissionais do magistério dará preferência à modalidade presencial.

Art. 8º O atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela indução da oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino.

§ 1º A formação continuada dos profissionais do magistério dar-se-á por meio de cursos presenciais ou cursos à distância.

§ 2º As necessidades de formação continuada de profissionais do magistério serão atendidas por atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.

§ 3º Os cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização serão fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, deverão ser homologados por seu Conselho Técnico-Científico da Educação Básica e serão ofertados por instituições públicas de educação superior, preferencialmente por aquelas envolvidas no plano estratégico de que tratam os arts. 4º e 5º.

§ 4º Os cursos de formação continuada homologados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da CAPES integrarão o acervo de cursos e tecnologias educacionais do Ministério da Educação.

§ 5º Caso a necessidade por formação continuada não possa ser atendida por cursos já homologados na forma do § 4º, a CAPES deverá promover o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos específicos, em articulação com as instituições públicas de educação superior.

§ 6º A CAPES disporá sobre requisitos, condições de participação e critérios de seleção de instituições e de projetos pedagógicos específicos a serem apoiados.

Art. 9º O Ministério da Educação apoiará as ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério ofertadas ao amparo deste Decreto, mediante:

I - concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para professores, na forma da [Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006](#), bem como auxílio a projetos relativos às ações referidas no caput; e

II - apoio financeiro aos Estados, Distrito Federal, Municípios e às instituições públicas para implementação de programas, projetos e cursos de formação.

Art. 10. A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica, mediante fomento a programas de iniciação à docência e concessão de bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura de graduação plena nas instituições de educação superior.

§ 1º Os programas de iniciação à docência deverão prever:

I - a articulação entre as instituições de educação superior e os sistemas e as redes de educação básica; e

II - a colaboração dos estudantes nas atividades de ensino-aprendizagem da escola pública.

§ 2º Os programas de iniciação à docência somente poderão contemplar cursos de licenciatura com avaliação positiva conduzida pelo Ministério da Educação, nos termos da [Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004](#).

Art. 11. A CAPES fomentará, ainda:

I - projetos pedagógicos que visem a promover novos desenhos curriculares ou percursos formativos destinados aos profissionais do magistério;

II - projetos pedagógicos que visem a promover desenhos curriculares próprios à formação de profissionais do magistério para atendimento da educação do campo, dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;

III - oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica, que sejam:

- a) graduados não licenciados;
- b) licenciados em área diversa da atuação docente; e
- c) de nível médio, na modalidade Normal;

IV - projetos de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura;

V - pesquisas destinadas ao mapeamento, aprofundamento e consolidação dos estudos sobre perfil, demanda e processos de formação de profissionais do magistério;

VI - programas de apoio a projetos educacionais e de pesquisa propostos por instituições e por profissionais do magistério das escolas públicas que contribuam para sua formação continuada e para a melhoria da escola; e

VII - programas que promovam a articulação das ações de formação continuada com espaços de educação não-formal e com outras iniciativas educacionais e culturais.

Art. 12. O Ministério da Educação, ao implementar a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, deverá assegurar sua coerência com os processos de avaliação da educação básica e superior, os programas de livro didático, os programas de desenvolvimento da educação, além dos currículos da educação básica e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura e pedagogia.

Art. 13. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, à CAPES e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar o apoio financeiro da União com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho, bem como os limites de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.1.2009

ANEXO 2

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. ^(*) ^(**) ^(***)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 9º, § 2º, alínea “c” da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CP 9/2001 e 27/2001, peças indispensáveis do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologados pelo Senhor Ministro da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

^(*) CNE. Resolução CNE/CP 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U. de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

^(**) Alterada pela Resolução CNE/CP n.º 2, de 27 de agosto de 2004, que adia o prazo previsto no art. 15 desta Resolução.

^(***) Alterada pela Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de novembro de 2005, que acrescenta um parágrafo ao art. 15 da Resolução CNE/CP n.º 1/2002

Art. 3º A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

- I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
 - a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
 - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;
 - c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;
 - d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.
- III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

Art. 4º Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação é fundamental que se busque:

- I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;
- II - adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

Art. 5º O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que:

- I - a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;
- II - o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;
- III - a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;
- IV - os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;
- V - a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

Parágrafo único. A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

- I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

- I - cultura geral e profissional;
- II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;
- III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;
- V - conhecimento pedagógico;
- VI - conhecimento advindo da experiência.

Art. 7º A organização institucional da formação dos professores, a serviço do desenvolvimento de competências, levará em conta que:

I - a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;

II - será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III - as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V - a organização institucional preverá a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VI - as escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;

VII - serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades culturais destinadas aos formadores e futuros professores;

VIII - nas instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária serão criados Institutos Superiores de Educação, para congregar os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subseqüentes da educação básica.

Art. 8º As competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes Diretrizes, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

I - periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;

II - feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;

III - incidentes sobre processos e resultados.

Art. 9º A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria.

Art. 10. A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Parágrafo único. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Art. 12. Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nela mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

Art. 15. Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos.

§ 1º Nenhum novo curso será autorizado, a partir da vigência destas normas, sem que o seu projeto seja organizado nos termos das mesmas.

§ 2º Os projetos em tramitação deverão ser restituídos aos requerentes para a devida adequação.

Art. 16. O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º da Lei 9.394, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

Art. 17. As dúvidas eventualmente surgidas, quanto a estas disposições, serão dirimidas pelo Conselho Nacional de Educação, nos termos do Art. 90 da Lei 9.394.

Art. 18. O parecer e a resolução referentes à carga horária, previstos no Artigo 12 desta resolução, serão elaborados por comissão bicameral, a qual terá cinquenta dias de prazo para submeter suas propostas ao Conselho Pleno.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

ANEXO 3

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.^(*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o § 2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

^(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.

ANEXO 4

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR****RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)**

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- c) os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- d) a estruturação do curso;
- e) as formas de avaliação

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 18/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.

ANEXO 5

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 ^(*) ^()**

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, as Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº 3, de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº 2, de 25 de fevereiro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação publicado no Diário Oficial do União de 25 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;

CONSIDERANDO que a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais;

CONSIDERANDO que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino;

CONSIDERANDO que as instituições de educação básica, seus processos de organização e gestão e projetos pedagógicos cumprem, sob a legislação vigente, um papel

^(*) Resolução CNE/CP 2/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

^(**) Retificação publicada no DOU de 3/7/2015, Seção 1, p. 28: Na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2/7/2015, Seção 1, pp. 8-12, no Art. 17, § 1º, p. 11, onde se lê: "II - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;", leia-se: "III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;".

estratégico na formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica;

CONSIDERANDO a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

CONSIDERANDO a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho;

CONSIDERANDO o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado,

Resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos

programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

§ 3º Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, devem concebê-la atendendo às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), expressando uma organicidade entre o seu Plano Institucional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) através de uma política institucional articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os

direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

§ 2º Para fins desta Resolução, a educação contextualizada se efetiva, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pedagógicos entre os profissionais e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou interdisciplinar e pedagógico, nas políticas, na gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica.

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

§ 7º Os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola devem reconhecer que:

I - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar indígena, nos termos desta Resolução, deverá considerar as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, nos termos desta Resolução, deverá considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Parágrafo único. Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: BASE COMUM NACIONAL

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Art. 6º A oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação e os conhecimentos pedagógicos, bem como didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério nas modalidades presencial e a distância, devem observar o estabelecido na legislação e nas regulamentações em vigor para os respectivos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, assegurando a mesma carga horária e instituindo efetivo processo de organização, de gestão e de relação estudante/professor, bem como sistemática de acompanhamento e avaliação do curso, dos docentes e dos estudantes.

CAPÍTULO III **DO(A) EGRESSO(A) DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA**

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

CAPÍTULO IV DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR

Art. 9º Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;

III - cursos de segunda licenciatura.

§ 1º A instituição formadora definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional explicitada no capítulo II desta Resolução.

§ 2º A formação inicial para o exercício da docência e da gestão na educação básica implica a formação em nível superior adequada à área de conhecimento e às etapas de atuação.

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

Art. 10. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino.

Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;

II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional.

Art. 11. A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

I - articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;

II - efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;

III - coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;

V - projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;

VI - organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;

VII - recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;

VIII - atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.

d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no

projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR: ESTRUTURA E CURRÍCULO

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 14. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.000 (mil) horas;

II - quando o curso de formação pedagógica pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

IV - deverá haver 500 (quinhentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso I deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

V - deverá haver 900 (novecentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso II deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

VI - deverá haver 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12, consoante o projeto de curso da instituição;

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 4º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 5º A oferta dos cursos de formação pedagógica para graduados poderá ser realizada por instituições de educação superior, preferencialmente universidades, que ofereçam curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo Ministério da Educação e seus órgãos na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 6º A oferta de cursos de formação pedagógica para graduados deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 7º No prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino e com os fóruns estaduais permanentes de apoio à

formação docente, procederá à avaliação do desenvolvimento dos cursos de formação pedagógica para graduados, definindo prazo para sua extinção em cada estado da federação.

Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II - quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

§ 2º Durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 3º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Os cursos descritos no *caput* poderão ser ofertados a portadores de diplomas de cursos de graduação em licenciatura, independentemente da área de formação.

§ 5º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 7º Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

§ 8º A oferta dos cursos de segunda licenciatura poderá ser realizada por instituição de educação superior que ofereça curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 9º A oferta de cursos de segunda licenciatura deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 10. Os cursos de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública, coordenados pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizados por instituições públicas e comunitárias de educação superior, obedecerão às diretrizes operacionais estabelecidas na presente Resolução.

CAPÍTULO VI

DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

Parágrafo único. A formação continuada decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa.

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização *lato sensu* por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes.

§ 2º A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino.

CAPÍTULO VII DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E SUA VALORIZAÇÃO

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de

acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

§ 1º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, como definido no artigo 3º, § 4º, desta Resolução;

§ 2º No quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

- I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;
- II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;
- III - orientação e acompanhamento de estudantes;
- IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
- V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;
- VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
- VII - atividades de desenvolvimento profissional;
- VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Art. 19. Como meio de valorização dos profissionais do magistério público nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo, formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

- I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;
- II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;
- III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação *lato sensu*, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;
- IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;
- V - manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Parágrafo único. As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 21. Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e respectivos sistemas de ensino, redes e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação e do projeto pedagógico e curricular.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Art. 23. Os processos de avaliação dos cursos de licenciatura serão realizados pelo órgão próprio do sistema e acompanhados por comissões próprias de cada área.

Art. 24. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas interdisciplinares, serão objeto de regulamentação suplementar.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA

ANEXO 6

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Diretrizes Curriculares

1. *Perfil dos Formandos*

Sólida formação de história da filosofia, que capacite para a compreensão e a transmissão dos principais temas, problemas, sistemas filosóficos, assim como para a análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere.

O licenciado deverá estar habilitado para enfrentar com sucesso os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do Ensino Médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente.

O bacharel deverá estar credenciado para a pesquisa acadêmica e eventualmente para a reflexão trans-disciplinar

Os egressos podem contribuir profissionalmente também em outras áreas, no debate interdisciplinar, nas assessorias culturais etc.

2. *Competências e Habilidades*

- Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento;

- Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;

- Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;

- Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;

- Percepção da integração necessária entre a filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;

.Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos.

.Capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira

.Competência na utilização da informática.

3. *Conteúdos Curriculares*

O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral: Problemas Metafísicos, - além de duas matérias científicas), tem se comprovado como uma sábia diretriz. Tal elenco vem permitindo aos melhores cursos do País um ensino flexível e adequado da Filosofia.

Entretanto, tendo em vista o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas, algumas áreas merecem ser consideradas, como: Filosofia Política, Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente.

No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

4. Organização do Curso

Os cursos deverão formar bacharéis ou licenciados em Filosofia. O bacharelado deve caracterizar-se principalmente pela pesquisa, em geral direcionada aos programas de pós-graduação em Filosofia, bem como ao magistério superior. A licenciatura, a ser orientada também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior, volta-se sobretudo para o ensino de Filosofia no nível médio. Ambos os cursos devem oferecer substancialmente a mesma formação, em termos de conteúdo e de qualidade, organizada em conteúdo básicos e núcleos temáticos.

5. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

6. Estágios e Atividades Complementares

Devem integralizar a estrutura curricular, com computação de carga horária, atividades acadêmicas autorizadas pelo Colegiado tais como: estágios, iniciação científica, laboratórios, trabalho em pesquisa, trabalho de conclusão de curso, participação em eventos científicos, seminários extra-classe, projetos de extensão.

7. Conexão com a Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE HISTÓRIA

Introdução

Este texto apresenta-se como proposta cuja finalidade é substituir o currículo mínimo dos cursos de Graduação em História, que fornecia os parâmetros básicos a sua organização curricular no contexto da antiga Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

Para os profissionais que integram a área de conhecimento da História, a substituição do currículo mínimo por instrumento diferente não é necessidade que decorra unicamente da aprovação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ela se impunha, há já bastante tempo, pelas transformações ocorridas desde a década de 1960 na mencionada área de conhecimento, como configurada no Brasil. Com efeito, quando do estabelecimento do antigo currículo mínimo, na década de 1960, os cursos de Graduação em História apresentavam quase todos, neste país, baixo grau de profissionalização e uma presença muito limitada (quando não a simples ausência) de atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e, com maior razão, por estudantes. Os professores universitários trabalhavam em condições difíceis, marcadas quase sempre pela ausência do regime de dedicação exclusiva; inexistia um sistema de bolsas de pesquisa para docentes e discentes. A época inaugurada pela década seguinte, entretanto, em função de mudanças que se davam no seio da área de conhecimento e de transformações institucionais importantes - surgimento e expansão do regime de dedicação exclusiva, implantação progressiva de um sistema nacional de Pós-Graduação em História, aparecimento de um sistema consistente e permanente de bolsas de pesquisa para professores e alunos, mais tardiamente uma proliferação das revistas e outras publicações especializadas -, foi marcada por passos muito importantes no sentido da profissionalização dos historiadores e da consciência da necessária indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade, ponto posteriormente transformado em preceito constitucional. Eis aí algumas das razões que explicam ter-se transformado o antigo currículo mínimo em instrumento arcaico, acanhado e em descompasso com os progressos do setor.

Outrossim, as mudanças foram ainda mais gerais, no campo da História e para os historiadores. Com efeito, nos anos que vão de 1968 a 1980 apareceram, em diferentes cronologias segundo os países (por exemplo já claramente em 1974 no caso da França, em 1980 nos Estados Unidos, bem mais tarde entre nós, pelo menos como consciência de rupturas radicais), questões que levavam à nova e mais complexa configuração do quadro em que se desenvolviam os estudos históricos. Se houve querelas epistemológicas e teóricas às vezes acirradas, o que mais interessa a nosso assunto é a formidável ampliação ocorrida nos objetos e enfoques disponíveis para os historiadores. Diante dela, o currículo mínimo passou a ser mais do que nunca uma camisa de força; e a solução não seria a simples inclusão de novas áreas de conhecimento histórico e disciplinas afins em sua lista, já que a mencionada ampliação foi de tal ordem que, de fato, impunha a introdução de escolhas: não seria possível, obviamente, tentar esgotar a totalidade do campo percebido para os estudos da História no âmbito de um curso de Graduação, cuja duração deve obedecer a limites de ordem prática e relativos aos custos aceitáveis na formação de especialistas.

A mesma ampliação se dava quanto às ocupações funcionais dos profissionais formados em História no Brasil. Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada numa época como a nossa, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau,

por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam, crescentemente (e a lista a seguir é seletiva, incompleta): em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação.

Note-se que a esta ampliação das áreas de atuação corresponde outra, relativa às linguagens cujo manejo pelos profissionais formados em História tornou-se corrente. Se a forma discursiva continua sendo o meio mais usual de expressão entre historiadores, o domínio de técnicas de análise semântica ou semiótica aplicadas a diferentes linguagens (textual, iconográfica, audiovisual etc.), a possibilidade de elaborar vídeos e CD-ROMs ao lado dos textos tradicionais, em certos casos (como por exemplo em História Econômica e em Demografia Histórica) o manejo da estatística e de simulações complexas utilizando o computador, vieram a ser corriqueiros. Tornava-se cada vez mais urgente, portanto, um *aggiornamento* na formação de Graduação em História.

Observe-se que, com todas estas novidades e em especial com sua busca de contatos interdisciplinares e transdisciplinares em proporções nunca vistas, a História sempre manteve a sua especificidade como área do conhecimento. Especificidade esta que não tem a ver tanto com o objeto - em termos gerais, comum a todas as ciências humanas e sociais - mas, sim, com uma forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.

Ao mesmo tempo, não é possível deixar de considerar a enorme diversidade, sob vários pontos de vista, das regiões do Brasil e, mais especificamente, nelas (ou mesmo no interior de cada região), dos programas de História existentes. Se nos limitarmos exclusivamente ao que é específico, uma grande diferença existe, por exemplo, entre os programas de História que oferecem exclusivamente formação na Graduação e aqueles - em número muito minoritário ainda - que possuem a Pós-Graduação *stricto sensu*.

De início, nos tempos pioneiros da expansão do ensino de Pós-Graduação, mais de um quarto de século atrás, notava-se certa hostilidade, muitas vezes não de todo aberta ou explícita, entre uma Pós-Graduação ainda e docentes ainda não titulados como doutores (e que portanto não desempenhavam tarefas de ensino e orientação na Pós-Graduação) cujo trabalho se desenvolvia numa Graduação eivada de problemas, a começar pela matrícula de alunos cada vez mais numerosos. Com o tempo, entretanto, bem como com os progressos consideráveis ocorridos na titulação dos profissionais e a ampliação das atividades de pesquisa mesmo entre os estudantes da Graduação, tendeu-se, pelo contrário, a uma crescente integração entre Graduação e Pós-Graduação nos programas de História: a qual, não achando, nas estruturas derivadas do antigo currículo mínimo de Graduação e da legislação específica (pensamos nas leis nacionais mas também nas regras de organização interna das universidades) relativa à Pós-Graduação, bases institucionais suficientes, buscou soluções diversas, a exemplo dos laboratórios que integravam docentes e discentes do programa na sua totalidade (Graduação e Pós-Graduação). Tais soluções tinham a desvantagem de uma falta de sanção suficiente às suas atividades: em muitos casos, as atividades dos laboratórios ou das outras formas

pensadas para promover a integração Graduação/Pós-Graduação não podiam, por exemplo, ser computadas no regime de horas de trabalho semanais dos docentes, ou como créditos para os discentes. Aos poucos surgiram tentativas mais ambiciosas no sentido da integração - o programa PROIN/CAPEs, por exemplo, tem resultado por vezes em práticas e produtos de grande interesse - mas sem dúvida é necessário que a própria organização curricular contribua para tal integração e a favoreça.

É preciso reconhecer, entretanto, que numerosos programas de História no país, além de não disporem ainda de uma pós-graduação *stricto sensu*, estão longe de estabelecê-la. Por mais que tais programas, por vezes, criem cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de enorme interesse e da maior importância, por exemplo, na formação continuada dos profissionais que atuam no ensino fundamental e no ensino médio e nas necessárias atividades de extensão que inserem as instituições de ensino superior em suas respectivas regiões e contextos sociais, continua sendo verdadeiro que grandes diferenças constata-se segundo esteja ausente ou presente a formação pós-graduada *stricto sensu* num dado programa.

Razões diversas podem, também, levar alguns programas a reforçar setores que, em outras instituições de ensino superior, encontram-se muito menos desenvolvidos. Assim, a História da África Negra, por exemplo, que sem dúvida deveria estar mais presente entre nós, em alguns casos de fato está, enquanto em outros não conseguiu ainda estabelecer-se minimamente por falta de meios suficientes para tal. Setores como a História Antiga e Medieval, de difícil desenvolvimento devido à necessidade de aprendizagem de línguas ditas "mortas" ou da associação Arqueologia/História, assumem dimensões e importância relativamente grandes em alguns programas, em que abrem opções específicas para os alunos já na Graduação, mas não em outros, onde existem só minimamente.

Muitos programas de formação em História manifestam preocupação especial com a História Regional, por exemplo em áreas do país em que a produção de obras históricas a elas relativa é ainda pequena, sendo desejável reforçar desde a Graduação o interesse pelos assuntos regionais numa perspectiva histórica. Por razões que são extremamente variáveis, certas especialidades em História do Brasil estão muito mais presentes em alguns programas de Graduação (e Pós-Graduação) do que em outros. E estes são somente uns poucos exemplos tomados ao acaso.

Estes e outros fatores de diversidade, bem como a vontade de abrir escolhas flexíveis numa época em que o campo possível de atuação dos profissionais formados em história se ampliou muito, conduzem à necessidade de diretrizes curriculares bem mais abertas do que as do antigo currículo mínimo.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do

patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.

2. *Competências e Habilidades*

A) Gerais

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

3. *Estruturação dos Cursos*

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

4. *Conteúdos Curriculares*

Os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de:

1. Conteúdos histórico/historiográficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais.
2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. As instituições devem assegurar que o graduando possa realizar atividades acadêmicas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento.

3. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio.

No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. Estágios e Atividades Complementares

1. As atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente.

2. As atividades acadêmicas complementares (estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe, participação em eventos científicos) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenações dos Cursos.

6. Conexão com a Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GEOGRAFIA

Introdução

A geografia, em seu processo de desenvolvimento histórico como área do conhecimento, veio consolidando teoricamente sua posição como uma ciência que busca conhecer e explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza. Isso significa dizer que possui um conjunto muito amplo de interfaces com outras áreas do conhecimento científico. Assim, coloca-se a necessidade de buscar compreender essa realidade espacial, natural e humana, não de uma forma fragmentada, mas como uma totalidade dinâmica.

A geografia vem evoluindo, nas últimas décadas, tanto pela introdução e aprofundamento de metodologias e tecnologias de representação do espaço (geoprocessamento e sistemas geográficos de informação, cartografia automatizada, sensoriamento remoto etc.) quanto no que concerne ao seu acervo teórico e metodológico em nível de pesquisa básica (campos novos ou renovados como geo-ecologia, teoria das redes geográficas, geografia cultural, geografia econômica, geografia política e recursos naturais, etc.), quanto em nível de pesquisa aplicada (planejamento e gestão ambiental, urbana e rural).

Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo dos conhecimentos geográficos vêm colocando desafios para a formação não apenas do geógrafo-pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo-professor do ensino fundamental, médio e superior.

A atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com as novas tecnologias, com os novos recortes de espaço e tempo, com a predominância do instantâneo e do simultâneo, com as complexas interações entre as esferas do local e do global afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que a Geografia procure caminhos teóricos e metodológicos capazes de interpretar e explicar esta realidade dinâmica.

Dessa forma, os Departamentos ou Colegiados de Curso de Geografia, enquanto instâncias responsáveis pelo dinamismo e implementação das mudanças que se façam necessárias no currículo, não podem desconhecer novas possibilidades abertas pela LDB na perspectiva de flexibilização das estruturas curriculares, transformando conteúdos e técnicas em percursos possíveis para a formação do pesquisador e profissional em Geografia. Devem buscar, então, caminhos para superar a “cultura da cartilha” e para assumir a liberdade da crítica e da criação, como uma área do conhecimento que tem seu objeto específico, sem abrir mão do rigor científico e metodológico.

Esses são pressupostos que norteiam a atual proposta das *Diretrizes Curriculares* para o curso de Geografia.

Diretrizes curriculares

1. Perfil do Formando

Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia.

Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico

2. *Competências e Habilidades*

A) *Gerais*

Os cursos de Graduação devem proporcionar o desenvolvimento das seguintes habilidades gerais:

- a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- c. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- d. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- e. Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográficos;
- f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia ;
- g. Utilizar os recursos da informática;
- h. Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico;
- i. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

B) *Específicas*

- a. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- b. identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- c. selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- d. avaliar representações ou tratamentos ;gráficos e matemático-estatísticos
- e. elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.
- f. dominar os conteúdos básicos que são objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
- g. organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

3. *Organização do Curso*

Os colegiados das instituições poderão estruturar o curso em 4 níveis de formação (de bacharéis, aplicada-profissional, de docentes e de pesquisadores) e devem indicar sua organização modular, por créditos ou seriada. O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

4. *Conteúdos Curriculares*

Os conteúdos básicos e complementares da Geografia organizam-se em torno de:
 . núcleo específico – conteúdos referentes ao conhecimento geográfico;

. núcleo complementar – conteúdos considerados necessários à aquisição de conhecimento geográfico e que podem ser oriundos de outras áreas de conhecimento, mas não excluem os de natureza específica da Geografia;

. núcleo de opções livres – composto de conteúdos a serem escolhidos pelo próprio aluno.

No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. *Estágios e Atividades Complementares*

Os estágios e atividades complementares fazem parte da necessidade de que haja articulação entre a teoria e a prática, e entre a pesquisa básica e a aplicada. Para que esta articulação se processe no âmbito do currículo é necessário que o entendamos como “qualquer conjunto de **atividades acadêmicas** previstas pela IES para a integralização de um curso” e, como **atividade acadêmica**, “aquela considerada relevante para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.”

Neste contexto, são consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Geografia, além da disciplina: estágios, que poderão ocorrer em qualquer etapa do curso, desde que seus objetivos sejam claramente explicitados; seminários; participação em eventos; discussões temáticas; atividades acadêmicas à distância; iniciação à pesquisa, docência e extensão; vivência profissional complementar; estágios curriculares, trabalhos orientados de campo, monografias, estágios em laboratórios; elaboração de projetos de pesquisa e executivos, além de outras atividades acadêmicas a juízo do colegiado do curso.

Caberá aos colegiados de curso organizar essas atividades ao longo do tempo de integralização curricular.

6. *Conexão com a Avaliação Institucional*

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

1. Perfil dos Formandos

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

B) Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

3. Organização do Curso

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- respeito à ética profissional;
- indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

4. *Conteúdos Curriculares*

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

5. *Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)*

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

6. Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

DIRETRIZES CURRICULARES A ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUAS HABILITAÇÕES

Introdução

Estas Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação foram elaboradas procurando atender a dois objetivos fundamentais:

- a) **flexibilizar** a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes;
- b) **estabelecer** orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida.

O presente texto estabelece um padrão básico de referência para todas as instituições que mantenham Cursos de Graduação em Comunicação com habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Radialismo, Editoração, ou outras habilitações pertinentes ao campo da Comunicação que venham a ser criadas.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

PERFIL COMUM

O perfil comum do egresso corresponde a um objetivo de formação geral que deve ser atendido por todos os Cursos da área e em todas as habilitações de Comunicação, qualquer que seja sua ênfase ou especificidade. Trata-se de base que garanta a identidade do Curso como de Comunicação.

O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por:

1. sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas;
2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo;
3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem.
4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre

as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social.

PERFIS ESPECÍFICOS

Os perfis específicos resultam das habilitações diferenciadas do campo da Comunicação, que se caracteriza por uma abrangência sobre diferentes meios, linguagens e práticas profissionais e de pesquisa e, na atualidade, por envolver um acelerado dinamismo social e tecnológico. Para assegurar o desenvolvimento histórico desta área de formação, estudos e exercício profissional, serão desenvolvidas habilitações com uma variedade de perfis específicos. Estas habilitações, definidoras dos perfis específicos, se organizam conforme as seguintes premissas:

- a) é mantida a referência básica às habilitações historicamente estabelecidas: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo, editoração, e cinema (assim como à sua denominação alternativa, cinema e vídeo);
- b) podem ser criadas ênfases específicas em cada uma destas habilitações, que serão então referidas pela denominação básica, acrescida de denominação complementar que caracterize a ênfase adotada;
- c) podem ser criadas novas habilitações pertinentes ao campo da Comunicação.

As habilitações referidas nos itens "b" e "c" acima serão reconhecidas como pertinentes ao campo da Comunicação na medida em que contemplem :

- a dimensão e a complexidade temática e de objeto de estudo;
- a existência de vinculações profissionais e conceituais com o campo da Comunicação;
- a delimitação de uma habilitação específica, que comporte linguagem e práticas profissionais próprias.

PERFIS ESPECÍFICOS POR HABILITAÇÃO

Para as habilitações já estabelecidas, além do perfil comum relacionado no item anterior, devem se objetivar os perfis a seguir explicitados:

Jornalismo

O perfil do egresso em Jornalismo se caracteriza :

1. pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente;
2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
3. pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum;
4. pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface.

Relações Públicas

O perfil do egresso em Relações Públicas se caracteriza:

1. pela administração do relacionamento das organizações com seus diversos públicos, tanto externos como internos;
2. pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, grupos humanos organizados, setores de atividades públicas ou privadas, e a sociedade em geral;
3. pelo exercício de interlocução entre as funções típicas de relações públicas e as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área da Comunicação.

Radialismo

O perfil do egresso em Radialismo se caracteriza:

1. pela percepção, interpretação, recriação e registro da realidade social, cultural e da natural através de som e imagem;
2. pelas formulações audiovisuais habituais, documentárias, de narração, musicais, descritivas, expositivas, ou quaisquer outras adequadas aos suportes com que trabalha;
3. pelo domínio técnico, estético e de procedimentos expressivos pertinentes a essa elaboração audiovisual;
4. pela atividade em emissoras de rádio ou televisão ou quaisquer instituições de criação, produção, desenvolvimento e interpretação de materiais audiovisuais;
5. pelo exercício de interlocução entre as funções típicas de radialismo e as demais funções profissionais ou empresariais da área da Comunicação.

Publicidade e Propaganda

O perfil do egresso em Publicidade e Propaganda se caracteriza:

1. pelo conhecimento e domínio de técnicas e instrumentos necessários para a proposição e execução de soluções de comunicação eficazes para os objetivos de mercado, de negócios de anunciantes e institucionais;
2. pela tradução em objetivos e procedimentos de comunicação apropriados os objetivos institucionais, empresariais e mercadológicos;
3. pelo planejamento, criação, produção, difusão e gestão da comunicação publicitária, de ações promocionais e de incentivo, eventos e patrocínio, atividades de marketing, venda pessoal, design de embalagens e de identidade corporativa, e de assessoria publicitária de informação.

Editoração

O perfil do egresso em Editoração se caracteriza:

1. pela gestão e produção de processos editoriais, de multiplicação, reprodução e difusão, que envolvam obras literárias, científicas, instrumentais e culturais;
2. pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de livros e impressos em geral, livros eletrônicos, CDROMs e outros produtos multimídia, vídeos, discos, páginas de Internet, e quaisquer outros suportes impressos, sonoros, audiovisuais e digitais;
3. pelo domínio dos processos editoriais, tais como planejamento de produto, seleção e edição de textos, imagens e sons, redação e preparação de originais, produção gráfica e diagramação de impressos, roteirização de produtos em diferentes suportes, gravações, montagens, bem como divulgação e comercialização de produtos editoriais.

Cinema

O perfil do egresso da habilitação em Cinema (com esta denominação ou na denominação alternativa Cinema e Vídeo) se caracteriza:

1. pela produção audiovisual nas bitolas e formatos cinematográficos, videográficos, cinevideográficos ou digitais, incluindo-se nessa produção direção geral, direção de arte, direção de fotografia, elaboração de argumentos e roteiros, montagem/edição, animação, continuidade, sonorização, finalização e demais atividades relacionadas; e ainda pela preservação e fomento da memória audiovisual da nação;
2. pela percepção, interpretação, recriação e registro cinematográfico de aspectos da realidade social, cultural, natural de modo a torná-las disponíveis à sociedade por intermédio de estruturas narrativas, documentárias, artísticas, ou experimentais;
3. pela iniciativa e pela participação na discussão pública sobre a criação cinematográfica e videográfica no país e no mundo, através de estudos críticos e interpretativos sobre produtos cinematográficos, sobre a história das artes cinematográficas, e sobre as teorias de cinema;
4. pelo desenvolvimento de atividades e especialidades de produção cinematográfica e videográfica;

2. Competência e Habilidades

Assim como os perfis dos egressos, organizados em uma parte geral comum e uma parte específica por habilitação, as competências e habilidades também comportam dois níveis, um geral para todas as profissões e formações do campo da Comunicação e um especializado por habilitação.

A) Gerais

As competências e habilidades gerais para os diferentes perfis são as seguintes:

1. assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão de teorias;
2. usar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade;
3. posicionar-se de modo ético-político;

4. dominar as linguagens habitualmente usadas nos processos de comunicação, nas dimensões de criação, de produção, de interpretação e da técnica;
5. experimentar e inovar no uso destas linguagens;
6. refletir criticamente sobre as práticas profissionais no campo da Comunicação;
7. ter competência no uso da língua nacional para escrita e interpretação de textos gerais e especializados na área.

B) Específicas por Habilitação

Além das competências e habilidades gerais acima referidas, há que se promover o desenvolvimento de competências específicas.

Jornalismo

- registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens;
- interpretar, explicar e contextualizar informações;
- investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados;
- formular pautas e planejar coberturas jornalísticas;
- formular questões e conduzir entrevistas;
- relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza;
- trabalhar em equipe com profissionais da área;
- compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística;
- desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística;
- avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos;
- compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade;
- buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania;
- dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação;
- dominar a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;

Relações Públicas

- desenvolver pesquisas e auditorias de opinião e imagem;
- realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem;
- elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional;

- estabelecer programas de comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse;
- coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas;
- dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve;
- identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos;
- assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de Relações Públicas.

Radialismo

- gerar produtos audiovisuais em suas especialidades criativas, como escrever originais ou roteiros para realização de projetos audiovisuais; adaptar originais de terceiros; responder pela direção, realização e transmissão de programas audiovisuais; editar e finalizar programas analógicos ou digitais;
- saber como planejar, orçar e produzir programas para serem gravados ou transmitidos; administrar, planejar e orçar estruturas de emissoras ou produtoras;
- dominar as linguagens e gêneros relacionados às criações audiovisuais;
- conceber projetos de criação e produção audiovisual em formatos adequados a sua veiculação nos meios massivos, como rádio e televisão, em formatos de divulgação presencial, como vídeo e gravações sonoras, e em formatos típicos de inserção em sistemas eletrônicos em rede, como CDROMs e outros produtos digitais;
- compreender as incidências culturais, éticas, educacionais e emocionais da produção audiovisual mediatizada em uma sociedade de comunicação;
- assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes à área audiovisual.

Cinema (ou Cinema e Vídeo)

- gerar produtos cinematográficos em suas especialidades criativas, como direção geral, direção de arte, direção de fotografia, argumento e roteiro, montagem/edição, animação, continuidade, sonorização, finalização, e outras atividades relacionadas;
- promover a geração e disseminação de produtos cinematográficos em suas especialidades de gestão, como produção, distribuição, exibição, divulgação, e outras atividades relacionadas;
- dominar as diversas técnicas audiovisuais envolvidas nos processos de criação cinematográfica, em qualquer de seus suportes, e nos processos de divulgação;
- interagir com áreas vizinhas à criação e divulgação cinematográfica, como a televisão, o rádio, as artes performáticas e as novas mídias digitais;
- avaliar, quantificar, formar e influenciar o gosto público no que diz respeito ao consumo de produtos audiovisuais;

- inovar e reinventar alternativas criativas e mercadológicas para a produção de filmes e vídeos;
- interpretar, analisar, explicar e contextualizar a linguagem cinematográfica apropriada aos diferentes meios e modalidades da comunicação audiovisual;
- compreender os processos cognitivos envolvidos na produção, emissão e recepção da mensagem cinematográfica e seus impactos sobre a cultura e a sociedade;
- articular as práticas cinematográficas, em seus aspectos técnicos e conceituais, à produção científica, artística e tecnológica que caracteriza nossa cultura, e ao exercício do pensamento em seus aspectos estéticos, éticos e políticos;
- assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes à criação, produção e circulação cultural do Cinema.

Publicidade e Propaganda

- ordenar as informações conhecidas e fazer diagnóstico da situação dos clientes;
- realizar pesquisas de consumo, de motivação, de concorrência, de argumentos etc;
- definir objetivos e estratégias de comunicação como soluções para problemas de mercado e institucionais dos anunciantes;
- conceber meios de avaliar e corrigir resultados de programas estabelecidos;
- executar e orientar o trabalho de criação e produção de campanhas de propaganda em veículos impressos, eletrônicos e digitais;
- realizar e interpretar pesquisas de criação como subsídio para a preparação de campanhas publicitárias;
- dominar linguagens e competências estéticas e técnicas para criar, orientar e julgar materiais de comunicação pertinentes a suas atividades;
- planejar, executar e administrar campanhas de comunicação com o mercado, envolvendo o uso da propaganda e de outras formas de comunicação, como a promoção de vendas, o merchandising e o marketing direto;
- identificar e analisar as rápidas mudanças econômicas e sociais em escala global e nacional que influem no ambiente empresarial;
- identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos;
- assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes à publicidade e à propaganda.

Editoração

- dominar processos de edição de texto tais como: resumos, apresentações, textos de capa de livros, textos de revistas, textos que acompanham edições sonoras, audiovisuais e de multimídia, textos para publicações digitais, tratamento de textos didáticos e para-didáticos, textos de compilação, de crítica e de criação;

- dominar a língua nacional e as estruturas de linguagem aplicáveis a obras literárias, científicas, instrumentais, culturais e de divulgação em suas diferentes formas: leitura, redação, interpretação, avaliação e crítica;
- atentar para os diferentes níveis de proficiência dos públicos a que se destinam as produções editoriais;
- ter competências de linguagem visual, como o conhecimento de produção de imagens pré-fotográficas, fotográficas e pós-fotográficas e os principais processos de design gráfico, desde tipologias até edição digital;
- ter competências de linguagem de multimídia, como o conhecimento de processos de produção de registros sonoros, videográficos e digitais, tais como CDs, vídeos, edição de páginas e outras publicações em Internet;
- desenvolver ações de planejamento, organização e sistematização dos processos editoriais, tais como o acompanhamento gráfico de produtos editoriais, seleção de originais, projetos de obras e publicações, planejamento e organização de séries e de coleções, planejamento de distribuição, veiculação e tratamento publicitário de produtos editorial;
- ter conhecimentos sobre a história do livro, a história da arte e da cultura;
- fazer avaliações críticas das produções editoriais e do mercado da cultura.
- agir no sentido de democratização da leitura e do acesso às informações e aos bens culturais.
- assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes aos processos de Editoração.

3. *Conteúdos Curriculares*

Os conteúdos curriculares são diferenciados em Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Os conteúdos específicos são aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para organizar seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comum e específicos anteriormente definidos.

a. Conteúdos Básicos

Os conteúdos básicos são caracterizadores da formação geral da área, devendo atravessar a formação dos graduandos de todas as habilitações. Envolvem tanto conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação e à área configurada pela habilitação específica. Estes conhecimentos são assim categorizados: conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos.

b. Conteúdos Específicos

Os conteúdos específicos serão definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica.

Cada habilitação correspondendo a recortes dentro do campo geral da Comunicação, organiza conhecimentos e práticas profissionais, aborda questões teóricas, elabora críticas, discute a atualidade e desenvolve práticas sobre linguagens e estruturas.

4. *Estágios e Atividades Complementares*

O Estágio orientado por objetivos de formação refere-se a estudos e práticas supervisionados em atividades externas à unidade de oferecimento do Curso. As atividades complementares realizadas sob a supervisão de um docente buscam promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural, e de iniciação à pesquisa e ao ensino.

Tais tipos de ação pedagógica caracterizam mecanismos de interação com o mundo do trabalho, assim como o confronto com possibilidades metodológicas visando a promoção de uma formação complexa.

Assim, além das disciplinas típicas e tradicionais da sala de aula e de práticas ditas laboratoriais, segundo o padrão de turma/docente/horas-aula semanais, podem ser previstas Atividades Complementares, com atribuição de créditos ou computação de horas para efeito de integralização do total previsto para o Curso, tais como:

- programas especiais de capacitação do estudante (tipo CAPES/PET);
- atividades de monitoria;
- outras atividades laboratoriais além das já previstas no padrão turma/horas-aula;
- atividades de extensão;
- atividades de pesquisa etc.

O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo. Esta flexibilidade horária semanal deverá permitir a:

- a) adoção de um sistema de creditação de horas baseada em decisões específicas para cada caso, projeto ou atividade específica, e em função do trabalho desenvolvido;
- b) ênfase em procedimentos de orientação e/ou supervisão pelo docente;
- c) ampliação da autonomia do estudante para organizar seus horários, objetivos e direcionamento.

O número máximo de horas dedicadas a este tipo de atividades não pode ultrapassar 20% do total do curso, não incluídas nesta porcentagem de 20% as horas dedicadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (ou Projetos Experimentais).

5. *Estrutura do Curso*

O curso de Comunicação Social pode ser oferecido por créditos, havendo, no entanto, atenção para uma sequência equilibrada de conteúdos curriculares e acompanhamento planejado da formação.

Na oferta seriada importa considerar, além de uma sequência harmônica e lógica, a flexibilidade de caminhos alternativos.

Na organização modular, deverá ser esclarecido o seu modo de inserção na estrutura geral do curso.

6. *Acompanhamento e Avaliação*

A avaliação é periódica e se realiza em articulação com o Projeto Acadêmico do curso sob três ângulos:

- a) pertinência da estrutura do Curso, observando o fundamento de suas propostas e a adequação dos meios postos em ação para realizá-las;
- b) aplicação dos critérios definidos pelo colegiado de curso, para a sua avaliação;
- c) mecanismos de acompanhamento e avaliação externa e interna do próprio curso.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANTROPOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA, SOCIOLOGIA

Princípios norteadores da concepção das diretrizes curriculares:

- Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
- Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- Partir da idéia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.
- Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.
- Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

- Professor de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior.
- Pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica.
- Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica
- Autonomia intelectual
- Capacidade analítica
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social
- Compromisso social
- Competência na utilização da informática
- *B)Específicas para licenciatura*
- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino
-

3. Organização do Curso

Bacharelado e licenciatura.

4. *Conteúdos Curriculares*

O currículo será organizado em torno de três eixos : Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre.

Esta proposta está ancorada em uma concepção que privilegia a especificidade da formação no curso, reforçando a integração entre as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, ao mesmo tempo em que possibilita a abertura para o conhecimento em outras áreas. Recusando a especialização precoce, o que se propõe é o estabelecimento de conjuntos de atividades acadêmicas definidos a partir de temas, linhas de pesquisa, problemas teóricos e sociais relevantes, bem como campos de atuação profissional.

- O Eixo de Formação Específica deve constituir a base do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Cabe ao Colegiado do curso definir criteriosamente as atividades que definem a especificidade do curso bem como a tradução destas em carga horária.
- O Eixo de Formação Complementar compreende atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindas de outros cursos da IES, definidas previamente no projeto pedagógico do curso.
- O Eixo de Formação Livre compreende e atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES.

O Colegiado do curso deve definir a proporcionalidade de cada Eixo na totalidade do Currículo.

No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. *Estruturação do Curso*

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

6. *Estágios e Atividades Complementares*

Devem integralizar a estrutura curricular (com atribuições de créditos), atividades acadêmicas autorizadas pelo Colegiado tais como : estágios, iniciação científica, laboratórios, trabalho em pesquisa, trabalho de conclusão de curso, participação em eventos científicos, seminários extra-classe, empresa júnior, projetos de extensão.

7. Conexão com a Avaliação Institucional.

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem .

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- dêem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de **currículo**, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se **currículo** como *todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integram um curso*. Essa definição introduz o conceito de **atividade acadêmica curricular** – *aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador*, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder

não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades lingüísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos lingüísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações lingüísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e

comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. *Conteúdos Curriculares*

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos **Estudos Lingüísticos e Literários**, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos lingüísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos lingüísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. *Estruturação do Curso*

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. *Avaliação*

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

As IES poderão acentuar, nos projetos acadêmicos e na organização curricular, características do egresso que, sem prejuízo do patamar mínimo aqui considerado, componham perfis específicos.

2. Competências e Habilidades

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação.

A) Gerais

- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

B) Específicas

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;

- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;

- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

3. *Conteúdos Curriculares*

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.

De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso.

Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.

O desenvolvimento de determinados conteúdos como a Metodologia da Pesquisa ou as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares formalmente constituídos para este fim ou de atividades praticadas no âmbito de uma ou mais conteúdos.

Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;
- promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras área.

4. *Estágios e Atividades Complementares*

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente.

Além disso, o colegiado do curso poderá estabelecer o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria) a serem computadas como carga horária.

5. *Estrutura do Curso*

A estrutura geral do curso de Biblioteconomia deverá ser definida pelo respectivo colegiado, que indicará a modalidades de seriação, de sistema de créditos ou modular.

6. *Avaliação Institucional*

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para a avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertence, incluindo aspectos técnico-científicos, didático-pedagógicos e atitudinais.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O arquivista ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

2. Competências e Habilidades

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Arquivologia enumeram-se as de caráter geral e comum, típicas desse nível de formação, e aquelas de caráter específico.

A) Gerais

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.

B) Específicas

- compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;
- planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

3. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos do curso distribuem-se em atividades acadêmicas de formação geral, destinadas a oferecer referências cardais externas aos campos de conhecimento próprios da Arquivologia, e em atividades acadêmicas de formação específica.

a. Conteúdos de Formação Geral

De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos, que forneçam fundamentos para os conteúdos específicos do curso.

b. Conteúdos de Formação Específica

Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos, constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de arquivistas.

O desenvolvimento de determinados conteúdos como o relacionados com Metodologia da Pesquisa ou com as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;
- promover ênfases específicas em determinados aspectos do campo profissional;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.

4. Estágios e Atividades Complementares

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios são desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas, sob a responsabilidade imediata de cada docente.

Além disso, o colegiado do curso estabelecerá o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, orientadas por docentes.

5. Estrutura do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das atividades acadêmicas obrigatórias e optativas e a organização modular, por créditos ou seriada.

6. Conexão com a Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para a avaliação periódica em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem, esclarecendo as ênfases atribuídas aos aspectos técnico-científicos; didático-pedagógicos e atitudinais.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE MUSEOLOGIA

1. *Perfil dos Formandos*

A formação do museólogo supõe o domínio dos conteúdos da Museologia e a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, especialmente, aqueles que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

2. *Competências e Habilidades*

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Museologia, enumeram-se as de caráter geral e comum, típicas desse nível de formação, e aquelas de caráter específico.

A) Gerais

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados;
- formular e executar políticas institucionais;
- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- responder a demandas de informação determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.

C) Específicas

- Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais;
- Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial;
- Intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço;
- Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural;
- Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais.

3. *Tópicos de Estudo*

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em atividades acadêmicas de formação geral, destinadas a oferecer referências cardais externas aos campos de conhecimento próprios da Museologia, e em atividades acadêmicas de formação específica.

A. Conteúdos de Formação Geral

De carácter propedêutico ou não, as matérias de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos do curso.

B. Conteúdos de formação específica

Os Conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de arquivistas.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;
- promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.

4. Estágios e Atividades Complementares

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades académicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente.

5. Estrutura do Curso

Os cursos devem incluir em seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas e a organização modular, por créditos ou seriada.

6. Conexão com a Avaliação Institucional

O processo de avaliação implica a consideração dos objetivos preestabelecidos, a mensuração dos resultados obtidos, em função dos meios disponíveis, com ênfase nos aspectos técnico-científicos; didático-pedagógicos e atitudinais.

ANEXO 7

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 29/10/2001.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação		
RELATOR(A): Éfrem de Aguiar Maranhão		
PROCESSO(S) Nº(S): 23001.000141/2001-15		
PARECER Nº: CNE/CES 583/2001	COLEGIADO CES	APROVADO EM: 04/4/2001

I - Relatório

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação tem, da **Lei 9.131**, de 1995, competência para “*deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação*”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei 9.394**, de dezembro de 1996, assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

O **Decreto 2.026**, inciso II do artigo quatro, de outubro de 1996, bem como no artigo 14 do **Decreto 2.306**, de 1997, estabelecem que as Diretrizes Curriculares são referenciais para as avaliações de cursos de graduação.

O Parecer **CNE/CES 776/97** estabeleceu orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e entre outras considerações assinala:

“Além do mais, os currículos dos cursos superiores, formulados na vigência da legislação revogada pela Lei 9.394, de dezembro de 1996, em geral caracterizam-se por excessiva rigidez que advém, em grande parte, da fixação detalhada de mínimos curriculares e resultam na progressiva diminuição da margem de liberdade que foi concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino” e destaca: *“Visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes curriculares devem observar os seguintes princípios:*

- 1) *Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;*
- 2) *Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;*

- 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
 - 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
 - 5) Estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
 - 6) Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
 - 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.”*

O MEC/SESu também em dezembro de 1997 lançou **Edital 4** estabelecendo modelo de enquadramento das propostas de diretrizes curriculares tendo recebido cerca de 1200 propostas bastante heterogêneas que foram sistematizadas por 38 comissões de especialistas. Destaca-se a variedade em termos de duração dos cursos em semestres: de quatro até 12, e de carga horária, de 2000 até 6800 h.

O Plano Nacional de Educação, **Lei 10.172** de janeiro de 2001, define nos objetivos e metas: “... *11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem...*”.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação decidiu adotar uma orientação comum para as diretrizes que começa a aprovar e que garanta a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das instituições ao elaborarem suas propostas curriculares.

Portanto, é fundamental não confundir as diretrizes que são orientações mandatórias, mesmo às universidades, **LDB, Art. 53** :

“No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízos de outras, as seguintes atribuições:...II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes...” com parâmetros ou padrões –*standard*- curriculares que são referenciais curriculares detalhados e não obrigatórios.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Tendo em vista o exposto, o relator propõe:

- 1- A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior.
- 2- As Diretrizes devem contemplar:
 - a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.
 - b- Competência/habilidades/attitudes.
 - c- Habilitações e ênfases.
 - d- Conteúdos curriculares.
 - e- Organização do curso.

- f- Estágios e Atividades Complementares.
- g- Acompanhamento e Avaliação.

Brasília-DF, 04 de abril de 2001.

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão - Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

ANEXO 8

PARECER CNE/CP 28/2001 - HOMOLOGADO

Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena		
RELATOR(A): Carlos Roberto Jamil Cury, Éfrem de Aguiar Maranhão, Raquel Figueiredo A. Teixeira e Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000231/2001-06		
PARECER N.º: CNE/CP 28/2001	COLEGIADO: CP	APROVADO EM: 02/10/2001

I – HISTÓRICO

A aprovação do Parecer CNE/CP 9/2001, de 8 de maio de 2001, que apresenta projeto de Resolução instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, no seu Art. 12 diz *verbis*: *Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.*

O objetivo deste Parecer, pois, é o de dar consequência a esta determinação que reconhece uma especificidade própria desta modalidade de ensino superior. A duração da licenciatura voltada para a formação de docentes que irão atuar no âmbito da educação básica e a respectiva carga horária devem, pois, ser definidas.

Este Parecer, contudo, deve guardar coerência com o conjunto das disposições que regem a formação de docentes. Cumpre citar a Resolução CNE/CP 1/99, o Parecer CNE/CP 4/97 e a Resolução CNE/CP 2/97, o Parecer CNE/CEB 1/99 e a Resolução CNE/CEB 2/99 e, de modo especial, o Parecer CNE/CP 9/2001, o respectivo projeto de Resolução, com as alterações dadas pelo Parecer CNE/CP 27/2001.

A existência de antinomias entre estes diferentes diplomas normativos foi anotada pelo Parecer da Assessoria Técnica da Coordenação de Formação de Professores SESu/MEC, encaminhada a este Conselho, pelo Aviso Ministerial 569, de 28 de setembro de 2001, para efeito de harmonização entre eles. Desta forma o Parecer em tela foi devidamente revisto e, em consequência recebeu nova redação.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Definições gerais mínimas

Como se pode verificar pelos termos do artigo em tela, alguns conceitos devem ser definidos pelo Conselho Pleno: a *duração* e a *carga horária* dos cursos de formação de professores em nível superior que é uma *licenciatura* plena.

Duração, no caso, é o tempo decorrido entre o início e o término de um curso de ensino superior necessário à efetivação das suas diretrizes traduzidas no conjunto de seus componentes curriculares. A duração dos cursos de licenciatura pode ser contada por *anos letivos*, por *dias de trabalho escolar efetivados* ou por *combinação* desses fatores. Se a duração de um tempo obrigatório é o mínimo para um teor de excelência, obviamente isto não quer dizer impossibilidade de adequação às variações de aproveitamento dos estudantes.

Já a *carga horária* é número de horas de atividade científico-acadêmica, número este expresso em legislação ou normatização, para ser cumprido por uma instituição de ensino superior, a fim de preencher um dos requisitos para a validação de um diploma que, como título nacional de valor legal idêntico, deve possuir uma referência nacional comum.

A noção de carga horária pressupõe uma unidade de tempo útil relativa ao conjunto da duração do curso em relação à exigência de efetivo trabalho acadêmico.

A *licenciatura* é uma licença, ou seja trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei.

O diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino, respeitadas as formas de ingresso, o regime jurídico do serviço público ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Deve-se, em primeiro lugar, fazer jus ao inciso XIII do Art. 5º da Constituição que assegura o livre exercício profissional *atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*. Uma das leis diretamente concernente a estas *qualificações* está na Lei 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com efeito, diz o Art. 62 desta Lei:

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.”

Esta *qualificação* exigida para o exercício profissional da docência no ensino regular dos sistemas é a condição *sine qua non* do que está disposto no Art. 67, face aos sistemas públicos, constante do Título VI da Lei: Dos Profissionais da Educação.

“Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

Processo(s): 23001.000231/2001-06

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

...”

Trata-se, pois, de atender às qualificações profissionais exigidas pela Constituição e pela LDB, em boa parte já postas no parecer CNE/CP 9/2001 e começar a efetivar as metas do Capítulo do Magistério da Educação Básica da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, conhecida como Plano Nacional de Educação.

Cumpre completá-las no que se refere à duração e carga horária das licenciaturas cumprindo o disposto no Art. 12 do Parecer CNE/CP 9/2001.

Duração e Carga Horária antes da Lei 9.394/96

O debate sobre a carga horária e duração dos cursos de graduação sempre foi bastante diferenciado ao longo da história da educação envolvendo múltiplos aspectos entre os quais os contextuais.

Pode-se tomar como referência o Estatuto das Universidades Brasileiras sob a gestão do Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos em 1931. Trata-se do Decreto 19.852/31, de 11/4/31. Por ele se cria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras que teria entre suas funções a de qualificar pessoas aptas para o exercício do magistério através de um currículo seriado desejável e com algum grau de composição por parte dos estudantes. A rigor, a efetivação deste decreto só se dará mesmo em 1939.

A Lei 452 do governo Vargas, de 5/7/1937, organiza a Universidade do Brasil e da qual constaria uma Faculdade Nacional de Educação com um curso de educação. Nele se lê que a Faculdade Nacional de Filosofia terá como finalidades preparar trabalhadores intelectuais, realizar pesquisas e preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal.

Esta faculdade seria regulamentada pelo Decreto-lei 1.190, de 4/4/1939. ela passava a contar com uma seção de Pedagogia constituída de um curso de pedagogia de 3 anos que forneceria o título de Bacharel em Pedagogia. Fazia parte também uma seção especial: o curso de didática de 1 ano e que, quando cursado por bacharéis, daria o título de licenciado, permitindo o exercício do magistério nas redes de ensino. Este é o famoso esquema que ficou conhecido como **3 + 1**.

O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 teve vigência legal até a entrada em vigor da Lei 4.024/61. Nela pode-se ler nos seus artigos 68 e 70, respectivamente:

“Os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargos públicos ficam sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas.”

“O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação.”

O Parecer CFE 292/62, de 14/11/62, estabeleceu a carga horária das matérias de formação pedagógica a qual deveria ser acrescida aos que quisessem ir além do bacharelado.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Esta duração deveria ser de, no mínimo, 1/8 do tempo dos respectivos cursos e que, neste momento, eram escalonados em 8 semestres letivos e seriados.

O Parecer CFE 52/65, de 10/2/1965, da autoria de Valnir Chagas foi assumido na Portaria Ministerial 159, de 14 de junho de 1965, que fixa critérios para a duração dos cursos superiores. Ao invés de uma inflexão em anos de duração passa-se a dar preferência para horas-aula como critério da duração dos cursos superiores dentro de um ano letivo de 180 dias.

Antecedendo a própria reforma do ensino superior de 1968, o Decreto-lei 53, de 1966, trazia, como novidade, a fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de uma unidade voltada para a formação de professores para o ensino secundário e de especialistas em educação: a Faculdade de Educação. Poucas Universidades encamparam este decreto-lei no sentido da alteração propiciada por ele.

A Lei 5.540/68 dizia em seu Art. 26 que cabia ao Conselho Federal de Educação fixar *o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões regulamentadas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional*.

O Parecer CFE 672/69, de 4/9/69, conduz à Resolução 9/69 de 10/10/69. Este parecer reexamina o Parecer 292/62 no qual se teve a fixação das matérias pedagógicas da licenciatura, especialmente com relação ao tempo de duração da formação pedagógica no âmbito de cada licenciatura. A Resolução 9/69, de 10/10/1969, fixava a formação pedagógica em 1/8 das horas obrigatórias de trabalho de cada licenciatura voltada para o ensino de 2º grau.

A Indicação CFE 8/68, de 4/6/68, reexaminou os currículos mínimos, a respectiva duração dos cursos superiores e as matérias obrigatórias entendidas como "matéria-prima" a serem reelaboradas. Desta Indicação, elaborada antes da Lei 5.540/68, decorre o Parecer CFE 85/70, de 2/2/70, já sob a reforma universitária em curso. Este Parecer CFE 85/70 mantém as principais orientações da Indicação CFE 8/68 e fixa a duração dos cursos a ser expressa em horas-aula e cuja duração mínima seria competência do CFE estabelecê-la sob a forma de currículos mínimos.

O Parecer 895/71, de 9/12/71, examinando a existência da licenciatura curta face à plena e as respectivas horas de duração, propõe para as primeiras uma duração entre 1200 e 1500 horas e para as segundas uma duração de 2.200 a 2.500 horas de duração.

A Resolução CFE 1/72 fixava entre 3 e 7 anos com duração variável de 2200h e 2500h as diferentes licenciaturas, respeitados 180 dias letivos, estágio e prática de ensino. Tal Resolução se vê reconfirmada pela Indicação 22/73, de 8/2/73.

Pode-se comprovar a complexidade e a diferenciação da duração nos modos de se fazer as licenciaturas através de um longo período de nossa história.

A LDB, de 1996, vai propor um novo paradigma para a formação de docentes e sua valorização.

A Lei 9.394/96

Processo(s): 23001.000231/2001-06

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 insistem na valorização do magistério e em um padrão de qualidade cujo teor de excelência deve dar consistência à formação dos profissionais do ensino.

O Parecer CNE/CP 9/2001, ao interpretar e normatizar a exigência formativa desses profissionais, estabelece um novo paradigma para esta formação. O padrão de qualidade se dirige para uma formação holística que atinge todas as atividades teóricas e práticas articulando-as em torno de eixos que redefinem e alteram o processo formativo das legislações passadas. A relação teoria e prática deve perpassar todas estas atividades as quais devem estar articuladas entre si tendo como objetivo fundamental formar o docente em nível superior.

As exigências deste novo paradigma formativo devem nortear a atuação normativa do Conselho Nacional de Educação com relação ao objeto específico deste parecer, ao interpretar as injunções de caráter legal.

A LDB de 1996, apesar de sua flexibilidade, não deixou de pontuar características importantes da organização da educação superior. A flexibilidade não significa nem ausência de determinadas imposições e nem de parâmetros reguladores. Assim, pode-se verificar, como no Título IV da lei sob o nome Da Educação Superior, nível próprio do objeto deste parecer, tem alguns parâmetros definidos. O primeiro deles é o número de dias do ano letivo de trabalho acadêmico efetivo e as garantias que o estudante deve ter, ao entrar em uma instituição de ensino superior, em saber seus direitos.

Veja-se o Art. 47, verbis:

Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificações dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino. (grifos adicionados)

...

§4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Ainda que alunos excepcionais possam ter abreviada a *duração* de seu curso, a regra geral é a da informação precisa da *duração* dos programas dos cursos e dos seus componentes curriculares e que no conjunto exigem trabalho acadêmico efetivo. É bastante claro que o trabalho acadêmico deve ser mensurado em horas, mas o conteúdo de sua integralização implica tanto o ensino em sala de aula quanto outras atividades acadêmicas estabelecidas e planejadas no projeto pedagógico.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

A LDB, no Art. 9º, ao explicitar as competências da União diz no seu inciso VII que ela incumbir-se-á de *baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação*. Aliás, é no § 1º deste artigo que se aponta o Conselho Nacional de Educação de cujas funções faz parte a normatização das leis.

Já no capítulo próprio do ensino superior da LDB há pontos relativos à autonomia universitária. Assim, diz o Art. 53, I e II:

No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; (grifos adicionados)

Desse modo, fica claro que as Instituições de Ensino Superior, respeitadas *as normas gerais* (Art. 9º, VII da LDB) pertinentes, deverão fixar os currículos de seus cursos e programas (Art. 53, II).

No seu conjunto, elas prevêm uma composição de elementos obrigatórios e facultativos articulados entre si. Entre os elementos obrigatórios apontados, ela distingue e compõe, ao mesmo tempo, dias letivos, prática de ensino, estágio e atividades acadêmico-científicas. Entre os elementos facultativos expressamente citados está a monitoria.

Os dias letivos, independentemente do ano civil, são de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo.

No caso de prática de ensino, deve-se respeitar o Art. 65 da LDB, verbis:

A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Logo, um mínimo de 300 horas de prática de ensino é um componente obrigatório na duração do tempo necessário para a integralização das atividades acadêmicas próprias da formação docente.

Além disso, há a obrigatoriedade dos estágios. À luz do Art. 24 da Constituição Federal, eles devem ser normatizados pelos sistemas de ensino.

O Art. 82 da LDB diz:

Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Ora, os estágios fazem parte destas qualificações, reconhecidas pela CLT, e se inserem dentro das normas gerais conferidas por lei à União. Os estágios supervisionados de ensino também partilham destas qualificações.

O Parágrafo único do Art. 82 reconhece as figuras de um seguro contra acidentes e de uma cobertura previdenciária *prevista na legislação específica* e faculta a existência de bolsa de estágio.

A Lei 6.494/77, de 7/12/1977, regulamentada pelo Decreto 87.497/82, se refere ao estágio curricular de estudantes. Este decreto, em seu Art. 4º letra b, dispõe sobre o tempo do estágio curricular supervisionado e que não pode ser inferior a um (1) semestre letivo e, na letra a, explicita a obrigatoriedade da inserção do estágio no cômputo das atividades didático-curriculares. A Lei 8.859, de 23/3/1994, manteve o teor da Lei 6.494/77, mas a estende para o estágio da educação dos portadores de necessidades especiais.

A lei do estágio de 1977, no seu todo, não foi revogada nem pela LDB e nem pela Medida Provisória 1.709, de 27/11/98, exceto em pequenos pontos específicos. Assim, o Parágrafo único do Art. 82 da LDB altera o Art. 4º da Lei 6.494/77. Já a Medida Provisória 1.709/98 modifica em seu Art. 4º o § 1º do Art. 1º da Lei 6.494/77 e que passou a vigorar com a seguinte redação:

*§ 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem "comproadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial."*¹

Já o Decreto regulamentador 87.497/82 da Lei 6.494/77 não conflita com o teor das Leis 9.394/96 e 9.131/95. A Lei de Introdução ao Código Civil, Decreto-lei 4.657/42 diz:

Art. 2º § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

A redação do Art. 82 não deixa margem a dúvidas quanto à sua natureza: ele pertence ao âmbito das competências concorrentes próprias do sistema federativo. Assim sendo, ele deve ser lido à luz do Art. 24 da Constituição Federal de 1988.

A Lei 6.494/77, modificada pela Medida Provisória 1.709/98, e o seu Decreto regulamentador 87.497/82 ao serem recebidos pela Lei 9.394/96 exigem, para o estágio supervisionado de ensino, um mínimo de 1 (um) semestre letivo ou seja 100 dias letivos. Por

¹ O Art. 1º da Lei 6.494/77 dizia *As Pessoas Jurídicas de Direito Privado, os Órgãos da Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior e profissionalizante.* (a parte por nós grifada foi, no caso, o objeto da Medida Provisória 1.709/98)

Processo(s): 23001.000231/2001-06

isso mesmo, a Portaria 646, de 14 de maio de 1997, e que regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 do Decreto 2.208/97 diz em seu Art. 13 que *são mantidas as normas referentes ao estágio supervisionado até que seja regulamentado o Art. 82 da Lei 9.394/96.*

Outro ponto a ser destacado na formação dos docentes para atuação profissional na educação básica e que pode ser contemplado para efeito da duração das licenciaturas é a monitoria. Veja-se o disposto no Art. 84 da LDB:

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Não resta dúvida que estes pontos não devem e não podem ser entendidos como atividades estanques ou como blocos mecânicos separados entre si. Estes pontos devem e podem formar um todo em que todas as atividades teórico-práticas devem ser articuladas em torno de um projeto pedagógico elaborado de modo orgânico e consistente. Por isso as normas gerais devem estabelecidas, sob a forma de diretrizes de tal modo que elas sejam referenciais de qualidade para todas as atividades teórico-práticas e para a validade nacional do diploma de licenciado e como expressão da articulação entre os sistemas de ensino.

II - MÉRITO

A delimitação de seqüências temporais de formação, o estabelecimento de tempos específicos para a sua realização em nível superior, consideradas as características de áreas de conhecimento e de atuação profissional, integram a tradição nacional e internacional. Assim é que a formação de profissionais cujo título permite o exercício de determinada atividade profissional requer um tempo de duração variável de país a país, de profissão a profissão. Esta variabilidade recobre também as etapas a seguir como o formato adotado para a sua inserção no debate teórico da área de suas especialidades, bem como na discussão sobre a prática profissional propriamente dita, e as correspondentes formas de avaliação, titulação, credenciamento utilizadas.

Os cursos de graduação, etapa inicial da formação em nível superior a ser necessariamente complementada ao longo da vida, terão que cumprir, conforme o Art. 47 da Lei 9.394/96, no ano letivo regular, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo em cada um dos anos necessários para a completude da qualificação exigida.

A obrigatoriedade das 300 (trezentas) horas de prática de ensino são exigidas como patamar mínimo no Art. 65 da LDB e estão contempladas no Parecer CNE/CP 9/2001 e respectiva Resolução.

Mas dada sua importância na formação profissional de docentes, consideradas as mudanças face ao paradigma vigente até a entrada em vigor da nova LDB, percebe-se que este mínimo estabelecido em lei não será suficiente para dar conta de todas estas exigências em especial a associação entre teoria e prática tal como posto no Art. 61 da LDB.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Só que uma ampliação da carga horária da prática de ensino deve ser justificada.

A prática não é uma cópia da teoria e nem esta é um reflexo daquela. A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação.

Esta relação mais ampla entre teoria e prática recobre múltiplas maneiras do seu acontecer na formação docente. Ela abrange, então, vários modos de se fazer a prática tal como expostos no Parecer CNE/CP 9/2001.

“Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional.” (Parecer CNE/CP 9/2001, p. 22)

Assim, há que se distinguir, de um lado, a prática como componente curricular e, de outro, a prática de ensino e o estágio obrigatório definidos em lei. A primeira é mais abrangente: contempla os dispositivos legais e vai além deles.

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, **como componente curricular**, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos.

É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, **como componente curricular**, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Ao se considerar o conjunto deste Parecer em articulação com o novo paradigma das diretrizes, com as exigências legais e com o padrão de qualidade que deve existir nos cursos de licenciaturas, ao mínimo legal de 300 horas deve-se acrescentar mais 100 horas que, além de ampliar o leque de possibilidades, aumente o tempo disponível para cada forma de prática escolhida no projeto pedagógico do curso. As trezentas horas são apenas o mínimo abaixo do qual não se consegue dar conta das exigências de qualidade. Assim torna-se procedente acrescentar ao tempo mínimo já estabelecido em lei (300 horas) mais um terço (1/3) desta carga, perfazendo **um total de 400 horas**.

Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: **estágio curricular supervisionado de ensino** entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular *supervisionado*.

Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino.

Tendo como objetivo, junto com a prática, **como componente curricular**, a relação *teoria e prática social* tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 9/2001, o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário.

Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio curricular supervisionado pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

O estágio curricular supervisionado é pois um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período. Por outro lado, a preservação da integridade do projeto pedagógico da unidade escolar que recebe o estagiário exige que este tempo supervisionado não seja prolongado, mas seja denso e contínuo. Esta integridade permite uma adequação às

Processo(s): 23001.000231/2001-06

peculiaridades das diferentes instituições escolares do ensino básico em termos de tamanho, localização, turno e clientela.

Neste sentido, é indispensável que o estágio curricular supervisionado, tal como definido na Lei 6.494/77 e suas medidas regulamentadoras posteriores, se consolide a partir do início da segunda metade do curso, como coroamento formativo da relação teoria-prática e sob a forma de dedicação concentrada.

Assim o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.

Ao mesmo tempo, os sistemas de ensino devem propiciar às instituições formadoras a abertura de suas escolas de educação básica para o estágio curricular supervisionado. Esta abertura, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode se dar por meio de um acordo entre instituição formadora, órgão executivo do sistema e unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Em contrapartida, os docentes em atuação nesta escola poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa combinar com uma instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado.

Esta conceituação de estágio curricular supervisionado é vinculante com um tempo definido em lei como já se viu e cujo teor de excelência não admite nem um aligeiramento e nem uma precarização. Ela pressupõe um tempo mínimo inclusive para fazer valer o que está disposto no artigos 11, 12 e 13 da Resolução que acompanha o Parecer CNE/CP 9/2001.

Assim, as instituições devem garantir um teor de excelência inclusive como referência para a avaliação institucional exigida por Lei. Sendo uma atividade obrigatória, por sua característica já explicitada, ela deve ocorrer dentro de um tempo mais concentrado, mas não necessariamente em dias subseqüentes. Com esta plethora de exigências, o estágio curricular supervisionado da licenciatura não poderá ter uma duração inferior a 400 horas.

Aqui não se pode deixar de considerar a Resolução CNE/CP 1/99 nos seus § 2º e 5º do Art. 6º, o §2º do Art. 7º e o § 2º do Art. 9º que propiciam formas de aproveitamento e de práticas.

O aproveitamento de estudos realizados no ensino médio na modalidade normal e a incorporação das horas comprovadamente dedicadas à prática, no entanto, não podem ser absolutizadas. Daí a necessidade de revogação dos § 2º e 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º, da Resolução CNE/CP 1/99, na forma de sua redação.

No caso de alunos dos cursos de formação docente para atuação na educação básica, em efetivo exercício regular da atividade docente na educação básica, o estágio curricular supervisionado poderá ser reduzido, no máximo, em até 200 horas.

Cabe aos sistemas de ensino, à luz do Art. 24 da Constituição Federal, dos Art. 8º e 9º da LDB e do próprio Art. 82 da mesma, exercer sua **competência suplementar** na normatização desta matéria.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Desse modo, estes componentes curriculares próprios do momento do fazer implicam um voltar-se às atividades de trabalho acadêmico sob o princípio ação-reflexão-ação incentivado no Parecer CNE/CP 9/2001.

Isto posto cabe analisar um outro componente curricular da duração da formação docente: trata-se do **trabalho acadêmico**. O Parecer CNE/CP 9/2001 orienta as unidades escolares de formação no sentido de propiciar ao licenciando o aprender a ser professor.

Este parecer, ao interpretar a formação de docentes tal como posta na LDB, representa uma profunda mudança na concepção desta formação, sempre respeitado o princípio de uma formação de qualidade.

Esta concepção pode ser exemplificada em alguns pontos que, a serem conseqüentes, não podem ficar sem parâmetros criteriosos de duração e de carga horária. O ser professor não se realiza espontaneamente. Na formação do ser professor, é imprescindível um saber profissional, crítico e competente e que se vale de conhecimentos e de experiências. Uma oferta desta natureza deve ser analisada à luz do Art. 37, § 6º da Constituição e do padrão de qualidade do ensino conforme o Art. 206, VII da Lei Maior.

A graduação de licenciatura ao visar o exercício profissional tem como primeiro foco as suas exigências intrínsecas, o que se espera de um profissional do ensino face aos objetivos da educação básica e uma base material e temporal que assegure um alto teor de excelência formativa.

O trabalho acadêmico efetivo a ser desenvolvido durante os diferentes cursos de graduação é um conceito abrangente, introduzido pelo Art. 47 da LDB, a fim de que a flexibilidade da lei permitisse ultrapassar uma concepção de atividade acadêmica delimitada apenas pelas 4 paredes de uma sala de aula. O ensino que se desenvolve em aula é necessário, importante e a exigência de um segmento de tal natureza no interior deste componente acadêmico-científico não poderá ter uma duração abaixo de **1800 horas**.

Assim, o componente curricular formativo do trabalho acadêmico inclui o ensino presencial exigido pelas diretrizes curriculares. Mas, um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com e enriquecendo o processo formativo do professor como um todo. Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situações-problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo. Importante salientar que tais atividades devem contar com a orientação docente e ser integradas ao projeto pedagógico do curso.

Deve-se acrescentar que a diversificação dos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural, o trabalho integrado entre diferentes profissionais de áreas e disciplinas, a produção coletiva de projetos de estudos, elaboração de pesquisas, as oficinas, os seminários, monitorias, tutorias, eventos, atividades de extensão, o estudo das novas diretrizes do ensino fundamental, do ensino médio, da educação infantil, da educação de jovens e adultos, dos portadores de necessidades especiais, das comunidades indígenas, da educação rural e de outras propostas de apoio curricular proporcionadas pelos governos dos entes federativos são exigências de um curso que almeja formar os profissionais do ensino.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Este enriquecimento exigido e justificado por si só e pelas diretrizes do Parecer 9/2001 não poderá contar com menos de **200 horas**. Cabe às instituições, consideradas suas peculiaridades, enriquecer a carga horária por meio da ampliação das dimensões dos componentes curriculares constantes da formação docente.

Além disso, há a possibilidade do aproveitamento criterioso de estudos e que pode ser exemplificado no proposto na Resolução CNE/CP 1/99.

A diversidade curricular associada a uma pluralidade temporal na duração deixadas a si, mais do que dificultar o trânsito de estudantes transferidos, gerará um verdadeiro mosaico institucional fragmentado oposto à organização de uma educação nacional. Esta postula uma base material para a integração mínima de estudos exigíveis inclusive para corresponder ao princípio da *formação básica comum* do Art. 210 da Constituição Federal.

A duração específica da formação é geralmente definida em termos de anos, sob avaliação institucional direta ou indireta, interna e externa, comportando as mais variadas formas de iniciação acadêmica e profissional e de completude de estudos. De modo geral, esta duração exigida legalmente como completa, jamais situa a conclusão da maioria dos cursos de graduação de ensino superior **abaixo de 3 anos** e o número de quatro anos tem sido uma constante para a delimitação da duração dos cursos de graduação no Brasil, respeitadas a experiência acumulada nas diferentes áreas de conhecimento e de atuação profissional e a autonomia universitária das instituições que gozam desta prerrogativa, observadas *as normas gerais* pertinentes.

Neste sentido, os cursos de licenciatura, no que se refere ao componente aqui denominado **trabalho acadêmico**, deverão ter uma duração que atenda uma completude efetiva para os duzentos dias letivos exigidos em cada um dos anos de formação. Assim, considerando-se a experiência sob o esquema formativo da Lei 5.540/68 e a necessidade de se avançar em relação ao que ela previa dado o novo paradigma formativo abaixo da Lei 9.394/96 e suas exigências, dadas as diretrizes curriculares nacionais da formação docente postas no Parecer CNE/CP 9/2001, cumpre estabelecer um patamar mínimo de horas para estas atividades de modo a compô-las integrada e articuladamente com os outros componentes.

Para fazer jus à efetivação destes considerandos e à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não poderá ficar abaixo de **2000 horas**, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, **1800 horas** serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais **200 horas** para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de **trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas** somadas às 400 horas da **prática como componente curricular** e às 400 horas de **estágio curricular supervisionado** são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para um **total mínimo** de 2800 horas. Este **total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação** para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

A unidade formadora, à vista das condições gerais de oferta, de articulação com os sistemas, saberá dispor criativamente deste período formativo em vista do preenchimento dos objetivos das diretrizes do Parecer CNE/CP 9/2001.

A faculdade de ampliar o número de horas destes componentes faz parte da autonomia dos sistemas de ensino e dos estabelecimentos de ensino superior.

Isto posto, cabe a cada curso de licenciatura, dentro das diretrizes gerais e específicas pertinentes, dar a forma e a estrutura da duração, da carga horária, das horas, das demais atividades selecionadas, além da organização da prática como componente curricular e do estágio. Cabe ao projeto pedagógico, em sua proposta curricular, explicitar a respectiva composição dos componentes curriculares das atividades práticas e científico-acadêmicas. Ao efetivá-los, o curso de licenciatura estará materializando e pondo em ação a identidade de sua dinâmica formativa dos futuros licenciados.

É evidente que a dinâmica de formação pode ser revista, de preferência por ocasião do processo de reconhecimento de cada curso ou da renovação do seu reconhecimento. A qualidade do projeto será avaliada e permitirá à Instituição seu contínuo aprimoramento, porque a avaliação é um rico momento de revisão do processo formativo adotado.

Este parecer aqui formulado, à vista de suas condições reais de adequação, será objeto de avaliação periódica, tendo em vista seu aperfeiçoamento.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Em face de todo o exposto, os Relatores manifestam-se no sentido de que o Conselho Pleno aprove a nova redação do Parecer CNE/CP 21/2001 e o projeto de Resolução anexo, instituindo a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Brasília(DF), 2 de outubro de 2001.

Conselheiro(a) Carlos Roberto Jamil Cury – Relator(a)

Conselheiro(a) Éfrem de Aguiar Maranhão

Conselheiro(a) Raquel Figueiredo A. Teixeira

Conselheiro(a) Silke Weber

III – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2001.

Processo(s): 23001.000231/2001-06

Conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset – Presidente

Processo(s): 23001.000231/2001-06

PROJETO DE RESOLUÇÃO CNE / CP , DE DE AGOSTO DE 2001

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “F”, da Lei Federal 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 do Parecer CNE/CP 9/2001, de 8 de maio de 2001, alterado pelo Parecer CNE/CP 27, de 2 de outubro de 2001, e com fundamento no Parecer CNE/CP 28/2001, de 2 de outubro de 2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em de de ,

RESOLVE:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I- 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II- 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III- 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV- 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos-ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

Conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset
Presidente do Conselho Nacional de Educação

ANEXO 9



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Fone: 84.3315-2134 - Fax: 84.3315-2108
Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: sc@uern.br – CEP 59610-210 - Mossoró –RN

RESOLUÇÃO Nº 06/2015 - CONSEPE

*Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado
Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e
revoga a Resolução Nº 36/2010 – CONSEPE.*

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 25 de fevereiro de 2015,

CONSIDERANDO a autonomia didático-científica e pedagógica própria das universidades, definidas pela Constituição Federal de 1988, e pela Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, de 03 de outubro de 1989;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO os preceitos definidos na Resolução CNE/CP Nº 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP Nº 02/2002, de 19 de fevereiro de 2002, que define a carga horária dos Cursos de Formação de Professores;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio de estudantes;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução Nº 05/2014 - CONSEPE, de 05 de fevereiro de 2014, que regulamenta os Cursos de Graduação da UERN.

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,

RESOLVE:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Aprovar as Normas que regem o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

CAPÍTULO I
DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN é concebido como um campo de conhecimento teórico-prático e interdisciplinar, que possibilita ao educando a aproximação, reflexão, interação e atuação no contexto social, ético, político, tecnológico, cultural e educacional no qual o trabalho docente está inserido, configurando-se, assim, como espaço de convergência dos conhecimentos científicos pertinentes a cada área e das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer dos Cursos, sendo essencial para a formação de competências docentes do futuro profissional licenciado.

§ 1º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório constitui-se em atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estagiário, mediante a observação, investigação, participação, e intervenção em situações concretas da vida, e do trabalho de seu campo específico.

§ 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um componente curricular autônomo, que difere do conjunto das disciplinas do Curso, inclusive da prática, apresentando, portanto, características próprias quanto às atividades desenvolvidas, ao processo avaliativo e à frequência do discente.

§ 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ocorrer tanto através do exercício direto *in loco* quanto pela participação do estagiário em ambientes próprios da área profissional, objeto de sua formação, desde que estes espaços atendam às condições necessárias apontadas pela legislação em vigor.

§ 4º O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório na UERN atende aos preceitos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, que propõem o desenvolvimento de competências como eixo nuclear da formação dos licenciados.

§ 5º As atividades de extensão, de monitorias, e de iniciação científica desenvolvidas pelo estudante somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso, e de acordo com o previsto nesta Resolução.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na UERN:

- I.** Possibilitar ao estagiário inserir-se na complexa, e concreta multiplicidade de situações de atuação vivenciadas na escola básica, nas instituições de ensino profissionalizante, e em outros contextos educacionais em que possa identificar problemas, propondo alternativas para o enfrentamento destes;
- II.** Constituir ambiente propício de articulação teoria-prática na efetivação da formação docente;
- III.** Viabilizar, e dinamizar o intercâmbio: Universidade – Rede de Educação Básica, e outros contextos educacionais de atuação dos licenciados;
- IV.** Contribuir para a construção do conhecimento por meio de uma relação dialética entre a realidade na qual se insere o trabalho docente, e a proposta formativa do Curso;
- V.** Efetivar o desenvolvimento de competências profissionais essenciais ao ofício de Professor;
- VI.** Formar profissionais críticos, criativos, propositivos, com postura ética, e compromisso social.

CAPÍTULO III DOS EIXOS METODOLÓGICOS NORTEADORES DO ESTÁGIO

Art. 4º Os eixos metodológicos são os princípios, e fundamentos por meio dos quais serão construídas as estratégias e atividades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com vistas ao alcance dos objetivos estabelecidos.

Art. 5º No âmbito da UERN, os eixos metodológicos norteadores do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório são os seguintes:

- I.** *Formação interdisciplinar:* materializa-se na articulação pedagógica entre os diversos campos de saberes, e práticas do processo de ensino-aprendizagem;
- II.** *Articulação teoria-prática:* ocorre de forma dialética construindo possibilidades e/ou opções de intervenção na realidade a partir de situações-problema identificadas;
- III.** *Intervenção:* efetiva-se mediante a reflexão teórico-prática sobre os determinantes/condicionantes do contexto real, com vistas à construção de novas práticas de desvelamento e transformação;

- IV. *A resolução de situações problemas*: efetiva-se mediante o processo de ação-reflexão-ação, vivenciado em situações contextualizadas, favorecendo a articulação ensino, pesquisa e extensão;
- V. *Reflexão sobre a atividade profissional*: constitui-se em momento propício de reflexão crítica sobre o processo de formação, compreendido dentro de um contexto histórico-social, e a consciência da auto-formação inicial e continuada, fomentando inovações ao exercício profissional.

TÍTULO II DO ESTÁGIO

CAPÍTULO I DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 6º Constituem-se campo de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, as instituições:

- I. Prioritariamente públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas;
- II. De interesse público, associações, e organizações não governamentais;
- III. Organizações educacionais de interesse público, e capital misto;
- IV. Escolas Técnicas de Educação Profissional a depender da Especificidade do Curso.

Art. 7º A Escola de Educação Básica é o *locus* preferencial da formação docente e espaço privilegiado de investigação, reflexão e desenvolvimento de projetos de intervenção que venham a se configurar como campo de aprendizagem e produção do conhecimento para estagiários e professores dos Cursos de Licenciatura.

Parágrafo único. Outros *loci* de formação podem ser considerados prioritários como espaços para investigação, reflexão e desenvolvimento de projetos de intervenção, desde que regulamentados no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado em espaços não-escolares, desde que previsto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, atenda suas especificidades de formação, e seja definido em proposta a ser apresentada pela Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, devidamente aprovada pela plenária departamental e/ou colegiado do Curso.

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório somente poderá ocorrer em Instituições que tenham condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário, quando a atividade a ser desenvolvida corresponder ao proposto na Ementa do Componente Curricular de Estágio, estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso

– PPC, sendo vedada a realização de atividades que não estejam relacionadas com a área de formação do discente.

CAPÍTULO II

DO ESTABELECIMENTO DE CONVÊNIOS

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório somente poderá ser realizado mediante a formalização de Convênio entre a Universidade, e a instituição concedente.

Art. 11 A UERN, observando a Legislação pertinente, definirá os critérios de natureza legal, e pedagógica que constarão no Termo de Convênio com as Instituições concedentes.

§ 1º No convênio devem estar descritas as competências, e as atribuições da UERN, e da Instituição concedente quanto às atividades de estágio, bem como os direitos e obrigações de ambas.

§ 2º Cabe aos Departamentos, em sintonia com os respectivos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE, definir os critérios de escolha dos campos de estágio.

§ 3º O convênio será pleiteado pelo Coordenador Geral de Estágio dos Cursos de Licenciatura à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEG, que o encaminhará à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 12 A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório terá início após a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio – TCE, celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da UERN.

§ 1º O Termo de Compromisso de Estágio – TCE deve ser assinado pelo diretor da Unidade e/ou coordenador de Estágio das Unidades, representando a UERN, devendo ser assinado pelo representante da Instituição Concedente de Estágio, pelo Estagiário, e pelo Supervisor Acadêmico de Estágio.

Art. 13 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme definição da Legislação em vigor, não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a Legislação previdenciária.

Art. 14 Os campos de estágio para cada semestre serão previamente escolhidos dentre aqueles com os quais a UERN já tenha firmado convênio.

Art. 15 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado no local da sede do Curso.

Art. 16 Somente quando a sede de funcionamento do Curso não comportar a demanda para realização do estágio, este poderá ocorrer em outros municípios, os quais deverão ser agrupados em pólos aglutinadores.

§ 1º Os pólos aglutinadores se localizarão em municípios circunvizinhos à sede do Curso.

§ 2º Quando o estágio for realizado em pólo aglutinador, a UERN se responsabilizará pelo deslocamento do Professor Supervisor Acadêmico de Estágio para o acompanhamento das atividades do estágio.

§ 3º Se o Departamento entender que o Estágio Supervisionado Obrigatório deve ser realizado fora da sede do Curso, ou dos polos aglutinadores, este deverá submeter solicitação com justificativa a uma comissão que será constituída pelo Coordenador Geral de Estágio dos Cursos de Licenciatura, o Coordenador de Estágio Supervisionado do Curso, um representante do Setor de Docência Universitária da PROEG e um membro do Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL, que decidirá sobre seu deferimento.

Art. 17 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não poderá ser realizado por discentes quando em regime de exercício domiciliar.

Art. 18 O componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será ministrado em turmas de até 12 (doze) discentes por supervisor acadêmico.

§ 1º A distribuição dos discentes entre os professores deverá ser equitativa.

§ 2º O Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular só poderá assumir a supervisão de uma turma, exceto em casos excepcionais, e com autorização da plenária departamental.

§ 3º Quando o número de discentes matriculados não corresponder ao mínimo indicado na Resolução de distribuição de carga horária docente, serão estabelecidas turmas que atendam ao número de discentes matriculados no componente curricular.

§ 4º Em casos que existam discentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, a distribuição deve ser equivalente a 1 (um)

discente especial por supervisor de estágio, mediante observância do mínimo estabelecido no *caput* deste Artigo.

CAPÍTULO IV DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

Art. 19 A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será definida nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em conformidade com as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores, e as Diretrizes Curriculares de cada Curso, quando couber.

§1º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, quando previsto em Projeto Pedagógico de Curso - PPC, constitui-se um componente curricular indispensável à integralização Curricular.

§2º A duração do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não poderá ser inferior a um semestre letivo.

§3º A frequência do discente no desenvolvimento das atividades práticas do componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve corresponder a 100% da carga horária destinada para este fim, o que lhe obriga a recuperar as frequências.

§4º Entende-se como falta do estagiário:

- I.** Sua ausência no decurso das atividades de campo programadas.
- II.** Atrasos superiores a 15 (quinze) minutos.
- III.** Saída prematura sem anuência dos supervisores.

§5º As faltas são passíveis de justificativa e reposição, em casos de doença infectocontagiosa, hospitalização, óbito de cônjuge e parentes próximos e solicitação judicial.

§6º O discente que se ausentar do estágio, sem autorização prévia do Supervisor, deixando de realizar atividades a ele destinadas, sem justificativa, será automaticamente reprovado.

§7º O discente que faltar mais que 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária teórico-metodológica do Componente de Estágio Supervisionado Obrigatório será, automaticamente, reprovado.

§8º A carga horária teórico-metodológica de cada componente de estágio deve ser de, no mínimo, 30 horas, e, no máximo, 45 horas.

Art. 20 A carga horária do Estágio em espaços não-escolares não deve comprometer mais do que 25% do total da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

CAPÍTULO V DA SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO

Art. 21 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, para seu desenvolvimento, envolve:

- I.** Coordenador Geral de Estágio das Licenciaturas;
- II.** Coordenador de Estágio nas Unidades;
- III.** Coordenador de Estágio por Curso;
- IV.** Supervisor Acadêmico de Estágio;
- V.** Supervisor de Campo de Estágio;
- VI.** Discente Estagiário.

Parágrafo único. Em unidades em que exista apenas um Curso não existirá a figura do Coordenador Geral de Estágio das unidades.

Art. 22 A função de Coordenação Geral de Estágio das Licenciaturas deverá ser assumida pelo Chefe do Setor de Docência Universitária da PROEG.

Art. 23 Compete à Coordenação Geral de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciatura - CGEL:

- I.** Promover a articulação entre as unidades acadêmicas para orientação e elaboração das propostas semestrais de Estágios Supervisionados de seus Cursos;
- II.** Discutir com as unidades acadêmicas mecanismos de operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- III.** Fomentar a socialização das experiências, e avaliação das atividades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no âmbito da UERN;
- IV.** Acompanhar, e avaliar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos Cursos de Licenciatura;
- V.** Acompanhar juntamente ao Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Licenciatura e à PROEG a elaboração da proposta de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório constante no Projeto Pedagógico do Curso;
- VI.** Realizar, periodicamente reuniões, dentre outras atividades, com os Coordenadores de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nas Unidades;
- VII.** Apresentar à PROEG, e ao Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas – FIEL, relatórios semestrais de suas atividades, bem como uma visão geral do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório das Licenciaturas no âmbito da UERN;

- VIII.** Adotar, junto às instâncias competentes da UERN, medidas para garantir a logística que envolve o trâmite dos documentos necessários à realização do Estágio Supervisionado;

Art. 24 O Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nas unidades acadêmicas será escolhido pelos professores que estejam exercendo atividades de Estágio, e a indicação será homologada pelo CONSAD, para mandato de 04 (quatro) semestres letivos, podendo ser reconduzido ao cargo por uma vez consecutiva, por igual período, por deliberação do CONSAD.

§ 1º. O Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nas Unidades Acadêmicas terá disponibilizada uma carga horária semanal para desenvolver as atividades inerentes à função, prevista em Resolução de distribuição de carga horária docente.

§ 2º. O Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nas Unidades Acadêmicas deverá ser escolhido entre os professores efetivos que atuam como docentes na UERN há, pelo menos, três anos.

Art. 25 Compete à Coordenação de Estágio nas Unidades Acadêmicas:

- I.** Elaborar semestralmente um plano de ação considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de professores, e o Projeto Pedagógico dos Cursos com vistas à articulação de ações interdisciplinares entre as diversas formações na unidade, e as atividades de Estágio;
- II.** Acompanhar, e avaliar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- III.** Promover atividades de reflexão sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que envolvam os estagiários, os Professores Supervisores de Estágio, demais discentes do Curso, gestores, e demais profissionais das Instituições Campo de Estágio;
- IV.** Realizar reuniões periódicas com os Coordenadores de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos vinculados à Unidade Acadêmica;
- V.** Apresentar ao Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas – FIEL, e às unidades acadêmicas, relatórios semestrais de suas atividades.
- VI.** Enviar à PROEG, quando solicitado, informações sobre o Estágio Supervisionado.
- VII.** Providenciar a emissão e a assinatura do TCE de todos os Cursos que compõem a Unidade Acadêmica.

Art. 26 A Coordenação de Estágio do Curso será exercida por um Professor indicado pela Plenária do Departamento, com mandato de 04 (quatro) semestres letivos, podendo ser reconduzido, mediante aprovação da plenária do Departamento Acadêmico, por igual período.

§ 1º. O Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso terá disponibilizada uma carga horária semanal para desenvolver as atividades inerentes à função, conforme prevista em Resolução de distribuição de carga horária docente.

§ 2º. O Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso deverá ser escolhido entre os professores que atuam na UERN, há, pelo menos, três anos como docentes efetivos.

Art. 27 Compete à Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso:

- I.** Seguir as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso quanto à concepção, e a prática de Estágio a serem vivenciadas;
- II.** Cumprir as Determinações do Departamento, no que concerne ao Estágio, e que não estejam em conflito com a presente Norma;
- III.** Promover a articulação entre os Supervisores Acadêmicos de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, e destes com o NDE do Curso;
- IV.** Planejar e organizar procedimentos e rotinas para o efetivo funcionamento do Estágio, objetivando a superação das dificuldades;
- V.** Proceder junto aos Supervisores de Estágio a prévia identificação e avaliação dos Campos de Estágio e pólos aglutinadores, quando necessário;
- VI.** Fazer o devido estudo dos potenciais Campos de Estágio para avaliar sua compatibilidade com o perfil desejado para o egresso, e apresentá-los aos Departamentos para que estes deliberem a respeito de sua adoção enquanto Campo de Estágio para celebração de convênio;
- VII.** Emitir orientações com cronogramas, exigências, e prazos para a realização das diversas fases da atividade de Estágio;
- VIII.** Disponibilizar fichas, e demais documentos para o discente estagiário;
- IX.** Encaminhar dados necessários para que o Coordenador Geral de Estágio das Licenciaturas requeira junto a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UERN a celebração do Convênio entre a Universidade e as Instituições concedentes de Estágio.
- X.** Informar à Coordenação Geral de Estágio das Licenciaturas, através de relatório semestral, sobre os avanços e as dificuldades encontradas para efetivação da atividade no âmbito de seu Curso, para a solicitação de providências junto aos Órgãos da Administração da Universidade, visando garantir as condições necessárias à realização do Estágio;
- XI.** Acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas para o Estágio Supervisionado do Curso;
- XII.** Apresentar ao Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL e às Unidades Acadêmicas, relatórios semestrais de suas atividades;
- XIII.** Participar ativamente das atividades do Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL;

- XIV. Promover eventos, encontros, seminários e ações similares, que visem a socialização de experiências de Estágio do Curso;
- XV. Realizar reuniões periódicas com os Supervisores de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso;
- XVI. Cumprir e fazer cumprir a presente Norma, bem como as normas específicas constantes no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Art. 28 O Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular deverá pertencer ao quadro efetivo da Instituição, e ser preferencialmente graduado na mesma área, ou área afim, ou desenvolver estudos no Campo da Formação.

Parágrafo único. O Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular obrigatório terá uma carga horária prevista em Resolução específica de distribuição de carga horária para ministrar as orientações teórico-metodológicas, e para acompanhamento de seus estagiários no Campo de Estágio.

Art. 29 Compete ao Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Obrigatório:

- I. Adotar uma prática de Estágio que esteja em sintonia com as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso;
- II. Acompanhar, e supervisionar o discente estagiário através de visitas *in loco*;
- III. Executar as ações acordadas com a Coordenação de Estágio;
- IV. Elaborar plano de ação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório conforme ementa definida no PPC;
- V. Proceder prévia avaliação do Campo de Estágio com vistas à verificação de condições mínimas necessárias à efetivação deste;
- VI. Orientar o discente estagiário sobre as atividades a serem desenvolvidas em Campo e na elaboração de relatórios, e outras atividades exigidas;
- VII. Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, suas Normas, e documentação necessária;
- VIII. Cumprir carga horária prevista no PPC para orientação teórico-metodológica;
- IX. Manter a Coordenação de Estágio do Curso informada sobre todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- X. Efetuar registros das atividades de todas as fases do Estágio no Registro Diário de Atividades, conforme sua execução;
- XI. Solicitar colaboração de outros professores para orientações teóricas e práticas ao estagiário, concernentes a conteúdos e metodologias específicas das áreas de trabalho destes docentes, sempre que for necessário;
- XII. Enviar à PROEG, quando solicitado, informações sobre o Estágio Supervisionado;
- XIII. Avaliar o estagiário de acordo com os critérios estabelecidos no PPC;
- XIV. Zelar pelo bom relacionamento junto à entidade concedente de Estágio;
- XV. Participar de estudos, e encontros sobre Estágio;

- XVI.** Participar das reuniões, dentre outras atividades, convocadas pela Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- XVII.** Participar de eventos, e reuniões ampliadas promovidas pelo Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas – FIEL;
- XVIII.** Participar de eventos, encontros, seminários, e ações similares, realizados pela Unidade Acadêmica e/ou Coordenação de Estágio;
- XIX.** Outras atribuições previstas no PPC.

Art. 30 O Supervisor de Campo de Estágio Curricular é um servidor lotado na Instituição concedente do Estágio, com formação acadêmica, ou experiência profissional, responsável, naquele local, pelo acompanhamento do discente durante o desenvolvimento dessa atividade.

Art. 31 Compete ao Supervisor de Campo de Estágio Curricular:

- I.** Acolher o discente estagiário, e o Supervisor Acadêmico de Estágio nas dependências da Instituição Campo de Estágio;
- II.** Acompanhar de forma sistemática as atividades desenvolvidas pelo discente estagiário;
- III.** Preencher as fichas de avaliação dos discentes estagiários;
- IV.** Comunicar ao Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular quaisquer problemas relacionados ao desenvolvimento das atividades do discente estagiário.
- V.** Outras atribuições previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES E DOS DIREITOS DO ESTAGIÁRIO

Art. 32 O discente estagiário é integrante do corpo discente, devidamente matriculado no Componente Curricular de Estágio estabelecido pelo Projeto Pedagógico de Curso - PPC.

Art. 33 É dever do discente estagiário:

- I.** Matricular-se no Componente Curricular de Estágio Supervisionado Obrigatório quando cumpridas as disciplinas pré-requisito;
- II.** Cumprir critérios de avaliação, e procedimentos previstos no Programa Geral do Componente Curricular – PGCC, e proceder avaliação contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las;
- III.** Participar das orientações teórico-metodológicas ocorridas na UERN;
- IV.** Assinar Termo de Compromisso de Estágio – TCE;
- V.** Cumprir presença, e participação dentro da carga horária estabelecida no PPC, e em consonância com a Instituição Campo de Estágio, mediante cronograma apresentado previamente;

- VI.** Comparecer ao Estágio em condições compatíveis, e requeridas pelas circunstâncias do Estágio, e do ambiente de trabalho, conduzindo-se com urbanidade, e probidade em todas as fases do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- VII.** Elaborar, sob orientação do Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, Plano de Atividades a ser cumprido na Instituição concedente;
- VIII.** Manter o Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório informado sobre o desenvolvimento do Estágio, e comunicar-lhe, com brevidade, a respeito de qualquer eventualidade que possa afetar as suas atividades no Campo de Estágio.

Art. 34 É direito do discente estagiário:

- I.** Realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, respeitando o Projeto Pedagógico de Curso - PPC;
- II.** Realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em seu próprio ambiente de trabalho, desde que compatível com área e nível de formação do Curso, e acompanhado por um Supervisor de Campo de Estágio;
- III.** Receber da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: formulários, fichas, e demais documentos a serem utilizados no Estágio;
- IV.** Ser encaminhado oficialmente pela Unidade Acadêmica à Instituição Campo de Estágio;
- V.** Receber assistência, e orientação do Supervisor Acadêmico de Estágio;
- VI.** Requerer à Coordenação de Estágio da Unidade, em casos especiais, devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação, dentro do semestre letivo, do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- VII.** Recorrer à Coordenação de Estágio, mediante justificativa escrita e documentos comprobatórios, contra decisões do Supervisor Acadêmico de Estágio;
- VIII.** Solicitar a redução da carga horária do Estágio, nos termos desta Resolução.
- IX.** Estar segurado contra acidentes pessoais.

Parágrafo único. O estagiário poderá ser remunerado, conforme previsão do convênio celebrado entre a UERN, e o Concedente.

CAPÍTULO VII

DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

Art. 35 Os discentes que exercem o magistério na educação básica como professores efetivos, na área objeto da formação, poderão ter redução de, até, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total de Estágio prático desenvolvido no Campo de Estágio, observando-se o que dispõe a Legislação específica, e os critérios estabelecidos no PPC de cada Curso.

§ 1º A redução da carga horária de Estágio será efetivada mediante apresentação, pelo discente estagiário interessado, de requerimento instruído com documento comprobatório do exercício efetivo, com tempo igual, ou superior a um ano, e que esteja em efetivo exercício.

§ 2º O pedido de redução será apreciado por uma banca composta pelo Coordenador de Estágio do Curso, e por mais dois professores que atuam como Supervisores Acadêmicos de Estágio, a quem caberá definir a carga horária a ser reduzida.

§ 3º A redução da carga horária de Estágio não poderá, em hipótese alguma, ter caráter acumulativo, ou ser contada em duplicidade.

§ 4º Compete ao Chefe de Departamento encaminhar os pedidos deferidos a DIRCA/PROEG para implantação da redução da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Sistema de Registro e Controle Acadêmico.

§ 5º O discente que tiver o pedido de redução de carga horária de Estágio aprovado não estará dispensado de cumprir a carga horária destinada à orientação teórico-metodológica do Componente Curricular a ser cursado na UERN.

CAPÍTULO VIII

ESTÁGIO DE DISCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Art. 36 Os discentes com necessidades educativas especiais realizarão o Estágio Supervisionado em conformidade com as orientações preconizadas na Resolução de Estágio dos Cursos de Licenciatura, e no PPC dos Cursos.

§ 1º A Diretoria de Apoio à Inclusão - DAIN, da UERN, deverá orientar, e assessorar os Supervisores de Estágio em relação às possibilidades de atuação, materiais pedagógicos, e tecnologias assistivas para os discentes estagiários com necessidades educativas especiais.

§ 2º O Estágio deve levar em conta os seguintes requisitos:

- I.** Compatibilização das habilidades da pessoa com necessidades especiais às exigências da função;
- II.** Adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas, e locais de Estágio às condições das pessoas com necessidades especiais.

TÍTULO III

INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS PARCIAIS E FINAIS DE ESTÁGIO

Art. 37 Na verificação da aprendizagem do discente no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão utilizados instrumentos/mecanismos definidos no Projeto Pedagógico de cada Curso, em consonância com a Norma de verificação de rendimento escolar da UERN.

Art. 38 Os instrumentos de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório são os trabalhos parciais e finais elaborados e constituem-se como atividade de caráter obrigatório, devendo ser apresentados a cada etapa conforme plano de ação aprovado em plenária departamental, observando Normas estabelecidas no PPC.

§ 1º O trabalho parcial e final do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório corresponde à etapa de sistematização do conhecimento, e das experiências, produzidos a partir do contato com a prática social, na qual o discente vivencia, investiga, e interpreta a realidade, formula, e executa propostas de atuação em situações contextualizadas, mediante a (re)elaboração dos elementos teórico-práticos obtidos no decorrer do Curso.

§ 2º Os trabalhos parciais e finais do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório devem apresentar uma reflexão teórico-metodológica sobre as atividades vivenciadas no componente curricular, podendo assumir diferentes composições: relatórios, portfólios, projetos de intervenção, artigos, projetos, e produções audiovisuais, dentre outros, que sejam compatíveis com as exigências de um trabalho acadêmico-científico.

Art.39 São critérios para avaliação do discente estagiário:

- I.** O cumprimento de 100% da carga horária de atividades práticas do Estágio realizadas no Campo de Estágio, e o limite de 25% de faltas nas atividades de orientação teórico-metodológicas, realizadas na UERN;
- II.** O cumprimento das etapas previstas no Regulamento de Estágio contido no PPC;
- III.** O cumprimento de 100% da carga horária de atividades práticas do Estágio, e o limite de 25% de faltas nas atividades de orientação teórico-metodológicas;
- IV.** Os requisitos estabelecidos na avaliação do Supervisor de Campo de Estágio;
- V.** Os requisitos estabelecidos na avaliação do Supervisor Acadêmico de Estágio;
- VI.** A pertinência, e o produto da autoavaliação realizada pelo estagiário;
- VII.** Outros instrumentos avaliativos parciais, e finais exigidos no PPC;
- VIII.** A pertinência, e a completude dos trabalhos parciais e finais elaborados pelo discente, bem como a pontualidade na entrega dessas atividades;

Art. 40 discente estagiário será avaliado nos aspectos de assiduidade e aproveitamento previstos nesta Resolução, ou em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;

Parágrafo Único - Cabe à plenária departamental aprovar os instrumentos avaliativos específicos que se ajustem às peculiaridades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, apresentado pelo Supervisor Acadêmico em seu PGCC, que deverá trazer os instrumentos avaliativos bem definidos.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 A cada semestre letivo devem ser realizados momentos de sínteses e socialização das experiências, envolvendo Estagiários, Supervisores Acadêmicos de Estágio, Coordenadores, e Instituições Campo de Estágio.

Art. 42 Em nenhuma hipótese pode ser cobrada ao estagiário qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção, e realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Art. 43 Os casos omissos serão resolvidos, no que couber, pela Coordenação de Estágio de cada Curso, em primeira instância; em segunda instância pelo CONSAD da Unidade Acadêmica de Ensino; e, em terceira e última instância, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

Art. 44 Esta resolução entra em vigor a partir do semestre letivo 2015.1, sem prejuízo dos procedimentos iniciados antes de sua vigência, e revoga a Resolução Nº 36/2010-CONSEPE.

Sala das Sessões dos Colegiados, em 25 de fevereiro de 2015.

Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto
Presidente

Conselheiros:

Profª. Inessa da Mota Linhares Vasconcelos	Profª. Gláucia Helena Araújo Russo
Prof. Etevaldo Almeida Silva	Prof. Stephan Barisic Júnior
Profª. Maria Ivonete Soares Coelho	Prof. Akailson Lennon Soares
Prof. Wendson Dantas de Araújo Medeiros	Prof. Jozenir Calixta de Medeiros
Profª. Maria José Costa Fernandes	Prof. Bertulino José de Souza
Prof. Aluisio Barros de Oliveira	Disc. Francisco das Chagas Medeiros Júnior
Profª. Antônia Líria Feitosa Nogueira Alvino	Disc. Bruno Vinícius de Holanda Ananias
Prof. Luís Marcos de Medeiros Guerra	Disc. Sérgio Antônio Cavalcante Sales
Prof. Iron Macêdo Dantas	

ANEXO 10



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE
Rua Almino Afonso, 478 - Centro – Fone: 84.3315-2134 - Fax: 84.3315-2108
Home page: <http://www.uern.br> - e-mail: sc@uern.br – CEP 59610-210 - Mossoró –RN

RESOLUÇÃO Nº 28/2018 - CONSEPE

Dispõe sobre o Ensino a Distância – EaD - no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE -, DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN -, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e conforme deliberação do Colegiado em sessão realizada em 18 de julho de 2018,

CONSIDERANDO a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, própria das universidades, definida no artigo 207 da Constituição Federal, no artigo 141 da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que a Educação a Distância – EaD - se constitui como uma importante ferramenta de incentivo à inovação tecnológica e a universalização dos processos de inclusão digital na UERN;

CONSIDERANDO os Pareceres emitidos pela Câmara de Ensino de Graduação – CEG/CONSEPE e pela Comissão Permanente de Ensino – CPE/PROEG,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, nos termos no Anexo desta Resolução, as normas pertinentes à oferta de cursos e disciplinas na modalidade de Ensino a Distância – EaD -, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala das Sessões dos Colegiados, em 18 de julho de 2018.

Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto
Presidente

Conselheiros:

Prof. Wendson Dantas de Araújo Medeiros	Prof. Ênio Virgílio de Oliveira Matias
Prof. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti	Prof. Carlos Alberto Nascimento de Andrade
Prof. Francisco Fabiano de Freitas Mendes	Prof ^a . Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia
Prof. José Ricardo Silveira	Prof ^a . Ana Luiza Bezerra da Costa Saraiva
Prof ^a . Verônica Palmira Salme de Aragão	Prof. Jozenir Calixta de Medeiros
Prof ^a . Magda Fabiana do Amaral Pereira	Prof ^a . Sidneia Maia de Oliveira Rêgo
Prof. Luís Marcos de Medeiros Guerra	Disc. Genderson Kaio Costa de Souza
Prof ^a . Rosimeiry Florêncio de Q. Rodrigues	

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 1º A Educação a Distância – EaD - caracteriza-se como a modalidade de educação ofertada em Polo de Educação a Distância, mediada didático-pedagogicamente por processos de ensino e aprendizagem com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Parágrafo único. São considerados Polo de Educação a Distância as unidades credenciadas pela Diretoria de Educação a Distância – EaD -, nos quais serão desenvolvidas as atividades pedagógicas pertinentes a EaD e que se adequem às normas do Decreto 9.057/2017, de 25 de maio de 2017.

CAPÍTULO II DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - DEaD

Art. 2º Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN -, a Educação a Distância é desenvolvida pela Diretoria de Educação a Distância – DeaD -, órgão vinculado à Reitoria.

Art. 3º A DEaD tem como função:

- I. Ofertar, isoladamente ou em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB -, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação – PROEG -, Extensão - PROEX -, Pós-Graduação – PROPEG - e os Departamentos Acadêmicos da UERN, cursos de Extensão, Especialização e Graduação na modalidade de Ensino a Distância;
- II. Apoiar o desenvolvimento de ambientes *online* voltados para a EaD;
- III. Elaborar e editar materiais didáticos, bem como conteúdos multimídia direcionados aos cursos de EaD;
- IV. Auxiliar na elaboração e adequação dos desenhos didáticos referentes a EaD.

Art. 4º A DEaD é constituída:

- I. Pelo Diretor;
- II. Pelos Coordenadores de Convênios, quando houver Convênio;
- III. Pelos Coordenadores de Cursos a distância, subordinados ao Departamento Acadêmico ao qual está lotado, durante o período de execução do projeto."
- IV. Pelos Coordenadores de Setores de Funções Essenciais.

§ 1º Os Coordenadores citados no inciso IV deste artigo referem-se às funções de apoio à Tecnologia da Informação, Finanças, Comunicação, Pedagógico e Logístico.

§ 2º Em virtude de demandas específicas, poderão surgir outros Coordenadores de Setores.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UERN E SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES

Art. 5º As figuras que compõem a equipe de educação a distância se aplicam tanto aos cursos originados da própria instituição, quanto às parcerias com outros convênios, havendo neste último caso uma adaptação as normas do convênio em questão.

Art. 6º A equipe dos cursos ofertados a distância será composta pelas seguintes figuras:

- I.** Professor Coordenador, cuja função é coordenar todos os trâmites acadêmicos e administrativos do curso, estando subordinado ao chefe do departamento ao qual o curso é vinculado. Cada curso disporá de 01 (um) Professor Coordenador.
- II.** Professor Conteudista, cuja função é produzir o material didático de determinado componente curricular do curso. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Conteudista(s).
- III.** Professor Revisor, cuja função é revisar o material produzido para cada componente curricular. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Revisor(es).
- IV.** Professor Formador, cuja função é planejar e gerenciar as aulas a distância, bem como dar suporte pedagógico aos tutores. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Formador(es).
- V.** Professor Tutor, cuja função é dar suporte a distância em relação ao conteúdo ministrado aos discentes. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Tutor(es).

Seção I

Do Professor Coordenador

Art. 7º O Professor Coordenador será eleito pela Plenária Departamental do curso ao qual é vinculado, devendo ter no mínimo 03 (três) anos em efetivo exercício na UERN.

Art. 8º A função do Professor Coordenador será exercida por 02 (dois) anos, sendo permitida 01 (uma) recondução ao cargo, por igual período.

Art. 9º São atribuições do Professor Coordenador:

- I.** Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- II.** Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na IES;
- III.** Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância, e do sistema de avaliação do aluno;

- IV. Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos profissionais envolvidos no curso;
- V. Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, a avaliação da aprendizagem do aluno;
- VI. Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- VII. Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, quando necessário;
- VIII. Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- IX. Verificar “in loco” o bom andamento do curso;
- X. Acompanhar e supervisionar as atividades dos professores formadores, conteudistas, revisores e tutores.

Seção II

Do Professor Conteudista

Art. 10. O Professor Conteudista, indicado pelo Departamento Acadêmico, deverá ter formação superior compatível com a(s) disciplina(s) ou o(s) componente(s) curricular(es) de elaboração dos conteúdos.

Parágrafo único. Na ausência de professor com formação compatível no Departamento Acadêmico, a escolha do Professor Conteudista se dará por meio de Edital elaborado pela DEaD.

Art. 11. São atribuições do Professor Conteudista:

- I. Apresentar os conteúdos da disciplina atendendo à ementa e à carga horária desta;
- II. Elaborar as unidades da disciplina, conforme as orientações da equipe da DEaD;
- III. Apresentar os conteúdos de acordo com calendário de produção a ser especificado pela equipe da DEaD;
- IV. Orientar a elaboração de conteúdos multimídia (vídeo-aulas, slides, áudios, hipertextos etc.) e de atividades para auxiliar no processo do aprendizado;
- V. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias utilizados;
- VI. Participar e/ou atuar nas atividades de formação desenvolvidas na UERN ou outras IES;
- VII. Fazer a revisão final dos conteúdos após a adaptação metodológica realizada pela equipe da DEaD.

Seção III

Do Professor Revisor

Art. 12. O Professor Revisor, indicado pelo Departamento Acadêmico, deverá ter formação superior compatível com o(s) componente(s) curricular (es) que está (ão) sob sua revisão.

Parágrafo único. Na ausência de professor com formação compatível no Departamento Acadêmico, a escolha do Professor Revisor se dará por meio de Edital.

Art. 13. O Professor Revisor terá como atribuição revisar, alterar e/ou adaptar os conteúdos e as atividades produzidas pelo Professor Conteudista para um componente curricular, considerando opiniões emitidas pelos colaboradores do processo.

Seção IV

Do Professor Formador

Art. 14. O Professor Formador, definido em plenária do Departamento Acadêmico, deverá ter formação superior compatível com o(s) componente(s) curricular (es) a ser (em) ministrado(s).

§ 1º Na ausência de professor com formação compatível no Departamento Acadêmico da oferta do curso, a escolha do Professor Formador será redirecionada aos demais Departamentos Acadêmicos da IES;

§ 2º Caso a IES não possua em seu quadro Professor Formador com formação compatível, a seleção dar-se-á por meio de Edital elaborado pela DEaD.

Art. 15. São atribuições do Professor Formador:

- I.** Planejar, de acordo com o PGCC, as ações de formação, viabilizando metodologias que atendam às necessidades formativas dos discentes;
- II.** Orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos Professores Tutores;
- III.** Acompanhar e executar ações formativas em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- IV.** Avaliar junto com a Coordenação do Curso o processo de formação dos discentes no decorrer do período letivo;
- V.** Adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho dos discentes nos componentes curriculares;
- VI.** Desenvolver, em colaboração com os demais agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sistemas e metodologias de avaliação de alunos, mediante uso dos recursos previstos nos PGCCs;
- VII.** Participar de atividades formativas que visem o desenvolvimento de metodologias e de materiais didáticos para a modalidade a distância;
- VIII.** Produzir relatórios de acompanhamento das respectivas atividades, sempre que solicitado pela Coordenação de Curso;
- IX.** Organizar atividades e encontros com os Professores Tutores para acompanhamento e avaliação do curso;
- X.** Encaminhar ao Coordenador de Curso informações pertinentes a participação e o desempenho dos discentes nas atividades acadêmicas.

Seção V

Do Professor Tutor

Art. 16. O Professor Tutor deverá ter formação superior compatível com o(s) componente(s) curricular(es) a ser(em) ministrado(s).

§ 1º Nos cursos ofertados pela UERN, o Professor Tutor, indicado pelo Departamento Acadêmico, poderá ter sua função acumulada pelo Professor Formador da disciplina, sendo neste caso atribuída carga horária especificada em resolução própria;

§ 2º Na ausência de professor com formação compatível no Departamento Acadêmico da oferta do curso, a escolha do Professor Tutor será redirecionada aos demais Departamentos Acadêmicos da IES;

§ 3º Nos cursos com financiamento externo, a seleção do Professor Tutor dar-se-á por meio de Edital.

Art. 17. São atribuições do Professor Tutor:

- I. Mediar a comunicação de conteúdos entre o Professor Formador e os discentes;
- II. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- III. Apoiar o Professor Formador da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- IV. Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- V. Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- VI. Participar das atividades de capacitação e atualização;
- VII. Elaborar relatórios bimestrais de acompanhamento dos alunos e encaminhar ao Professor Formador;
- VIII. Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do Professor Formador;
- IX. Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) e responder às solicitações dos discentes no prazo máximo de 24 horas;
- X. Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na realização de avaliações e de atividades práticas.

CAPÍTULO IV

DAS DISCIPLINAS OFERTADAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Art. 18. Os cursos de graduação presencial da UERN poderão prever em seus projetos pedagógicos a oferta de disciplinas de forma integral ou parcialmente à distância, desde que tais formas de ofertas não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total obrigatória das disciplinas do respectivo curso.

§ 1º O PPC deverá indicar a disponibilidade de infraestrutura necessária para a efetivação da oferta.

§ 2º A forma da avaliação da aprendizagem será definida conforme resolução específica.

§ 3º As aulas de laboratório e de campo serão obrigatoriamente presenciais.

§ 4º Os estágios seguirão as normas específicas da legislação federal e do CONSEPE.

Art. 19. A oferta de disciplinas de forma integral ou parcialmente a distância deverá garantir, no que pertine ao conteúdo, as competências e habilidades, a mesma qualidade da modalidade presencial prevista no Projeto Pedagógico do Curso - PPC.

Art. 20. O curso de graduação cujo PPC contemple a oferta de disciplina integral ou parcialmente a distância terá, no que diz respeito ao treinamento e a orientação dos professores ministrantes, o suporte técnico-pedagógico da DEaD.

Art. 21. O PPC do curso de graduação que contemple a oferta de disciplina integral ou parcialmente a distância deverá ser avaliado pela DEaD no que diz respeito às suas adequações ao formato EaD.

ANEXO 11 - Currículo Lattes da Coordenadora do Curso de Letras – Língua Inglesa (Licenciatura) Modalidade a distância: Professora Doutora Adriana Morais Jales



Adriana Morais Jales

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7857480317946854>
Última atualização do currículo em 07/11/2018

possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1995), especialização em Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (2007) e Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015) com dois Doutorados Sanduíches, sendo o primeiro pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD-NF), na PUC e na USP, em 2012 e o segundo na Universidade de Aarhus - Dinamarca sob a orientação do Prof. Dr. Henning Nølle (2013-2014). Atualmente é professora do Departamento de Letras Estrangeiras (DLE/FALA) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no Campus Central - Mossoró - RN; Coordenadora de Área do Subprojeto Letras/Inglês do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do texto e do discurso, linguística enunciativa, leitura, escrita, ensino de língua inglesa, gêneros textuais/discursivos e análise de livro didático. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Adriana Morais Jales
Nome em citações bibliográficas	JALES, Adriana Morais; JALES, ADRIANA MORAIS

Endereço

Endereço Profissional	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Letras e Artes. Avenida Professor Antônio Campos Presidente Costa e Silva 59625620 - Mossoró, RN - Brasil Telefone: (84) 33152214 URL da Homepage: http://www.uern.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2010 - 2015	Doutorado em Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil. Título: A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS 4º E 5º ANOS, Ano de obtenção: 2015. Orientador: Maria das Graças Soares Rodrigues. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Palavras-chave: Elos enunciativos; Indução de (não) assunção da RE; Compreensão de texto; Livro didático de Língua Portuguesa. Grande área: Linguística, Letras e Artes Setores de atividade: Educação.
2013 - 2014	Doutorado em Estudos da Linguagem. Aarhus University, AU, Dinamarca. com período sanduíche em Aarhus University (Orientador: Henning Nølle). Título: A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 4º E 5º. ANOS, Ano de obtenção: 2014. Orientador: Maria das Graças Soares Rodrigues. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
2005 - 2007	Mestrado em Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Título: Os gêneros textuais e o ensino da produção de texto: análise de propostas em livros didáticos de língua inglesa, Ano de Obtenção: 2007. Orientador: Maria Irané Costa Morais Antunes. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2001 - 2003	Palavras-chave: Ensino de língua inglesa; Gêneros Textuais; Livro didático. Grande área: Lingüística, Letras e Artes Especialização em Specialization Course In The Teaching Of English. (Carga Horária: 360h). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Brasil. Título: Learners'role in the Grammar Translation Method and in Communicative Language Teaching. Orientador: José Roberto Alves Barbosa.
1992 - 1995	Graduação em Letras. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Brasil.

Formação Complementar

2014 - 2014	Programa de Estudos Brasileiros. (Carga horária: 2h). Universidade de Aarhus, AU, Dinamarca.
2013 - 2013	Programa de Estudos Brasileiros. (Carga horária: 6h). Universidade de Aarhus, AU, Dinamarca.
2013 - 2013	Programa de Estudos Brasileiros. (Carga horária: 2h). Universidade de Aarhus, AU, Dinamarca.
2013 - 2013	PhD Course. (Carga horária: 30h). Universidade de Aarhus, AU, Dinamarca.
2013 - 2013	Programa de Estudos Brasileiros. (Carga horária: 2h). Universidade de Aarhus, AU, Dinamarca.
2011 - 2011	Abordar textos poéticos pela enunciação e a pragmá. (Carga horária: 6h). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
2010 - 2010	Francês - Nível 1. (Carga horária: 54h). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN, Brasil.
2009 - 2009	Intermediate Plus. (Carga horária: 135h). London Study Centre, LSC, Grã-Bretanha.
2005 - 2005	Formação reflexiva e a prática pedagógica. (Carga horária: 5h). Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil.
2005 - 2005	Multimodality: text and social semiotics. (Carga horária: 5h). Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil.
2004 - 2004	Tecendo Textos, construindo Experiências. (Carga horária: 6h). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Brasil.
2003 - 2003	Elaboração de Projeto de Pesquisa. (Carga horária: 8h). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

Atuação Profissional

Escolas Fisk, FISK, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2003
Atividades
2/2002 - 12/2003

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 12
Ensino,
Disciplinas ministradas
Língua Inglesa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 40,
Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades

09/2016 - Atual

Direção e administração, Núcleo Avançado de Educação Superior de Apodi - NAESA, .
Cargo ou função
Coordenadora Pedagógica.

08/2016 - Atual

Direção e administração, Departamento de Letras Estrangeiras - DLE, .
Cargo ou função
Coordenadora de Área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

07/2017 - 11/2017

Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Seminário de Monografia I (Inglês)
Seminário de Monografia I (Espanhol)

08/2016 - 07/2017

Pesquisa e desenvolvimento , Departamento de Letras Estrangeiras - DLE, .

	Linhas de pesquisa Discurso, gênero e estilo
2/2017 - 6/2017	Ensino, Programa de Mestrado Profissional em Letras (Proflettras), Nível: Pós-Graduação Disciplinas ministradas GÊNEROS DISCURSIVOS/TEXTUAIS E PRÁTICAS SOCIAIS
01/2017 - 06/2017	Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Monografia II (Inglês)
08/2016 - 12/2016	Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Monografia I (Inglês) Seminário de Monografia II (Inglês) Seminário de Monografia II (Espanhol)
02/2016 - 06/2016	Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Monografia I Seminário de Monografia II (Espanhol) Seminário de Monografia I (Espanhol)
03/2015 - 12/2015	Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Monografia I (Espanhol) Seminário de Monografia II (Espanhol)
06/2015 - 09/2015	Ensino, Especialização em Linguística e Ensino de Texto, Nível: Especialização Disciplinas ministradas Gêneros Textuais e Ensino
09/2014 - 01/2015	Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação Disciplinas ministradas Leitura e Produção de Textos II Seminário de Monografia I Seminário de Monografia II Fundamentos de Língua Inglesa
04/2014 - 08/2014	Ensino, Letras - Língua Inglesa (100320-2), Nível: Graduação Disciplinas ministradas Inglês Instrumental II Língua Inglesa I Língua Inglesa III Literatura norte-Americana I Orientação e Estágio Supervisionado II
10/2009 - 03/2010	Direção e administração, Cursos de Especialização de Letras/CAMEAM, . Cargo ou função Coordenador de Curso.
10/2009 - 03/2010	Ensino, Letras, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Gêneros Textuais Seminário de Monografia II Língua Inglesa III
05/2009 - 09/2009	Ensino, Especialização em Linguística Aplicada, Nível: Especialização Disciplinas ministradas Seminário de Pesquisa Metodologia do Trabalho Científico
05/2009 - 09/2009	Ensino, Letras, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Metodologia da Pesquisa em Linguística Aplicada Gêneros Textuais
04/2009 - 09/2009	Direção e administração, Cursos de Especialização de Letras/CAMEAM, . Cargo ou função Coordenador de Curso.
11/2008 - 04/2009	Direção e administração, Cursos de Especialização de Letras/CAMEAM, . Cargo ou função Coordenador de Curso.
10/2008 - 04/2009	Ensino, Letras, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Monografia II Supervisão de Estágio I Estágio Supervisionado I
04/2008 - 10/2008	Direção e administração, Cursos de Especialização de Letras/CAMEAM, . Cargo ou função Coordenador de Curso.
04/2008 - 09/2008	Ensino, Letras, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Monografia II

	Estágio Supervisionado I
	Supervisão de Estágio I
04/2008 - 09/2008	Extensão universitária , Departamento de Letras, .
	Atividade de extensão realizada
04/2008 - 09/2008	Tutoria do Curso de Extensão: Fundamentos da Língua Inglesa - Turma A.
	Extensão universitária , Departamento de Letras, .
	Atividade de extensão realizada
04/2008 - 09/2008	Tutoria do Curso de Extensão: Fundamentos da Língua Inglesa - Turma B.
	Extensão universitária , Departamento de Letras, .
	Atividade de extensão realizada
07/2008 - 07/2008	Língua Inglesa I.
	Ensino, Curso de Especialização em Língua Inglesa, Nível: Especialização
	Disciplinas ministradas
	Seminário de Pesquisa
11/2007 - 04/2008	Direção e administração, Cursos de Especialização de Letras/CAMEAM, .
	Cargo ou função
	Coordenador de Curso.
10/2007 - 03/2008	Conselhos, Comissões e Consultoria, Departamento de Letras, .
	Cargo ou função
	Orientadora Acadêmica do Curso de Letras Habilitação em Língua Inglesa.
09/2007 - 03/2008	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Língua Inglesa II
	Prática de Ensino de Inglês I
05/2007 - 09/2007	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Gêneros Textuais
	Prática de Ensino de Inglês II
05/2007 - 09/2007	Conselhos, Comissões e Consultoria, Departamento de Letras, .
	Cargo ou função
	Orientadora Acadêmica do Curso de Letras Habilitação em Língua Inglesa.
09/2004 - 12/2004	Outras atividades técnico-científicas , Departamento de Letras, Departamento de Letras.
	Atividade realizada
	Coordenadora de Estágio Supervisionado.
07/2004 - 12/2004	Direção e administração, Núcleo Avançado de Educação Superior de Umarizal, .
	Cargo ou função
	Coordenadora Pedagógica.
07/2004 - 12/2004	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Língua Inglesa III
	Prática de Ensino de Inglês I
03/2004 - 08/2004	Outras atividades técnico-científicas , Departamento de Letras, Departamento de Letras.
	Atividade realizada
	Coordenadora de Estágio Supervisionado.
01/2004 - 06/2004	Direção e administração, Núcleo Avançado de Educação Superior de Umarizal, .
	Cargo ou função
	Coordenadora Pedagógica.
01/2004 - 06/2004	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Língua Inglesa II
	Literatura Inglesa I
	Prática de Ensino de Inglês II
09/2003 - 12/2003	Outras atividades técnico-científicas , Departamento de Letras, Departamento de Letras.
	Atividade realizada
	Coordenadora de Estágio Supervisionado.
07/2003 - 12/2003	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Fundamentos da Língua Inglesa
	Leitura e Produção de Textos I
	Língua Inglesa VII
	Prática de Ensino de Inglês I
03/2003 - 08/2003	Outras atividades técnico-científicas , Departamento de Letras, Departamento de Letras.
	Atividade realizada
	Coordenadora da Equipe de Estágio Supervisionado.
01/2003 - 06/2003	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Literatura Inglesa I
	Língua Inglesa VI
	Prática de Ensino de Inglês II
8/2002 - 12/2002	Ensino, Letras, Nível: Graduação
	Disciplinas ministradas
	Língua Inglesa V

Língua Inglesa XIV
Prática de Ensino em Língua Inglesa no Ensino Médio
Prática de Ensino de Inglês I

Governo do Estado do Rio Grande do Norte, GOVERNO/RN, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 30

Atividades

3/2001 - 10/2002

Ensino,
Disciplinas ministradas
Língua Inglesa

Prefeitura Municipal de Mossoró, PMM, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2002

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professora, Carga horária: 30

Atividades

9/1999 - 8/2002

Ensino,
Disciplinas ministradas
Língua Inglesa

Colégio Pequeno Príncipe, CPP*, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 2000

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 12

Atividades

2/1996 - 7/2000

Ensino,
Disciplinas ministradas
Língua Inglesa

Colégio Maria Auxiliadora Costa, CMAC, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 2000

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 12

Atividades

2/1996 - 7/2000

Ensino,
Disciplinas ministradas
Língua Inglesa

Instituto Gurilândia, IU*, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - 1997

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 16

Atividades

10/1994 - 12/1997

Ensino,
Disciplinas ministradas
Língua Inglesa

Linhas de pesquisa

1. Discurso, gênero e estilo

Projetos de pesquisa

2018 - Atual

GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS COMO PRÁTICA DE LINGUAGEM: O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Descrição: Os gêneros textuais/discursivos no ensino e na aprendizagem de línguas têm sido foco de muitas investigações, apesar disso, o tema ainda tem muito a ser discutido e refletido, principalmente quando nos referimos aos gêneros textuais/discursivos do meio digital. Deste modo, esta pesquisa tem como meta principal desenvolver e trabalhar sequências didáticas para o ensino da escrita em língua inglesa no Ensino Fundamental, levando em consideração a proposta de Schenewly & Dolz (2004) e tomando como eixo os gêneros textuais digitais. Como ponto de partida para esta investigação, analisaremos o livro didático da escola participante, para que assim, possamos averiguar como são orientadas as atividades de produção escrita com esses gêneros, como também, observaremos e analisaremos como o professor língua inglesa trabalha as orientações dadas pelo autor do livro didático para o uso das novas tecnologias. As sequências didáticas serão produzidas e, posteriormente, aplicadas na sala de aula para nossa análise final. A proposta metodológica desta pesquisa é de ordem descritiva-interpretativa e para melhor intervir no ensino de língua inglesa possui aportes na pesquisa-ação. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores nos quais analisamos materiais didáticos e a atuação didático-pedagógica de professores do Ensino Fundamental, Médio e Superior (JALES,

2007; 2010; 2015). Para fundamentar nossa investigação, ancoramo-nos, principalmente, nos aportes teóricos de Bakhtin (2003), Marcuschi (2004; 2008), Paltridge (2001), Antunes (2002; 2003; 2009), Koch e Elias (2012; 2014), Araújo (2007), Araújo-Júnior & Araújo (2013), Araújo & Biasi-Rodrigues (2005), entre outros. A análise leva em consideração os princípios da textualidade de acordo com as atuais teorias dos gêneros textuais/discursivos e as novas tecnologias. Com as transformações ocasionadas pela era digital em vários contextos sociais de uso da linguagem, sendo um desses a escola, é importante estabelecer uma relação próxima entre o fazer pedagógico e o fazer social, para que os alunos possam usar o conhecimento adquirido na sala de aula em situações reais de interação. Com os resultados dessa investigação, esperamos contribuir para os estudos da linguagem, vindo a enriquecer os aportes teóricos existentes, assim como trazer reflexos para o ensino da escrita em língua inglesa no Ensino Fundamental, principalmente, no que se refere ao uso das novas tecnologias nas salas de aulas..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Débora Brenda Teixeira Silva - Integrante.

2017 - 2018

GÊNEROS TEXTUAIS, LIVRO DIDÁTICO E ENSINO: UM ESTUDO DAS ATIVIDADE DE

LEITURA E DE PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL ? FASE II

Descrição: Questões que abordam os gêneros textuais/discursivos têm ganhado cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, principalmente na área de ensino de línguas.

Assim, considerando as propostas de trabalho com a linguagem, baseadas em uma abordagem que toma como ponto de partida os estudos sobre gêneros textuais/discursivos, esta pesquisa tem como meta identificar, descrever, analisar e interpretar como os autores dos livros didáticos de língua inglesa orientam as atividades de leitura e de produção escrita no Ensino Fundamental e como os professores abordam essas orientações na sala de aula. O universo de estudo dessa pesquisa se constitui das coleções didáticas de Língua Inglesa do Ensino Fundamental adotadas pelas escolas públicas de Mossoró no ano de 2017. Desse universo, escolheremos 3 escolas para a análise do material didático adotado, especificamente do oitavo ano e do nono ano. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores que desenvolvemos a respeito de análise de material didático e ensino (JALES, 2007; JALES, 2010; JALES, 2015), como também, dá continuidade a primeira fase deste estudo. Para fundamentar esta investigação, ancoramo-nos nos postulados de Bakhtin (2003), Antunes (2003; 2009; 2010; 2014), Marcuschi (2005; 2008), Koch e Elias (2012; 2014), entre outros. A análise leva em consideração os princípios da textualidade de acordo com as atuais teorias dos gêneros. Com os resultados desse estudo, poderemos caracterizar como se dá o ensino da leitura e da escrita em Língua Inglesa no Ensino Fundamental, levando em consideração as atividades orientadas pelos autores dos livros didáticos e como essas atividades são trabalhadas pelos professores nas escolas. O livro didático e o ensino de língua estrangeira têm sido foco de muitas investigações, apesar disso, o tema ainda tem muito a ser discutido e refletido..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Débora Brenda Teixeira Silva - Integrante.

2016 - 2017

GÊNEROS TEXTUAIS, LIVRO DIDÁTICO E ENSINO: UM ESTUDO DAS ATIVIDADE DE

LEITURA E DE PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL ? FASE I

Descrição: O livro didático e o ensino de língua estrangeira têm sido foco de muitas investigações, apesar disso, o tema ainda tem muito a ser discutido e refletido.

Considerando as novas propostas de trabalho com a linguagem, baseadas em uma abordagem que toma como ponto de partida os estudos sobre gêneros textuais, este trabalho tem como meta identificar, descrever, analisar e interpretar como os autores dos livros didáticos de língua inglesa orientam as atividades de leitura e de produção escrita no Ensino Fundamental e como os professores abordam essas orientações na sala de aula. O universo de estudo dessa pesquisa se constitui das coleções didáticas de Língua Inglesa do Ensino Fundamental adotadas pelas escolas públicas de Mossoró no ano de 2016. Desse universo, escolheremos 3 escolas para a análise do material didático adotado, especificamente do sexto e do sétimo ano. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores que desenvolvemos a respeito de análise de material didático e ensino (JALES, 2007; JALES, 2010; JALES, 2015). As reflexões que aqui fazemos têm como base autores como Bakhtin (2003), Paltridge (2001), Antunes (2003; 2009; 2010; 2014), Koch e Elias (2012; 2014), entre outros. A análise leva em consideração os princípios da textualidade de acordo com as atuais teorias dos gêneros. Com os resultados desse estudo, poderemos caracterizar como se dá o ensino da leitura e da escrita em Língua Inglesa no Ensino Fundamental, levando em consideração as atividades orientadas pelos autores dos livros didáticos e como essas atividades são trabalhadas pelos professores nas escolas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Paulo Dhiego Oliveira Bellermann - Integrante / Débora Brenda Teixeira Silva - Integrante.

2015 - 2016

O FENÔMENO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Descrição: Neste projeto de pesquisa, propomo-nos a estudar o fenômeno da responsabilidade enunciativa a partir dos princípios da Análise Textual dos Discursos (ATD), nos relatórios de estágio supervisionado produzidos por alunos do Curso de Letras, procurando responder as seguintes questões de pesquisa: a) que elos enunciativos são frequentes no gênero relatório de estágio supervisionado? b) como o locutor materializa seu ponto de vista na produção do relatório de estágio? A Análise Textual dos Discursos (ATD) tem como propósito estudar a produção co(n)textual de sentido fundamentada na análise de textos concretos e oferece elementos para o entendimento do texto como uma prática discursiva analisado sob a perspectiva de determinados planos ou níveis de análise linguística. Para fundamentar nossa investigação, ancoramo-nos, principalmente, nos aportes teóricos de Adam (2011), Nølke (1994, 2006, 2013), Nølke, Fløttum e Norén (2004), Rabatel (2005, 2008, 2009) e Guentchéva (1994) que tratam do estudo das marcas linguísticas ou dos elos enunciativos que podem determinar a assunção ou o distanciamento do ponto de vista pelo locutor. Alguns estudiosos brasileiros que seguem esse paradigma e desenvolveram pesquisas na área são: Rodrigues (2003, 2008), Rodrigues et al. (2010) e Passeggi et al. (2010). O corpus adotado para análise constitui-se de relatórios de estágio supervisionado I e II produzidos por estudantes do Curso de Letras, habilitação em língua inglesa e respectivas literaturas, no ano de 2014, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte ? UERN. As pesquisas acerca da (não) assunção da responsabilidade enunciativa são questões cruciais para os estudos da linguagem e ainda carecem de muita análise empírica e discussão teórica. Assim, acreditamos que o mapeamento dessas vozes no plano do texto e do discurso poderá nos ajudar a compreender melhor o gênero e seus recursos textuais/discursivos e, dessa forma, nos ajudará na produção e na orientação deste, assim como trará posicionamentos sobre a própria formação dos alunos no Curso de Letras para que os interlocutores identifiquem os elementos presentes na enunciação e os efeitos que esses elementos trazem para a (re)construção dos sentidos nos textos que eles produzem..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Luan Vitor Pereira do Nascimento - Integrante / Aritânia Alves Vieira - Integrante.

2014 - 2015

OS GÊNEROS TEXTUAIS E O ENSINO DA PRODUÇÃO ESCRITA: UMA ANÁLISE DE PROPOSTAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO

Descrição: Considerando as propostas de trabalho com a linguagem, baseadas em uma abordagem que toma como ponto de partida os estudos sobre gêneros textuais, este trabalho tem como meta analisar as propostas de produção escrita orientadas no livro didático de língua inglesa do Ensino Médio, observando se tais propostas contemplam os elementos implicados na composição dos gêneros textuais. O universo de estudo dessa pesquisa se constitui das atividades de produção escrita orientadas no livro didático utilizados no Ensino Médio nas duas maiores escolas de Mossoró. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores que desenvolvemos a respeito do ensino da escrita em coleções didáticas adotadas na universidade (JALES, 2007). As reflexões que aqui fazemos têm como base autores como Bakhtin (2003), Marcuschi (2008), Jales (2007), Antunes (2003), entre outros. A análise leva em consideração os princípios da textualidade de acordo com as teorias dos gêneros, como: a indicação do gênero, do destinatário, do propósito comunicativo e da forma composicional do texto. Com os resultados desse estudo, poderemos caracterizar como os autores dos livros didáticos direcionados para o Ensino Médio orientam os alunos na produção de textos em língua estrangeira, especificamente em língua inglesa..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Denise Polyana Lopes de Almeida - Integrante.

2009 - 2010

As metodologias de ensino de texto em cursos de Letras/Português de IES do Rio Grande do Norte

Descrição: Esse projeto se propõe a estudar as metodologias de ensino de Língua Portuguesa e, mais especificamente, de ensino de texto, que se apresentam nas propostas pedagógicas de cursos presenciais de Licenciatura em Letras de todas as IES potiguares. A opção por essa temática se deu em virtude da necessidade de compreendermos melhor como funciona o trabalho com o texto nesse nível de ensino. Além disso, as discussões sobre as novas diretrizes curriculares para as licenciaturas, a relação teoria-prática nessa modalidade de ensino e a atuação profissional de seus egressos têm provocado intenso debate nos departamentos acadêmicos sobre a temática e apontado para a necessidade de implementarmos estudos acerca do próprio ensino da língua materna na universidade, considerando as disciplinas que buscam dar conta desse campo tradicionalmente denominado de "Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa" (MELP). Sendo assim, objetivamos investigar como se desenvolve o ensino de Língua Portuguesa em cursos de Letras/Português de diferentes IES, com ênfase nas propostas de metodologia de ensino de língua materna, especialmente de ensino do texto. O aporte teórico vincula-se aos estudos interacionistas da linguagem (BAKHTIN, 2003, 1995; GERALDI, 2004, BRONCKART, 1999, entre outros). Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, sendo que os dados serão coletados, principalmente, de Matrizes Curriculares, Ementas,

Programas de Disciplinas e dos Projetos Pedagógicos de todos os cursos em análise. Os resultados dessa investigação poderão nos apresentar um quadro real de como esses cursos de Letras abordam as metodologias de ensino de Língua Portuguesa, assim como trarão direcionamentos para as discussões que envolvem as políticas de formação de professores em Letras, para as propostas de ensino de texto nas aulas de língua materna e, ainda, pode contribuir para um redimensionamento dos projetos pedagógicos desses cursos..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (1) .
Integrantes: Adriana Moraes Jales - Integrante / Crígina Cibelle Pereira - Integrante / Gilton Sampaio de Souza - Coordenador / Maria Leidiane Alves - Integrante / Rosa Leite da Costa - Integrante / Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa - Integrante / Rosângela Maria Bessa Vidal - Integrante / Carlos Magno Viana Fonseca - Integrante / Rosângela Alves dos Santos Bernardino - Integrante / Elvis Alves da Costa - Integrante / Mikelly Meireles de Fontes Silva - Integrante. Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Auxílio financeiro.

2008 - 2009

A ESCRITA NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS GÊNEROS TEXTUAIS

Descrição: Considerando as novas propostas de trabalho com a linguagem, baseadas em uma abordagem que toma como ponto de partida os estudos sobre gêneros textuais, este trabalho tem como meta analisar as propostas de produção escrita feitas nas aulas de língua inglesa na universidade, observando se tais propostas contemplam os elementos implicados na composição dos gêneros textuais. O universo de estudo dessa pesquisa se constitui das atividades de produção escrita propostas, que serão coletadas, semanalmente, durante o semestre de 2008.2, nas aulas das disciplinas de Língua Inglesa I, Língua Inglesa III, Língua Inglesa V e Língua Inglesa VII. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores que desenvolvemos a respeito do ensino da escrita em coleções didáticas adotadas na universidade (LIMA, 2007). As reflexões que aqui fazemos têm como base autores como Bakhtin (2003), Swales (1990), Lima (2007), Antunes (2003), entre outros. A análise leva em consideração os princípios da textualidade de acordo com as atuais teorias dos gêneros, como: a indicação do gênero, do destinatário, do propósito comunicativo e da forma composicional do texto. Com os resultados desse estudo, poderemos caracterizar como se dá o ensino da escrita na universidade, levando em consideração as propostas orientadas pelos professores e, como professora do ensino superior, intervir na própria reformulação dessas propostas, se necessário..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Especialização: (2) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Maria Zenaide Valdivino da Silva - Integrante / Maria do Socorro Diógenes Pinto - Integrante / Francisco Edson Gonçalves Leite - Integrante / Vicência Raniele de Oliveira Neta - Integrante / Maria Edmilson de Aquino - Integrante. Financiador(es): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Outra.

2007 - 2008

A função social dos textos trabalhados no ensino de língua materna e estrangeira: um estudo acerca dos gêneros discursivos adotados no Ensino Médio e Superior
Descrição: O ensino da leitura e da produção de textos para alunos da Educação Básica e Superior e as dificuldades que os alunos apresentam para ler, interpretar e produzir textos têm sido um tema amplamente discutido nas universidades e, também, na mídia. Entre as discussões, a implementação de um trabalho sistemático com textos em sala de aula de língua materna e estrangeira configura-se como uma das grandes preocupações dos estudiosos da linguagem humana, e, ainda, dos governos, por meio dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), das propostas curriculares dos estados e municípios e dos cursos de capacitação em serviço. Como profissionais do Ensino Superior, engajados nos estudos do discurso e do texto, pretendemos investigar, nesta pesquisa, o trabalho realizado com os gêneros discursivos trabalhados nas aulas de língua materna e estrangeira, no Ensino Médio e Superior, estabelecendo uma relação entre a função social dos gêneros discursivos trabalhados e os objetivos subjacentes às propostas dos professores para o ensino de leitura e produção de textos. O universo de estudo dessa pesquisa se constitui de alunos e professores de língua materna e estrangeira, nos 2º e/ou 3º anos do Ensino Médio da Escola Estadual ?Dr. José Fernandes de Melo?, em Pau dos Ferros, e nos 7º e/ou 8º períodos do Curso Letras/CAMEAM/UERN. A coleta de dados será feita por meio de questionários, notas de campo, com visitas in loco, e análise de documentos. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores que desenvolvemos sobre o ensino de leitura e produção de textos nas aulas de língua materna e estrangeira (SOUZA, 2006) e sobre o perfil dos egressos do Curso de Letras do CAMEAM/UERN (SOUZA, 2006), em fase de conclusão. As reflexões que aqui fazemos sobre textos, discursos, prática de ensino de língua materna e estrangeira, e a relação teoria-prática na formação de professores da área de Letras têm respaldo em autores como Bakhtin (1995; 1997), Gerdli (1994), Bronckart (1999), Souza (1998; 20).

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Integrante / Crígina Cibelle Pereira - Integrante / Gilton

2007 - 2008

Sampaio de Souza - Coordenador / Maria Eliete de Queiroz - Integrante / Dalva Teixeira da Silva Penha - Integrante / José Gevílido Viana - Integrante / Rosa Leite da Costa - Integrante. Financiador(es): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Bolsa / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

A função social dos textos trabalhados no ensino de língua materna e estrangeira: um estudo acerca dos gêneros discursivos adotados no Ensino Médio e Superior
 Descrição: O ensino da leitura e da produção de textos para alunos da Educação Básica e Superior e as dificuldades que os alunos apresentam para ler, interpretar e produzir textos têm sido um tema amplamente discutido nas universidades e, também, na mídia. Entre as discussões, a implementação de um trabalho sistemático com textos em sala de aula de língua materna e estrangeira configura-se como uma das grandes preocupações dos estudiosos da linguagem humana, e, ainda, dos governos, por meio dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), das propostas curriculares dos estados e municípios e dos cursos de capacitação em serviço. Como profissionais do Ensino Superior, engajados nos estudos do discurso e do texto, pretendemos investigar, nesta pesquisa, o trabalho realizado com os gêneros discursivos trabalhados nas aulas de língua materna e estrangeira, no Ensino Médio e Superior, estabelecendo uma relação entre a função social dos gêneros discursivos trabalhados e os objetivos subjacentes às propostas dos professores para o ensino de leitura e produção de textos. O universo de estudo dessa pesquisa se constitui de alunos e professores de língua materna e estrangeira, nos 2º e/ou 3º anos do Ensino Médio da Escola Estadual ?Dr. José Fernandes de Melo?, em Pau dos Ferros, e nos 7º e/ou 8º períodos do Curso Letras/CAMEAM/UERN. A coleta de dados será feita por meio de questionários, notas de campo, com visitas in loco, e análise de documentos. Essa pesquisa dá continuidade a estudos anteriores que desenvolvemos sobre o ensino de leitura e produção de textos nas aulas de língua materna e estrangeira (SOUZA, 2006) e sobre o perfil dos egressos do Curso de Letras do CAMEAM/UERN (SOUZA, 2006), em fase de conclusão. As reflexões que aqui fazemos sobre textos, discursos, prática de ensino de língua materna e estrangeira, e a relação teoria-prática na formação de professores da área de Letras têm respaldo em autores como Bakhtin (1995; 1997), Geraldi (1994), Bronckart (1999), Souza (1998; 20).

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (1) .
 Integrantes: Adriana Moraes Jales - Integrante / Crígina Cibelle Pereira - Integrante / Gilton Sampaio de Souza - Coordenador / Maria Eliete de Queiroz - Integrante / Dalva Teixeira da Silva Penha - Integrante / José Cezinaldo Rocha Bessa - Integrante / José Gevílido Viana - Integrante / Rosa Leite da Costa - Integrante. Financiador(es): Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Bolsa / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

2006 - 2007

O perfil dos egressos do Curso de Letras do CAMEAM/UERN

Descrição: As discussões sobre as novas diretrizes curriculares para as licenciaturas, a relação teoria-prática nos cursos de Letras e o mercado de trabalho para os professores dessa área são temas que se interligam e que têm adquirido uma grande repercussão nos nossos departamentos acadêmicos. Essas reflexões também têm apontado para a necessidade de implementarmos estudos acerca da atuação profissional de nossos ex-alunos, egressos dos cursos de Letras, e de darmos mais atenção à relação teoria-prática nos projetos pedagógicos dos cursos. É discutindo essa questão que pretendemos desenvolver essa pesquisa e, para isso, objetivamos, então, investigar o perfil dos egressos do Curso de Letras do CAMEAM/UERN, a fim de traçar um perfil para eles, considerando a sua atuação profissional, a continuidade ou não de sua formação em nível de pós-graduação e as expectativas que eles apresentam em relação à sua profissão e ao Curso de Letras concluído no CAMEAM. Serão nossos informantes todos os egressos do Curso de Letras/CAMEAM dos anos letivos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. Essa pesquisa dá continuidade aos estudos que temos feito acerca das práticas de ensino de língua materna, especialmente aqueles desenvolvidos em pesquisa recém concluída sobre o ensino de leitura e produção de textos nas aulas de língua materna (SOUZA, 2005a), na qual constatamos que a formação do professor de língua materna (área específica ou não) e a frequência ou não a um curso de pós-graduação influenciam diretamente nas propostas de ensino de textos. Consideramos que os resultados dessa pesquisa poderão nos apresentar um mapeamento do perfil dos egressos do Curso de Letras do CAMEAM e trarão direcionamentos para discussões que envolvem um redimensionamento do projeto político-pedagógico do Curso, além de fornecer dados para subsidiar o programa de pós-graduação e as discussões sobre as práticas de ensino de línguas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .
 Integrantes: Adriana Moraes Jales - Integrante / Crígina Cibelle Pereira - Integrante / Gilton Sampaio de Souza - Coordenador / Maura Cavalcante Moraes de Sá - Integrante / Dalva Teixeira da Silva Penha - Integrante / José Cezinaldo Rocha Bessa - Integrante / Rosângela Alves dos Santos - Integrante / Clécida Maria Bezerra Bessa - Integrante / José Gevílido Viana - Integrante / Maria Leidiane Alves - Integrante / Monalisa Fontes Silva - Integrante / Jecilanie Gonçalves de Oliveira - Integrante / Ana Paula de Moraes Diógenes - Integrante / Lucélio Dantas de Aquino - Integrante / Rosa Leite da Costa - Integrante / Iza Maria Pereira - Integrante. Financiador(es): Universidade do Estado do Rio Grande do

Norte - Bolsa.

Outros Projetos

2014 - 2018

Pesquisa-ação e o ensino de língua inglesa: a formação do professor-pesquisador
 Descrição: De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (2001), deve-se propiciar o desenvolvimento do domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino. Por isso, o subprojeto de Letras-Inglês oferece para os bolsistas de iniciação à docência (professores em formação) e supervisores reuniões de leitura e discussão de textos acerca das abordagens, métodos e técnicas de ensino de línguas estrangeiras e também acerca da metodologia da pesquisa-ação na sala de aula de línguas. O intuito dessas reuniões é o de instrumentalizar professores e bolsistas com as ferramentas necessárias para avaliar criticamente a própria prática docente, sendo, desta forma, capazes de tomar decisões informadas na sala de aula no que concerne a escolha de atividades, métodos e materiais didáticos. O subprojeto prevê a observação em sala de aula para que os bolsistas identifiquem problemas de aprendizagem. O bolsista, juntamente com o professor supervisor e contando com a orientação do professor coordenador, deverá elaborar estratégias que possam produzir mudanças no desempenho de sala de aula em relação ao problema identificado e as aplicar em sala de aula, tendo em vista a melhoria do ensino/aprendizagem. Essas estratégias incluirão o planejamento de aulas e a elaboração de materiais instrucionais para as aulas de gramática, leitura, escrita e oralidade..

Situação: Concluído; Natureza: Outra.

Alunos envolvidos: Graduação: (16) .

Integrantes: Adriana Moraes Jales - Coordenador / Everton Moura dos Santos - Integrante / Débora Brenda Teixeira Silva - Integrante / MARIA IDALINA DE MESQUITA NETA - Integrante / MARCIO SIMAO DO NASCIMENTO MENDES - Integrante / Antônio Tássio Ferreira de Oliveira - Integrante / Carlos Emerson de Souza Santos - Integrante / Edgley da Silva Freitas - Integrante / Érika Alcântara Gondim - Integrante / Henrique Thiago Barreto Silva - Integrante / Iara Fernanda Marinho - Integrante / Ítala Carvalho Lima - Integrante / Karliane Gomes da Silva - Integrante / Kledson Luã da Silva Honório - Integrante / Larissa Alves da Silva Oliveira - Integrante / Maria do Socorro do Nascimento Silva - Integrante / Vanessa Raissa Benevides Oliveira - Integrante / Wanessa L. da Costa Lopes - Integrante / PALOMA LUANA DA SILVA DELFINO - Integrante / SONAYLLI THAISE SOUZA CORTEZ - Integrante.

Áreas de atuação

1. Grande área: Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística / Subárea: Lingüística Aplicada.
2. Grande área: Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística.
3. Grande área: Lingüística, Letras e Artes / Área: Letras.

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Francês	Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica ▼

1. ★ QUEIROZ, MARIA ELIETE DE ; BESSA, José Cezinaldo Rocha ; **JALES, ADRIANA MORAIS** . Os significados de escrever no ensino superior: a produção textual no discurso de professores e alunos de um curso de Letras. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 59, p. 523-538, 2015.
2. SOUZA, G. S. ; **JALES, Adriana Moraes** ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: IMPACTOS DA ESCRITA NA VIDA DE ADULTOS NÃO-ALFABETIZADOS. Intersecções (Jundiaí), v. 1, p. 93-106, 2010.

Capítulos de livros publicados

1. **JALES, Adriana Moraes**; GOMES, A. T. . A (não) assunção da responsabilidade enunciativa no texto político. In: Maria Assunção Silva Medeiros e Célia Maria de Medeiros. (Org.). Estudos linguísticos diferenciados: da linguística ao ensino de língua materna. 1ed.Natal: EDUFRRN - Editora da UFRN, 2013, v. 1, p. 221-237.
2. **JALES, Adriana Moraes**. GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO: UMA ANÁLISE DE PROPOSTAS DE PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO SUPERIOR. In: WALISON PAULINO DE ARAÚJO COSTA; EDJANE GOMES DE ASSIS. (Org.). PELOS CAMINHOS DA LINGUAGEM: DIÁLOGOS POSSÍVEIS. 1ed.BRÁSILIA: ÍCONE GRÁFICA E EDITORA, 2010, v. 1, p. 23-32.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, D. B. T. ; BELLERMANN, P. D. O. . O ENSINO DE LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA: UMA ANÁLISE DOS GÊNEROS TEXTUAIS/ DISCURSIVOS PRESENTES NOS LIVROS DE LÍNGUA INGLESA DO SEXTO E SÉTIMO ANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE. Mossoró: Edições UERN, 2017. v. 1. p. 1424-1431.
2. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, D. B. T. ; MESQUITA NETA, M. I. . GÊNERO DISCURSIVO/ TEXTUAL RESENHA DE RESTAURANTE: UM TRABALHO DE PRODUÇÃO ESCRITA ATRAVÉS DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE. Mossoró: Edições UERN, 2017. v. 1. p. 1432-1439.
3. **JALES, Adriana Moraes**; DELFINO, P. L. S. ; MESQUITA NETA, M. I. . TRABALHANDO SEQUÊNCIA DIDÁTICA ATRAVÉS DE GÊNERO TEXTUAL: ANÚNCIO PUBLICITÁRIO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PROFESSOR ELISEU VIANA. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE, 2017. v. 1. p. 1772-1779.
4. **JALES, Adriana Moraes**; OLIVEIRA, V. R. B. . O USO DOS GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE. Mossoró: Edições UERN, 2017. v. 1. p. 1787-1794.
5. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, D. B. T. ; BELLERMANN, P. D. O. . OS GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS E O ENSINO DA LEITURA E DA PRODUÇÃO ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO SEXTO E DO SÉTIMO ANO. In: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais, 2017, Campina Grande. Anais IV SINALGE. Campina Grande: Realize Eventos e Editora, 2017. v. 1.
6. ALMEIDA, D. P. L. ; **JALES, Adriana Moraes** . Análise dos gêneros textuais nas propostas de escrita dos livros didáticos de língua Inglesa do Ensino Fundamental. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE LITERATURA, LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS (SINALLE), 2016, Mossoró. LETRAMENTO: MÚLTIPLOS OLHARES. Mossoró: Edições UERN, 2016. v. 1. p. 404-415.
7. **JALES, Adriana Moraes**. O GÊNERO REPORTAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE COMPREENSÃO DE TEXTO. In: III Congresso Internacional Linguagem e Interação, 2015, São Leopoldo. Anais III Congresso Internacional Linguagem e Interação. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015. v. 1. p. 1-16.
8. **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Maria das Graças Soares . Livros didáticos de Língua Portuguesa e o tratamento da (não) assunção da responsabilidade enunciativa. In: XXIV Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, 2012, Natal. Anais da Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. Natal: EDUFRRN, 2012. v. 1.
9. **JALES, Adriana Moraes**. O TRABALHO COM AS VOZES NO LIVRO DIDÁTICO: UM ESTUDO SOBRE A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM ATIVIDADES DE LEITURA. In: V Encontro das Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino (ECLAE), 2011, Natal. V Encontro das Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino (ECLAE), 2011. v. 1. p. 1-11.
10. **JALES, Adriana Moraes**. A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA. In: IX Congresso Latino-americano de Estudos do Discurso, 2011, Belo Horizonte. Discursos da América Latina: vozes, sentidos e identidades. Belo Horizonte: Cedecom, 2011. v. 1. p. 1-16.
11. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . Letramento e alfabetização: impactos da escrita na vida de adultos não-alfabetizados. In: VII Colóquio Nacional de Professores de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura, 2010, Pau dos Ferros. O Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura: dos Conceitos às Metodologias. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-12.
12. **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Maria das Graças Soares . Responsabilidade enunciativa: um estudo sobre a (não) assunção das vozes do enunciatador no texto. In: I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2010, Pau dos Ferros. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-9.
13. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de . Gêneros textuais, leitura e escrita: uma análise da prática pedagógica do professor de língua inglesa. In: I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2010, Pau dos Ferros. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-11.
14. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de . Gêneros textuais, leitura e escrita: um estudo sobre as concepções dos docentes do Ensino Médio. In: I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2010, Pau dos Ferros. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-10.
15. **JALES, Adriana Moraes**. OS GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTO NAS AULAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO NÍVEL SUPERIOR. In: VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009, João Pessoa. VI Congresso Internacional da ABRALIN. João Pessoa: Idéia, 2009. v. 1. p. 43-50.
16. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . Os gêneros textuais nas aulas de escrita no ensino superior. In: II Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais, 2009, Campina Grande. II Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. Campina Grande: Editora Realize, 2009. v. 1.
17. SOUSA, Bruno Bezerra de ; **JALES, Adriana Moraes** . Um estudo sobre as etapas de leitura no livro didático de língua inglesa. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2008, Pau dos Ferros. Tendências e abordagens em linguística, literatura e ensino. Mossoró: Queima-Bucha, 2008. v. 1. p. 430-440.
18. OLIVEIRA, Cláudio Henrique de ; **JALES, Adriana Moraes** . O ENSINO DE LÍNGUAS ATRAVÉS DA LEITURA NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE AS AULAS DE LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM INÁCIO NA CIDADE DE

- MARTINS. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2008, Pau dos Ferros. Tendências e abordagens em linguística, literatura e ensino. Mossoró: Queima-Bucha, 2008. v. 1. p. 501-511.
19. **JALES, Adriana Moraes**; BESSA, José Cezinaldo Rocha ; QUEIROZ, M. E. . O trabalho com os gêneros textuais no Ensino Superior: para quê e para quem os alunos escrevem. In: Encontro Internacional de Texto e Cultura, 2008, Fortaleza. Encontro Internacional de Texto e Cultura, 2008. p. 4145-4156.
 20. **JALES, Adriana Moraes** . O fenômeno da retextualização em gêneros orais e escritos: algumas abordagens. In: III Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas (SETEPE), 2008, Pau dos Ferros. III Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas. Mossoró: QUEIMA-BUCHA, 2008. v. 1.
 21. **JALES, Adriana Moraes**. Um estudo de propostas de produção escrita sob a ótica dos gêneros textuais. In: I Congresso Internacional da ABRAPUI, 2007, Belo Horizonte. I Congresso Internacional da ABRAPUI. Belo Horizonte: Cedecom - UFMG, 2007. v. 1. p. 1-11.
 22. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. . Os gêneros textuais no ensino de línguas: análise de propostas de produção escrita no livro didático. In: I Jornada de Estudos e Pesquisas em Educação e Planejamento de Ensino - JEPEPE, 2007, Pau dos Ferros. I JEPEPE - JORNADA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO. Mossoró: QUEIMA-BUCHA, 2007. v. 1. p. 14-21.
 23. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais no livro didático de língua inglesa. In: V Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2006, Pau dos Ferros. V Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima Bucha, 2006. v. 1. p. 16-26.

Resumos publicados em anais de congressos

1. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, D. B. T. ; BELLERMANN, P. D. O. . O ENSINO DE LEITURA E PRODUÇÃO ESCRITA: UMA ANÁLISE DOS GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS PRESENTES NOS LIVROS DE LÍNGUA INGLESA DO SEXTO E SÉTIMO ANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE, 2018. v. 1. p. 288-288.
2. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, D. B. T. ; MESQUITA NETA, M. I. . GÊNERO DISCURSIVO/ TEXTUAL RESENHA DE RESTAURANTE: UM TRABALHO DE PRODUÇÃO ESCRITA ATRAVÉS DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE, 2017. v. 1. p. 289-289.
3. **JALES, Adriana Moraes**; FERNANDES, O. S. . O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE LEITURA. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE, 2017. v. 1. p. 355-355.
4. **JALES, Adriana Moraes**; DELFINO, P. L. S. ; MESQUITA NETA, M. I. . TRABALHANDO SEQUÊNCIA DIDÁTICA ATRAVÉS DE GÊNERO TEXTUAL: ANÚNCIO PUBLICITÁRIO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRADA PROFESSOR ELISEU VIANA. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE. Mossoró: Edições UERN, 2017. v. 1. p. 356-356.
5. **JALES, Adriana Moraes**; OLIVEIRA, V. R. B. . O USO DOS GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO. In: IV Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID, 2018, Mossoró. LINGUAGENS E DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISE. Mossoró: Edições UERN, 2017. v. 1. p. 213-213.
6. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, D. B. T. ; BELLERMANN, P. D. O. . OS GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS E O ENSINO DA LEITURA E DA PRODUÇÃO ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO SEXTO E DO SÉTIMO ANO. In: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais, 2017, Campina Grande. Anais IV SINALGE. Campina Grande: Realize Eventos e Editora, 2017. v. 1.
7. ALMEIDA, D. P. L. ; **JALES, Adriana Moraes** . ANÁLISE DOS GÊNEROS TEXTUAIS NAS PROPOSTAS DE ESCRITA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO FUNDAMENTAL. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE LITERATURA, LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS (SINALLE), 2016, Mossoró. LETRAMENTO: MÚLTIPLOS OLHARES. Mossoró: Edições UERN, 2016. v. 1. p. 85-85.
8. **JALES, Adriana Moraes**. O GÊNERO REPORTAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE COMPREENSÃO DE TEXTO. In: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS, 2015, São Leopoldo. 3º CONGRESSO INTERNACIONAL LINGUAGEM E INTERAÇÃO. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015. v. 1. p. 320-320.
9. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . Letramento e alfabetização: impactos da escrita na vida de adultos não-alfabetizados. In: VII Colóquio Nacional de Professores de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura, 2010, Pau dos Ferros. O Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura: dos Conceitos às Metodologias. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-1.
10. **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Maria das Graças Soares . Responsabilidade enunciativa: um estudo sobre a (não) assunção das vozes do enunciatador no texto. In: I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2010, Pau dos Ferros. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-1.
11. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de . Gêneros textuais, leitura e escrita: uma análise da prática pedagógica do professor de língua inglesa. In: I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2010, Pau dos Ferros. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-1.
12. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de . Gêneros textuais, leitura e escrita: um estudo sobre as concepções dos docentes do Ensino Médio. In: I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2010, Pau dos Ferros. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: Queima-bucha, 2010. v. 1. p. 1-1.
13. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . Os gêneros textuais nas aulas de escrita no ensino superior. In: II Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais, 2009, Campina Grande. II Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. Campina Grande: Editora Realize, 2009. p. 34-34.
14. SOUSA, Bruno Bezerra de ; **JALES, Adriana Moraes** . Um estudo sobre as etapas de leitura no livro didático de língua inglesa. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2008, Pau dos Ferros. Tendências e abordagens em linguística, literatura e ensino. Mossoró: Queima-Bucha, 2008. v. 1. p. 40-40.


15. PAIVA, Ana Tereza ; **JALES, Adriana Moraes** . A escola de idiomas: analisando propostas de compreensão e de produção escrita. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2008, Pau dos Ferros. Tendências e abordagens em linguística, literatura e ensino. Mossoró: Queima-Bucha, 2008. v. 1. p. 27-27.
16. PINTO, M. S. D. ; **JALES, Adriana Moraes** . O gênero charge e o gênero cartoon: uma análise sócio-retórica. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2008, Pau dos Ferros. Tendências e abordagens em linguística, literatura e ensino. Mossoró: Queima-Bucha, 2008. v. 1. p. 189-189.
17. **JALES, Adriana Moraes**; BESSA, José Cezinaldo Rocha ; QUEIROZ, M. E. . O trabalho com os gêneros textuais no Ensino Superior: para quê e para quem os alunos escrevem. In: Encontro Internacional de Texto e Cultura, 2008, Fortaleza. Encontro Internacional de Texto e Cultura. Fortaleza: Edições UFC, 2008. v. 1. p. 312-313.
18. OLIVEIRA, Cláudio Henrique de ; **JALES, Adriana Moraes** . O ensino de línguas através da leitura no Ensino Médio: um estudo sobre as aulas de língua inglesa na Escola Estadual Joaquim Inácio na cidade de Martins. In: VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2008, Mossoró. Tendências e abordagens em linguística, literatura e ensino. Mossoró: Queima-Bucha, 2008. v. 1. p. 13-13.
19. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. . Os gêneros textuais no ensino de línguas: análise de propostas de produção escrita no livro didático. In: I Jornada de Estudos e Pesquisas em Educação e Planejamento de Ensino - JEPEPE, 2007, Pau dos Ferros. I Jornada de Estudos e Pesquisas em Educação e Planejamento de Ensino - JEPEPE. Mossoró: Queima Bucha, 2007. v. 1. p. 95-95.
20. **JALES, Adriana Moraes**. Um estudo de propostas de produção escrita sob a ótica dos gêneros textuais. In: I Congresso Internacional da ABRAPUI, 2007, Belo Horizonte. I Congresso Internacional da ABRAPUI, 2007. v. 1. p. 116-116.
21. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais no livro didático de língua inglesa. In: V Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros, 2006, Pau dos Ferros. V Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Mossoró: QUEIMA-BUCHA, 2006. v. 1. p. 45-45.
22. **JALES, Adriana Moraes**. Um estudo das propostas de produção escrita dos livros didáticos na perspectiva dos gêneros textuais. In: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006, João Pessoa. XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos, 2006.
23. **JALES, Adriana Moraes**. Métodos e abordagens no ensino de línguas: um estudo sobre o envolvimento do educando nas aulas de língua inglesa. In: XVIII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, 2005, Fortaleza. XVIII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa, 2005. p. 59-60.
24. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais e o ensino da produção escrita em língua inglesa: da teoria à prática. In: IV Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2004, Pau dos Ferros - RN. IV Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP, 2004. v. 1. p. 90-91.
25. **JALES, Adriana Moraes**. O papel do aluno na aprendizagem de língua estrangeira. In: II Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino - ECLAE, 2003, João Pessoa. II Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino (ECLAE). João Pessoa - PB: Idéia Editora Ltda, 2003. v. 1. p. 98-98.
26. **JALES, Adriana Moraes**. Critérios para a escolha do livro didático para o ensino de língua inglesa. In: XI Semana Universitária, 2003, Pau dos Ferros. XI Semana Universitária, 2003.

Apresentações de Trabalho

1. ALMEIDA, D. P. L. ; **JALES, Adriana Moraes** . Análise dos Gêneros Textuais nas Propostas de Escrita dos Livros Didáticos de Língua Inglesa do Ensino Fundamental,. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **JALES, Adriana Moraes**. O GÊNERO REPORTAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE COMPREENSÃO DE TEXTO. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **JALES, Adriana Moraes**. A responsabilidade enunciativa na obra de Almodóvar. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Maria das Graças Soares . Livros didáticos de Língua Portuguesa e o tratamento da (não) assunção da responsabilidade enunciativa. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
5. **JALES, Adriana Moraes**. O TRABALHO COM AS VOZES NO LIVRO DIDÁTICO: UM ESTUDO SOBRE A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM ATIVIDADES DE LEITURA. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
6. **JALES, Adriana Moraes**. A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
7. **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Maria das Graças Soares . Responsabilidade enunciativa: um estudo sobre a (não) assunção das vozes do enunciadador no texto. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
8. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de . Gêneros textuais, leitura e escrita: um estudo sobre as concepções dos docentes do Ensino Médio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
9. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de . Gêneros textuais, leitura e escrita: uma análise da prática pedagógica do professor de língua inglesa. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
10. **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Maria das Graças Soares . A responsabilidade enunciativa no gênero acadêmico relatório. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
11. **JALES, Adriana Moraes**. A voz do aluno no texto acadêmico: um estudo sobre a responsabilidade enunciativa. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
12. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . Letramento e alfabetização: impactos da escrita na vida de adultos não-alfabetizados. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
13. **JALES, Adriana Moraes**. OS GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTO NAS AULAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO NÍVEL SUPERIOR. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
14. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Maria Edmilson de ; LEITE, Francisco Edson Gonçalves . Os gêneros textuais nas aulas de escrita no ensino superior. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
15. PEREIRA, Crígina Cibelle ; **JALES, Adriana Moraes** . O fenômeno da retextualização em gêneros orais e escritos: algumas abordagens. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
16. **JALES, Adriana Moraes**; SOUSA, Bruno Bezerra de . Um estudo sobre as etapas de leitura no livro didático de língua inglesa. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- 17.

- PAIVA, Ana Tereza ; **JALES, Adriana Moraes** . A escola de idiomas: analisando propostas de compreensão e de produção escrita. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
18. PINTO, M. S. D. ; **JALES, Adriana Moraes** . O gênero charge e o gênero cartoon: uma análise sócio-retórica. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 19. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais nas aulas de produção escrita: um estudo sobre o propósito comunicativo nas atividades propostas pelo livro didático. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 20. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. . Gêneros textuais e ensino: como e com finalidade os professores trabalham a produção de texto nas aulas de língua inglesa no Ensino Médio. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 21. **JALES, Adriana Moraes**; BESSA, José Cezinaldo Rocha ; QUEIROZ, M. E. . O trabalho com os gêneros textuais no Ensino Superior: para quê e para quem os alunos escrevem. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 22. **JALES, Adriana Moraes**. Leitura, escrita e ensino. 2007. (Apresentação de Trabalho/Outra).
 23. **JALES, Adriana Moraes**; SOUZA, G. S. . Os gêneros textuais no ensino de línguas: análise de propostas de produção escrita no livro didático. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 24. **JALES, Adriana Moraes**. Um estudo de propostas de produção escrita sob a ótica dos gêneros textuais. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 25. **JALES, Adriana Moraes**. Um estudo das propostas de produção escrita dos livros didáticos na perspectiva dos gêneros textuais. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 26. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais no livro didático de língua inglesa. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 27. **JALES, Adriana Moraes**. Métodos e abordagens no ensino de línguas: um estudo sobre o envolvimento do educando nas aulas de língua inglesa. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 28. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais e o ensino da produção escrita em língua inglesa: da teoria à prática. 2004. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
 29. **JALES, Adriana Moraes**. Critérios para a seleção do material didático pelos estagiários na prática de ensino. 2004. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 30. **JALES, Adriana Moraes**. As abordagens de ensino de línguas e a participação do educando na construção do conhecimento. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 31. **JALES, Adriana Moraes**. Critérios para a escolha do livro didático para o ensino de língua inglesa. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
 32. **JALES, Adriana Moraes**. O papel do aluno na aprendizagem de língua estrangeira. 2003. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Outras produções bibliográficas

1.  **JALES, Adriana Moraes**. A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS 4º E 5º ANOS 2015 (Tese de Doutorado).
2. **JALES, Adriana Moraes**; GOMES, A. T. . Linguística Aplicada e estudos do texto e do discurso no Brasil, 2015. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação) >.
3. **JALES, Adriana Moraes**. Os gêneros textuais e o ensino da produção de texto: análise de propostas em livros didáticos de língua inglesa 2007 (Dissertação de Mestrado).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **JALES, ADRIANA MORAIS**; GOMES, A. T. ; AQUINO, Lucélio Dantas de ; QUEIROZ, M. E. . Análise textual dos discursos: representações, ponto de vista e plano do texto. 2016. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
2. **JALES, Adriana Moraes**; AQUINO, Lucélio Dantas de ; MEDEIROS, R. . A (não) assunção da responsabilidade enunciativa em livros didáticos de língua portuguesa: um estudo sobre os elos enunciativos. 2015. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
3. **JALES, Adriana Moraes**. Tese de Doutorado. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1. **JALES, Adriana Moraes**. Prática de língua portuguesa: diversidade regional do português brasileiro. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **JALES, Adriana Moraes**. O uso de expressões idiomáticas no ensino de língua portuguesa como língua estrangeira. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **JALES, Adriana Moraes**. Listening comprehension activities in English language teaching. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**; RIBEIRO, E. S.. Participação em banca de Francisca Rafaela Bezerra de Medeiros. A tradução audiovisual: um estudo de recepção do humor dublado e legendado no filme "Nem que a vaca tussa". 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
2. SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**; RIBEIRO, E. S.. Participação em banca de Luiz Carlos de Souza. Simplificação e explicitação no processo tradutório: uma análise baseada em Corpus. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
3. GANDOUR, Deny de Souza; **JALES, Adriana Moraes**; ANDRADE, V. P. S.. Participação em banca de Anna Cláudia de Aquino Lima. Considerações sobre o ensino de língua inglesa e mercado de trabalho: publicidade das escolas de idiomas em foco. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
4. OLIVEIRA, M. N.; **JALES, Adriana Moraes**; GOMES, A. T.. Participação em banca de Maria Zenaide Valdivino da Silva. Crenças de alunos de graduação em Letras/Língua Inglesa sobre o gênero textual "monografia". 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
5. OLIVEIRA, M. N.; **JALES, Adriana Moraes**; QUEIROZ, M. E.. Participação em banca de Rose de Fátima Sena de Oliveira. O gênero textual "e-mail" e o ensino da escrita em língua inglesa. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**; BARBOSA, J. R. A.. Participação em banca de Edgley da Silva Freitas. O GÊNERO TIRINHAS COMO MATERIAL PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
2. SILVA, M. G.; **JALES, Adriana Moraes**; CARVALHO, A. M.. Participação em banca de Marcos Paulo do Rêgo Araújo. GÊNEROS TEXTUAIS NO MEIO VIRTUAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
3. CARVALHO, J. L. Q.; **JALES, Adriana Moraes**; SÁ, J. O. V.. Participação em banca de WANESSA LIDIANE DA COSTA LOPES. SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ABORDAGEM DE ENSINO DA ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL PANFLETO. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
4. CARVALHO, J. L. Q.; SÁ, J. O. V.; **JALES, Adriana Moraes**. Participação em banca de WANESSA LIDIANE DA COSTA LOPES. SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ABORDAGEM DE ENSINO DA ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL PANFLETO. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Inglesa (100320-2)) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
5. CARVALHO, A. M.; **JALES, Adriana Moraes**; BARBOSA, J. R. A.. Participação em banca de Jakson Diego dos Santos Bezerra. A construção do Ethos na carta-testamento de Getúlio Vargas. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
6. BARBOSA, J. R. A.; **JALES, Adriana Moraes**; MORAIS, D. K. P. C.. Participação em banca de Érika Alcântara Gondim. ANÁLISE CRÍTICO-VISUAL E DISCURSIVA DOS VÍDEOS DO CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DOS EUA: DONALD TRUMP. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
7. LEMOS, K. M. F.; **JALES, Adriana Moraes**; SANTOS, E. M.. Participação em banca de BRENA KESIA COSTA PEREIRA. MÚSICA E ENSINO DE VOCABULÁRIO DE LÍNGUA INGLESA: AQUISIÇÃO DE VERBOS ATRAVÉS DO USO DE CANÇÕES EM LÍNGUA INGLESA. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Inglesa (100320-2)) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
8. SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**; FERNANDES, A. A.. Participação em banca de Jarbson de Leliz Silva. Gêneros digitais e o livro didático de Língua Inglesa do Ensino Fundamental: uma análise nas propostas de atividades de escrita. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
9. LEMOS, K. M. F.; **JALES, Adriana Moraes**; CARVALHO, T. L.. Participação em banca de Maria Silmara Fernandes Gomes. O uso do whatsapp por alunos de Ensino Médio como recurso extraclasse no ensino de vocabulário de Espanhol como Língua Estrangeira. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
10. LEMOS, K. M. F.; **JALES, Adriana Moraes**; CARVALHO, A. M.. Participação em banca de Ravenna Denizlene Hortelina de Lima e Silva. Avaliação tradicional e formativa do Ensino Médio em uma escola estadual de Apodi-RN. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte.
11. SOUZA, Maria Medianeira de; **JALES, Adriana Moraes**; NASCIMENTO, M. E. F.. Participação em banca de Francisca Cláudia de Queiroz Rego. Uma análise multimodal em editoriais de revistas femininas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
12. Edmar Peixoto de Lima; **JALES, Adriana Moraes**; COSTA, Rosa Leite de. Participação em banca de Rafaela Maia Costa. Gêneros textuais no ensino de língua inglesa: uma reflexão sobre o trabalho com a leitura no Ensino Médio. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
13. Verônica Palmira S. de Aragão; **JALES, Adriana Moraes**; Carla Aguir Falcão. Participação em banca de Maria dos Remédios M. de Oliveira. Produção textual: análise das atividades com gênero no livro didático. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
14. LUZ, Francisco Marcos de Oliveira; SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**. Participação em banca de Maria Eliane de Freitas Silva. Crenças dos alunos e do professor de língua inglesa no Ensino Médio sobre a aula ideal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
15. SOUZA, Maria Medianeira de; **JALES, Adriana Moraes**; PEREIRA, Jonas Soares. Participação em banca de Francisco Roberto da Silva Santos. Multimodalidade e opinião: uma análise dos elementos visuais de editoriais das revistas Época e Veja. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
- 16.

- FONSECA, Carlos Magno Viana; **JALES, Adriana Moraes**; SANTOS, Jailson José dos. Participação em banca de Salomão de Lima Carvalho. Gêneros textuais: ferramentas para o processo de ensino-aprendizagem de língua no contexto escolar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
17. SOUZA, Maria Nilma de; BARBOSA, Maria do Socorro Maia Fernandes; **JALES, Adriana Moraes**. Participação em banca de Maria da Paz Coringa Leite. O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
18. SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**; LUZ, Francisco Marcos de Oliveira. Participação em banca de João Maria Freitas Saraiva. O uso da informática para motivar as crianças na aprendizagem da língua inglesa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
19. LUZ, Francisco Marcos de Oliveira; **JALES, Adriana Moraes**; MORAES, Margarete Solange Pereira Costa. Participação em banca de Valberes Soares. A avaliação no processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa no Ensino Médio. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
20. **JALES, Adriana Moraes**. Participação em banca de Lúcia de Fátima Rodrigues de Oliveira. A (des)motivação dos alunos nas aulas de língua inglesa no ensino médio: uma investigação na Escola Estadual Pedro Martins Fernandes. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
21. **JALES, Adriana Moraes**; GANDOUR, Deny de Souza; DANTAS, Maria de Fátima de Carvalho. Participação em banca de Ivoneide Aires Alves do Rêgo. O ensino de gramática no processo de ensino-aprendizagem de leitura em Língua Inglesa. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
22. **JALES, Adriana Moraes**; GANDOUR, Deny de Souza; SILVA, Nilson Roberto Barros da. Participação em banca de Lúvia Mikaela Carvalho Pinheiro Lins. Língua Inglesa: uma disciplina (des)necessária para a formação do indivíduo?. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
23. **JALES, Adriana Moraes**; GANDOUR, Deny de Souza; SILVA, Nilson Roberto Barros da. Participação em banca de Cira Magda de Sousa Silva. A diversidade de conhecimentos na sala de aula de língua estrangeira: uma reflexão sobre a prática do professor. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
24. **JALES, Adriana Moraes**; GANDOUR, Deny de Souza; SILVA, Nilson Roberto Barros da. Participação em banca de Maria Ângela da Silva. O ensino de leitura na sala de aula de Língua Inglesa: teoria x prática. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. BARBOSA, C. L. F.; **JALES, Adriana Moraes**; LIMA, S. C.; SILVA, N. R. B.; GANDOUR, Deny de Souza; SANTOS, A. G. P.. Concurso Público de provas e títulos. 2016. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
2. SANTOS, Jailson José dos; Evaldo Gondim dos Santos; **JALES, Adriana Moraes**. XV Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes. 2010. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Outras participações

1. **JALES, Adriana Moraes**; FERNANDES, A. A.; SILVA, Nilson Roberto Barros da. Processo seletivo simplificado para contratação. 2018. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
2. SILVA, Nilson Roberto Barros da; **JALES, Adriana Moraes**; FERNANDES, A. A.. Seleção de bolsistas de Língua Inglesa do Núcleo de Estudo e Ensino de Línguas - NEEL. 2017. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
3. **JALES, Adriana Moraes**; RIBEIRO, E. S.; QUEIROZ, M. E.. Presidente do Processo Seletivo de bolsista. 2008. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
4. **JALES, Adriana Moraes**; SILVA, Nilson Roberto Barros da; GOMES, A. T.. Presidente da Banca Examinadora do Processo Seletivo para preenchimento de vagas não iniciais disponíveis. 2008. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
5. GOMES, A. T.; **JALES, Adriana Moraes**; RODRIGUES, Manoel Freire. Membro da Comissão Eleitoral do Processo de Eleições para Chefe e Subchefe do Departamento de Letras / CAMEAM / UERN. 2008. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
6. BESSA, José Cezinaldo Rocha; **JALES, Adriana Moraes**; QUEIROZ, M. E.. Avaliadora no Grupo de Trabalho "Gêneros Textuais e Ensino" - XV ENCOPE/UERN. 2008. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
7. **JALES, Adriana Moraes**; FERNANDES, Jacneide Leonor; CARNEIRO, Lucineide da Silva; BATISTA, Kennya Cristiane Pereira; RIBEIRO, E. S.. Presidente da Banca Examinadora para Seleção Interna dos alunos para os Cursos de Especialização em Linguística Aplicada e Literatura e Estudos Culturais. 2008. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. II SIMPÓSIO NACIONAL DE LITERATURA, LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS (SINALLE). Análise dos Gêneros Textuais nas Propostas de Escrita dos Livros Didáticos de Língua Inglesa do Ensino Fundamental,. 2016. (Congresso).
2. 3º CONGRESSO INTERNACIONAL LINGUAGEM E INTERAÇÃO. O GÊNERO REPORTAGEM NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE COMPREENSÃO DE TEXTO. 2015. (Congresso).

3. Ciclo Internacional de Conferências "Análise Enunciativa: ponto de vista e responsabilidade enunciativa". 2014. (Simpósio).
4. I Mostra de Cinema de Pedro Almodóvar. Pedro Almodóvar. 2013. (Outra).
5. Seminar Series on Brazilian Studies: The Brazilian Amazon. 2013. (Seminário).
6. XXIV Jornada Nacional do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. Livros didáticos de Língua Portuguesa e o tratamento da (não) assunção da responsabilidade enunciativa. 2012. (Congresso).
7. IX Congresso Latino-americano de Estudos do Discurso. A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2011. (Congresso).
8. V ENCONTRO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO ? V ECLAE. O TRABALHO COM AS VOZES NO LIVRO DIDÁTICO: UM ESTUDO SOBRE A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM ATIVIDADES DE LEITURA. 2011. (Congresso).
9. VI Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais. 2011. (Congresso).
10. I Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários e VII Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. Responsabilidade enunciativa: um estudo sobre a (não) assunção das vozes do enunciadador no texto. 2010. (Congresso).
11. I Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do Mercosul. A voz do aluno no texto acadêmico: um estudo sobre a responsabilidade enunciativa. 2010. (Congresso).
12. II Simpósio Internacional de Análise Textual dos Discursos. 2010. (Simpósio).
13. VII Colóquio Nacional de Professores de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura. Letramento e alfabetização: impactos da escrita na vida da adultos não-alfabetizados. 2010. (Congresso).
14. XVIII Semana de Humanidades. A responsabilidade enunciativa no gênero acadêmico relatório. 2010. (Congresso).
15. II Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. Os gêneros textuais nas aulas de escrita no ensino superior. 2009. (Congresso).
16. I Simpósio Internacional de Análise Textual dos Discursos. 2009. (Simpósio).
17. VI Congresso Internacional da ABRALIN. OS GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LEITURA E DE PRODUÇÃO DE TEXTO NAS AULAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO NÍVEL SUPERIOR. 2009. (Congresso).
18. Encontro Internacional de Texto e Cultura. O trabalho com os gêneros textuais no Ensino Superior: para quê e para quem os alunos escrevem. 2008. (Congresso).
19. I Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso - CONLID. Gêneros textuais e ensino: como e com finalidade os professores trabalham a produção de texto nas aulas de língua inglesa no Ensino Médio. 2008. (Congresso).
20. III Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas - SETEPE. O fenômeno da retextualização em gêneros orais e escritos: algumas abordagens. 2008. (Congresso).
21. VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP. Um estudo sobre as etapas de leitura no livro didático de língua inglesa. 2008. (Congresso).
22. XV Encontro de Pesquisa e Extensão - ENCOPE. Os gêneros textuais nas aulas de produção escrita: um estudo sobre o propósito comunicativo nas atividades propostas pelo livro didático. 2008. (Encontro).
23. I Congresso Internacional da ABRAPUI. Um estudo de propostas de produção escrita sob a ótica dos gêneros textuais. 2007. (Congresso).
24. I Jornada de Estudos e Pesquisa em Educação e Planejamento de Ensino - JEPEPE. Os gêneros textuais no ensino de línguas: análise de propostas de produção escrita no livro didático. 2007. (Congresso).
25. XVIII Fórum Acadêmico de Letras - FALE. Leitura, Escrita e Ensino. 2007. (Congresso).
26. V Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP. Os gêneros textuais no livro didático de língua inglesa. 2006. (Congresso).
27. XXI Jornada de Estudos Linguísticos do Nordeste. Um estudo das propostas de produção escrita dos livros didáticos na perspectiva dos gêneros textuais. 2006. (Congresso).
28. XVIII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Inglesa - ENPULI. Métodos e abordagens no ensino de línguas: um estudo sobre o envolvimento do educando nas aulas de língua inglesa. 2005. (Congresso).
29. IV Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros - SELLP. Os gêneros textuais e o ensino da produção escrita em língua inglesa: da teoria à prática. 2004. (Congresso).
30. XX Jornada Nacional de Estudos Linguísticos. Critérios para a escolha do livro didático para o ensino de língua inglesa. 2004. (Congresso).
31. II Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino - ECLAE. O papel do aluno na aprendizagem de língua estrangeira. 2003. (Congresso).
32. X Encontro de Pesquisa e Extensão - ENCOPE. As abordagens de ensino de línguas e a participação do educando na construção do conhecimento. 2003. (Congresso).
33. XI Semana Universitária. Critérios para a escolha do livro didático para o ensino de língua inglesa. 2003. (Encontro).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **JALES, Adriana Moraes**; FREITAS, I. M. C. ; SILVA JUNIOR, P. A. . IV Simpósio de Pesquisa em Língua Espanhola (IV SIMPLE). 2017. (Congresso).
2. **JALES, Adriana Moraes**. I Amostra de Pesquisa do Núcleo Avançado de Educação Superior de Apodi. 2016. (Congresso).
3. RODRIGUES, Maria das Graças Soares ; PASSEGGI, Luiz ; **JALES, Adriana Moraes** ; GOMES, A. T. . II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS. 2010. (Outro).
4. SILVA, Antônia Marly Moura da ; RIBEIRO, E. S. ; NASCIMENTO, M. E. F. ; SILVA, Maria Zenaide Valdivino da ; MANGUEIRA, José Villian ; **JALES, Adriana Moraes** . VI Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. 2008. (Congresso).
5. **JALES, Adriana Moraes**. XVIII FALE - Fórum Acadêmico de Letras. 2007. (Congresso).
6. RODRIGUES, Lilian de Oliveira ; MASCARENHAS, R. O. ; PONTE, C. A. ; SILVA, Nilson Roberto Barros da ; **JALES, Adriana Moraes** ; SOUZA, G. S. ; QUEIROZ, M. E. . V Semana de Estudos Linguísticos e Literários de Pau dos Ferros. 2006. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. João Paulo Monteiro Lopes. UMA QUESTÃO DE MÉTODO: O USO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DO ARTIGO DE OPINIÃO. Início: 2018. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
2. George Luis de Castro Correia. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: UMA PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL COM O GÊNERO CONTO. Início: 2018. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Bruno Bezerra de Souza. Gêneros textuais, leitura e escrita: uma proposta de análise no livro didático de língua inglesa. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Linguística Aplicada) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
2. Cláudio Henrique de Oliveira. Gêneros textuais e ensino: uma análise sobre a produção escrita no Ensino Superior. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Linguística Aplicada) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
3. Ana Tereza Paiva. Análise das propostas de compreensão e de produção de textos escritos em escolas de idiomas. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
4. Maria do Socorro Diógenes Pinto. O gênero cartoon X o gênero charge: uma análise sócio-retórica. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
5. Vicência Raniele de Oliveira Neta. A música como instrumento de aprendizagem e de motivação no ensino de Língua Inglesa. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
6. Maria Marli Fernandes de Queiroz. O ensino de vocabulário nos livros didáticos nas escolas públicas do Ensino Médio de Jaguaribe - Ceará. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
7. Maria Filomena Ferreira. O livro didático de língua inglesa: um estudo sobre a abordagem de vocabulário. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Língua Inglesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. FRANCISCA SAVANNY DE LIMA BEZERRA. O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA ESPANHOLA: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras - Espanhol) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
2. Odejane Souza Fernandes. O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE LEITURA. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
3. Vanessa Raíssa Benevides Oliveira. O USO DOS GÊNEROS TEXTUAIS/DISCURSIVOS NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
4. Denise Polyana Lopes de Almeida. ANÁLISE DOS GÊNEROS TEXTUAIS NAS PROPOSTAS DE ESCRITA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO FUNDAMENTAL. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
5. David Bruce Morais de Souza. ANÁLISE DOS GÊNEROS DO DISCURSO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
6. Deize Emanuela Freire Barbosa. O ensino da leitura de textos em inglês através da teoria dos gêneros textuais no Nível Médio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
7. Douglas Ramon Costa França. As habilidades linguísticas para o ensino de Língua Inglesa: uma análise no livro didático. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
8. Francisco Marcos da Silva. OS GÊNEROS TEXTUAIS E O ENSINO DE LEITURA: ANÁLISE DE PROPOSTAS DO LIVRO DIDÁTICO USADO NA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM INÁCIO EM MARTINS ? RIO GRANDE DO NORTE. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras - Inglês) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
9. Maria Edmilson de Aquino. A leitura e a escrita em língua inglesa no Ensino Médio: uma análise sob a ótica dos gêneros textuais. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

- Orientador: Adriana Morais Jales.
10. Jean Carlo Costa de Queiroz. Gramática x ensino: um análise sobre a prática do professor de língua inglesa no Ensino Fundamental. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
 11. Bruno Bezerra de Souza. O antes, o durante e o depois: uma análise das etapas de leitura no livro didático de língua inglesa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
 12. Jodevannia Pinheiro Diógenes. Motivação: palavra-chave no processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
 13. Luzenir Fernandes de Oliveira. Motivação: Elemento indispensável no processo ensino-aprendizagem nas aulas de Língua Inglesa. 2003. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.

Iniciação científica

1. DÉBORA BRENDA TEIXEIRA SILVA. GÊNEROS TEXTUAIS, LIVRO DIDÁTICO E ENSINO: UM ESTUDO DAS ATIVIDADES DE LEITURA E DE PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL ? FASE II. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Letras - Língua Inglesa (100320-2)) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
2. Débora Brenda Teixeira Silva. GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO: UMA ANÁLISE DE ATIVIDADES DE LEITURA E DE PRODUÇÃO ESCRITA NO SÉTIMO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. 2017. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
3. PAULO DHIEGO OLIVEIRA BELLERMANN. OS GÊNEROS TEXTUAIS E O ENSINO DA LEITURA E DA PRODUÇÃO ESCRITA: UMA ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO SEXTO ANO ENSINO FUNDAMENTAL. 2017. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
4. Luan Vitor Pereira do Nascimento. A (não) assunção da responsabilidade enunciativa no gênero acadêmico relatório de estágio: um estudo polifônico. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
5. ARITÂNIA ALVES VIEIRA. A (não) assunção responsabilidade enunciativa: um estudo sobre os elos de (não) responsabilidade no gênero acadêmico relatório. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
6. Denise Polyana Lopes de Almeida. AS PROPOSTAS DE PRODUÇÃO ESCRITA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO MÉDIO. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
7. Raquel Lima de Albuquerque. GÊNEROS TEXTUAIS E LIVRO DIDÁTICO: UM ESTUDO DE PROPOSTAS DE PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO MÉDIO. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Adriana Morais Jales.
8. Francisco Edson Gonçalves Leite. A ESCRITA NAS AULAS DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DOS GÊNEROS TEXTUAIS. 2009. Iniciação Científica - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.
9. Maria Edmilson de Aquino. A escrita nas aulas de língua inglesa do Ensino Superior: análise sob a ótica da teoria dos gêneros textuais. 2009. Iniciação Científica - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orientador: Adriana Morais Jales.

Outras informações relevantes

1- Professora do Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS - Unidade UERN - Mossoró. 2- Coordenadora de Área do PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - Subprojeto - Letras Inglês. 3- Coordenadora Pedagógica do Núcleo Avançado de Educação Superior de Apodi - NAESA. 4- Vice-coordenadora do Núcleo Docente Estruturante - NDE - Letras/Inglês/Campus Central. 5- Aprovada no 7º Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes na área de Língua Inglesa na UERN 6- Bolsista do PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA PROCAD-NF 2009 UFRN / PUCSP / USP, desenvolvendo pesquisa em nível de doutorado sanduíche intitulada "A (NÃO) ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA" na PUC/SP e na USP em 2012.

APÊNDICE

**REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA INGLESA¹(LICENCIATURA) NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA****TÍTULO I
DA ESTRUTURA DO CURSO****CAPÍTULO I
DA IDENTIFICAÇÃO E DOS OBJETIVOS DO CURSO**

Art. 1º. O Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, da UERN, foi criado a partir da Resolução Nº 31/2018-CONSEPE e teve seu reconhecimento através do Decreto XXXX, como oferta aprovada no Edital 5/2018 da CAPES/UAB.

Art. 2º. O Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância é parte integrante do Departamento de Letras Estrangeiras-DLE, da Faculdade de Letras e Artes-FALA/UERN.

Art. 3º. O Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância visa formar professores para o ensino da língua inglesa, habilitando-os principalmente para a atuação em escolas de Educação Básica e demais contextos de ensino e aprendizagem da língua inglesa, de forma que atenda amplamente às demandas e às necessidades profissionais relacionadas ao ensino dessa língua na região.

§ 1º - A criação do referido Curso na modalidade a distância também levou em consideração, além da necessidade de capacitar o professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a inquietação em acolher um público composto principalmente por

¹De acordo com as resoluções: Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015; Resolução CNE/CES 18/2002; Regulamento dos Cursos de Graduação-RCG/UERN; Decreto nº 6755/2009; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Resolução nº 7/2018 – CNE; e Parecer CNE/CES 492/2001.

professores em exercício, com dificuldades para frequentar cursos presenciais convencionais, e o interesse em capacitar docentes para atuar na sociedade, com base em valores da humanidade, da natureza, da ciência e da ética.

§ 2º - A oferta do curso na modalidade a distância possibilitará aos alunos, além dos conhecimentos da língua inglesa e sua pedagogia, vivências em situações de ensino e aprendizagem nos diferentes contextos, a possibilidade de lidar com as diferenças culturais de países falantes da língua inglesa e as competências e habilidades para trabalhar com novos dispositivos, tecnologias, mídias e linguagens, que estão cada vez mais presentes na educação e no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

Art. 4º. O Curso de Graduação em Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância dispõe de uma carga-horária de 3.485 (três mil, quatrocentos e oitenta e cinco) horas, com duração mínima de 04 anos (08 semestres) e máxima de 05 anos e meio (11 semestres) letivos.

Art. 5º. A carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso, conforme determina a Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015.

Parágrafo único. Dentro das 3.200 horas, há ainda 400 (quatrocentas) horas de Estágio Supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica; 200 (duzentas) horas de atividades complementares; e 2.200 (duas mil e duzentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, cujas atividades formativas estruturam-se nos núcleos a seguir:

I - estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;

II - aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;

III - estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Art. 6º. O Curso de Graduação em Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância será gerido por uma equipe composta pelo Chefe e Subchefe do Departamento de Letras Estrangeiras-DLE, e pelo Coordenador do Curso, eleitos pela plenária departamental. O Chefe do Departamento e o Coordenador do Curso disporão de 20 horas semanais para o exercício desta atividade.

Art. 7º. Compete ao Chefe do Departamento de Letras estrangeiras-DLE:

I - Convocar e presidir as reuniões do Departamento;

II - Administrar e representar o Departamento;

III - Instituir Comissão Eleitoral para organização e execução do pleito na forma do que determina a legislação vigente na UERN;

IV - Submeter, na época devida, à aprovação do Departamento, o plano de atividades a ser desenvolvido a cada período letivo;

V - Propor a distribuição das tarefas de Ensino, Pesquisa e Extensão entre os docentes em exercício, de acordo com os planos de trabalho aprovados;

VI - Zelar pelo patrimônio e pela ordem no âmbito do Departamento, adotando as medidas necessárias e representando ao Diretor de Unidade, quando se imponha, a aplicação de sanção disciplinar;

VII - Fiscalizar a frequência dos docentes e do pessoal Técnico-administrativo lotado no Departamento, comunicando em tempo hábil ao Diretor de Unidade;

VIII - Fiscalizar a observância do Regime Escolar, no âmbito do Departamento, o cumprimento do programa das disciplinas e execução dos demais planos de trabalho;

IX - Cumprir, e fazer cumprir, as disposições do Regime da Unidade, deste Regimento e dos Estatutos, assim como as deliberações dos Departamentos e dos órgãos da Administração Escolar Superior da Universidade;

X - Adotar, em caso de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência do Departamento, como colegiado, submetendo o seu ato à ratificação deste

na primeira reunião subsequente;

XI - Apresentar ao Diretor de Unidade, no fim de cada semestre letivo, os relatórios das atividades departamentais, sugerindo as providências cabíveis para maior eficiência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;

XII - Exercer todas as atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência.

Parágrafo único. Caberá ao Subchefe do Departamento substituir o Chefe nas suas faltas e impedimentos e, quando for o caso, encarregar-se de parte das atribuições do Chefe.

Art. 8º. Compete ao Coordenador do Curso de Graduação em Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância:

I - Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;

II - Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na IES;

III - Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância, e do sistema de avaliação do aluno;

IV - Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e formação dos profissionais envolvidos no curso;

V – Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, a avaliação da aprendizagem do aluno;

VI - Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;

VII - Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, quando necessário;

VIII - Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;

IX - Verificar “in loco” o bom andamento do curso;

X - Acompanhar e supervisionar as atividades dos professores formadores, conteudistas, revisores e tutores.

Art. 9º. A equipe do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância envolverá ainda os seguintes profissionais:

I - Professor Conteudista, cuja função é produzir o material didático de determinado

componente curricular do curso. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Conteudista(s);

II - Professor Revisor, cuja função é revisar o material produzido para cada componente curricular. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Revisor(es);

III - Professor Formador, cuja função é planejar e gerenciar as aulas a distância, bem como dar suporte pedagógico aos tutores. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Formador(es);

IV - Tutor, cuja função é dar suporte a distância em relação ao conteúdo ministrado aos discentes. Cada curso poderá dispor, segundo a sua demanda, de 01 (um) ou mais Professor(es) Tutor(es).

Art. 10. O Curso deverá dispor de um Orientador Acadêmico, que realizará o trabalho de acompanhamento do discente para integralização da carga horária curricular;

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 11. O curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância destina-se prioritariamente à formação do profissional da educação básica e demais contextos de ensino-aprendizagem da língua inglesa.

Art. 12. De acordo com as orientações estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002a), o Curso deve assegurar o perfil do profissional desejado, a partir dos seguintes tópicos de estudos ou de conteúdos:

I - estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;

II - aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;

III - estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, e 200 (duzentas) horas

de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes.

Art. 13. A carga horária de componentes curriculares constará de lista de oferta semestral baseada no processo de integralização curricular distribuída por períodos letivos.

Tabela 1 – Matriz Curricular Proposta

1º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Produção Textual	-	60/04	-	04	60/04
Metodologia do Trabalho Científico	-	60/04	-	04	60/04
Introdução à Linguística	-	60/04	-	04	60/04
Introdução à EaD	-	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa I	-	60/04	-	04	60/04
TOTAL		300/20		20	300/20
2º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Língua Inglesa II	Língua Inglesa I	60/04	-	04	60/04
Fonética e Fonologia I (Inglês)	-	60/04	-	04	60/04
Texto e Discurso	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
Teoria da Literatura I	-	60/04	-	04	60/04
Psicologia da Educação	-	30/02	30/02	04	60/04
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	-	60/04	-	04	60/04
TOTAL		300/20	60/04	24	360/24
3º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Psicolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
Filosofia da Linguagem	-	60/04	-	04	60/04
Língua Inglesa III	Língua Inglesa II	60/04	-	04	60/04

Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I	60/04	-	04	60/04
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	Língua Inglesa II	60/04	30/02	06	90/06
Didática Geral	-	30/02	30/02	04	60/04
TOTAL		300/20	90/06	26	390/26
4º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Língua Inglesa IV	Língua Inglesa III	60/04	-	04	60/04
Sociolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	60/04	30/02	06	90/06
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa II	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	60/04	30/02	06	90/06
Leitura e Produção de Textos em Língua Inglesa	Língua Inglesa III	60/04	30/02	06	90/06

Estágio Supervisionado I (Inglês)	Psicologia da Educação/Didática Geral/Língua Inglesa III/Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	30/02	75/05	07	105/07
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	-	30/02	30/02	04	60/04
TOTAL		300/20	195/13	33	495/33
5º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Língua Inglesa V	Língua Inglesa IV	60/04	-	04	60/04
Ensino de Leitura e Produção Escrita em Língua Inglesa	Língua Inglesa IV	60/04	30/02	06	90/06
Literatura Inglesa I	Teoria da Literatura II/Língua Inglesa III	60/04	-	04	60/04
Estágio Supervisionado II (Inglês)	Estágio Supervisionado I (Inglês)	30/02	120/08	10	150/10
Literatura Norte-Americana I	Teoria da Literatura II/Língua Inglesa III	60/04	-	04	60/04
UCE	-	-	120/08	08	120/08
TOTAL		270/18	270/18	36	540/36
6º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Língua Inglesa VI	Língua Inglesa V	60/04	-	04	60/04
Literatura Inglesa II	Literatura Inglesa I	60/04	-	04	60/04
Literatura Norte-Americana II	Literatura Norte- Americana I	60/04	-	04	60/04
Estágio Supervisionado III (Inglês)	Estágio Supervisionado II (Inglês)	30/02	120/08	10	150/10
Ensino de Compreensão Auditiva e de Produção Oral em Língua Inglesa	Língua Inglesa V	60/04	30/02	06	90/06
UCE	-	-	120/08	08	120/08
TOTAL		270/18	270/18	36	540/36

7º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Língua Inglesa VII	Língua Inglesa VI	60/04	-	04	60/04
Literatura Inglesa III	Literatura Inglesa II	60/04	-	04	60/04
Seminário de Monografia I (Inglês)	Estágio Supervisionado III (Inglês)	60/04	60/04	08	120/08

Literatura Norte-Americana III	Literatura Norte-Americana II	60/04	-	04	60/04
Optativa I	-	30/02	-	02	30/02
UCE	-	-	120/08	08	120/08
TOTAL		270/18	180/12	30	450/30
8º PERÍODO					
COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Língua Inglesa VIII	Língua Inglesa VII	60/04	-	04	60/04
Seminário de Monografia II (Inglês)	Seminário de Monografia I (Inglês)	30/02	90/06	08	120/08
Optativa II	-	30/02	-	02	30/02
TOTAL	-	120/08	90/06	14	210/14

Art. 14. As disciplinas optativas serão oferecidas no sétimo e oitavo períodos, como requisitos para integralização desse componente, totalizando uma carga horária de 60 horas. Segue tabela das disciplinas optativas como componentes curriculares necessários à integralização curricular do discente:

Tabela 2 – Caracterização das Disciplinas Optativas

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Tradução I	-	30/02	-	02	30/02
Tradução II	-	30/02	-	02	30/02
Análise do Discurso	-	60/04	-	04	60/04
Argumentação	-	30/02	-	02	30/02
Fonética e Fonologia II (Inglês)	-	30/02	-	02	30/02
Ensino de Línguas e Imperialismo Cultural	-	30/02	-	02	30/02
Estudos do Letramento I	-	30/02	-	02	30/02

Estudos do Letramento II	-	30/02	-	02	30/02
Literatura e Cinema	-	60/04	-	04	60/04
Literatura Inglesa IV	-	30/02	-	02	30/02
Literatura Norte-Americana IV	-	30/02	-	02	30/02
Música e Ensino de Línguas	-	30/02	-	02	30/02
Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Línguas Estrangeiras	-	60/04	-	04	60/04
Ensino de Gramática em Língua Inglesa	-	60/04	-	04	60/04
Gêneros textuais e ensino de línguas	-	60/04	-	04	60/04
TOTAL	-	600/40	-	40	600/40

Art. 15. A Carga horária total do Curso é de 3.485 h, sendo 1.980 h de disciplinas obrigatórias, 60h de disciplinas optativas, 480h de Prática Como Componente Curricular - PCCC, 405h de Estágio Supervisionado, 360h de extensão e 200h de Atividades Complementares-ATC.

Tabela 3 – Distribuição de carga horária e créditos

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias (incluindo TCC)	1.980	132
Disciplinas Optativas	60	04
Prática Como Componente Curricular (PCCC)	480	32
Estágio Supervisionado	405	27

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Extensão	360	24
Atividades Complementares (ATC)	200	-
TOTAL GERAL CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS	3.485	219

TÍTULO III

DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Art. 16. A Prática Como Componente Curricular - PCCC, com carga horária de 480 h, tem como objetivo promover atividades relacionadas à formação do professor de inglês, que se realizem primordialmente em escolas da Educação Básica (Parecer CNE/CP n. 28/02 e Resolução CNE/CP nº 2, de 19/2/02), além de outros espaços de ensino e aprendizagem.

Art. 17. A Prática Como Componente Curricular - PCCC será integrada às disciplinas obrigatórias.

Art. 18. As atividades práticas como parte integrante das disciplinas aparecem nos componentes curriculares que estão mais diretamente relacionadas à formação de competências e habilidades para o ofício docente.

Art. 19. Os componentes curriculares que contêm atividades de Prática Como Componente Curricular - PCCC, compreendem trabalhos didático-pedagógicos práticos a serem realizados em campo.

Tabela 4 – Componentes curriculares que possuem carga horária de PCCC

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/C R	PCC C	CH Sema nal	CH/C R TOTA L
---------------------------------	----------------------	---------------	--------------	------------------------	------------------------------

Texto e Discurso	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
------------------	-----------------------------	-------	-------	----	-------

Psicologia da Educação	-	30/02	30/02	04	60/04
Psicolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	30/02	30/02	04	60/04
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	Língua Inglesa II	60/04	30/02	06	90/06
Didática Geral	-	30/02	30/02	04	60/04
Sociolinguística (Inglês)	Introdução à Linguística	60/04	30/02	06	90/06
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa II	Metodologia do Ensino de Língua Inglesa I	60/04	30/02	06	90/06
Leitura e Produção de Textos em Língua Inglesa	Língua Inglesa III	60/04	30/02	06	90/06
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	-	30/02	30/02	04	60/04
Ensino de Leitura e Produção Escrita em Língua Inglesa	Língua Inglesa IV	60/04	30/02	06	90/06
Ensino de Compreensão Auditiva e de Produção Oral em Língua Inglesa	Língua Inglesa V	60/04	30/02	06	90/06
Seminário de Monografia I (Inglês)	Estágio Supervisionado III (Inglês)	60/04	60/04	08	120/08
Seminário de Monografia II (Inglês)	Seminário de Monografia I (Inglês)	30/02	90/06	08	120/08
TOTAL		600/40	480/32	72	1080/72

TÍTULO IV AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 20. As atividades complementares devem somar o total de 200 (duzentas) horas, que serão integralizadas durante o transcorrer de percurso de formação acadêmica do aluno bem como pela participação em atividades de caráter acadêmico, técnico, científico e cultural, incluindo cursos e minicursos, no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN e de outros espaços institucionais.

Parágrafo único. Os cursos ou minicursos a que se refere esse artigo deverão ser atividades relacionadas à área de Letras e não se configuram como componentes curriculares da matriz do curso.

Art. 21. Para que as atividades de pesquisa e extensão e a participação em eventos de

caráter acadêmico-científico sejam computadas como carga horária, deverão ser desenvolvidas em programas devidamente institucionalizados que permitam emitir documento comprobatório, constando o número de horas-atividades do aluno, bem como a discriminação das atividades desenvolvidas.

Art. 22. As atividades complementares serão supervisionadas por um orientador acadêmico, escolhido pelo departamento, que deverá planejar, acompanhar, assessorar, avaliar e fazer o registro da documentação comprobatória das atividades realizadas pelos discentes, além de sugerir aos alunos a integralização média de 25 horas por semestre, de maneira a promover uma distribuição proporcional em cada período.

Parágrafo único. Tais atividades deverão ser orientadas de forma a contemplar a fluidez da matriz curricular, prevendo-se também exequibilidade nos períodos em que acontecerão os Estágios Supervisionados e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 23. Para efeito de registro, o aluno deverá requerer, preferencialmente ao término de cada semestre, a validação das horas cumpridas, em formulário apropriado, anexar a documentação comprobatória, e entregar ao orientador acadêmico, que emitirá parecer e encaminhará à pasta/cadastro dos respectivos alunos.

Art. 24. O aluno tem direito de acesso ao seu cadastro escolar junto à Orientação Acadêmica do Curso, a fim de acompanhar suas atividades, de modo a cumprir, dentro do prazo previsto, a integralização das horas complementares necessárias à conclusão do curso.

Art. 25. O acompanhamento das atividades complementares desenvolvidas pelo aluno terá como orientação a tabela a seguir:

Tabela 5 – Atividades complementares

Atividade	Quantidade de horas atribuídas por	CH máxima semestral	Tipo de registro e documentação
-----------	------------------------------------	---------------------	---------------------------------

	atividade		
Publicações físicas de trabalhos em revistas técnicas/científicas.	20	40	Cópia da capa, sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicações virtuais de trabalhos em revistas técnicas/científicas.	15	30	Cópia da capa, sumário e página inicial da respectiva produção.
Publicação de artigos em revistas e	10	20	Cópia do artigo.

jornais.			
Publicação de livro	40	40	Cópia da capa e sumário da respectiva produção
Publicação de capítulo em livro	25	25	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de trabalho em anais de evento científico (local/regional)	15	30	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de resumo em anais de evento científico (local/regional)	10	20	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de trabalho em anais de evento científico (nacional)	20	40	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de resumo em anais de evento científico (nacional)	15	30	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de trabalho em anais de evento científico (internacional)	30	60	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Publicação de resumo em anais de evento científico (internacional)	20	40	Cópia da capa e sumário e página inicial da respectiva produção
Bolsista de iniciação científica ou voluntário	40	40	Registro no projeto
Bolsista em projetos de pesquisa credenciado por órgão de fomento vinculado a outras instituições, desde que tenha relação com a área de Letras	40	40	Registro no projeto
Apresentação de trabalho em evento local/regional	10	20	Certificado de apresentação
Apresentação de trabalho em evento nacional/internacional	15	30	Certificado de apresentação
Participação sem apresentação de trabalhos	De acordo com certificado	40	Certificado de participação

em eventos (seminários, congressos, simpósios etc.)	emitido.		
Membro de base de pesquisa e/ou grupo de estudos institucionais.	De acordo com certificado emitido.	40	Certificado de participação
Participação em conferências/palestras isoladas	5	20	Certificado de participação
Curso ou projeto de extensão	De acordo com certificado emitido	40	Certificado de participação
Bolsista voluntário de projeto de extensão	De acordo com certificado emitido	40	Certificado de participação
Bolsa de monitoria ou monitoria voluntária em área específica (Letras)	De acordo com certificado emitido	40	Certificado de participação
Bolsa de monitoria ou monitoria voluntária em outras áreas	De acordo com certificado emitido	30	Certificado de participação

Participação como ministrante em projetos na área de Letras.	De acordo com certificado emitido	30	Certificado de participação
Viagem ou visita técnica na área do curso ou diretamente afim, inclusive trabalho de campo para monografia.	20	20	Declaração de instituição ou do orientador.
Organização de eventos acadêmico- científicos do curso	10	20	Declaração da coordenação
Representação em órgãos deliberativos da UERN	2	10	Cópia da ata da sessão
Participação no CA do curso e no DCE	4	10	Ata da reunião
Participação em cursos, minicursos e capacitações	De acordo com certificado emitido	40	Certificado
Participação como ouvinte em defesa de trabalhos acadêmicos (monografias, teses e dissertações)	2	10	Declaração ou cópia da ata de frequência
Participação em apresentação musical (produção, composição, arranjo, regência, execução vocal ou instrumental)	4	12	Declaração ou comprovante
Participação como ouvinte em concertos e recitais ou outras apresentações indicadas por professor.	2	4	Ingresso e programa do evento

TÍTULO V
DA PROPOSTA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
O CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 26. O Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório, é entendido como uma atividade teórico-prática, em que o fundamental é aprender novas maneiras de enfrentar problemas, constituindo-se, assim, em um processo de investigação na ação, desenvolvida de forma articulada com as demais ações do currículo.

Art. 27. O Estágio Supervisionado tem como objetivo principal contribuir para a formação de um profissional reflexivo, no sentido de pensar e agir diante dos problemas educacionais apresentados nos campos de atuação, sejam estes espaços escolares ou não.

Art. 28. O Estágio Supervisionado no O Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância envolve os seguintes componentes curriculares:

I - Estágio Supervisionado I no 4º período;

II-EstágioSupervisionadoIIIno 5ºperíodo;

III-EstágioSupervisionadoIIIIno 6ºperíodo.

CAPÍTULO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 29. A carga horária total do Estágio Supervisionado será de 405 (quatrocentos e cinco) horas, distribuída semestralmente da seguinte forma: O Estágio Supervisionado I, desenvolvido no 4º período, com carga horária de 105 (cento e cinco) horas; O Estágio Supervisionado II, desenvolvido no 5º período, com carga horária de 150 (cento e cinquenta horas) horas; O Estágio Supervisionado III, desenvolvido no 6º período, com carga horária de 150 (cento e cinquenta horas) horas.

Parágrafo único: A carga horária total de 405 horas é distribuída em 90 horas teóricas (30h no 4º período, 30h no 5º período e 30h no 6º período) e 315 de atividades práticas (75h no 4º período, em turmas de Ensino Fundamental e Médio, 120h no 5º período, em turmas de Ensino Fundamental e 120h no 6º período em turmas de Ensino Médio) que compreendem as fases de diagnóstico, participação e regência.

Tabela 6 – Caracterização do Estágio Supervisionado

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH/CR	PCCC	CH Semanal	CH/CR TOTAL
Estágio Supervisionado I	Didática Geral Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Língua Inglesa III Psicologia da Educação	105/07	-	07	105/07
Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado I	150/10	-	10	150/10

10

Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado II	150/10	-	10	150/10
TOTAL		405/27	-	27	405/27

Art. 30. Preferencialmente, o Estágio Supervisionado será realizado em instituições de Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica.

§ 1º Os estabelecimentos podem ser públicos (prioritariamente) e privados. No Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, ele poderá ser realizado também em espaços não-escolares, que demandem o trabalho pedagógico, desde que sejam aprovados em plenária departamental e/ou colegiado do curso.

§ 2º O Estágio Supervisionado somente poderá ocorrer em instituições que tenham condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário, sendo vedada a realização de atividades que não estejam relacionadas com a área de formação do discente.

Art. 31. A frequência do aluno no desenvolvimento das atividades no campo de estágio deve corresponder a 100% da carga horária destinada para esse fim (Resolução 06/2015-CONSEPE).

CAPÍTULO III DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 32. As atividades relativas aos Estágios Supervisionados estão assim distribuídas:

I - O Estágio Supervisionado I, desenvolvido no 4º período, com carga horária de 105 horas, sendo 30 horas para orientação, 40 horas para diagnóstico/participação, 15 horas para seminário de avaliação (modalidade presencial) e 20 horas para o relatório de estágio;

II - O Estágio Supervisionado II, desenvolvido no 5º período, com carga horária de 150 horas, sendo 30 horas para orientação, 30 horas para diagnóstico/participação, 40 horas para regência, 20 horas para seminário de avaliação (modalidade presencial) e 30 horas para o relatório de estágio;

III - O Estágio Supervisionado III, desenvolvido no 6º período, com carga horária de 150 horas, sendo 30 horas para orientação, 30 horas para diagnóstico/participação, 40 horas para regência, 20 horas para seminário de avaliação (modalidade presencial) e 30 horas para o relatório de estágio.

Art. 33. As atividades de orientação em sala de aula destinam-se a:

I - Discutir os princípios básicos do Estágio Supervisionado no que diz respeito à sua importância para a formação profissional;

II - Oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática docente em diferentes contextos de ensino/aprendizagem da Língua Inglesa;

III - Orientar o aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Supervisionado, conforme o Programa Geral do Componente Curricular- PGCC, aprovado pelo Departamento de Letras Estrangeiras - DLE;

IV - Fornecer os instrumentos a serem utilizados no estágio, como: fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico.

Art. 34. As atividades de observação no campo de estágio destinam-se ao conhecimento da realidade do campo de estágio por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino e pesquisa.

Art. 35. As atividades de intervenção destinam-se à intencionalidade de colaboração e co-atuação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo de estágio, junto ao

supervisor de campo, de acordo com as suas etapas e cronograma definido junto ao supervisor de estágio.

Art.36. As atividades do exercício profissional destinam-se a ações pedagógicas a serem desenvolvidas no campo de estágio na perspectiva de atuação em diferentes contextos educacionais.

CAPÍTULO IV

INSTRUMENTOS DE CRITÉRIOS AVALIATIVOS PARCIAIS E FINAIS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art.37. Os instrumentos de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado são os trabalhos parciais e finais elaborados em cada Estágio Supervisionado e constituem-se como atividade de caráter obrigatório, devendo ser apresentados a cada etapa conforme plano de ação aprovado em plenária departamental, observando normas estabelecidas no PPC.

§ 1º Os trabalhos parciais e finais do Estágio Curricular Supervisionado correspondem à etapa de sistematização escrita do conhecimento produzido a partir do contato com a prática social, na qual o aluno vivencia, investiga e interpreta a realidade, formula e executa propostas de atuação em situações contextualizadas, mediante a (re)elaboração dos elementos teórico-práticos obtidos no decorrer do curso.

§ 2º Os trabalhos parciais e finais do Estágio Curricular Supervisionado devem apresentar uma reflexão teórico-metodológica sobre as atividades vivenciadas no componente curricular, podendo assumir diferentes composições: relatórios, portfólios, artigos, dentre outros que sejam compatíveis com as exigências de um trabalho acadêmico-científico.

§ 3º Os trabalhos finais de Estágio Curricular Supervisionado devem apresentar articulações com os trabalhos parciais.

§ 4º Serão utilizados também como instrumentos de avaliação os planos e projetos

de trabalhos elaborados, bem como a própria ação pedagógica do estagiário no campo de estágio.

Art. 38. São critérios para avaliação do aluno estagiário:

- I - Cumprimento das etapas previstas no regulamento de estágio contidas nesse PPC;
- II - Comprovação de cumprimento da carga horária prevista para esses componentes curriculares;
- III - Participação e contribuição nos projetos educativos da escola, principalmente referente às ações desenvolvidas em sala de aula;
- IV - Domínio do conteúdo e habilidade de planejar, executar, avaliar e refletir sobre sua ação docente, observados a partir da elaboração dos planos e projetos propostos;
- V - Apresentação do relatório avaliativo final;
- VI - Atribuição de conceitos e/ou notas conforme desempenho do estagiário nas atividades propostas.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 39. O coordenador de estágio deverá ser um professor do quadro efetivo do Departamento de Letras Estrangeiras, do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, escolhido em plenária departamental, podendo ser atribuída carga horária de 04 (quatro) horas semanais.

Art. 40. Compete à Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância:

- I - Cadastrar e avaliar periodicamente o campo de estágio, observando os seguintes requisitos:
 - a) Infraestrutura e recursos (humanos e materiais) necessários ao pleno desenvolvimento do Estágio;
 - b) Profissional qualificado para o acompanhamento do Estágio.
- II - Promover a articulação entre os Supervisores Acadêmicos de

Estágio Supervisionado;

III - Disponibilizar aos Supervisores Acadêmicos de Estágio e aos alunos estagiários as normas e dispositivos legais que regulamentam o Estágio;

IV - Planejar e viabilizar a realização do Estágio Supervisionado;

V - Definir, junto aos Supervisores Acadêmicos de Estágio, o campo de estágio do aluno estagiário;

VI - Disponibilizar fichas e demais documentos aos alunos estagiários;

VII - Providenciar, junto à Direção da Faculdade de Letras e Artes - FALA, os recursos materiais necessários à realização do Estágio;

VIII - Articular-se com a administração das instituições concedentes do campo de

estágio para solução de eventuais problemas.

CAPÍTULO VI DA SUPERVISÃO ACADÊMICA E DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 41. O Estágio Supervisionado é acompanhado por um professor do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, a quem compete esclarecer aos alunos sobre o significado e os objetivos do estágio, orientando sua proposta de execução.

§ 1º O Professor Supervisor Acadêmico deve fazer parte do quadro efetivo do Departamento de Letras Estrangeiras - DLE;

§ 2º O Professor Supervisor Acadêmico de Estágio deve, preferencialmente, ser o mesmo acompanhamento do grupo de alunos para o desenvolvimento do estágio junto às instituições campo de estágio, exceto por motivos de natureza justificável.

Art. 42. É atribuição do Professor Supervisor Acadêmico de Estágio:

- I - Orientar os alunos quanto à elaboração do plano ou projeto de estágio a ser desenvolvido durante as fases do estágio;
- II - Orientar os alunos quanto à escolha da instituição em que o estágio deve ser realizado;
- III - Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o estágio, suas normas e documentação, inclusive a caracterização do campo de estágio;
- IV - Realizar supervisões sistemáticas para acompanhar e avaliar o desempenho e o envolvimento do estagiário na dinâmica da prática profissional;
- V - Solicitar do estagiário a documentação referente ao registro das atividades desenvolvidas;

- VI - Manter a Coordenação de Estágio Supervisionado informada sobre o desenvolvimento do estágio;
- VII - Efetuar os registros das atividades teórico-práticas desenvolvidas em sala de aula no diário de classe, conforme sua execução, inclusive presenças, faltas e notas dos alunos;
- VIII - Avaliar o desempenho dos estagiários sob sua responsabilidade conforme as normas vigentes na universidade, atribuindo-lhes respectivos conceitos e notas;
- IX - Oferecer subsídios teóricos-metodológicos e didático-pedagógicos para a prática da docência.

Art. 43. O número de estagiários para cada Supervisor Acadêmico de Estágio é de, no máximo, 12 (doze) alunos.

Art. 44. O Supervisor de Campo de Estágio Curricular é um servidor lotado na Instituição concedente do Estágio, com formação acadêmica, ou experiência profissional, responsável, naquele local, pelo acompanhamento do discente durante o desenvolvimento dessa atividade (Resolução 06/2015-CONSEPE).

Art. 45. Compete ao Supervisor de Campo do Estágio Supervisionado:

- I - Acolher o aluno estagiário e o Supervisor Acadêmico de Estágio nas dependências da instituição campo de estágio;
- II - Acompanhar de forma sistemática as atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário;
- III - Preencher as fichas de avaliação do aluno estagiário;
- IV - Comunicar ao Supervisor Acadêmico de Estágio quaisquer problemas relacionados ao desenvolvimento das atividades do aluno estagiário.

CAPÍTULO VII DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 46. O Estágio Supervisionado, preferencialmente, será realizado em

estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica, podendo ser públicos (prioritariamente) e privados.

§ 1º O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância poderá ser realizado também em espaços não-escolares, que demandem o trabalho pedagógico, desde que sejam aprovados em plenária departamental e/ou colegiado do curso.

§ 2º O Estágio Curricular Supervisionado somente poderá ocorrer em instituições que tenham condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário, sendo vedada a realização de atividades que não estejam relacionadas com a área de formação do aluno.

CAPÍTULO VIII DO ALUNO ESTAGIÁRIO

Art. 47. É dever do aluno estagiário:

- I -Matricular-senoscomponentescurricularesdeEstágioSupervisionadodo Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, obedecidos ospré-requisitos;
- II -Frequentareparticiparativamentedafasedeorientaçãoerealizarasatividades e tarefas das demais fases doestágio;
- III - Comparecer ao estágio em condições compatíveis e requeridas pela circunstância do estágio e do ambiente escolar, conduzindo-se com urbanidade e probidade em todas as fases do estágio;
- IV-Executarasatividadesetarefasdecadafasedoestágio,medianteobservaçãoe cumprimento de normas e procedimentos metodológicos adotados pelo Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância;
- V - Manter o supervisor de estágio informado do desenvolvimento do estágio e comunicar-lhecombrevidadequalquerocorrênciaquepossaafetarasatividadesou que não esteja prevista noplano;
- VII - Proceder avaliação sistemática e contínua de suas atividades com afinidade de

aperfeiçoá-las, sempre que necessário;

VIII - Elaborar os trabalhos solicitados pelo professor e apresentá-los no prazo estabelecido.

Art. 48. É direito do aluno estagiário:

I - Receber do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância formulários, fichas e demais documentos utilizados no estágio;

II - Ser encaminhado oficialmente pelo Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância à instituição campo de estágio;

III - Receber assistência e orientação de um supervisor de estágio;

IV - Requerer à Supervisão de Estágio, em casos especiais devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação do estágio;

V - Recorrer à Coordenação de Estágio contra decisões do supervisor mediante justificativa comprovada;

VI - Ser informado previamente sobre os critérios de avaliação do Estágio Supervisionado e dos prazos a serem cumpridos.

Parágrafo único. É vedado ao estagiário realizar o estágio sob supervisão de outro estagiário ou executar o estágio supervisionado em sala de aula de outro estagiário do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância.

TÍTULO VI
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
CAPÍTULO I
DA CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Art. 49. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, configura-se em um componente curricular, com carga horária de 240 horas e compreende todas as atividades acadêmicas direcionadas a pesquisa.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, da UERN consiste em um trabalho monográfico que visa à iniciação científica, por meio de uma pesquisa teórico-empírica. Esse componente curricular possui uma carga horária total de 240 horas, sendo 120h destinadas à disciplina Seminário de Monografia I, ofertada no sétimo período, e 120h destinadas à disciplina Seminário de Monografia II, ofertada no oitavo período.

Art. 50. O TCC é um trabalho de iniciação científica, orientado para a pesquisa teórico-empírica, cujo tema deve localizar-se na área de Letras. Esse trabalho será desenvolvido nas disciplinas Seminário de Monografia I e Seminário de Monografia II, oferecidas no sétimo e oitavo semestres, respectivamente, com carga horária de 120 horas cada.

Art. 51. O TCC é entendido como um instrumento de iniciação científica para o licenciando em Letras. Esse componente é finalizado com um trabalho monográfico individual do aluno, sob a orientação de um professor, com titulação mínima de especialista. Esse trabalho deverá ser apresentado publicamente (de forma presencial ou por meio de webconferência) ao final do 8º período, sob a avaliação de uma banca examinadora composta por três professores (o orientador, presidente da banca, e mais dois membros) de língua inglesa do Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) e/ou convidados de outros departamentos e/ou de outras Instituições de Ensino Superior (IES), com titulação mínima de especialista. O objetivo desse componente é iniciar o estudante nos caminhos da pesquisa na área de Letras – Língua Inglesa, prevendo a formação necessária para o estudante ascender rumo à pós-graduação.

Parágrafo único. O componente proporcionará aos alunos a revisão de elementos básicos das metodologias de pesquisa, o que ocorrerá concomitantemente à elaboração do projeto de pesquisa na área do curso, quando da oferta da disciplina Seminário de Monografia I, no 7º período. Na disciplina Seminário de Monografia II, por sua vez, os alunos terão a oportunidade de executar o

projeto de pesquisa elaborado na disciplina Seminário de Monografia I, produzindo, dessa forma, o Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação de um professor.

CAPÍTULO II DOS REQUISITOS

Art. 52. Durante a oferta dos componentes Seminário de Monografia I e Seminário de Monografia II, cada aluno deverá:

- I - Definir o professor-orientador, de acordo com a temática abordada no trabalho;
- II - Cumprir os prazos estabelecidos pelo professor da disciplina Seminário de Monografia I e II, para recebimento das partes do trabalho;
- III - Apresentar o projeto de pesquisa;
- IV - Participar de reuniões, debates, discussões e atividades similares que promovam o intercâmbio entre os orientadores e suas respectivas linhas de pesquisa.

Art. 53. É requisito para a elaboração do TCC respeitar às normas do Manual Normativo de Trabalho de Conclusão de Curso da UERN e, de forma subsidiária, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 54. O processo de avaliação do TCC obedecerá aos seguintes procedimentos:

- I - O aluno deverá enviar o trabalho finalizado para o e-mail do professor da disciplina Seminário de Monografia II, no oitavo período do Curso, 40 (quarenta) dias antes do término do semestre letivo, conforme calendário universitário;
- II - O professor da disciplina Seminário de Monografia II oficializará a Banca Examinadora, no prazo máximo de 03 (três) dias, a partir do recebimento do TCC, para que seja emitido parecer pela Banca Examinadora;
- III - A Banca Examinadora terá um prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de recebimento da monografia, para emitir um parecer e, caso necessário, sugerir reformulações;
- IV - No caso de a Banca Examinadora sugerir reformulações no texto do TCC, o aluno terá um prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do parecer emitido pela banca, para realizar as reformulações e, em seguida, reapresentar o trabalho;
- V - A Banca Examinadora terá um prazo de 05 (cinco) dias para emitir parecer final à versão definitiva da monografia e encaminhar ao professor da disciplina Seminário de Monografia;
- VI - Cada membro da Banca atribuirá ao trabalho uma nota de 0 (zero) a 10 (dez);
- VII - A média final da disciplina Seminário de Monografia II constitui-se da média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora ao TCC mais as notas

atribuídas pelo professor da disciplina Seminário de Monografia II pelo envolvimento do estudante durante a construção do trabalho;

VIII - É considerado aprovado na disciplina Seminário de Monografia II, o aluno que obtiver média final igual ou superior a 07 (sete);

IX - É considerado reprovado na disciplina Seminário de Monografia II, o aluno que não entregar a monografia no prazo estabelecido na presente norma ou que obtiver média inferior a 07 (sete) no TCC;

Art. 55. São deveres do estudante do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, matriculado na disciplina Seminário de Monografia II:

I - Apresentar a versão final do trabalho, aprovada pelo orientador;

II - Entregar o trabalho em formato eletrônico de acordo com as normas do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (SIB/UERN);

III - Obter a ficha catalográfica, elemento obrigatório nos trabalhos de conclusão de curso (TCC), através do sistema *online* de geração de ficha catalográfica no endereço eletrônico disponibilizado pela Biblioteca da UERN;

IV - Entregar, à secretaria do curso 1 (uma) cópia do DVD, de acordo com os formatos especificados, e o Termo de Autorização para publicação, disponível no site da Biblioteca, no Portal UERN, devidamente preenchido e assinado.

Art. 56. A cópia do DVD, encaminhada à secretaria do curso, será destinada à Biblioteca Central da UERN.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO E DA ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 57. É garantida a todos os alunos do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância a orientação no desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.

Art. 58. São considerados aptos a orientar alunos de graduação no trabalho monográfico, os professores com titulação mínima de especialistas dentre os docentes do curso, lotados no Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) e, excepcionalmente, docentes lotados no Departamento de Letras Vernáculas (DLV), com a devida aprovação em plenária do DLE.

Art. 59. O professor em regime de tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais deverá orientar, no máximo, duas monografias e o professor de tempo integral com 40 (quarenta) horas semanais ou

dedicação exclusiva, no máximo, cinco monografias por semestre.

Art. 60. Compete ao professor orientador:

I - Avaliar a relevância do tema proposto pelo estudante;

II - Orientar o estudante no desenvolvimento do TCC;

III - Presidir e coordenar os trabalhos da Banca Examinadora e encaminhar o resultado final ao professor da disciplina Seminário de Monografia II nos prazos estabelecidos.

§ 1º O professor orientador não pode abandonar o seu orientando no processo de orientação do trabalho, sem motivo justificado e sem ter submetido-o à apreciação da Plenária Departamental;

§ 2º Para cada TCC orientado, poderão ser atribuídas duas horas semanais de atividade ao professor orientador.

Art. 61. Compete à Banca Examinadora entregar os respectivos pareceres ao professor orientador e, caso necessário, as versões corrigidas com sugestões nos prazos estabelecidos em cronograma.

TÍTULO VII DAS UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 62. As Unidades Curriculares de Extensão (UCE) são ofertadas, obrigatoriamente, a partir de sua vinculação com Programas e/ou Projetos institucionalizados na Pró-Reitoria de Extensão - PROEX da UERN, respeitados os trâmites ordinários previstos na legislação vigente.

Parágrafo único. Os programas e/ou projetos de extensão deverão ser elaborados individualmente ou em parceria, por docente(s) vinculado(s) ao DLE ou de departamentos afins, para apreciação da plenária departamental antes de sua oferta, atentando para os editais publicados pela PROEX.

Art. 63. No Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância, o aluno deverá cumprir 360 horas de UCE, previstas para o 5º (120 horas), o 6º (120 horas) e o 7º (120 horas) períodos.

Art. 64. Os alunos do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância podem matricular-se em UCE de outros cursos, de acordo com as vagas oferecidas. Em contrapartida, o Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância poderá receber alunos de outros cursos, contribuindo para nossas ações extensionistas.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. O presente regulamento entrará em vigor na data da publicação da Resolução que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Inglesa (Licenciatura) na modalidade a distância.

Art. 66. Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pelo DLE, em segunda instância pelo CONSAD-FALA, e, em caso de apelação, pelo CONSEPE-UERN.

Parágrafo único. Informações complementares encontram-se nos anexos que dão embasamento legal ao presente Projeto.